

# ESCRITAS

REVISTA DO CURSO DE HISTÓRIA DE ARAGUAÍNA  
VOL. 15 N. 1 (2023)

## Da Colônia ao Império: Estudos sobre a História do Brasil

MARIA BEATRIZ GOMES BELLENS PORTO (UNIRIO)  
THIAGO GROH (UFNT)  
ORGANIZADORES



## **CORPO EDITORIAL**

### **Editores**

[Profa. Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

### **Conselho Editorial**

[Prof. Dr. Bertone Oliveira Sousa](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Braz Batista Vas](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Dimas José Batista](#), UFT - Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Marcos Edilson de Araújo Clemente](#), UFT- Universidade Federal do Tocantins

[Prof.<sup>a</sup> Me. Marina Grigório Barbosa de Sousa](#), UFT- Universidade Federal do Tocantins

[Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosária Helena Ruiz Nakashima](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof<sup>a</sup> Me. Sariza Oliveira Caetano Venâncio](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vera Lucia Caixeta](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO: Da Colônia ao Império: estudos sobre a História do Brasil..... 06**

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

Thiago Groh

### DOSSIÊ

#### **Da Colônia ao Império: Estudos sobre a História do Brasil**

**Homens de armas e negócios: a trajetória dos mercadores Miguel Fernandes e Miguel Gomes Bravo entre as defesas atlânticas e a conquista de Sergipe D’El-Rey (1587-1590)..... 11**

Mozart Vergetti de Menezes

Maria Eduarda de Medeiros Brandão

**Querela sobre os mares; as disputas entre Países Baixos e Portugal no contexto da era filipina, pela tese “do justo império dos portugueses na Ásia” de Serafim Freitas (1609-1625) ..... 33**

Arnaldo M. Szlachta Junior

Sezinando Luiz Menezes

Felipe Augusto Fernandes Borges

**Desacreditar o recto procedimento do Santo Ofício, fazendo-se passar por seu oficial: impostores em nome da Inquisição (Bahia, 1610-1797) ..... 51**

Felipe dos Santos

**A visita do Santo Ofício ao Grão-Pará e Maranhão e suas excepcionalidades (1763-1769).....70**

Sezinando Luiz Menezes

Júlia Piovesan Pereira

**A cultura material enquanto resultante e legitimadora da ordem social estabelecida na sociedade açucareira da Zona da Mata Sul Pernambucana..... 89**

Eduardo Augusto Santana

**Das Terras do Una à Corte: Zacarias de Góis e Vasconcelos. um anti-poder moderador no século XIX ..... 111**

Antonio Jorge Souza Amorim

**Fontes da tradição nacionalista sobre as “invasões holandesas”: o uso das narrativas da “guerra brasílica” por Francisco Adolfo de Varnhagen..... 127**

Regina de Carvalho Ribeiro

**“Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena”: Isabel Gondim e a recepção dos livros escolares de História do Brasil (1873-1913) ..... 148**

Magno Francisco de Jesus Santos

Ane Luíse Silva Mecnas Santos

**A História do Brasil em Manuel Aires de Casal: uma análise na perspectiva da cultura histórica rüseniana..... 169**

Larissa Klosowski de Paula

## SEÇÃO LIVRE

**Imagens de mulheres indígenas no livro didático: uma abordagem decolonial..... 187**

Vera Lúcia Caixeta  
Daniel Leda de Arruda

**Territórios de resistências: uma análise do documentário “Tocantins rio afogado” (2005) ..... 210**

Plábio Marcos Martins Desidério  
Diogo Pereira da Silva  
Gabriel Queiroz dos Santos

**A linguagem teatral de Abdias Nascimento: “Sortilégio” e a força do discurso ficcional para ação política negra..... 226**

Rodrigo Freitas Costa

## RESENHAS

**Resenha de “Trabalhadores”, de José Carlos de Freitas ..... 244**

Wallace Rodrigues



## DA COLÔNIA AO IMPÉRIO ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL

### *FROM COLONY TO EMPIRE STUDIES ON THE HISTORY OF BRAZIL*

MARIA BEATRIZ GOMES BELLENS PORTO

<https://orcid.org/0000-0002-4146-1124>

Doutora em História pela UFRJ

Professora da UNIRIO-CEDERJ/Educação básica

[mbporto@gmail.com](mailto:mbporto@gmail.com)

THIAGO GROH

<https://orcid.org/0000-0002-5459-7143>

Doutor em História pela UFRJ

Professor da (UFNT)

[thgroh@uft.edu.br](mailto:thgroh@uft.edu.br)

A historiografia brasileira foi durante muitos anos, por uma série de questões, dominada pelos estudos sobre o período colonial e imperial, que acabaram deixando uma sua marca na formação do conhecimento histórico no Brasil. Somente nos anos de 1980 e 1990, juntamente com o processo de redemocratização do Brasil as análises sobre a história do Brasil República e do período mais recente começaram a ganhar corpo dentro da historiografia no Brasil.

No entanto, apesar do período colonial e imperial abarcar uma série de temas, foram as questões raciais, étnicas, da miscigenação tomaram conta dos primeiros estudos acerca da história do Brasil, fosse por memorialista e historiadores do século XIX, tais como Saint Hilaire, Varnhagen, Capistrano de Abreu e ou mesmo pelos primeiros historiadores e sociólogos do século XX, a exemplo de Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Isso foi determinando a compreensão do processo formativo do Brasil, que também passa a ter suas interpretações nas teorias marxista, estruturalistas do tempo braudelianiano, que marcou os anos os anos de 1970-1980, quando a escola inaugurada por Fernando Novais e a Crise do Antigo Sistema Colonial, provoca uma renovação nas perspectivas de análises e no ensino de História. Porém, somente na virada do século XX para o XXI que a historiografia colonial foi revisitada com ênfase sobre o debate em torno de novas abordagens e possibilidades de estudos sobre o período a partir, sobretudo, da obra coletiva organizada por João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial*



*portuguesa (XVI-XVIII)*<sup>1</sup> publicado no ano de 2001. O prefaciador do livro, A. J. R. Russell-Wood, afirma que a obra é o resultado de uma geração de historiadores brasileiros que concluíram seus doutorados entre meados dos anos 1980 e 1990, que passa a pensar a questão colonial a partir da perspectiva do Império ultramarino português, buscando as conexões entre as partes do império através da documentação depositada em diferentes arquivos do Brasil e de Portugal, sobretudo.

A publicação da obra provocou grande debate, principalmente em relação a questão da perspectiva de análise das relações coloniais a partir da ideia de pacto colonial, oxigenando os estudos sobre o período, que passados 20 anos ainda reverberam nos estudos sobre o período colonial. De certo modo, tal debate também atingiu os estudos sobre o período imperial do Brasil, mas, é principalmente a celebração de duas importantes efemérides que trazem luz nova aos estudos do período. A primeira, a celebração dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil em 2008 e a segunda o Bicentenário da Independência, em 2022. Ambas provocam uma série de publicações no Brasil e em Portugal sobre o século XIX no Brasil, e tal como os debates acerca do período colonial, também oxigenada pelo acesso a diferentes arquivos por parte dos estudiosos do tema. Vale lembrar aqui, que na primeira década desse século os investimentos nas Universidades Públicas, em pesquisa e formação de cientistas foram bem generosos e possibilitaram não apenas o intercâmbio com outras universidades no exterior, como também a circulação de pesquisadores e o estabelecimento de jovens doutores nas universidades. O que, infelizmente, se esgotou na virada de década, com governos que disputavam a narrativa sobre a construção do Brasil, negando temas tão caros e abordagens que contemplam pensar se estamos, independentes nos mais diversos sentidos do conceito e que tentaram e tentam olhar a História com lentes positivistas e ufanistas.

Seguindo a oxigenação, o dossiê que apresentamos procura dar conta do desenvolvimento dessa historiografia e apresentar ao público as produções mais recentes sobre os períodos colonial e imperial do Brasil. Os nove textos que trazemos aqui primam por apontar os resultados mais recentes da pesquisa histórica e pedagógica no Brasil e sua pluralidade, a medida em que se traz ao leitor trabalhos desenvolvidos em diferentes universidades do Brasil e nas suas diferentes regiões.

---

<sup>1</sup> FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



*Homens de armas e negócios: a trajetória dos mercadores Miguel Fernandes e Miguel Gomes Bravo entre as defesas atlânticas e a conquista de Sergipe D'El-Rey (1587-1590)* de Mozart Vergetti de Menezes e Maria Eduarda de Medeiros Brandão, abrem nosso dossiê, com a análise da trajetória de dois mercadores cristãos-novos no Brasil e nos Açores no final do século XVI. Um trabalho de micro história que abrange a circulação de pessoas, as redes e o comércio nas capitanias do norte do Brasil e a relação entre comércio e conflitos militares.

Arnaldo M. Szlachta Junior, Sezinando Luiz Menezes e Felipe Augusto Fernandes Borges, debruçam-se sobre o primeiro quartel do século XVII para refletir sobre a obra de Serafim Freitas “Do justo império asiático do Portugueses”, o que aborda a legitimidade do domínio português sobre os mares em detrimento das outras nações europeias que iniciavam suas jornadas sobre os mares para expandirem e estabelecerem domínios além da Europa. O artigo *Querelas sobre os mares; as disputas entre Países Baixos e Portugal no contexto da era filipina, pela tese “do justo império dos portugueses na Ásia” de Serafim Freitas (1609-1625)* mostra não somente as disputas entre as nações europeias por domínios de rotas e territórios no além-mar, como também as misturas entre fé, razão e leis para a elaboração dos argumentos em prol de Portugal por Serafim Freitas.

O terceiro e quarto texto têm a Inquisição como fio condutor das análises propostas. *Desacreditar o recto procedimento do Santo Ofício, fazendo-se passar por seu oficial: impostores em nome da Inquisição (Bahia, 1610-1797)* de Felipe dos Santos, reflete sobre as relações de poder no Antigo Regime por meio da outorga de títulos de agentes oficiais do Santo Ofício e o uso indevido desse por indivíduos na Bahia em busca de prestígio e/ou de poder com diferentes objetivos. O artigo de Santos ainda apresenta ao leitor o imaginário inquisitorial que existia junto a população da Bahia colonial, de modo que apresentar-se como agente do Santo Ofício ou familiar dava ao sujeito certo prestígio, além de não suscitar qualquer suspeita inicial sobre esse indivíduo. Muito se dava pelo fato de que a Inquisição, que existiu por quase 300 anos em Portugal, não estabeleceu um tribunal no Brasil ou mesmo uma frequência de visitas.

Por sua vez, Sezinando Luiz Menezes e Júlia Piovesan Pereira apresentam o texto *A visita do Santo Ofício ao Grão-Pará e Maranhão e suas excepcionalidades (1763-1769)*, onde analisam a última visitação do Tribunal ao Brasil, quase no apagar das luzes dessa instituição, que se encerrou em 1821. Menezes e Pereira tomam o “Livro das Visitações do Santo Ofício





da Inquisição ao Grão-Pará” como base para analisar as excepcionalidades e compreender o contexto da visitação, apresentando ao leitor a diversidade social do Brasil e suas dinâmicas sociais pelas práticas sincréticas que aparecem nas denúncias ao Tribunal.

O artigo seguinte de autoria de Eduardo Augusto Santana, *A cultura material enquanto resultante e legitimadora da ordem social estabelecida na sociedade açucareira da Zona da Mata Sul pernambucana*, revela ao leitor a cultura material no período colonial na região da Mata Sul de Pernambuco, mostrando a vida na sociedade açucareira e como as questões materiais refletiam e legitimavam práticas dessa sociedade. Fechando assim um primeiro momento do dossiê, marcado pela temporalidade colonial.

Antonio Jorge Souza Amorim nos apresenta a trajetória de Zacarias Gois e Vasconcelos, advogado, legislador, que buscou compreender a questão do famigerado Poder Moderador, criado pelo D. Pedro I na primeira constituição do Brasil de 1824 como um quarto poder exclusivo do imperador. O artigo *Das Terras Do Una À Corte, Zacarias de Góis e Vasconcelos: um Anti-Poder Moderador no século XIX*, apresenta não apenas o debate em torno do Poder Moderador, mas a relevância do estudo da biografia histórica. Já Regina de Carvalho Ribeiro apresenta ao leitor uma acurada análise da obra “História das lutas com os holandeses no Brasil” do historiador Francisco Adolfo Varnhagen, nome imprescindível para a compreensão da historiografia brasileira no artigo *Fontes da tradição nacionalista sobre as “invasões holandesas”: o uso das narrativas da “guerra basílica” por Francisco Adolfo de Varnhagen*. Ribeiro demonstra como as crônicas sobre a “guerra basílica” são utilizadas por Varnhagen na composição de sua obra, identificando elementos fundantes da historiografia brasileira entre o final do século XIX e início do XX.

Por fim, apresentamos dois textos que se debruçam sobre a questão do livro didático de história e do Ensino de História. Magno Francisco de Jesus Santos e Ane Luíse Silva Mecnas Santos, nos apresentam a professora Isabel Gondim, professora primária no Rio Grande do Norte, que publicou livros escolares no período entre 1873-1913 em *“Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena”*: *Isabel Gondim e a recepção dos livros escolares de História do Brasil (1873-1913)*. Os autores analisam a produção historiográfica da professora e a influência da demanda por livros, permitindo aos leitores do texto conhecer um pouco mais sobre a história dos livros escolares no Brasil. O último artigo *A História do Brasil em Manuel Aires de Casal: uma análise na perspectiva da cultura histórica rüseniana* de Larissa Klosowski de Paula,



procura compreender a partir da cultura histórica de Jörn Rüsen a escrita da história do Brasil em “Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil,” do padre Manuel Aires de Casal, pontuando questões pertinentes para o entendimento do desenvolvimento da historiografia e do ensino de história no Brasil.

Com esses dez textos que apresentamos, esperamos com esse dossiê, que caminha um pouco na contramão ao optar por um recorte temporal e não temático como se fez costume, trazer ao público reflexões provocativas e instigantes sobre o período do Brasil colonial e imperial. Desejamos a todos e todas uma boa leitura!



**HOMENS DE ARMAS E NEGÓCIOS:  
A TRAJETÓRIA DOS MERCADORES MIGUEL FERNANDES E  
MIGUEL GOMES BRAVO ENTRE AS DEFESAS ATLÂNTICAS E A  
CONQUISTA DE SERGIPE D'EL-REY (1587 – 1590)**

***MERCHANTMEN-AT-ARMS:  
THE MERCANTILE TRAJECTORIES OF MIGUEL FERNANDES AND  
MIGUEL GOMES BRAVO BETWEEN THE ATLANTIC DEFENSES AND  
THE CONQUEST OF SERGIPE D'EL-REY (1587 – 1590)***

Mozart Vergetti de Menezes<sup>1</sup>

Maria Eduarda de Medeiros Brandão<sup>2</sup>

**RESUMO:** A expansão ibérica foi marcada por guerras e comércio, provocando diferentes formas de beligerância no Atlântico e contribuindo para que europeus, africanos e indígenas guerreassem como rivais e aliados. Dentre os grupos envolvidos estiveram os mercadores, permitindo que suas experiências sejam concebidas através das propostas sobre descortinar a face dos combatentes nos conflitos (KEEGAN, 2000). Intenciona-se assim, utilizar uma abordagem micro analítica para investigar a trajetória de dois mercadores cristãos-novos na defesa da Bahia, dos Açores e na conquista de Sergipe, através de um processo inquisitorial e documentos referentes às tropas hispânicas – questionando como as guerras e o comércio impactaram suas vidas, mercancias e evidenciando práticas comerciais em meio aos conflitos.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Cristãos-novos; Mercadores; Açores; Conquista; Sergipe.

**ABSTRACT:** The Iberian expansion followed wars and trade. In the Atlantic, these relations impacted warfare, contributing to Europeans, Africans, and Indigenous nations fighting as rivals and allies. Merchants appear among the social groups participating in the conflicts, allowing the analysis of their experiences through perspectives intended to notice the faces of combatants amid battle (KEEGAN, 2000). Thus, this article aims to use a microanalytical approach to investigate the trajectory of two New Christian merchants during the defenses of Bahia, the Azores, and in the conquest of Sergipe, through inquisitorial records and documents regarding Hispanic troops - understanding the repercussions of trade and warfare on their lives, business and underlining commercial practices amid conflicts.

**KEYWORDS:** New Christians; Merchants; Azores; Conquest; Sergipe.

<sup>1</sup>Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor efetivo da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [mmvergetti@gmail.com](mailto:mmvergetti@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [maria\\_eduarda\\_mb@hotmail.com](mailto:maria_eduarda_mb@hotmail.com)



## INTRODUÇÃO

Seria possível conceber através da historiografia, o modo como diferentes seguimentos sociais estiveram envolvidos nas guerras de conquista do Brasil. De maneira geral, pesquisas como as de Maria Celestino de Almeida (2010) chamaram atenção para os papéis desempenhados pelas nações indígenas que formaram o grosso das tropas de conquista, enquanto trabalhos como os de Rodrigo Ricupero (2009), permitiram compreender a inserção dos particulares, enfatizando como a elite colonial se estabeleceu a partir desses processos. Não obstante, episódios como a conquista da Paraíba (1585) vêm permitindo olhares mais específicos sobre os diferentes grupos inseridos nas campanhas, como os militares hispânicos, os padres jesuítas, ou mesmo, os agentes mercantis que atuaram como combatentes<sup>3</sup>. Esses e outros caminhos abrem margens à investigação dos diferentes grupos em meio aos conflitos, partindo do pressuposto de que uma abordagem micro analítica de suas experiências poderia contribuir à construção do conhecimento em torno das guerras atlânticas, seus agentes e trajetórias individuais<sup>4</sup>.

Esses pressupostos não estariam distantes da maneira como John Keegan (2000) propõe conceber as participações dos soldados nos conflitos, atribuindo-lhes uma identidade em meio aos contingentes<sup>5</sup>. Ou mesmo, da forma como Geoffrey Plank (2020, p. 2) buscou compreender como as guerras influenciaram a experiência humana no Atlântico. Nessa perspectiva, independente dos antecedentes e motivações dos colonos para a travessia do oceano, suas colônias assumiram características militares e o conflito armado impactou como as pessoas viviam, com quem se associavam e como as sociedades se estruturaram. As guerras se tornaram um meio no qual pessoas de diferentes origens e camadas sociais passaram a compartilhar um mesmo cenário, corroborando para que europeus, africanos e indígenas guerreassem tanto como rivais, quanto aliados.

Considerando o envolvimento mercantil, por exemplo, suas atividades nas conquistas e outras modalidades de guerra permitem levantar questionamentos sobre como esse seguimento

---

<sup>3</sup> Sobre esses temas, ver respectivamente: BRITO, S. B. R. D. *A Conquista do Rio Ruim: A Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630)* (Tese de Doutorado). Salamanca: Universidade de Salamanca, 2020.; BATISTA, A. F. *O Sumário das Armadas: Guerras, Missão e Estratégias Discursivas na Conquista da Paraíba (Dissertação de Mestrado)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.; GONÇALVES, R. C. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585 - 1630*. [Ebook]. ed. Bauru: Edusc, 2007.

<sup>4</sup> Como embasamento metodológico, ver: *Perfil dos estudos de caso microanalíticos*. In: VAINFAS, 2002, p. 135 - 142

<sup>5</sup> KEEGAN, 2000, p. 31 - 47



social adentrou aos confrontos, quais foram suas participações, os interesses de suas redes comerciais e outros aspectos pertinentes à interseção entre as guerras e o comércio no mundo Atlântico. Dentre as maneiras de como a beligerância poderia impactar seus negócios no Brasil, observa-se como comerciantes interessados em se tornarem senhores de engenho depararam-se com a concessão de sesmarias e a obtenção de escravizados, perpassando pelas guerras de conquista e manutenção territorial. Nessa configuração, os engenhos serviriam como fortificações nos limites da ocupação colonial<sup>6</sup>, e como veremos, os arsenais e a organização das populações para os confrontos seriam ditados por diretrizes marciais que não excluía as camadas mercantis. No entanto, como observa George F. Cabral (2020, p. 182), não raro os homens de negócios buscavam diversificar suas atividades econômicas, reinvestindo recursos em outras atividades que nem sempre seriam tão lucrativas quanto seus principais veículos de acúmulo material, mas que poderiam incrementar seus ganhos ou agregar prestígio social.

Partindo dessas considerações, o presente artigo dedica-se a reconstituir a trajetória de dois mercadores entre diferentes conflitos no Atlântico, questionando como ocorreram suas participações não somente como homens de armas, mas também de negócios. Para tanto, foram selecionadas as trajetórias dos mercadores cristãos-novos *Miguel Fernandes* e *Miguel Gomes Bravo*, que se envolveram na defesa da Bahia e dos Açores contra os corsários ingleses (1587 – 1590) e na conquista de Sergipe d'El-Rey (1590). Suas experiências foram reconstituídas principalmente através do *processo inquisitorial* ao qual Miguel Fernandes foi submetido e documentos pertinentes ao presídio das tropas hispânicas, na Ilha Terceira dos Açores<sup>7</sup>. Mediante essa proposta, espera-se compreender como as guerras e o comércio impactaram a vida desses negociantes e suas atividades mercantis, de modo relevante ao conhecimento em torno da beligerância atlântica, da gente de guerra e das práticas comerciais empreendidas em meio aos conflitos.

### **Cenas entre as guerras e o comércio: os corsários ingleses e o reforço às defesas no Atlântico.**

<sup>6</sup> RICUPERO, 2009, p. 13 – 25; FRANÇA, 1969, p. 190 – 192.

<sup>7</sup>O processo inquisitorial de Miguel Fernandes foi transcrito e disponibilizado por James N. Novoa em: NOVOA, J. N. *The Many Lives of Two Portuguese Conversos: Miguel Fernandes and Rui Teixeira in the Tribunal of the Holy Office in Rome*. Hispania judaica bulletin, Jerusalem, v. 12, 2016. O resto da documentação encontra-se digitalizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Pode-se compreender a partir de Luís Felipe de Alencastro (2000), como as guerras e o comércio no Atlântico Sul perpassaram por modalidades como as conquistas territoriais, pilhagens, atividades corsárias e outros conflitos dessa natureza. No entanto, aproximações diplomáticas – como as alianças estabelecidas com as chefias locais – faziam-se indispensáveis a essas relações, considerando que da mesma maneira que as guerras, as entradas e os saques fossem caminhos para viabilizar as condições produtivas e comerciais necessárias, ao mesmo tempo, poderiam desestabilizar os mecanismos sociais e econômicos ideais a esses propósitos<sup>8</sup>. Enquanto isso, a promoção da violência voltada ao controle das rotas comerciais na Ásia, tornou-se um *modus-operandi* comum aos Impérios ultramarinos. As naus e os galeões portugueses foram essenciais à circulação das mercadorias e precisaram se adaptar às condições impostas pela defesa das embarcações, contra a apropriação coercitiva dos carregamentos e outras adversidades (GLETE, 2001, p. 77). Nessas partes, a interseção entre os papéis dos mercadores e dos homens de armas evocou categorias como o “cavaleiro-mercador”, comum às construções em torno da presença lusitana no continente (GODINHO, 1968, p. 18).

Ainda que muito possa ser argumentado sobre os elementos coercitivos que surgem da interseção entre as guerras ultramarinas e as trocas mercantis, por ora, pressupõe-se que ambas as categorias formam uma complexa – senão instável – simbiose, na qual “o obstáculo maior emerge: a guerra e o comércio dificilmente se compatibilizam. Mas este comércio revelava-se impossível de iniciar e de manter sem guerra (...)” (MAGALHÃES, 1997, p. 305).

Dentre as diferentes maneiras de como essas relações desaguaram no Atlântico, observa-se que a região atraía capitais mercantis que anteriormente estariam concentrados no oriente e vinham buscando o ocidente através de mecanismos como as redes comerciais, interessadas em estabelecer agentes nessas partes (ALENCASTRO, 2000, 101). Dentre as oportunidades, estariam a indústria açucareira que – no último quartel do séc. XVI – viu as capitâneas do Brasil despontarem como as principais fornecedoras do produto no cenário mundial, com ênfase em Pernambuco e Bahia, cuja valorização dos preços influenciou o aumento no número de engenhos construídos nesses territórios. Dos impactos provenientes desse crescimento, observa-se, por exemplo, o aumento das atividades mercantis nessas

---

<sup>8</sup> ALENCASTRO, 2000, p. 105 – 109.



regiões, com os açúcares contribuindo a uma maior integração do Atlântico ao escopo das redes comerciais, cujos negócios se articulavam de modo a conectar diferentes partes do globo<sup>9</sup>.

Outros impactos foram sentidos na necessidade de estabilizar os limites setentrionais do eixo Itamaracá-Pernambuco e Bahia, para melhor acolher as crescentes demandas produtivas e proteger seus limites contra o avanço das nações indígenas aliadas aos corsários franceses. Estariam assim, lançadas as bases para que tropas partissem dessas capitânicas visando levar guerras às nações Potiguara e Cariri, tornando suas populações cativas – para serem utilizadas como mão-de-obra escravizada nas terras recém-conquistadas – e estabelecer as novas capitânicas da Paraíba (1585) e Sergipe d’El-Rey (1590). Enquanto a primeira resultou na construção de mais engenhos e garantiu a continuidade da colonização ao Norte<sup>10</sup>, a conquista de Sergipe terminou por estabelecer um caminho por terra que conectasse a Bahia a Pernambuco, garantindo a expansão dos currais de gado do Rio Real ao Rio São Francisco e fortalecendo o abastecimento interno, necessário ao aumento da produção (NUNES, 1989, p. 26).

Enquanto tentativas anteriores de realização dos mesmos feitos tenham se provado infrutíferas, as conquistas supracitadas foram bem-sucedidas considerando elementos como os recursos aportados pela Monarquia Hispânica, a partir da União Ibérica (1580 – 1640), cujos desdobramentos incluíram a incorporação dessas e outras possessões lusitanas aos planos militares do Império Filipino, garantindo o estabelecimento de novas bases defensivas no Atlântico Sul e permitindo o reforço das proteções na região (COSENTINO, ano, p. 231). Sobre esses alicerces ocorreram os processos de fortificação do litoral e disseminação das cidades, contribuindo para a manutenção do controle territorial das capitânicas no Brasil e uma maior segurança das rotas comerciais. Inseridas nessa conjuntura, portanto, se deram não somente as conquistas da Paraíba e Sergipe, mas também das demais capitânicas setentrionais, obedecendo a necessidade de estabelecer uma “rede de proteção” que servisse como amparo às possessões hispânicas ao Sul, a exemplo das minas de Potosí (BRITO, 2020, p. 263).

Influenciando os reforços vigentes, estariam não somente as condições locais encontradas na resistência das nações indígenas não aliadas, mas também, a crescente necessidade de acobertar as brechas de segurança que vinham sendo exploradas pelos Impérios

---

<sup>9</sup> EBERT, 2008, 10-12; COSTA, 2001a, p. 276.

<sup>10</sup> GONÇALVES, 2007, p. 36; 188.



Ultramarinos rivais aos Habsburgo, que, em decorrência da União Ibérica, passaram a mirar também os portugueses. Seria esse o caso dos corsários *ingleses*, cujas atividades no Atlântico Sul incluíam o contrabando de escravizados, pilhagens e outras dinâmicas comuns à função; além de serem patrocinados tanto pela coroa inglesa, quanto por famílias mercantis interessadas em promover contratemplos aos circuitos comerciais ibéricos, em aliança aos franceses (LANE, p. 29). Ainda que em meados dos quinhentos, parte dos esforços ingleses tenham sido destinados ao ouro da Guiné – consequentemente, despertando confrontos contra os portugueses –, no momento em questão os atritos estariam vinculados aos ataques promovidos pelos elisabetanos, franceses e neerlandeses contra as embarcações hispânicas, por motivações políticas e como parte dos conflitos religiosos entre protestantes e católicos<sup>11</sup>.

Disputas entre as partes ocorreram em diferentes regiões do Atlântico, incluindo as áreas mais ao Sul, como o Estreito de Magalhães – à época, interessante enquanto caminho entre o Atlântico e o Pacífico (MORRIS, 1988, p. 6). Entretanto, as tensões Anglo-Hispânicas assumiram ares de guerra (1585 – 1603) com a tentativa de invasão à Inglaterra promovida pela Armada Hispânica em 1588, mediante o envio de tropas aos Países Baixos para auxiliar na Revolta contra o domínio espanhol. Em reação a essa investida, os ingleses arquitetaram no ano seguinte um contra-ataque no Atlântico Norte, mais precisamente à Lisboa e aos Açores, na intenção de estabelecer o Prior do Crato como Rei de Portugal. Essa estratégia política encontra raízes nos conflitos que anteriormente haviam sido despertados, em razão da contestação feita pelo Prior do Crato à ascensão de D. Filipe I ao trono de Portugal, que encontrou apoio na França, na Inglaterra e alguma adesão nos Açores. Nesse sentido, suas bases foram estabelecidas na Ilha Terceira deste arquipélago, com o auxílio desses reinos, embora tenha sucumbido à ocupação militar hispânica, em 1583<sup>12</sup>.

Naquele período, os Açores representavam uma região estratégica à conexão da Península Ibérica com as Índias, a África e o Brasil, sendo a Ilha Terceira um ponto de escala às embarcações que vinham carregadas de metais e paravam para o aprovisionamento (PLANK,

<sup>11</sup> ANDREWS, 1984, p. 102 – 112.

<sup>12</sup> MONTEIRO, 2009, p. 273. Faleceu em 1580 o Cardeal D. Henrique e, tal qual seu sobrinho – D. Sebastião –, não deixou um sucessor direto para a linhagem de Avis, culminando numa crise dinástica no império que foi acentuada quando três descendentes diretos de D. Manuel I apresentaram candidaturas ao trono: D. Catarina de Bragança, D. Felipe II dos Habsburgo, resultados diretos de uma teia de alianças dinásticas traçadas por meios matrimoniais e o Prior do Crato, D. António, com uma candidatura questionada juridicamente por sua condição de bastardo. Como resultado, o monarca espanhol se sobressaiu como vencedor, após uma conturbada sucessão de eventos, resultando assim numa união dos reinos peninsulares, ou, União Ibérica, perpetuada de 1580 a 1640.





2020, p. 82). Com os conflitos envolvendo o Prior do Crato sendo reacendidos em 1589, Kenneth R. Andrews (1984) pondera que a conquista da Ilha Terceira abalaria o domínio hispânico sobre o Atlântico e facilitaria a entrada dos ingleses em lugares-chave do comércio com as Índias Ocidentais e o Brasil. Entretanto, tal como a invasão da *Invencível Armada* a Londres no ano anterior, esses planos também não surtiram efeito e muitos dos interesses particulares que financiaram esses avanços, estariam mais voltados às pilhagens provenientes dos conflitos, do que aos resultados políticos dessa empreitada<sup>13</sup>.

Essas razões se dariam, considerando que o corso se tornara para muitos dos ingleses um modelo de negócios que atraía desde homens menos abastados, dispostos a arriscarem suas vidas no alto-mar, até comerciantes interessados em investir nas embarcações. Ainda que muitas das pilhagens consistissem em produtos de menor valor agregado, parte considerável dos carregamentos adquiridos seria composto por especiarias como as tinturas, temperos e metais. Dentre os principais butins no final do século, entretanto, estariam os açúcares do Brasil que atraíam mercadores acostumados a negociar com os Ibéricos, antes do acirramento das disputas Anglo-Hispânicas. Esses negociantes formariam uma parcela significativa da camada mercantil que promovia o corso, não somente em razão das baixas que sofreram mediante os confiscos provenientes dos abalos nas relações comerciais entre Espanha, Portugal e Inglaterra, mas também por enxergar no mercado dessas *commodities* uma empreitada lucrativa<sup>14</sup>.

Nesse sentido, as possibilidades de promover pilhagens aos carregamentos de açúcares, estiveram dentre as motivações econômicas para o ataque dos corsários ingleses *Christopher Lister* e *Robert Withrington* ao porto de Salvador, em 1587. Essas intenções encontraram respaldo na conjuntura política, mas também, como visto a seguir, nas necessidades imediatas de sustento, provenientes das adversidades enfrentadas por essas frotas no Atlântico Sul.

### **Entre a Bahia e os Açores: as tropas e capitais de Miguel Fernandes e Miguel Gomes Bravo.**

À altura da invasão, a Bahia não somente seria a sede do Governo-geral e do Bispado no Brasil, mas também, ocupava a posição de segunda maior região exportadora de açúcares no território, atrás apenas de Pernambuco. Cerca de 36 engenhos operavam na área e outros 4

---

<sup>13</sup> ANDREWS, 1984, p. 236-238

<sup>14</sup> Idem, p. 247-251.



estariam em construção, com o Recôncavo produzindo cerca de 1750 toneladas anuais para comercialização<sup>15</sup>. Apesar dessas características, esse não seria o destino inicial das armadas inglesas em 1587, e sim, o Estreito de Magalhães, embora a escassez de mantimentos ao mar tenha motivado uma mudança de planos: seria mais conveniente ao sustento imediato pilhar embarcações no Brasil, ao invés de invernar mais ao Sul (HAKLUYT, 2014, p. 212). Para tanto, recolheram inteligência sobre as defesas ao apreender um pataxó com destino ao Rio da Prata e invadiram o porto de Salvador, no mês de abril. Quando os bombardeios foram iniciados, Cristóvão de Barros – Provedor-mor e Governador-geral interino – exercia suas atividades no Recôncavo e, ao ouvir as explosões, organizou uma armada composta por cinco barcas, que costumeiramente levavam cana e lenha aos engenhos<sup>16</sup>.

Os conflitos que se seguiram foram presenciados pelo mercador *Miguel Fernandes*, filho de Dinis Eanes, ambos cristãos-novos provenientes da cidade do Porto. Seu pai demonstrava distinção nos negócios, considerando sua atuação no arrendamento das receitas alfandegárias nessa cidade, além de deter de  $\frac{1}{3}$  da aparelhagem e artilharia da nau São Salvador, circulante entre o Porto e a Sicília, o que lhe rendia contatos entre os mercadores-banqueiros florentinos – incluindo Lucas Giraldes, que se tornou Capitão-donatário de Ilhéus<sup>17</sup>. Entretanto, como Lucas Giraldes, os interesses de Dinis Eanes apresentaram uma guinada atlântica por volta de 1570, quando enviou Miguel Fernandes em companhia do cunhado, Hércules Bravo, para cumprir com o período de aprendizado mercantil na Bahia, aos 17 anos, negociando “toda sorte de mercancias” pelos próximos cinco anos (NOVOA, 2016, p. 143).

Considerando serem cristãos-novos, a família não somente descendia dos judeus sefardim coagidos às conversões na Península Ibérica nos finais do século XV, como também, seriam um dos principais focos das perseguições inquisitoriais – percorrendo o mundo numa diáspora<sup>18</sup>. Aqueles que se dedicaram ao comércio ultramarino, passaram a compor parte significativa da comunidade mercantil em atividade nas capitâncias açucareiras, com suas redes de negócios englobando desde seus pares cristãos-velhos, até os flamengos e outros agentes comerciais, de modo a conectarem diversas partes do globo através das trocas<sup>19</sup>. Em decorrência das perseguições inquisitoriais, entretanto, as posições ocupadas por agentes cristãos-novos

<sup>15</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 77-82

<sup>16</sup> SALVADOR, 1918, p. 331-333.

<sup>17</sup> BARROS, 2003, p. 192 – 200;

<sup>18</sup> WACHTEL, 2009, p. 13 – 31.

<sup>19</sup> SILVA, 2012, p. 196; STRUM, 2012, p. 674 – 675.



num determinado feixe de circuitos estariam mais suscetíveis a ablações. Dentre os exemplos desse cenário, estaria a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591), que ao concentrar grande parte de suas atividades sobre os cristãos-novos, terminou provocando o desmantelamento de algumas dessas redes no território, mediante às prisões e a realocação dos agentes, embora muitas outras tenham permanecido, com suas famílias criando raízes nessas terras por gerações a fio<sup>20</sup>.

Não obstante, a expansão portuguesa foi indissociável das guerras e os agentes comerciais não estiveram à parte das normativas gerais previstas para esse exercício. Durante o reinado de D. Sebastião, por exemplo, estatutos como a *Lei das Armas* (1569) previam responsabilidades referentes aos cavalos e arsenais dos súditos, a partir da avaliação das rendas individuais sem isenção às camadas mercantis<sup>21</sup>. Por sua vez, *o Regimento dos Capitães-mores* (1570) indicava a organização dos homens através de listagens divididas por regiões. Essas populações passariam a integrar as *ordenanças* ou tropas auxiliares, destituídas do pagamento de soldo, sob o comando dos Capitães-mores e demais oficiais encarregados<sup>22</sup>. Especificamente no Brasil, os *Regimentos dos Governadores-gerais* traziam diretrizes voltadas à garantia de defesa das capitanias e ocupação das terras, que incluíam as armas que os moradores e senhores de engenho deveriam manter em suas propriedades, além da edificação de torres e casas-fortes, para defesa das fábricas<sup>23</sup>.

Entrementes, os particulares mais abastados seriam ainda incentivados a participarem dos cenários de guerra, para além do que seria previsto nas ordenanças, dispondo de recursos gerais, arcando com despesas, ou mesmo, atuando como combatentes, visando espólios como cargos na governança, sesmarias, cativos indígenas e outras mercês (RICUPERO, 2009)<sup>24</sup>. Esse cenário seria propício à participação de agentes mercantis provenientes de diferentes origens no financiamento das campanhas, das fortificações, ou mesmo, atuando em posicionamentos de relevância dentre os contingentes – a exemplo de Cristóvão Lins, representante mercantil

<sup>20</sup> SILVA, 2012, p. 196; MELLO, 2009, p. 45 – 74.

<sup>21</sup> “Todo mercador, que não tiver renda ou fazenda das quantias sobreditas pelas quais está obrigado a ter cavalo ou cavalos, e as armas atrás declaradas, e tratar com quatrocentos mil réis até quinhentos em dinheiro, será obrigado a ter cavalo e armas, como acima é dito que tudo tenham as pessoas, que tiverem de fazenda as continuas atrás declaradas”. (LEI DAS ARMAS, 1819, p. 17).

<sup>22</sup> SILVA, 2001, P. 78-79.

<sup>23</sup> DIAS, 1921, p. 346 – 348

<sup>24</sup> RICUPERO, 2009, P. 20 – 21.



dos *Fugger* de Augsburgo, que como *Capitão da Gente da Várzea do Capibaribe* participou da conquista do Cabo de Santo Agostinho<sup>25</sup>.

A trajetória de Miguel Fernandes torna-se também um espelho desses elementos. Retomando os fios de seu destino, evidencia-se que após a conclusão do aprendizado mercantil na Bahia, o comerciante retornou à sua cidade natal para, em seguida, vivenciar suas primeiras experiências de guerra nas armadas de D. Sebastião no Marrocos. No entanto, seu envolvimento nesses confrontos ocorreu por apenas 15 dias, em razão do desaparecimento de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir (1578). Com isso, resolveu retornar à Bahia e se dedicar ao ofício mercantil pelos próximos 14 anos, tornando-se ativo nos carregamentos de sal, açúcares, farinha e algodões com destino ao Porto, em 1587<sup>26</sup>. Esse ano, em particular, marca a investida dos corsários ingleses àquele litoral e a participação de Miguel Fernandes nesses confrontos foi descrita pelo próprio Cristóvão de Barros – sendo concebidas a partir de traslados submetidos ao Santo Ofício de Roma, quando Miguel Fernandes e seu sócio, Rui Teixeira, tornaram-se réus naquela jurisdição (1595).

Como narrado por Cristóvão de Barros, esse “cidadão do Porto” esteve presente em Salvador durante o ataque de 21 de abril de 1587, contribuindo às defesas da praia, acudindo à situação pessoalmente, disponibilizando armas de seu arsenal particular e tropas constituídas por criados e seis homens de sua casa; além de ter enviado um sobrinho capitaneando um efetivo constituído por “muitos índios flecheiros” – possivelmente escravizados. No entanto, a presença dos corsários terminou perdurando por vários dias e, no decorrer desse cenário, o mercador terminou ficando responsável pela manutenção das edificações de *Francisco [de] Araújo*<sup>27</sup>, que teria lhe encarregado de algumas *estâncias*, incluindo sua principal, guarnecida com mais de dez homens espingardeiros (NOVOA, 2016, p. 168).

Nos dias 16 e 17 de maio, os corsários destinaram-se às fábricas, onde se apropriaram de parte dos açúcares para o sustento das naus e incendiando o restante da produção, além de pilharem três peças de artilharia encontradas numa caravela, que foi incendiada logo em seguida

<sup>25</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 33; SALVADOR, 1918, p. 198.

<sup>26</sup> COSTA, 2001b, p. 67.; NOVOA, 2016, p. 144.

<sup>27</sup> Francisco de Araújo foi um negociante de pau-brasil, interessado em arrendar o contrato do dízimo “e mais direitos” nas capitânicas da Bahia, Pernambuco e Itamaracá. Suas terras se estenderam pela região do Rio Paraguaçu e em 1575, havia recebido os ofícios de escrivão da Alfândega e da Provedoria dos Defuntos e dos Ausentes. Sua participação na resistência aos corsários ingleses foi reconhecida em *História do Brasil*, por Frei Vicente do Salvador. Sobre isso, ver: RICUPERO, 2009, p. 257; SALVADOR, 1918, p. 331.



(HAKLUYT, 2014, p. 221). Em reação, as tropas coloniais se reagruparam em caravelas, utilizando a artilharia embarcada para disparar contra os ingleses, que desistiram de continuar com as pilhagens e bateram em retirada. Apesar do recuo, os contingentes coloniais desembarcaram e se posicionaram sobre os engenhos, para garantir a proteção das fazendas caso outros ataques acontecessem. Miguel Fernandes teria contribuído à essa linha defensiva, mantendo vigia, cumprindo com as demais tarefas que lhe foram atribuídas, e especificamente, promovendo o sustento das tropas de presídio na fortificação de Francisco de Araújo e outras estâncias, “à custa de muitos cabedais de sua própria fazenda”. Não obstante, sua presença também foi garantida à frente dos combates, através do envio de seu sobrinho *Miguel Gomes Bravo*, novamente acompanhado por criados e escravizados flecheiros (indígenas), de sua casa (NOVOA, 2016, p. 168).

Seria esse outro cristão-novo nascido na cidade do Porto (c. 1565 – 1566) – filho da irmã de Miguel Fernandes, com o cunhado que lhe acompanhou durante a primeira viagem ao Brasil. O nome “Miguel Gomes Bravo” se confunde com homônimos dentro e fora da própria genealogia, a começar pelo avô paterno: também, outro cristão-novo proveniente do Porto que, por sua vez, estaria envolvido com contratos nas Ilhas dos Açores, transações fazendárias e arrendamentos alfandegários<sup>28</sup>. Considerando que o avô materno (Dinis Eanes) também apresenta características similares, não foi extraordinário Miguel Gomes Bravo [neto] ter retornado ao Porto, após combater os corsários ingleses à frente das tropas providenciadas pelo tio, e ter seguido negócios semelhantes, antes de falecer solteiro entre 1603 e 1604 (REVÁH, 1995, p. 577).

Embora sejam necessários mais aprofundamentos acerca de suas atividades, observa-se que não muito distante do ano previsto para o retorno à sua cidade natal, Miguel Gomes Bravo fez o empréstimo de uma quantia à Coroa dos Habsburgo, voltada ao sustento das tropas de presídio na Ilha Terceira dos Açores, em 1590. À época, navios ingleses continuavam a assolar o arquipélago, com as esquadras de Martin Frobisher patrulhando a região na intenção de

---

<sup>28</sup> (SALVADOR, 1976, p. 112). Embora as atividades do avô não tenham se sobreposto cronologicamente às do neto, houve um outro Miguel Gomes Bravo no Brasil, circulando pela Bahia e Rio de Janeiro em finais do XVI – e dando início a uma das famílias senhoriais fluminenses. Entretanto, as informações a respeito desse sujeito não estão de acordo com a genealogia dos Fernandes feita por I. S. Reváh (1995), levando a crer que se trata de outra pessoa. Sobre isso, ver: FRAGOSO, João. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1. P. 46.



promover obstáculos aos circuitos ibéricos, entre julho e setembro de 1590<sup>29</sup>. Nesse momento, uma certidão passada pelo Vedor da Ilha dos Açores (10/09/1590)<sup>30</sup> confirma que o Contador da Gente de Guerra havia “metido em conta” 200 escudos de dez réis castelhanos, para ressarcir um valor anteriormente repassado por Miguel Gomes Bravo, destinado ao pagamento e socorro da infantaria. Mais tarde naquele mesmo ano, uma ordem<sup>31</sup> concedida ao Pagador da Gente de Guerra Castelhana, previa que deveria ser repassada ao “*vecino* da cidade do Porto”<sup>32</sup> a quantia supracitada em dezembro de 1590 – despendida pelo negociante, considerando “não haver dinheiros” para o aprovisionamento das tropas na Ilha Terceira.

Considerando essas características, seria possível apontar como os esforços de Miguel Fernandes e Miguel Gomes Bravo, durante as disputas Anglo-Hispânicas no Atlântico, destinaram-se à beligerância de diferentes maneiras. Não somente como combatentes, mas também disponibilizando contingentes, garantindo o aprovisionamento das tropas, a manutenção de fortificações, ou mesmo, providenciando recursos em campo. Enquanto os destinos do sobrinho se direcionaram aos Açores – como os de seu avô paterno –, Miguel Fernandes se manteve no Brasil tempo o suficiente para que seus serviços encontrassem continuidade nas guerras ocorridas para o estabelecimento da Capitania de Sergipe d’El-Rey, cujos limites se estenderam do Rio Real ao Rio São Francisco e onde, mais uma vez, sua participação aliou os combates aos negócios.

### **Levando guerras à fronteira: Miguel Fernandes e seus espólios na conquista de Sergipe d’El-Rey.**

Tanto a situação referente aos corsários ingleses, quanto as intenções de levar guerras às populações indígenas na fronteira entre Pernambuco e Bahia, estiveram presentes nas ordens que foram atribuídas a Francisco Giraldes, quando foi nomeado Governador-geral do Brasil, em 1588. Segundo consta no *Regimento*<sup>33</sup>, em função dos ataques promovidos por “alguns

<sup>29</sup> ANDREWS, 1984, p. 238-239.

<sup>30</sup> Corpo Cronológico, Parte II, mç. 260, n.º 20

<sup>31</sup> Corpo Cronológico, Parte II, mç. 260, n.º 31.

<sup>32</sup> Na condição de vizinho, ou *vecino*, lhe seriam atribuídos alguns deveres comuns àqueles que compartilhavam essa condição de status, como, por exemplo, ser residente na comunidade, pagar impostos, dentre outras despesas públicas, ou mesmo, prestar serviços à milícia local. A condição de vizinho ou “*vecindad*” referia-se ao pertencimento do indivíduo a determinada comunidade, garantindo-lhe um conjunto de privilégios, direitos e deveres. Em suma, seria uma aproximação castelhana à condição de “morador” vista em Portugal e suas colônias (HERZOG, 2003, p. 18).

<sup>33</sup> *Treslado do Regimento*, 1906, p. 220 – 236.



navios de corsários ingleses” à Bahia, seria necessário um reforço às defesas, através de medidas como a patrulha do litoral e outras. Também, sendo informado de que na fronteira entre a Bahia e Pernambuco haveria cerca de 3.000 indígenas fortificados impedindo o trânsito por terra entre as capitanias e se levantando contra as fazendas na região, D. Filipe II atribuiu ordens no mesmo documento para que o Governador-geral avançasse contra essas nações<sup>34</sup>.

Apesar da nomeação, Francisco Girdes não chegou a exercer oficialmente a posição e o desempenho das ordens previstas foram executadas por uma *junta governativa*, cujos nomes envolvidos incluíam o Provedor-mor *Cristóvão de Barros*. Previamente, incursões escravistas culminaram na disseminação dos currais de gado da Casa da Torre sobre a região, mas não contribuíram efetivamente ao povoamento ibérico<sup>35</sup>. Esses movimentos respondiam não apenas às demandas escravistas, mas também, a ocupação de novas áreas e a indústria açucareira exigiam o desenvolvimento de mecanismos internos capazes de suprir as necessidades de abastecimento, abrindo margens à pecuária como sustentação dessa economia e impulsionando a conquista dos sertões<sup>36</sup>. Em vista dessas e outras condições, recaiu sobre Cristóvão de Barros a responsabilidade de arregimentar os efetivos, compostos por uma maioria de indígenas aliados e uma minoria de colonos dispostos a escravizar os Cariris dessa fronteira – representados pelo Chefe Baepeba – através dos princípios de “guerra justa”<sup>37</sup>.

Os Cariris passaram a habitar as várzeas dessa fronteira após as incursões escravistas alterarem a configuração das populações que viviam na região<sup>38</sup>. No início de 1590, esse núcleo encontrava-se fortificado entre três cercamentos, cujas tropas a mando de Cristóvão de Barros sitiaram, formando trincheiras e cortando o suprimento d’água (SALVADOR, 1918, p. 335). Dentre os sitiantes, estaria Miguel Fernandes. Segundo consta na documentação repassada ao Santo Ofício, Cristóvão de Barros afirma que promoveu esse avanço em justificativa às "mortes

<sup>34</sup>Traslado do Regimento, 1906, p. 224.

<sup>35</sup> Garcia D’avila seria o responsável pela Casa da Torre e um dos principais latifundiários no Brasil. Seus interesses foram relevantes à conquista de Sergipe, sendo o responsável pelas incursões escravistas prévias e, depois, contribuindo à arregimentação das tropas de Cristóvão de Barros, cedendo a Casa da Torre para que servisse de base à campanha, além de fornecer peças de artilharia e os demais necessários. (FREIRE, 1891, p. 18-19; NUNES, 1989, p. 26-32. PESSOA, 2006, p. 120 – 241).

<sup>36</sup> PUNTONI, 2002, p. 21- 34; SAMPAIO, 2016, p. 322.

<sup>37</sup> “O principal caso reconhecido de escravização legal é o que procede da guerra justa. Conceito já antigo, a guerra justa é motivo de muita discussão a partir do século XVI, quando deve ser aplicada a povos que, não tendo conhecimento prévio da fé, não podem ser tratados como infiéis. As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra Vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a Violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados”. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123).

<sup>38</sup> HEMMING, 1978, p. 93;612



de cristãos e muitos insultos que tinham feito", além do comércio que tinham com os franceses, acolhendo-os em seus portos e carregando suas naus com pau-brasil, pimenta e algodões, abrindo margens para que os franceses tomassem proveito dessa posição para investir contra as embarcações provenientes do reino e pilhassem suas mercadorias. Enfatiza, ainda, como teria desbaratado o Chefe Baepeba e os outros principais das fortalezas que o acompanhavam, no Rio Sergipe "e sua comarca" (NOVOA, 2016, p. 166).

Miguel Fernandes teria participado pessoalmente, dispondo de armas, quatro homens brancos, escravizados e cavalo à sua custa – um indicativo de sua posição social, em meio aos regimentos<sup>39</sup>. Durante seis meses esteve ao lado de Cristóvão de Barros, em todos os encontros que teve com os inimigos, além de ter sido um dos primeiros a avançarem sobre a cerca principal, onde estaria fortificado o Chefe Baepeba. Os 4 homens brancos que acompanharam o mercador, seriam espingardeiros. Os escravizados estariam em 27, além de serem todos "flecheiros", indicando que seriam novamente cativos indígenas. Muito de sua fazenda foi gasta, considerando que os conflitos ocorreram a sessenta léguas da cidade e Miguel Fernandes precisou levar carros e bois para carregar os mantimentos de sua tropa. Através desses meios, terminou contribuindo também ao transporte da artilharia real, sem que da Fazenda Régia saíssem soldos ou provimentos (idem, p. 167).

Não raro, as carroças de boi faziam-se presentes nas guerras coloniais, sendo utilizadas para questões logísticas e de mobilidade das tropas, dependentes do transporte de artilharia em terrenos íngremes (WALTER, 2016, p. 30). Esses meios de transporte foram utilizados pelos mercadores que se envolveram nas guerras através de suas próprias iniciativas, visando comercializar provisões básicas com as tropas ao absorver os custos da compra, transporte e redistribuição dos produtos: o que influenciaria nos preços cobrados em campo, quando barganhados diretamente com os soldados. Segundo David Parrott (2012, p. 203), esses agentes poderiam desempenhar uma peça-chave no sustento direto das tropas, garantindo o fornecimento de provisões em microescala. Considerando o papel de Miguel Fernandes no

---

<sup>39</sup> Segundo consta na *Lei das Armas* promulgada no Reinado de D. Sebastião, a partir de determinada renda os súditos estariam previstos a terem cavalos e outras peças referentes aos arsenais pessoais. Entretanto, os moradores das ilhas e do Brasil estariam isentos de terem os cavalos, considerando a qualidade do terreno considerada imprópria para tanto. Além disso, a cavalaria vinha perdendo espaço para a infantaria, principalmente no ultramar, em decorrência das adversidades do terreno e outros fatores logísticos, embora o prestígio simbólico deste seguimento ainda encontrasse continuidades, tornando-se sobretudo um elemento de distinção. Andar a cavalo assumiu características de distinção social, quando não especificamente de nobreza, independentemente das funções militares inerentes (CURTO, 1997, P. 114-117; LEI DAS ARMAS, 1816, P. 18.)





aprovisionamento das estâncias durante a invasão corsária, assim como o transporte de artilharia e mantimentos na conquista de Sergipe, seria possível levantar a hipótese de que este esteve envolvido na comercialização de suprimentos diretamente às tropas, em ambos os momentos, desempenhando a função de “*vivandeiro*” – aquele que segue as tropas, negociando víveres (VALDEZ, 1866, p. 130).

Entretanto, os lucros não seriam os únicos espólios que os mercadores poderiam conseguir através das guerras. Passados os conflitos, ficou a cargo do Governo-geral distribuir *títulos de cavalaria* àqueles que apresentaram maior destaque nas campanhas, mediante a aprovação régia<sup>40</sup>. Com efeito, seria essa a principal finalidade dos traslados apresentados por Miguel Fernandes ao Santo Ofício de Roma: Cristóvão de Barros não somente relatava sua participação na resistência às invasões corsárias e na conquista de Sergipe, como também, provia-lhe com o título de *cavaleiro* e certificava a nomeação (NOVOA, 2016, p. 167). Embora essa concessão esteja em consonância à *economia das mercês*<sup>41</sup>, os caminhos trilhados pelo mercador nesse “pós-guerra” terminariam por destoar dos padrões observados por autores como Rodrigo Ricupero (2009), ou João L. R. Fragoso (2007). Isso se daria, considerando que Miguel Fernandes representa uma exceção aos padrões encontrados por esses autores a respeito dos “conquistadores”, que não raro buscaram nas guerras coloniais uma maneira de se estabelecerem no território através de sesmarias, acumulando cargos na governança e passando a compor a elite colonial/nobreza da terra<sup>42</sup>.

Sua experiência aproximou-se mais daquilo que L. F. de Alencastro (2000) concebe como o “homem ultramarino”, ou aquele que constrói sua carreira auferindo lucros, recompensas e títulos na corte em diferentes espaços, ao invés de concentrar sua mobilidade social numa única praça, como o “homem colonial”<sup>43</sup>. Influenciando essas condições, estiveram

<sup>40</sup> Traslado do Regimento, 1906, p. 232

<sup>41</sup> A possibilidade de ingresso nas ordens militares seria um dos principais atrativos para que os indivíduos guerreassem nas conquistas ultramarinas, agregando status e tornando-se uma das possíveis recompensas vinculadas à economia das mercês – ou um contínuo de prestação de serviços à Coroa, em troca de agradecimentos destinados àqueles que atuavam diretamente em suas empreitadas, ou investiam cabedais. No entanto, os estatutos de pureza do sangue representariam um obstáculo a quaisquer candidatos que apresentassem máculas mecânicas, ascendência judaica, ou moura. Com isso em mente, nota-se que não foram encontradas confirmações da concessão do título, na chancelaria régia. Possivelmente, isso se dá considerando que embora Cristóvão de Barros desfrutasse dos poderes de nomeação, essas atribuições ainda dependiam da confirmação da Coroa. Sobre esses aspectos, ver: OLIVAL, 1999, p. 30-34; 67 – 73.

<sup>42</sup> Para uma visão geral de suas perspectivas, ver: ALMEIDA; FRAGOSO; SAMPAIO, 2007, p. 19-29; RICUPERO, 2009, p. 13 – 25.

<sup>43</sup> ALENCASTRO, 2000, p. 103-104.



não somente a natureza circulante das trocas, como também, as perseguições que impulsionavam a diáspora dos cristãos-novos<sup>44</sup>. Mais precisamente, quando chegou ao conhecimento dos inquisidores portugueses, em 1597, que Bento Teixeira – seu primo e autor da *Prosopopeia* (1601) – havia discutido a vinda do messias na casa de Miguel Fernandes, na Bahia, o mercador já não se encontrava mais nessas terras, tendo retornado para Portugal em 1593, possivelmente como medida preventiva à Primeira Visitação Inquisitorial<sup>45</sup>.

Sua estadia em Portugal foi breve, considerando ter migrado à Pisa em 1594, junto do sócio – sogro e primo – Rui Teixeira. Embora seu pai tenha estabelecido conexões com mercadores-banqueiros florentinos, esse deslocamento ocorreu a partir de um pedido do Grão-Duque da Toscana, Fernando de Médici, para que Rui Teixeira e sua família passasse a viver em Pisa<sup>46</sup>. Possivelmente, essa atitude esteve vinculada às “*Leggi Livornine*” (1591 – 1593): ou privilégios concedidos aos mercadores estrangeiros, na intenção de atrair oportunidades de comércio à região. Aos judeus e conversos ibéricos, essas políticas se tornaram atrativas por oferecerem concessões até então não vistas em outras partes da Europa, embora a licença partida dos reinos ibéricos fosse dificultada, pela própria condição de cristão-novo<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Como vêm sendo disposto, as características presentes na trajetória de Miguel Fernandes não constituem um “padrão” dos cristãos-novos mercadores no território, no sentido de que muitos continuaram no Brasil. Um exemplo de contraste seria Ambrósio Fernandes Brandão, que embora tenha seguido caminhos similares ao participar das guerras em Alcácer-Quibir e depois na conquista da Paraíba como de Capitão dos Mercadores, terminou conseguindo cargos na administração pública, sendo agraciado com sesmarias e construindo engenhos, repassados às gerações futuras na Paraíba. Essas evidências reforçam a proposta de Janaína G. F. e Silva acerca das redes mercantis nas quais os cristãos-novos atuavam como sendo organizações heterogêneas e compostas por interesses diversos (2012, p. 14-15), além de reiterar o comportamento dos mercadores que se tornaram combatentes aproximando-se da dicotomia proposta por Alencastro (2000, p. 103-104), acerca do homem ultramarino e do homem colonial. Sobre Ambrósio Fernandes Brandão, ver: BRANDÃO, M. E. D. M.; MENEZES, M. V. D. *Mercados, guerras e mercês: a mobilidade social no Antigo Regime através da trajetória e Ambrósio Fernandes Brandão, mercador, cristão-novo nas capitâneas do Norte*. História Unicap, Recife, v. 7, n. 13, jan./jun 2020; PEREZ, M. S. *Diálogo de las grandezas de Brasil*. Doce Galles Ediciones: Madrid, 2020. P. 27 - 43.

<sup>45</sup> RIBEIRO, 2006, p. 78; 197 - 198.

<sup>46</sup> Enquanto servia como coletor apostólico em Portugal, Fabio Biondi trocou correspondências com Fernando de Médici, nas quais o Grão-Duque pedia para que o coletor procurasse uma licença para que Rui Teixeira e sua família deixasse o reino e fosse viver em Pisa. Transcrições parciais do documento consultado podem ser encontradas na Base de Dados MIA, do *Medici Archive Project*, mapDocId# 27440. Originalmente, a carta encontra-se disponível na coleção *Mediceo del Principato*, volume 840, presente no Archivio di Stato di Firenze.

<sup>47</sup> TRIVELLATO, 131 – 136; Segundo consta nas correspondências trocadas entre Fabio Biondi e Fernando de Médici, o coletor menciona as diligências envolvidas nesse processo: “(...) Fu dato ordine, che si pigliasse informatione della persona, et della famiglia del sopradetto Rui Texiera conforme al solito, et mi disse, che non si trovando cosa alcuna contro della sua persona et della sua famiglia, daria ogni sodisfattione à Vostra Altezza, se ben con molta difficultà si sogliono dar queste licenze à Christiani novi, contro quali si fa esquisita diligenza per veder se fanno macchia” MIA, mapDocId# 27440.



Entrementes, seus interesses voltavam-se à Roma. Buscando estabelecimento nessa cidade, no ano seguinte, ambos os comerciantes procuraram a assistência de Jerônimo da Fonseca – um cristão-novo vinculado aos *Mercatore Romanam Curiam Sequens*, ou mercadores-banqueiros residentes em Roma, encarregados de fazer empréstimos à Cúria Papal e administrar as receitas dos estados papais<sup>48</sup>. Não tardou para que os recém-chegados fossem denunciados por crimes de *apostasia*, após Miguel Fernandes tecer comentários junto ao sócio, a respeito da quantidade de Igrejas com nomes similares naquela região. Durante o processo, quando pedido para narrar o curso de seu destino até então, o comerciante destacou seu ofício mercantil, ter recebido letramento de um Padre Teatino, sua breve experiência na Campanha de Alcácer-Quibir e as guerras travadas contra “os mouros ou gentis” no Brasil em companhia de Cristóvão de Barros (NOVOA, 2016, p. 144).

Segundo James N. Novoa (2016), os traslados apresentados ao Santo Ofício representaram uma das maneiras encontradas pelo cristão-novo de defender-se das acusações de blasfêmia, demonstrando estar em sintonia com o “zelo” cristão associado às guerras ultramarinas contra aqueles que apresentavam um risco à fé católica e com o alto escalão da Coroa dos Habsburgo no Brasil (2016, p. 139). Em desfecho, ambos os sócios foram afiançados por Jerônimo da Fonseca ainda em 1595, num valor de 1.000 *scudi* de ouro, vendo-se livres das acusações de apostasia e com as gerações seguintes encontrando continuidade em Pisa (idem, p. 137).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indivíduos como Miguel Fernandes e Miguel Gomes Bravo representam exemplos de sujeitos que passaram despercebidos entre o silêncio das fontes e a historiografia. Durante os saques dos corsários ingleses na Bahia, o primeiro arregimentou sua própria tropa, composta por escravizados indígenas flecheiros e arcabuzeiros de sua casa. Embora não tenha ficado à parte dos confrontos, terminou por enviar seu sobrinho, Miguel Gomes Bravo, à frente desse contingente, enquanto tratava de negócios ao aprovisionar e garantir a manutenção das estâncias de Francisco de Araújo, ao providenciar recursos em campo aos espingardeiros de presídio nos engenhos. Por sua vez, as disputas Anglo-Hispânicas manifestaram-se também nos Açores,

---

<sup>48</sup> NOVOA, 2016, p. 131; GILBERT, 1980, p. 65



onde Miguel Gomes Bravo garantiu créditos à Coroa para o sustento das tropas fortificadas na Ilha Terceira, sendo ressarcido diretamente pelos oficiais responsáveis pela Gente de Guerra na região.

Continuando no Brasil e participando da conquista de Sergipe, Miguel Fernandes novamente arregimentou sua tropa particular. Dessa vez, percorreu a fronteira entre as principais capitanias açucareiras junto de Cristóvão de Barros por seis meses, dispendo de arsenais próprios, montaria e carregando a artilharia régia num carro de boi, que servia para levar o sustento de seu contingente e, possivelmente, barganhar recursos em campo com os demais combatentes – papel desempenhado em campo pelo vivandeiro. Por esses serviços, foi-lhe concedido o título de *cavaleiro* pelo então Governador-geral interino, tornando-se uma das provas apresentadas ao Santo Ofício de Roma para defender-se das acusações de blasfêmia naquela jurisdição. Diferente dos homens coloniais, Miguel Fernandes tornou-se um homem ultramarino. Ao invés de utilizar-se das guerras atlânticas para acumular cargos e sesmarias, utilizou-se das conexões de sua família com os mercadores-banqueiros florentinos, mediante as oportunidades de negócios aos comerciantes estrangeiros e os privilégios concedidos aos cristãos-novos, que Florença tinha a oferecer.

Para esses comerciantes, as matérias de guerra no Atlântico – entre o aprovisionamento de tropas, empréstimos para o sustento de fortificações e a comercialização de suprimentos – tornou-se não somente um veículo para o acúmulo de prestígio. As guerras e o comércio impactaram suas trajetórias e atividades mercantis, de maneira a tornar a própria guerra uma oportunidade de negócios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI- XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos.** América lusa, séculos XVI e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDREWS, Kenneth R. **Elizabethan Privateering: english privateering during the spanish**



war (1585 - 1603). Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

\_\_\_\_\_. **Trade, plunder and settlement:** maritime enterprise and the genesis of the British empire, 1480 - 1630. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Corpo Cronológico, Parte II**, mç. 260, n.º 20

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Corpo Cronológico, Parte II**, mç. 260, n.º 31

BARROS, Amândio Jorge Morais. **Quem eram? de onde vinham? para onde iam? as relações comerciais marítimas entre a cidade do Porto e os domínios da Coroa de Aragão nos séculos XV e XVI.** El món urbà a la Corona d'Aragó del 1137 als decrets de Nova Planta: XVII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó. Barcelona: Universitat de Barcelona. 2003.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. **A CONQUISTA DO RIO RUIM: A PARAÍBA NA MONARQUIA HISPÂNICA (1570-1630)** (Tese de Doutorado). Salamanca: Universidade de Salamanca, 2020.

SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos e Mofatras:** o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - 1759). 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2020.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI - XVII):** ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; Fapemig, 2009.

COSTA, Leonor Freire. **O Transporte no Atlântico:** as frotas do açúcar (1580-1663). Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Transporte no Atlântico:** as frotas do açúcar (1580-1663), Apêndices. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

CURTO, Diogo Ramada. A Cultura Política. In: MATTOSO, José. **História de Portugal:** No alvorecer da modernidade. Lisboa: [s.n.], v. 3, 1997.

DIAS, Carlos Malheiro. **História da colonização portuguesa do Brasil:** Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, v. 3, 1921.

EBERT, Christopher. **Between Empires:** Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550 - 1630. Leiden; Boston: Brill, 2008.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia Colonial. In: PAULA, E. S. D. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e Migração.** São Paulo: XXXI, Coleção de revista de História sob a direção do Prof. Eurípedes Simões de Paula., 1969.



GILBERT, Felix. **The pope, his banker, and Venice**. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1980.

GLETE, Jan. **Warfare at sea, 1500-1650: Maritime conflicts and the transformation of Europe**. London: Routledge: Taylor & Francis Group, 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaio, II: Sobre a História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora Lisboa, 1968.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585 - 1630**. [Ebook]. ed. Bauru: Edusc, 2007.

HAKLUYT, Richard. The voyage of M. Robert Withrington, and M. Christopher Lister intended for the South sea (.). In: HAKLUYT, R. **The Principal Navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English Nation**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 11, 2014.

KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: : Biblioteca do Exército Ed., 2000.

LANE, Kris. **Pillaging the Empire: Global Piracy on the High Seas, 1500 - 1750**. 2ª ed. New York; London: Routledge, 2016.

LEI DAS ARMAS, que cada huma pessoa he obrigada ter em todos os Reinos, e senhorios de Portugal. In: **Leys, e provisões que elrey Dom Sebastião nosso senhor fez depois que começou a governar**. Impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570. Coimbra, na real imprensa da Universidade, 1816.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O comércio ultramarino. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, v. 3, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Portugal na Monarquia dos Habsburgo. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. **História de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

MORRIS, Michael A. **The Strait of Magellan: International Straiths of the World**. Dordrecht; Boston; London: Martinus Nijhoff Publishers, v. 11, 1988.

NOVOA, James Nelson. **The Many Lives of Two Portuguese Conversos: Miguel Fernandes and Rui Teixeira in the Tribunal of the Holy Office in Rome**. Hispania judaica bulletin, Jerusalem, v. 12, 2016.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Universidade de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.



OLIVAL, Fernanda. **Honra, mercê e venalidade:** as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641 - 1789). (Tese). Évora: Universidade de Évora, 1999.

PLANK, Geoffrey. **Atlantic Wars:** from the fifteenth century to the age of revolution. New York: Oxford Press, 2020.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 - 1720. São Paulo: FAPESP, 2002.

REVÁH., Israël Salvator. **Des Marranes a Spinoza. Paris.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1995.

RIBEIRO, Eneida Beraldi. **Bento Teixeira e a 'Escola de Satanás':** o poeta que teve a 'prisão por recreação, a solidão por companhia e a tristeza por prazer'. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RICUPERO, Rodrigo. **A Formação da Elite Colonial, Brasil c. 1530 - 1630.** São Paulo: Alameda, 2009.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil por Frei Vicente do Salvador, natural da Bahia.** São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e Reflexos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: Fragoso, João; Gouvêa, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos:** Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550 - 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. **Cristãos-novos nos negócios da Capitania de Pernambuco:** relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes e comércio entre os anos de 1580 e 1630. (Tese de Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo e a boa ordem da sociedade colonial.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

STRUM, Daniel. **O comércio do açúcar:** Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630). Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2012 [Ebook].

THE MEDICI ARCHIVE PROJECT. **MIA Database**, mapDocId# 27440

TRESLADO do Regimento que levou Francisco Geraldês que sua magestade ora mandou or guovernador do Estado do Brasil em março de 88. In: IHGB **Revista, do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.** Part I. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. Tomo LXVII., 1906.



TRIVELLATO, Francesca. **Familiaridade entre estranhos:** a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na idade moderna. Lisboa: Edições 70, 2020.

VALDEZ, Manuel do Canto e Castro Mascarenhas. **Dicionário Español-portugués:** el primero que se há publicado. Tomo Tercero. La Imprenta Nacional, Lisboa: 1866.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-História:** os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WACHTEL, Nathan. **A fé na Lembrança:** Labirintos Marranos. São Paulo: Editora da Unversidade de São Paulo, 200

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: maio/2023**





**QUERELA SOBRE OS MARES: AS DISPUTAS ENTRE PAISES  
BAIXOS E PORTUGAL NO CONTEXTO DA ERA FILIPINA, NA TESE  
“DO JUSTO IMPÉRIO ASIÁTICO DOS PORTUGUESES” DE  
SERAFIM FREITAS (1609-1625)**

***QUESTION OVER THE SEAS: THE DISPUTES BETWEEN THE  
NETHERLANDS AND PORTUGAL IN THE CONTEXT OF THE  
PHILIPPINE ERA, IN THE THESIS “THE JUST EMPIRE OF THE  
PORTUGUESE IN ASIA” BY SERAFIM FREITAS (1609-1625)***

Arnaldo M. Szlachta Junior<sup>1</sup>

Sezinando Luiz Menezes<sup>2</sup>

Felipe Augusto Fernandes Borges<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho busca demonstrar os argumentos do Jesuíta Serafim Freitas em sua tese “Do justo Império asiático dos portugueses” (1625) que ficou conhecida também como *Mare clausum* que se trata de resposta ao documento *Mare Liberum* (1608) do jurista holandês Hugo de Grotius, que destaca a liberdade sobre os mares para todas as nações. Freitas usará de argumentos da fé, das leis romanas e de uma lógica renascentista para provar que os portugueses é que seriam os senhores do mar. Para esse artigo, focamos na análise dos quatro primeiros capítulos da tese de Freitas, na qual são exaltados os feitos portugueses como argumentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serafim Freitas, União Ibérica, Domínio sobre os mares

**ABSTRACT:** The present work seeks to demonstrate the arguments of the Jesuit Serafim Freitas in his thesis “The just Empire of the Portuguese in Asia” (1625) which became also known as *Mare clausum* which is a response to the document *Mare Liberum* (1608) by the Dutch jurist Hugo de Grotius, which highlights freedom over the seas for all nations. Freitas will use arguments from faith, Roman laws and a Renaissance logic to prove that the Portuguese would be the masters of the sea. For this article, we focused on the analysis of the first four chapters of Freitas' thesis, in which Portuguese achievements are exalted as arguments.

**KEYWORDS:** Serafim Freitas, Iberian Union, Dominion over the seaser the seas.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá, professor do Departamento de Ensino e Currículo, do programa profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA e do Programa de Pós-graduação em História - PPGH da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [arnaldo.szlachta@ufpe.br](mailto:arnaldo.szlachta@ufpe.br)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: [sl.menezes@uol.com.br](mailto:sl.menezes@uol.com.br)

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do Instituto Federal do Paraná, campus Pitanga. E-mail: [felipe.borges@ifpr.edu.br](mailto:felipe.borges@ifpr.edu.br)



## INTRODUÇÃO:

A concepção de Liberdade para a navegação é um princípio do direito internacional muito antigo, e surge da querela de duas teses, a do jurista holandês Hugo de Grotius conhecida como *mare liberum*, e do jurista e jesuíta português Serafim Freitas *Mare clausum*. Dessa disputa entre os intelectuais instaurou-se a liberdade dos mares.

Neste artigo, inicialmente vamos apresentar o contexto político, econômico e religioso no qual essa disputa se estabelece, e na sequência traremos brevemente, uma análise documental da tese de Freitas, entendendo que o domínio dos mares deveria ser concedido aos portugueses.

Ao direcionar nossos olhos para o século XIV, fica claro que Portugal inicia o processo de expansão sobre os mares através da chegada às Índias fazendo o périplo africano, foram mais de 80 anos entre a primeira conquista em Ceuta no norte da África até a chegada de Vasco da Gama (1469-1524) em Calicute na Índia no final do século XV. Uma rede comercial, muito estruturada, foi formada por intelectuais, exércitos e navegadores que conduziam as embarcações e edificavam as conquistas em nome da fé cristã.

Ainda no final do século XV, Cristóvão Colombo (1451-1506) lança a Espanha, que finalizava sua unificação com o casamento de Isabel e Fernando, na disputa pelos mares e possíveis caminhos para as Índias. Dessa forma, após Portugal negar a *Bula Intercontera* (1493), as nações Ibéricas chegam a um acordo em 1494 com o Tratado de Tordesilhas que garantia a navegação o domínio de terras das Índias aos portugueses. Outras nações como a França de Francisco I (1494-1547) questionaram prontamente o acordo com a chancela da Igreja, e as tensões sobre os mares aumentariam após a Reforma Protestante, e com o pleno domínio espanhol com a União Ibérica (1580-1640).

## A união das Coroas Ibéricas, lusos no horizonte do Império de Felipe II

Felipe II da casa dos *Habsburgos* promove a união das coroas ibéricas, o que já fora muito desejado por outros monarcas espanhóis, que em escritos, deixaram claro o interesse em retomar a costa atlântica da península desmembrada na época no então reino de Leão. Em 1578, houve o desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir. Com a ausência do



rei, assume a regência seu tio-avô, o Cardeal Dom Henrique, que além de clérigo era idoso. Inicia-se uma disputa cercada pela expectativa da sucessão do Dom Sebastião.

Houve vários concorrentes, mas com uma boa articulação diplomática, com uma custosa campanha para a cooptação dos membros da aristocracia e do clero, bem como através de campanhas militares para a defesa de legitimidade dinástica através de uma linha de sucessão não comum para a coroa espanhola, visto que Felipe (que seria coroado como Felipe II), era neto por linha materna de Dom Manuel, o Venturoso, e por mais que parecesse entranha uma linhagem materna, os portugueses utilizaram esse mesmo argumento para legitimar a linhagem presente nas relações entre a dinastia de Avis e a casa dos Habsburgos. Dom João III de Portugal era casado com Catarina da Áustria, irmã de Carlos V, assim como a esposa do imperador, Isabel de Avis, era irmã do rei Dom João III. Essas conexões matrimoniais foram empregadas como um fundamento para consolidar a legitimidade e estreitar os laços entre as duas dinastias. (TAPIOCA NETO, 2016)

Além da herança sanguínea argumentavam também sobre os laços conjugais, já que Felipe II teve um casamento curto com sua dupla prima Maria Manuela de Avis (1527-1545). A união ocorreu em 1543, quando a filha de Dom João III casa-se com Felipe, o então príncipe de Astúrias e o herdeiro do trono espanhol. Na ocasião, ambos tinham dezesseis anos de idade.

Logo após o casamento, o casal visitou a Rainha Joana I de Castela no castelo de Tordesilhas. Nos diários oficiais, a rainha demonstrava felicidade em ver seu neto casado, e esperança numa possível unificação dos reinos de Portugal e Espanha (KAMEN 2003, Apud TAPIOCA NETO 2016). O jovem casal tem um filho em 1545, Carlos, que nasceu com deformação física e problemas mentais, possivelmente fruto do casamento consanguíneo. Carlos morreu jovem em 1568. O casamento não chegou a completar 3 anos com a morte prematura da Maria Manuela ainda em 1545. Apesar do casamento de Felipe e Maria Manuela dava claros indícios de que ambos não eram felizes, e segundo relatos do próprio Carlos V, Felipe se interessava por outras mulheres, sendo muito frio, com a jovem Maria Manuela

Com essa argumentação, intelectuais, aristocratas e militares buscaram vencer a disputa pelo trono e anexar os territórios lusos e suas colônias ao império espanhol. Felipe II foi jurado rei de Portugal em 16 de abril de 1581 nas Cortes organizadas na vila de Tomar, isto porque a cidade de Lisboa sofria uma epidemia de peste, quando é assinado pelo monarca espanhol um



acordo (Tratado de Tomar) que garantia a autonomia de Portugal na organização do império espanhol.

Felipe II teria pronunciado “*Portugal, yo lo heredé, yo lo compre, yo lo conquiste*”. A fala que foi atribuída ao monarca espanhol de certa forma nos esclarece os altos investimentos que a corte espanhola teria realizado em terras portuguesas. Infelizmente tal fonte não possui um respaldo documental e muitas vezes soa como mais uma das tantas inscrições apócrifas presentes na historiografia.

O historiador Fernando J. Bouza-Alvarez, uma das maiores referências sobre o período filipino, contextualiza o período destacando a habilidade das cortes em negociar termos bastante vantajosos para os portugueses (principalmente a aristocracia) com Felipe II. Por meio do Tratado de Tomar<sup>4</sup>, os nobres portugueses se aproveitaram do ímpeto de conquista a todo custo demonstrado pelo jovem imperador, ao mesmo tempo em que alimentavam a grande intenção de serem aclamados pelas cortes portuguesas, buscando assim legitimidade através do reconhecimento da aristocracia lusitana. “mesmo que não conseguisse através da diplomacia o uso das forças militares seriam a saída” (BOUZA-ALVAREZ, 2000 p.73-74).

Numa outra perspectiva, temos o trabalho de Rafael Valladares, que destaca a capacidade militar do império espanhol naquele momento e apresenta também as várias manifestações de insatisfação da oposição portuguesa à dominação espanhola durante todo o período. Essa perspectiva apresenta que os acordos firmados em Tomar em 1581 não estavam tão seguros. Valladares diz que as iniciativas militares da coroa espanhola ainda não são um aspecto devidamente explorado pelos historiadores, como destaca na citação abaixo em nossa livre tradução<sup>5</sup>:

---

<sup>4</sup> Dentre outros artigos, esse tratado trazia também: Respeitar as liberdades, privilégios, usos e costumes da monarquia portuguesa; a língua nos documentos e atos oficiais continuaria a ser o português; manteria as cunhas e as armas das moedas portuguesas; os cargos de vice-rei ou governador de Portugal deveriam ser mantidos por portugueses ou membros da família real; Os cargos previstos para a Corte e administração geral do Reino seriam sempre preenchidos por portugueses; facilitaria a relações de comércio de Portugal com a Espanha; O comércio da Índia e da Guiné apenas poderia ser feito por portugueses; Não poderiam ser concedidos títulos de cidades e vilas senão a portugueses e a Educação do príncipe Diogo deveria acontecer por sábios lusos em território português. (BOUZA-ALVAREZ, 1987 p.121).

<sup>5</sup> Na obra em espanhol temos a seguinte grafia: *la incorporación de Portugal e la Monarquía Hispánica en función de las prácticas negociadoras antes que de la fuerza militar, argumento que quizás ha hecho desistir a otros historiadores de adentrarse en este fascinante capítulo de la agregación lusa. Tal vez sea ésta la explicación por qué se han producido indudables avances en cuestiones de violencia social en el Portugal moderno mientras la crisis bélica de 1580 no ha entrado aún en la agenda de los investigadores.*



[...] a incorporação de Portugal e da monarquia espanhola em função de práticas de negociação em vez de força militar, argumento que talvez tenha feito outros historiadores desistir de entrar neste fascinante capítulo da agregação portuguesa. Talvez esta seja a explicação por que houve avanços consideráveis em relação violência social na Portugal moderna, enquanto a crise militar de 1580 ainda não entrou na agenda de pesquisadores (VALLADARES, 2008 p. 31)

Ainda segundo o historiador espanhol, a escolha pelo evento ser realizado em Tomar não teria sido por conta da peste, que já havia sido controlada ainda em 1580, mas sim pelo fato do receio da hostilidade que o rei espanhol poderia receber em Lisboa. (VALLADARES, 2000). É certo que Felipe II permaneceu em Portugal até 1583, e de Lisboa conduzia a administração de seu império, consolidando o domínio de Portugal nesses primeiros anos.

O império espanhol chegou ao seu auge composto por territórios de Aragão, Castela, Catalunha, Navarra, Galiza e Valência, Rossilhão, Franco-Condado, Países Baixos do Sul (Flandres), Ilhas Canárias, Maiorca, Sardenha, Córsega, Sicília, Milão, Nápoles; além de territórios ultramarinos na África (Orão, Tunis, Melila, Angola, Madeira, Cabo Verde, Guiné e diversos entrepostos comerciais), na América (some-se a América Portuguesa aos vices reinos e aos domínios.) e na Ásia, as Filipinas. Na política externa encontramos a importante vitória contra os Turcos Otomanos, na Batalha de Lepanto, na Grécia, em 7 de outubro de 1571, com uma esquadra da Liga Santa (República de Veneza, Reino de Espanha, Cavaleiros de Malta e Estados Pontifícios), sob o comando de João da Áustria. (VILADARGA, 2010 p. 310-312)

Felipe II herda um território invejável, e o aumento de suas posses ocorreu por uma soma de ações: sua ambição gigantesca; uma rede de ligação consanguíneas com outras coroas (que era uma prática dos Habsburgos); uma diplomacia pontual e as ousadas iniciativas militares. Felipe II consegue uma vastidão territorial e “o império colonial ibérico, que durou de 1580 a 1640, e que se estendia de Macau, na China, a Potosí, no Peru, foi o primeiro império mundial onde o sol nunca se punha”. (BOXER, 2002, p. 122).

Portugal passa a fazer parte da estrutura imperial espanhola de uma maneira que geralmente é chamada “polissinodal”<sup>6</sup>, na qual o império espanhol articulou instituições que

---

<sup>6</sup> “O conceito de polissinodal é normalmente utilizado para definir as formas jurídicas e institucionais tanto de Portugal quanto de Espanha, antes mesmo da União Ibérica. A percepção de que o poder centralizador da monarquia do Antigo Regime convivia com instituições que possuíam forte autonomia foi interpretado inicialmente como um sinal de fraqueza destes Estados, considerados até então absolutistas. As teses de Hespânia e Vicens Vives, que ressaltaram que a composição destas instituições autônomas em torno do Estado corporativo era da própria natureza do regime, abriu uma nova linha de análise. (HESPANHA e VIVES 1984, apud VILARDAGA, 2010 p. 31)



possuíam um notável grau de autonomia, numa sequência hierárquica clara e definida que se encerrava na realeza, tal sistema demonstrava uma organização corporativa. Dentre essas instituições, uma que se destaca são os conselhos. O conselho de Portugal foi criado em 1582, e foi ocupado por portugueses que desfrutavam de uma autonomia invejável, mas como propunha a organização, deveriam se remeter a Madri, cidade em que se localizava.

Os membros dos conselhos eram integrados à corte e também possuíam prestígio em toda a sociedade espanhola. Assim, o império buscava conciliar interesses, dando a uma pequena parte, mas influente, da aristocracia o poder de atuar em toda organização do que fora o estado português (inclusive as posses coloniais como o Brasil), e ainda viver com o prestígio de uma organização monárquica rica e invejável como a espanhola, e que apesar de uma suposta liberdade dessa nobreza, na prática estava submetida à vontade de Felipe II. (STELLA, 2000)

Uma das estruturas das cortes mais vantajosas para Portugal foi o chamado “Asiento”, que concedia aos portugueses o monopólio do comércio e do tráfico de escravos para toda a América espanhola. Isso possibilitou um lucro muito grande aos portugueses que, por sua habilidade de negociação de mais de um século, acabaram por retirar do processo os genoveses, que realizavam o tráfico negreiro para os espanhóis. Os portugueses conseguiram superar a demanda e ganharam prestígio junto a Felipe II.

Eram diversas as relações comerciais que a Espanha havia firmado com os portugueses, garantindo a entrada de diversos produtos com destaque maior para os vinhos, azeite e especiarias das índias. Os portugueses despertavam muito interesse nas trocas em prata, visto que metais preciosos no Brasil ainda não eram uma realidade. Os Espanhóis utilizavam de entrepostos africanos e asiáticos sem contar a importância da navegação com os suportes que era dado nas ilhas do atlântico: Madeira e o arquipélago de Açores. (ALENCASTRO, 2000)

Havia uma grande promessa, e de fato muitas iniciativas foram concretizadas, criou-se um laço de complementariedade econômica e fiscal, o acesso a espaços estratégicos fora desfrutado por ambos os lados, os portugueses tiveram acesso ao desejado trigo castelhano por preços baixos e muitas vezes realizavam o câmbio direto de produtos, simplificando as trocas e evitando a tomada de galeões por corsários ingleses ou dos países baixos. As trocas econômicas foram importantes e influenciaram o aspecto cultural de ambas coroas e ainda deixavam mais fortalecidos os acordos políticos. (VILARDAGA, 2010 p. 32)



Costumeiramente os historiadores dividem a União Ibérica em dois momentos: uma fase maior na qual a Espanha cumpre as obrigações do Tratado de Tomar; e uma fase derradeira em que se observa uma crise de grandes proporções, principalmente pelo fato dos herdeiros Felipe III e Felipe IV não conseguirem manter o monumental e extenso império devido à diminuição da extração de prata e por conta de um oneroso estado resultado dos vários conflitos travados. Mas uma perspectiva de divisão interessante é a tomada pelo historiador Jean Frederic Schaub (2011), que divide o estudo sobre o período em três fases, classificando-as de acordo com a sucessão da monarquia, e destacando algumas características.

Os reinados do três Habsburgos, iniciando com Felipe II, de 1580 a 1598, nesse momento há um grande respeito ao Tratado de Tomar, mantendo a autonomia portuguesa que o monarca havia assumido; na sequência temos o reinado de Felipe III de 1598 a 1621, que enfrentou grande desgaste político com o Conselho de Portugal e a Corte espanhola; e o terceiro e último período de 1621, início do reinado de Felipe IV, até a restauração da monarquia portuguesa com o Duque de Bragança em 1640. Essa terceira etapa se configurou se caracterizou por uma grande crise na corte espanhola, ganhando força a imagem de um Felipe II humanista e liberal.

Segundo Schaub, essa concepção foi intencionalmente construída nas cortes portuguesas, paulatinamente foi sendo deixada de lado a visão nacionalista e pessimista sobre Felipe II, destaca-se agora que o imperador espanhol teria tirado Portugal de uma situação de caos, mantendo seu compromisso com Portugal seguindo rigorosamente o Tratado de Tomar. Com esse discurso positivo sobre o passado foi constituída a argumentação necessária para levantar o movimento de restauração monárquica que não reconhecia legitimidade nem honra nos descendentes de Felipe II (SCHAUB, 2001 p. 72).<sup>7</sup>

A historiografia portuguesa é marcada geralmente por dois vieses muito fortes em relação às pesquisas sobre a União Ibérica. De um lado, é comum uma perspectiva que coloca a Espanha como grande vilã desse processo, numa espécie de “hispanofobia” que tenta anacronicamente encontrar uma nação portuguesa nacionalista no século XVI, que teria suportado os 60 anos de União Ibérica até a libertação e restauração portuguesa em 1640. De outro, há uma espécie de desprezo historiográfico, incluindo a União Ibérica como um capítulo,

---

<sup>7</sup> Para Alfonso D’Ávila, a versão de que a causa da independência de Portugal fora a “brandura” de Felipe II começou a circular ainda no tempo do Conde Duque de Olivares. (D’AVILA, 1956)



aos acontecimentos que antecederam a magnífica restauração liderada pela casa de Bragança, inclusive, para alguns autores a União Ibérica não teve repercussão alguma ao reino luso e não interferiu em sua dinâmica e organização, visto que houve a manutenção das estruturas políticas estatais que continuaram após a libertação do domínio espanhol. (PAIVA, 2010 p.3)

O historiado Joaquim Veríssimo Serrão, apresenta a perspectiva de uma monarquia dualista, devido ao “ponto assente (ou “Asiento”), não há integração” sendo que Portugal teria apenas sofrido consequências militares e financeiras das loucuras ambiciosas de Felipe II. (SARRÃO, 1982, p...)

Tal perspectiva foi tão enraizada que historiadores que não são portugueses<sup>8</sup>, como Perry Anderson, apontam que a “autonomia constitucional e jurídica dos portugueses foi escrupulosamente respeitada” (ANDERSON, 1989, p 77); da mesma forma Charles Boxer que entende que os monarcas Habsburgos “respeitaram escrupulosamente esse compromisso durante as primeiras décadas do regime” (BOXER, 2002, p 49).

Felipe II teria levado o império espanhol ao apogeu, financiado principalmente pelas ricas minas de prata americanas, mas essa mesma riqueza acabou levando o império ao colapso<sup>9</sup>. Seus sucessores, na tentativa de manter toda aquela estrutura, acabaram enfrentando sucessivas guerras, principalmente com os Países Baixos, aumentando a quantidade de impostos para dar conta da demanda de recursos gastos com soldados. (MAGNOLI, 2012)

A crise tomou o império como um todo, e muito recursos dos tributos portugueses eram direcionados para as guerras, sem contar a diminuição de cargos no império deixando de fora vários aristocratas, principalmente os pertencentes ao Conselho de Portugal. Diante dessa crise, Felipe III e Felipe IV transferiram parte da administração ao que eles chamaram de “válidos” sendo o primeiro o Duque de Lerma (1553 -1625), substituído, por Felipe IV, pelo Conde-Duque de Olivares (1587 -1645). Ambos de origem hispânica, sendo o último um homem humanista, progressista, partidário do governo ativo. (MAGNOLI, 2012)

---

<sup>8</sup> Em alguns textos portugueses como por exemplo nos trabalhos de António Oliveira, possuem um sentimento nacionalista forte que tem uma interpretação dessa fase como um momento de opressão espanhola em que Portugal vivera 60 anos em cativeiro espanhol.

<sup>9</sup> A entrada excessiva de metais e a consequente inflação, bem como o papel que a riqueza metálica teve na destruição de qualquer desenvolvimento burguês na Espanha, alimentando o espírito aristocrático, e distante do trabalho e à mercancia, são a tônica dos trabalhos de Perry Anderson sobre a estrutura do império espanhol e as razões de sua decadência. (ANDERSON, 1989).





Desse modo, com uma política de centralização do poder e a retirada de parte da aristocracia lusitana de cargos da estrutura do governo espanhol, esse posicionamento político somado às atitudes bélicas dos espanhóis, conduziram ao movimento de insurreição que teve seu momento máximo em 01 de dezembro de 1640, no qual os protagonistas eram “fidalgos inflamados por sentimentos patrióticos” (CARDIM, 1998 p.404).

Essa nobreza descontente com as atitudes da corte espanhola enxerga na tradicional casa de Bragança uma possibilidade da retomada do poder pelos portugueses. O Duque de Bragança (1604 -1656) aproveita o momento e lidera um grupo que toma Lisboa em 06 de dezembro de 1640; Felipe IV, que soube um dia depois, considera o movimento uma rebelião e institui o Duque de Bragança como um traidor (SERRÃO, 1982). O rei espanhol envia um comunicado aos portugueses estabelecendo a saída do grupo imediatamente de Lisboa, nessa circunstância o Duque de Bragança teria dito a expressão: “esse natal não será em território espanhol” (COSTA, 1989).

Apesar da chegada de tímidas tropas espanholas ao território, o Duque de Bragança é aclamado rei de Portugal, sendo coroado posteriormente como Dom João IV. A nobreza que antes lutava por mais espaço e por não perder os privilégios na corte espanhola, a partir de agora deveria estruturar o estado e caminhar sozinha após sessenta anos dependente dos espanhóis. A justificação da restauração portuguesa, foi uma tarefa árdua, que contou com Padre Antônio Vieira (1608 -1697), o qual através de seus sermões instituiu a soberania e legitimidade da dinastia recém entronada, colocando Portugal como o Reino Universal Cristão (MAGALHÃES, 2000 p. 326).

### **As armas de Serafim: a razão, a fé e a lei.**

Jurista reconhecido Serafim Freitas (1570-1633), estudou ciências humanas no Colégio Jesuíta de Santo Antão e conseguiu seu doutorado pela Universidade de Coimbra. Em 1600, Valladolid tendo grande destaque como advogado e obtém em 1607 a cátedra de Cânones, já em 1608 entra para o Convento de Nossa Senhora da Mercê.

A lista de suas obras é grande, na imensa maioria dos casos as reivindicações legais e morais são repletas de argumentos vitoriosos. Sobre aqueles que advogou, sem dúvida sua obra mais famosa e de repercussão mundial é *Ivsto Empire Lvsitanorum Asian* (Do justo Império



asiático dos portugueses), escrita em Valladolid em 1624, e publicado em 1625. Tal tese faz parte de uma das controvérsias famosas na história do direito internacional: a questão da liberdade dos mares, que colocou de um lado os holandeses e de outro os portugueses. (CAETANO; MENESES, 1960)

Na sequência apresentamos uma breve análise dos argumentos de Freitas nos quatro primeiros artigos da obra, na qual sua argumentação centra-se no destaque de Portugal como a rainha dos mares. O Jesuíta constrói uma argumentação que une uma herança de séculos da relação do Ibéricos com a Igreja Católica, somada a aspectos da legislação dos povos antigos (principalmente os romanos) utilizando uma retórica própria do renascimento.

Em 1609 o jurista holandês Hugo de Grotius (1583-1645) publica uma tese intitulada *Mare Liberum*<sup>10</sup>, ensaio que defende a ideia de que o mar não deveria ser monopolizado por nenhuma nação, mas, sim, ser um bem para ser desfrutado por todos os povos. Grotius analisa e questiona o aspecto de domínio (*dominium*) pela perspectiva de jurisdição, que possui raízes medievais, porém esse humanista holandês trata como posse de bens, questionando o monopólio de navegação ibérico celebrado com arbitragem da Igreja Católica no final do século XV. (KATOR, 2007 p. 77)

O jurista argumenta contrariamente à legitimação de doação pontifícia bem como todas as prerrogativas da prioridade nos descobrimentos, incluindo as justificativas de tomada consumada pelos costumes ou pelo argumento de guerra justa em águas e territórios asiáticos. Para Grotius, o descobrimento se tratava não de uma missão divina, um fardo eclesiástico entregue a uma determinada nação por vontade de Deus, mas se tratava de “tomar posse de” uma região que formalmente a nação teria direito pelos “atos, ventura, fortuna e moedas” (SEED, 1999 p. 163 Apud KANTOR, 2007, p 78).

O descobrimento seria justo assim como criar títulos de domínio se ocorresse junto da posse, ou seja, dos bens móveis, se estes fossem tomados ou se tratando de imóveis, seriam demarcados por através de traços precisos e guardadas permanentemente (HOLANDA, 1985 p. 310). Utilizando as práticas de ocupações portuguesas, e o afinamento de cruces de madeira espanholas em rotas de navegação, prática presente nas costas litorâneas de diversos

---

<sup>10</sup> GROTIUS, Hugo. Do Direito da Paz e da Guerra. In: **Textos Clássicos de Filosofia do Direito**. Traduzido por Nelson F. Carvalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981. Sobre o tema ver também o artigo de GESTEIRA, Heloisa Meireles. Da Liberdade dos mares: Hugo Grotius e a soberania do Imperium. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo et all. **Olhares sobre o político**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p.175-190.



continentes. Grotius questiona a validade jurídica dos atos de posse, que consistia basicamente numa cerimônia religiosa seguindo os ritos católicos, como ato primário da edificação da conquista. Fica evidente que o trabalho do jurista holandês soa como uma espécie de manifesto político contra as arcaicas práticas jurídicas heranças dos cerimoniais católicos, o documento nos revela ainda que as disputas territoriais, e o entendimento sobre as conquistas (e consequentemente as vantagens econômicas das práticas mercantis), tinha como plano de fundo um humanismo protestante calvinista, que se tornaria preponderante no pensamento jurídico após as revoluções inglesas em meados do século XVII.

Toda essa polêmica causada pela perspectiva de *Mare Liberum* de Hugo Grotius, fez os mapas passarem a ser concebidos com uma fidedignidade muito maior do que se encontrava em séculos anteriores, “Já não são mais apenas bens artísticos de prestígio nas negociações internacionais, mas também parte vital da reivindicação do monopólio colonial” (KATOR, 2007 p. 78)

Nitidamente o processo de expansionismo que os holandeses deflagram durante o século XVI, sendo que o processo se iniciou em fins do século XVI, em diante sobre os mares teve o respaldo teórico de Grotius, tal expansionismo, teve como ponto inicial as invasões ao monopólio ibérico, o que levou os Países Baixos a guerras tanto contra a Espanha, quanto contra Portugal.

Contudo, o pensamento português<sup>11</sup> não se manteve em silêncio. A resposta veio do Frei Serafim Freitas (1570-1633), canonista de Valladolid, num documento de 1625<sup>12</sup> intitulado “Do justo Império asiático dos portugueses”<sup>13</sup>, nesse ensaio Freitas refuta diversos pontos do documento de Grotius citando perspectivas dos direitos sobre a dimensão de conquista em diversos juristas e legisladores cânones como Ovídio e Justiniano. O frei português apresenta os argumentos da prescrição imemorial (decorridos mais de 100 anos) ou por direito consuetudinário. (KATOR, 2007 p. 77)

Freitas discorre que o direito dos reis cristãos detém, é advindo sobre suas obrigações de cristãos de evangelizar os povos gentios infiéis, destaca ainda que antes de qualquer título

---

<sup>11</sup> Portugueses que compunham o Conselho de Portugal (1582-1640) dentro da estrutura de império espanhol que nesse momento já viviam o desgastante reinado de Felipe IV.

<sup>12</sup> Vale ressaltar que a publicação desse documento ocorreu no contexto das tentativas frustradas de os holandeses tomarem Salvador em 1624.

<sup>13</sup> Fonte disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1775494> acesso em 14 de janeiro de 2022.



ou cargo que venha possuir um homem deve ter seus valores cristãos acima de interesses comerciais. Explica que do título de descobrimento vem o princípio de ocupação, e expondo o caso da Ásia, que apesar de ser uma região conhecida, tratava-se de um conhecimento imperfeito e fantasioso, cita ainda a imprecisão das cartografias sobre as terras além do cabo da Boa Esperança feitas por navegadores antes das conquistas.

O poder argumentativo de Freitas está em atuar no mesmo campo de Grotius, ou seja, a argumentação deveria ser racional e de acordo com as tendências renascentistas, mas sem deixar a fé de lado (que era o principal argumento). Assim Freitas constitui um documento amparado no discurso da fé, mas sistematizado pela retórica renascentista dos princípios legais.

Freitas usa a argumentação sobre o “direito natural das gentes”, mas contrapõe Grotius levando em conta o ramo do Direito não somente de um “estado de natureza íntegra”, mas também a um “estado de natureza corrupta” a qual utiliza para todos os aspectos das questões relativas ao domínio e a conquista. Serafim constrói sua argumentação apresentando perspectivas distintas de Ovídio no primeiro livro das *Metamorfoses*, nos escritos de Horácio no livro três, ode 24, e em Claudiano no primeiro livro do *Rapto de Proserpina*. (FREITAS, 1624 p.109)

O Documento prossegue, após abordar as questões sobre o direito de domínio é levantada a questão sobre a liberdade em viajar, com os discursos de soberania em relação aos estados a que pertencem, bem como a ação dos particulares. O direito de soberania se sustentava no argumento da descoberta e ocupação; posse por títulos e indisputada por outras nações, ou seja, a posse e conseqüentemente seu domínio estavam associadas ao reconhecimento da validade das bulas papais. (FREITAS, 1624 p.115)

Verifica-se que Serafim Freitas constrói uma argumentação concisa e articulada. Ele não busca simplesmente defender a legitimidade dos pontífices, ou justificar através de argumentos racionalistas renascentistas, o clérigo busca sustentar que as decisões dos papas, e por consequência da Igreja, são válidas por seguirem conceitos do direito canônico romano e das perspectivas legais. De certa maneira, Freitas avança em sua tese e perpassa o objetivo de contrapor Grotius defendendo todo aspecto intelectual do clero e o poder dos pontífices.

Ao defender o argumento de que as nações ibéricas detêm o poder e a legitimidade das bulas papais ao conceder a exclusividade de comércio e navegação sobre as novas regiões descobertas, Freitas utiliza o argumento do “poder indireto” que os papas possuem, para isso



ele busca referências num outro teórico do período, Álvaro Pais. Pais possui uma narrativa centrada no aspecto mais clerical sobre a ação dos reis, o clérigo espanhol cita na obra *Espelho dos Reis* a figura do rei D. Sancho IV (1258-1295), narrando passagens da taumaturgia, de uma maneira que busca criar uma identidade e colocar a Espanha entre Inglaterra e França, que possuíam a ideia dos reis taumaturgos bem inserida entre a população da época.

Diz-se, também, que os reis de França e Inglaterra, assim como os devotos reis de Espanha, teus antecedentes, tinham virtude sobre os energúmenos e sobre os que sofriam de certas doenças. De facto, quando eu era menino, observei, em teu avô, o ínclito senhor rei Sancho que me alimentava, que expulsou o demônio e deixou curada a uma mulher endemoninhada, que o insultava, enquanto ele tinha o pé sobre a sua garganta e lia num pequeno livro (SOUZA, 2011 p. 197).

Marc Bloch, em seu trabalho “Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra”, apresenta o caso para trazer à narrativa que na Espanha os reis tinham a capacidade de curas as doenças mentais. A busca pelo reconhecimento indenitário espanhol no período fez a própria Igreja defender tais narrativas. “[...] Até onde sei, esse é o mais antigo documento que possuímos sobre o talento exorcista reivindicado pela casa de Castela” (BLOCH, 1999, p. 128). Serafim Freitas constrói seus argumentos com uma gama grande de teóricos, e muitas vezes a imagem de um teórico da Igreja que buscou somente uma narrativa progressista não é real, Freitas é um homem do seu tempo e de um espaço que reflete as mentalidades e contradições, inerentes a diversas épocas.

Para Serafim de Freitas, mesmo o Papa não sendo detentor do poder temporal, ele poderia intervir nas coisas temporais *in ordinem ad bonum spirituale e quaternus necesse ad finem supernaturalem*<sup>14</sup> (FREITAS, 1624 p.119), Freitas sustenta sua argumentação sobre o problema da origem do poder de diferindo com antiga perspectiva *non est potestas nisi a Deo*<sup>15</sup>, difere dessa tese partindo a diferença entre os poderes espiritual e temporal, sendo esse que foi diretamente dado por Cristo a seus sucessores e ordenado como religioso por Deus para fins eclesiásticos, e este que foi concedido pelo Pai Celestial, como pai e criador da natureza ao rei, ou príncipe da República, mediante a luz do curso natural ou, por eleição ou escolha da comunidade, o que é direcionado principalmente para um objetivo natural a este adequado (FREITAS, 1624 p.121)

<sup>14</sup> Na tradução do latim: Para que o bem espiritual na medida necessária para o sobrenatural

<sup>15</sup> Na tradução do latim: Não há poder senão de Deus.



Serafim Freitas logo no início do documento, no primeiro capítulo, vem descrevendo a autoridade portuguesa sobre os mares do mundo. Além de citar o porquê os portugueses possuíam direito total sobre os Mares, Freitas narra os seus feitos heroicos desde a época do Infante Dom Henrique, estabelece que a primeira conquista dos portugueses de Ceuta em 1415 por João I da início das relações comerciais, obviamente Freitas não apresenta como percursos da era moderna visto que tal denominação iria ganhar notoriedade na Europa somente no século XIX. (FREITAS, 1624 p.119)

O intelectual jesuíta usa de uma base argumentativa renascentista, mas expõe argumentos da cristandade como, por exemplo, quando elenca os gloriosos feitos de Dom Dinis em relação à Ordem de Cristo, Freitas demonstra que o Renascimento não necessariamente é uma negação das ideias do mundo bárbaro (VÉDRINE, 1977), mas essa tese deixa muito evidente que o Renascimento não necessariamente demonstra o novo, é importante ressaltar que sua nomenclatura pertence ao momento histórico e que essa busca da intelectualidade queria se demonstrar como algo “novo”, mas que no fundo estava tomada das intenções da época de seu surgimento. Já Jean Delumeau (1993), aponta que o termo necessita de uma ressignificação, pois não se trata de ruptura brusca, de grandes mudanças, mas sim de uma transformação amena, que se desenvolveu a partir de vários resquícios medievais, sendo que esses não foram superados, mas sim ressignificados.

A linguagem de Freitas expõe uma preocupação, visto que o humanismo tão recorrente no século anterior não havia chegado às massas no século XVII, mas sim era mais um dos luxos, uma intelectualidade para as aristocracias (VÉDRINE, 1977, p.54). Havia diversos interesses e motivações para que Serafim Freitas viesse a tentar derrubar a argumentação de Grotius, a defesa do estado nacional português, mesmo que Portugal estivesse sob tutela do reino Espanhol<sup>16</sup>, demonstra a importância da Igreja em retomar a autoridade sobre a concepção de estado nacional. A argumentação de Freitas recorre a isso, demonstra através da tradição a proximidade da Coroa portuguesa com a Igreja (FREITAS, 1624 p.120).

Logo adiante, Freitas argumenta como Isaias teria tido a visão que os portugueses seriam a grande nação que dominariam os mares e os territórios:

---

<sup>16</sup> Para entender melhor a autonomia da soberania portuguesa durante a União Ibérica (1580- 1640), pesquise sobre o Tratado de Tomar (1580).



Os portugueses foram os primeiros a navegar para as índias, Isaias profetizou a os portugueses conquistarem as índias, Apóstolo S. Tomé predisse a nossa navegação para a Índia. S. Francisco testificou que Gama foi o primeiro a chegar à Índia por Mar “Mas, quando faltassem outras provas, bastar-me-ia a autoridade de outro apóstolo do Oriente, Francisco de Xavier, há pouco canonizado por Sua Santidade Gregório XV, o qual clara e seguramente afirmava a Pedro da Silva, filho de Vasco da Gama e capitão de Malaca, que seu pai abria as primeiras portas da Índia com imortal felicidade e suma glória de Deus (FREITAS, 1624 p. 135)

O jesuíta cita os atos heroicos de líderes portugueses, dando destaque a Dom Sebastião e sua conquista na África, demonstra seu ato heroico, e ainda corrobora a imagem do rei que “desaparece para os céus”, cita ainda que o sucessor do jovem rei fora um clérigo e que Portugal é uma nação escolhida por Deus para dominar os Mares. Freitas usa dos discursos romanos e da tradição católica, como aponta Agnolin (2007), nas relações políticas, explicando como o concílio de Trento e o contexto da contrarreforma conduziram os debates naquele momento.

A aceitação dos decretos do Concílio de Trento, confirmados e feitos próprios pelo papado, acabava de reconhecer – e pretendia impor – o poder romano de governar sobre todo o mundo católico, por cima das fronteiras dos Estados nacionais. (AGNOLIN, 2007, p.29)

Ao recorrer a Virgílio, Freitas usa o Renascimento, que valorizava demasiadamente aspectos da antiguidade, para explicar e argumentar sobre o “Direito das gentes”, rebatendo os germânicos (dando sentido a povos do norte como os holandeses) a constituição dos direitos das gentes teria por base as práticas romanas, e como o próprio Freitas coloca “Os germânicos não se queixaram das proibições romanas” (FREITAS, 1624 p.124).

Ao que então logo, os olhos inclinados,  
Brevemente, responde a bela Dido:  
Lançai 6 Teucros, esse medo infado,  
E esses ímpios cuidados do sentido.  
O grão caso e do reino a novidade  
A defende-lo assi me persuade (Eneida de Virgílio, versos 561 a 564 apud Freitas,  
1624, p. 122)

De forma paradoxal, a resposta de Serafim Freitas estabelece o fim da concepção de boa-fé colonizadora e do *mare clausum*, principalmente pela refutação internacional de seus argumentos, demonstrando sua clarividência jurídica contestatória que mesclava elementos jurídicos da antiguidade, como o conceito de guerra justa, aspectos legais da renascença como a abordagem das questões comerciais e ainda, apresentava questões de intenções do papado centrada na defesa da fé cristã. Ao estabelecer aspectos modernos, a retomada de pautas romanas com o espírito cruzadista da igreja Freitas constrói uma argumentação bem articulada,



amarrada e inteligente, entretanto arcaica demais para a nova perspectiva comercial que estava surgindo nesse momento com a modernidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa de Serafim Freitas com Hugo Grotius é um tema muito importante para entendermos as relações internacionais a partir da modernidade. Freitas buscou na tradição católica os argumentos para o domínio dos mares pelos portugueses, já Grotius se utilizou do pragmatismo, da resolução de problemas imediatos, concepção em plena ascensão, em comparado com a já desgastada instituição medieval que era a Igreja Católica.

Entretanto, essa dicotomia entre o tradicional e o pragmático empobrece a discussão de um cenário tão rico, como esse que envolve as potências no século XVII. Compreender que os ibéricos foram movidos somente pela concepção tradicional-ideológica, e os flamencos pelo racional, nos faz dispensar diversos aspectos que tentamos abordar neste artigo, como a situação política da União Ibérica e as disputas religiosas envolvendo católicos, protestantes e judeus. Sendo assim, a dimensão racional dos flamencos não surge apenas por ideia de “bom senso” que nossas cabeças, desse mundo contemporâneo, nos fazem enxergar.

Hugo Grotius demonstra uma nova percepção jurídica sobre os mares, calcada em aspectos filosóficos e comerciais que escancaram as transformações liberais que a presença protestante fez na Europa, Já Serafim Freitas usa elementos da tradição católica para evocar o direito e domínio dos portugueses sobre os mares, demonstrando claramente o enfraquecimento da liderança ibérica nas navegações.

O documento de Freitas revela os esforços portugueses frente às transformações rápidas que assolavam a Europa no século XVII, e que a mentalidade comercial já não contava com o arbítrio da Igreja Católica, tão decisiva e necessária dois séculos atrás.

A preocupação de Hugo Grotius e Serafim Freitas em defender seus respectivos países em suas teses sobre a liberdade dos mares e os direitos de comércio no além mar europeu, assim como o intuito de justificar práticas de pirataria e favorecer a prática de monopólio, reconfiguraram as relações diplomáticas ainda no século XVII, alterando significativamente as práticas e trocas entre as nações, temos uma alteração considerável, pois o texto é mais semelhante a escrita jurídica que temos atualmente, associada com decisões parlamentares do





que nessas teses embasadas, prioritariamente, em compreensões religiosas e filosóficas . Entendemos que esse artigo é apenas uma possibilidade, dentre tantas sobre uma fonte primária, esperamos que, de alguma forma, venha colaborar com as pesquisas sobre as disputas pelos mares, que se reconfiguraram na modernidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLIN, Adone. Prefácio; Reduzir a Palavra indígena: mecanismos e peculiaridades da política linguística jesuítica na catequese americana dos séculos XVI-XVII. In: **Jesuítas e Selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Humanistas Editorial, 2007.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998,

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. **São Paulo: Companhia das Letras**, v. 8, 2000.

BOUZA-ALVAREZ, Fernando J. **Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico**. 1987. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid.

\_\_\_\_\_, Fernando. **Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)**. Lisboa: Edições Cosmos. 2000; p.73-74.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CALAFATE, Pedro. Frei Serafim de Freitas. **Centro Virtual Camões**, 2000. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ren17.html> acesso em 08 de fevereiro de 2018.

CAETANO, Marcello; MENESES, Miguel Pinto de. De iusto imperio Lusitanorum Asiatico= Do justo império asiático dos portugueses/Vol. 1/introd.: Marcello Caetano. Trad.: Miguel Pinto de Meneses. **De iusto imperio Lusitanorum Asiatico, do justo império asiático dos portugueses**, Torre do Tombo, 1960.

CARDIM, Pedro. O Processo Político. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

COSTA, João Paulo. O Império e os diplomatas da restauração. **STVDIA**. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical. / Centro de estudos históricos e cartografia antiga, n.48, 1989.



DELUMEAU, JEAN. A promoção do ocidente. In: **A Civilização do Renascimento**. VOL I, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia história**, v. 23, p. 70-80, 2007.

KAMEN, Henry. **Filipe da Espanha**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAGNOLI, Demetrio. **História da paz**. Editora Contexto, 2012.

PAIVA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro. Construindo um entendimento sobre o Portugal dos Filipes. In: **Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil**, UFOP. Ouro Preto: Minha Gerais, 2010

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)**. Lisboa: Verbo, 1982.

SCHAUB, Jean Frederic. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)**. Lisboa: Livros do Horizonte, 2001

SOUZA, Armênia Maria de. A realeza cristã ibérica no Espelho dos reis de frei Álvaro Pais (séc. XIV) in: **Dimensões**, vol. 26, 2011, p. 189-215 Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/13431> acesso em 02 de fevereiro de 2022.

STELLA, Roseli Santaella. **Brasil durante el gobierno español, 1580-1640**. Madrid: Fundación Hernando de Larramendi, 2000.

TAPIOCA NETO, Renato Drummond. **Quatro esposas: as rainhas de Felipe II da Espanha – Parte I: Maria Manuela de Portugal e Maria I da Inglaterra**. Publicação de 03 de agosto de 2016. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2016/08/03/as-rainhas-de-felipe-ii-parte-i/>, acesso em 11 de janeiro 2022.

VALLADARES, Rafael. **La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583**. Marcial Pons Historia, 2008.

VÉDRINE, Hélène. **As filosofias do Renascimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

VILARDAGA, Jose Carlos. **São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

**Artigo recebido em: janeiro/2023**

**Artigo aceito em: junho/2023**



**“DESACREDITAR O RECTO PROCEDIMENTO DO SANTO OFÍCIO, FAZENDO-SE PASSAR POR SEU OFICIAL”: IMPOSTORES EM NOME DA INQUISIÇÃO (BAHIA, 1610-1797)**

***“DISCREDITING THE CORRECT PROCEDURE OF THE HOLY OFFICE, PRETENDING TO BE ITS OFFICIAL”: IMPOSTORS IN THE NAME OF THE INQUISITION (BAHIA, 1610-1797)***

Felipe dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Pretende-se neste estudo analisar as imposturas de indivíduos que atuaram falsamente como agentes oficiais do Tribunal do Santo Ofício na Capitania da Bahia, entre os anos de 1610 a 1797. Os cargos inquisitoriais eram almejados especialmente pelo capital simbólico e material que outorgavam aos seus detentores como o poder, o prestígio social e o “certificado de pureza de sangue” tão importantes numa sociedade hierárquica do Antigo Regime. O medo que o Tribunal do Santo Ofício suscitava na sociedade e as prerrogativas dos cargos inquisitoriais foram utilizadas pelos embusteiros que buscavam além de ganho pessoal, vantagem em rivalidades pessoais. Tais práticas eram movidas pelos interesses mais diversos possíveis na medida em que o apenas dizer-se Familiar ou Comissário sendo ou não, mostrando as insígnias roubadas ou falsificadas, já era suficiente para que a população se vergasse ao arbítrio inquisitorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tribunal do Santo Ofício. Bahia. Impostores. Poder.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the impostures of individuals who falsely acted as official agents of the Court of the Holy Office in the Capitania of Bahia, between the years 1610 and 1797. The inquisitorial posts were desired especially because of the symbolic and material capital they provided to their holders, such as power, social prestige, and the "certificate of purity of blood", so important in the hierarchical society of the Old Regime. The fear that the Court of the Holy Office aroused in society and the prerogatives of the inquisitorial offices were used by swindlers who sought not only personal gain but also advantage in personal rivalries. Such practices were driven by the most diverse interests as far as it was enough for the population to bend to the inquisitorial arbiter, just by saying that they were Familiar or Commissioner, being or not, showing the stolen or fake insignias.

**KEY WORDS:** Tribunal of the Holy Office. Bahia. Imposters. Power.

## **INTRODUÇÃO**

O Tribunal do Santo Ofício foi estabelecido em Portugal oficialmente no ano de 1536, por meio da bula papal *Cum ad nihil magis*, protagonizando uma disputa diplomática entre o

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia. Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atualmente é professor na rede estadual da Bahia e no Município de Santo Antônio de Jesus, Bahia. E-mail: [flipesantos@outlook.com](mailto:flipesantos@outlook.com)



Pontificado de Roma e a Coroa portuguesa (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 49-62). Inicialmente a Inquisição foi estabelecida para erradicar as suspeitas de critpto-judaísmo (aqueles de ascendência judaica que haviam sido “convertidos” ao cristianismo, mas que persistiam na prática do judaísmo), portuguesa (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 50), no entanto ela rapidamente expandiu sua autoridade sobre praticamente todos os aspectos da vida religiosa e moral no Império português (WADSWORTH, 2004, p. 25).

Durante todo o período colonial, o Brasil permaneceu sob a jurisdição do Tribunal de Lisboa e nunca adquiriu um tribunal fixo. Nesse sentido, acabaria por se impor a Inquisição um modelo de atuação assente principalmente numa grande e complexa rede de agentes que atuavam por ordem da Inquisição de Lisboa e em visitas ocasionais. Ana Margarida Santos Pereira assevera que a “inexistência de um tribunal na colônia seria, em larga medida, compensada pela atuação desenvolvida pelos comissários e pela nomeação de familiares” (PEREIRA, 2006, p. 86). Antes de analisarmos os casos de imposturas dos falsos agentes inquisitoriais na Bahia, cabe destacarmos os principais requisitos no processo de recrutamento dos agentes do Santo Ofício e a importância social do cargo solicitado.

Para se tornar agente do Santo Ofício era necessário submeter-se a uma rigorosa devassa, que iria investigar todo o passado, a genealogia, tanto no que diz respeito à pureza de sangue<sup>2</sup>, quanto à moral e honra da família do pleiteante. Para iniciar as diligências, o candidato a Familiar deveria enviar uma carta de requerimento contendo os dados pessoais, bem como naturalidade, ocupação/profissão, residência, nome dos pais e avós paternos e maternos, seus e os de sua esposa, caso tivesse uma, além de ter que apresentar uma justificativa plausível para a postulação ao referido cargo.

Em estudo recente sobre a Inquisição portuguesa, José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci asseveram que os processos de habilitação foram se tornando gradualmente mais rigorosos. Cresceu o número de testemunhas ouvidas e a profundidade dos antepassados indagados e, “exigiam-se certidões de registos de batismo e casamento, e, no caso dos familiares e outros oficiais leigos que foram sucessivamente submetidos à habilitação, até se controlava o

---

<sup>2</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro em seu livro sobre o preconceito racial no Brasil colonial aborda os rígidos critérios de limpeza de sangue que vigoravam nos países ibéricos e por extensão em suas colônias. Essa definição de pureza racial foi primeiramente religiosa, dividindo a sociedade em dois eixos distintos; a dos puros (católicos por tradição) e dos impuros (com sangue de judeu, mouro, negro etc.), mais tarde agregando-se a questões econômicas e políticas disfarçadas de motivos religiosos, principalmente nas colônias. Melhor informar-se em: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial no Brasil Colônia: os cristãos-novos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.



sangue da mulher com quem pretendiam casar, mesmo entre aqueles que tinham elevado estatuto social” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 177). A burocracia inquisitorial teria, então, se especializado nas investigações genealógicas, que deveriam averiguar a limpeza de sangue dos candidatos, ao mesmo tempo em que atingia o objetivo de diferenciação e exclusão social daqueles com o denominado “sangue impuro”.

Existiam basicamente três motivações para a ambição ao cargo: fazer parte de uma grande e honrada instituição como o Santo Ofício; desfrutar de todos os privilégios e isenções que o cargo oferecia; além de poder comprovar a sua limpeza de sangue perante toda a sociedade, visto que para ser um agente da Inquisição, o candidato submetia-se a uma rigorosa devassa genealógica. Além de ostentar uma prova pública de limpeza de sangue, ser um agente inquisitorial conferia muitos outros privilégios ao habilitado: era um símbolo de poder, honra, conduta e um mecanismo de ascensão social. Entre os leigos, a grande procura foi pelas familiaturas, e entre os eclesiásticos, pelos cargos de Comissário do Santo Ofício. Segundo Bruno Feitler

Os homens que quisessem integrar a prestigiosa corporação dos servidores do Santo Ofício faziam-no também para mostrar o lugar que lhes cabia na sociedade em que viviam. [...] Paradoxalmente, esse mesmo sistema serviu como um mecanismo de promoção social daqueles que podiam oferecer-se uma patente de familiar do Santo Ofício, visto um dos requisitos para obtê-la ser ter “fazenda de que possam viver abastadamente” e um outro ter sangue limpo de pecha judaica, moura, negra ou indígena (FEITLER, 2007, 84-85).

A cobiça pelo cargo era absolutamente inegável, pois os vários privilégios que ele ofertava eram certamente muito atrativos aos olhos dos postulantes a Familiar do Santo Ofício.<sup>3</sup> Desde o século XVI, quando os Regimentos inquisitoriais ainda não faziam menção direta aos Familiares, estes já desfrutavam de uma gama de privilégios que lhes foram concedidos, tais como: (I) defensivas e porte de armas ofensivas (punhais, adagas, espadas); (II) foro privativo<sup>4</sup>; (III) isenção do pagamento de empréstimos, alguns impostos, entre outros. Segundo José Torres

---

<sup>3</sup>James Wadsworth no livro *A Inquisição em Xequê*, ao abordar os Familiares do número, mostra que em determinado momento os privilégios ofertados ao cargo de Familiar, através de um decreto régio, foram restringidos a um número muito pequeno deles, desencadeando uma série de conflitos que se estenderam posteriormente ao ultramar, e que no fim das contas não foi totalmente resolvido, perdurando até a extinção do Tribunal de Lisboa. Informar-se melhor em: WADSWORTH, James. *Os familiares do número e o problema dos privilégios*. In: VAINFAS Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama. (orgs.) **A Inquisição em xequê**: temas, controvérsias e estudos de caso. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2006, pp. 97-111.

<sup>4</sup>Receber foro privativo significa que o indivíduo tem direito a ser submetido a um tipo de justiça especial, no caso dos Familiares do Santo Ofício, a depender do crime praticado, eles seriam julgados pelo Juiz do Fisco e às vezes pelo Inquisidor.



Veiga, “muitos conflitos vieram a levantar-se, entre a Inquisição e as jurisdições civis, por causa dos privilégios e isenções dos Familiares, que nem sempre os usavam com prudência, e nem sempre eram respeitados, particularmente em épocas de especial crise financeira e social” (TORRES, 1994, p. 122).

Alguns familiares, ao portar uma insígnia, abusavam do poder conferido pelo Santo Ofício, prendendo suspeitos, e confiscando seus bens sem consultar o comissário local. Segundo Aldair Rodrigues, a insígnia era usada a bel-prazer pelos indivíduos, pois, “podemos encontrá-la quotidianamente sendo ostentada pelos agentes inquisitoriais leigos, tanto no Reino como na Colônia” (RODRIGUES, 2011, p. 87), mas também utilizada por indivíduos que se aproveitavam do medo que a Inquisição causava nos colonos e agiam em nome Inquisição (CALAINHO, 2006, p. 152-156). Como não era permitido usar a insígnia do Santo Ofício no dia a dia, exceto em diligências e no dia da festa de São Pedro Martin, muitos a traziam quotidianamente, mas sob as vestes. Para Fernanda Olival, tal fato facilitaria a vida de quem fingia ter o cargo, pois bastava ter uma fita ou um colar por baixo da roupa para se instituir que seria a insígnia (OLIVAL, 2013, p. 97).

### **Os falsos agentes da Inquisição na Capitania da Bahia (1610-1797)**

Cometiam gravíssimas culpas aqueles que se fingiam de oficiais da Inquisição ou que extrapolavam suas funções. Os chamados crimes contra o “recto ministério do Santo Ofício”<sup>5</sup> incluíam diversas condutas que iam desde palavras que colocavam em causa a legitimidade da instituição e os seus procedimentos, isto é, proposições, a atos que impediam o seu “recto ministério”, tais como encobrir réus, falsificar documentos, testemunhar falso, não respeitar os termos de segredo, injuriar ministros e funcionários inquisitoriais, não respeitar os privilégios destes, assassinar ou incitar a matar oficiais do Tribunal e fazer-se passar por comissário ou familiar da instituição. (MARTINS, 2013, p. 14-18) Conforme indica-nos Daniela Calainho, eram “tênues as fronteiras entre o Familiar habilitado e zeloso, o Familiar corrupto e abusado, e o embusteiro que se fazia de Familiar.” (CALAINHO, 2006, p. 156) É sobre esse último caso que analisaremos neste estudo.

---

<sup>5</sup>Sobre o conjunto de crimes que perfazem o delito “contra o recto ministério do Santo Ofício”. Cf. Regimento de 1640, livro III, título XXI; XXII; XXIV; Regimento de 1774, livro III, título XVIII; XIX; XXI. SIRQUEIRA, Sônia Aparecida (ed.) **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul/set. 1996.



Fazer-se passa por agente do Santo Ofício sem de fato passar pelos “trâmites ordinários da habilitação” (CALAINHO, 2006, p. 58-68), constituía-se aos olhos da instituição um dos mais graves crimes, pois “perturbar o procedimento do Santo Officio hé culpa gravissima, e digna do mais exemplar castigo pelas perigozas consequencias que disto se seguem.” (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 62) As penas referentes ao referido crime estão dispostas no Regimento de 1640, Livro III. Tít. XXII, “*Dos que se fingem ministros e oficiais da Inquisição*”

Convém tanto conservar a autoridade do ministério do Santo Ofício e proceder-se puramente com toda a verdade nas matérias que lhe tocam que, se algumas pessoas forem tão ousadas que fingidamente se façam ministros e oficiais do Santo Ofício para com isso enganarem a outras e lhes tirem dinheiro ou outra qualquer cousa, ou fingirem que têm ordem do Santo Ofício para fazer alguma diligência, ou que sabem algum segredo do Santo Ofício, para este efeito sendo compreendidas nestas ou semelhantes culpas, serão condenadas a que vão de auto-de-fé a ouvir sua sentença e não farão abjuração, salvo se do crime resultar também culpa contra a fé. E sendo pessoas vis, terão pena de açoites e degredo, as quais penas se poderão moderar conforme a qualidade dos réus e circunstâncias que diminuírem a culpa, e se forem pessoas de qualidade, terão degredo e as mais penas arbitrárias que parecer aos inquisidores e uns outros restituíram às partes tudo o que tiveram levado. (Regimento do Santo Ofício 1640 Livro III. Título XXII)

Como se observa, as punições impostas pelo Santo Ofício a quem impedisse o reto ministério, fazendo-se passar por agente e agindo sem ordem da instituição eram aplicadas de formas diferentes dependendo da condição social do réu. A instituição religiosa conservava deste modo as desigualdades sociais típicas do Antigo Regime, ao distribuir penas diferentes para o mesmo crime, conforme o autor fosse pessoa vil, homem honrado ou fidalgo (PIERONI, 2012.)

A gravidade em torno da questão dos falsos agentes foi motivo de inquietação para o Santo Ofício, visto que significava também um abalo na credibilidade do Tribunal, coisa com que os inquisidores e, sobretudo, os compiladores dos Regimentos tinham preocupações claras.

Convém tanto conserva-se a autoridade do S. Ofício, como proceder-se por parte dele com toda a pureza e verdade nas matérias que lhe tocam: portanto se algumas pessoas forem tão ousadas que se finjam Ministros e Oficiais do S. Ofício, para com este fingimento enganarem a outras, e lhes tirem dinheiro, ou outra coisa qualquer; ou fingirem que tem ordem do S. Ofício para fazerem algumas diligencias: sendo compreendidos nestas, ou semelhantes culpas: serão condenadas a que vão ao auto que lhes determinarmos a ouvirem sua sentença. (Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal 1774, Livro III, Título XIX.)

Apesar das esparsas ocorrências nos quase três séculos de funcionamento, os crimes de imposturas contra o Santo Ofício foram cometidos com certa frequência na América portuguesa. José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci asseveram que não foram raros os processos



contra os que se fingiam comissários ou familiares, por vezes para ganhar dinheiro ilicitamente, mas também para terem maior prestígio social, sobretudo no império português (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 244).

Para todo o Império português, no período compreendido entre os séculos XVI A XIX, o historiador norte americano James Wadsworth (2006), realizou um levantamento de 69 casos de crimes contra o Tribunal do Santo Ofício cometidos por agentes oficiais e também por aqueles que não eram. Nos dados arrolados pelo autor, o grupo de falsos familiares é o que ganha maior destaque, pois contou com o maior número de perseguidos, 22 ocorrências o que representa 28,2% dos casos. Havia ainda 2 falsos comissários e 1 qualificador. Segundo Wadsworth, a linha tênue entre o oficial zeloso e o oficial corrupto ou falso, no entanto, nem sempre se distinguia daqueles que estavam envolvidos em atividade inquisitorial oficial ou falsa. E a existência de abuso e falsa autoridade apenas contribuíram para o sentido da arbitrariedade e da falsa autoridade, natureza destrutiva do poder inquisitorial (WASDWORTH, 2006, p. 268-269)

Fernanda Olival analisou 11 casos de falsos comissários envolvendo todo o Império no período compreendido entre 1601 e 1773. Dentre os falsos agentes analisados pela autora, 5 foram da região do Entre Douro e Minho e no Brasil foram registrados três casos de falsos comissários (OLIVAL, 2013, p. 87). De acordo com Olival, as imposturas desses indivíduos não duravam muito tempo, dificilmente ultrapassava os dois a quatro meses (OLIVAL, 2013, p. 81-102). A exceção dos casos no Brasil, que duravam anos, como os casos do Frei Luís Lamberto, que se passou por comissário por dois anos no Rio de Janeiro, e o curioso caso do frei José de Iguareta, que em suas viagens pelos sertões de Pernambuco, Sergipe e Bahia passou a usar a insígnia, intitulado-se ora familiar do Santo Ofício, ora como comissário, durante quatro anos.

A autora demonstrou que para os eclesiásticos, o principal motivo de tal crime era a busca por honra e poder, enquanto, para os leigos, a principal motivação era a obtenção de dinheiro e outros recursos materiais. Olival constatou que era mais comum a incidência de falsos familiares do que daqueles que fingiam ser comissários (OLIVAL, 2013, p. 81-102), o que também foi confirmado por Aldair Rodrigues, para Minas Gerais. O historiador demonstra que os falsos agentes se utilizavam das patentes para conseguir alguns privilégios, como usufruir da autoridade inquisitorial (RODRIGUES, 2013, p. 82-92). De acordo com Olival, um





impostor teria tendencialmente um objetivo e uma motivação. Ou seja, “estes indivíduos não agiam propriamente ao acaso, mesmo quando vagueavam quase sem rumo. Obter dinheiro ou outros recursos materiais” (OLIVAL, 2013, p. 81-102).

Na capitania da Bahia, entre os anos de 1610 a 1797, registramos a ocorrências de quatro indivíduos que agiram falsamente como agentes inquisitoriais: o frei José de Iguareta, Baltazar Coelho, Severino de Souza Nascimento e Luís Delgado. Cabe destacar que o falsário, frei José de Iguareta, além de fingir ser comissário, também alegou possuir a familiatura do Santo Ofício.

Em 22 de novembro de 1610, na região do Matoim, Recôncavo da Bahia, Baltazar Coelho, que se dizia Familiar do Santo Ofício, prendeu Nunes Fernandes, acusado de ser cristão-novo e que foi levado para Portugal juntamente com o falso familiar. O historiador Ângelo Assis, ao narrar as imposturas desse falso familiar, afirma que este indivíduo em seu depoimento alegou que se apresentou como representante do Santo Ofício na região brasílica por cerca de vinte anos, gozando da confiança e desfrutando o convívio com autoridades e principais da terra, aproveitando-se das regalias reservadas e vantagens advindas de um cargo de tamanha envergadura que exercia sem a chancela do Tribunal da Inquisição (ASSIS, 2012, p. 398).

De acordo com o depoimento de Baltazar, o visitador Heitor Furtado de Mendonça havia lhe dado uma carta de familiar que deveria ser confirmada junto ao inquisidor geral da Inquisição. Uma certidão do bispo da Bahia, Dom Constantino Barradas, em 20 de abril de 1611, confirmaria o depoimento de Baltazar Coelho, destacando a dedicação e os bons serviços prestados ao longo de duas décadas em nome do Santo Tribunal no Brasil:

Tenho a informação certa que Baltazar Coelho serve muitos anos há nesta terra como Familiar do Santo Ofício, fazendo sempre bem todas as diligências que por os Srs. Inquisidores lhe foram encomendadas, e exercitando o dito ofício no tempo em que Heitor Furtado de Mendonça foi Visitador neste Bispado e sei por ver que nos negócios que em muitos tempos se ofereceram ou lhe foram mandados do Reino procedeu com zelo, verdade e segredo. (AN/TT, TSO, IL, proc. 9492.)

Entretanto, Baltazar não tinha em sua posse a tal carta que provava a veracidade da história contada. No libelo acusatório contra o falso familiar, em 21 de fevereiro de 1614, os inquisidores recomendavam o uso de todo o rigor, posto que o réu negava com veemência as acusações. Pelo grande escândalo dos que do caso sabiam, sairia em auto-de-fé público, na Ribeira, portando uma vela acesa, condenado a dois anos de galés, mais pena de cinquenta açoites *citra sanguinis effusionem*, ou seja, até jorrar sangue de seu corpo pelas ruas de Lisboa.



Por ter ascendência nobre, conseguiria evitar a humilhação dos açoites em troca de dobrar sua pena nas galés. (AN/TT, TSO, IL, proc. 9492, fls. 52v-53)

A história do falsário Frei José de Iguareta foi analisada em diversos estudos. Pioneiro nesse sentido foi Francisco Adolfo de Varnhagem, quando já em 1845 publicou uma lista de condenados pelo Santo Ofício entre os anos de 1711 a 1767, entre eles:

Fr. Januário de S. Pedro, aliás Fr. José de Igoareta, 36 anno, religioso leigo professo de certa religião; natural da cidade de Quito, reino do Peru, e assistente na cidade da Bahia: por se fingir de sacerdote e ministro do Santo Officio, e com este pretexto fazer algumas prisões e confiscações de bens; e dizer missa, prégar, confessar e baptizar solenemente. Inabilitado para ser promovido a ordens, e 10 annos nas galés (VARNHAGEN, 1885, p. 76).

Posteriormente a história do impostor foi analisada pelos historiadores Luiz Mott (1989), Daniela Buono Calainho (2006) Grayce M. B. Souza. (2009) e Fernanda Olival (2013). Entretanto, as ações deste falso sacerdote aparecem nesses trabalhos de maneira sucinta e sem maiores aprofundamentos. James Wadsworth (2006) e mais recentemente, Joseane da Costa (2017) foram os autores que apresentaram trabalhos mais completos sobre as imposturas desse indivíduo.

Januário de São Pedro, o falso frei José de Iguareta, era natural da cidade de Quito, antigo vice-reinado do Peru, e diz em sua confissão que tinha trinta e cinco anos e era um religioso. Os crimes cometidos por Januário iniciaram-se por volta do ano de 1736, quando ainda estava no Convento Nossa Senhora de Penha de França na cidade de Quito, reino do Peru. De acordo com Januário, em sua confissão, vinha ele há algum tempo servindo nos ministérios mais trabalhosos e penosos da comunidade. Ao perceber que indivíduos ordenados e que atuavam em nome da Inquisição obtinham dos demais um certo respeito e admiração, despertou-lhe o desejo por tornar-se sacerdote, pois o mesmo queria ser tratado com estimo e “descanso”. Para conseguir realizar esse desejo, decidiu então escrever uma falsa patente em nome de seu Padre Provincial frei José Henrique. O documento produzido e falsificado por ele apontava todos os requisitos necessários para a obtenção da tão desejada ordenação de sacerdote (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693).

Com sua carta forjada em mãos, Januário fugiu para o convento dominicano em Lima, pois em Quito logo descobririam o crime por ele cometido. Seguiu, então, para a Província de São João Batista, na cidade de Lima, onde permaneceu durante alguns meses chegando a ser tratado como se fosse um verdadeiro religioso em decorrência da patente que havia apresentado.



Januário permaneceu por “alguns meses” no convento dominicano em Lima, agindo como se fosse um religioso legítimo. Para desânimo de Januário, o Arcebispo de Lima encontrava-se indisposto e não pôde recebê-lo. Com esperança de que encontraria um bispo que lhe ordenasse, seguiu viagem para o Reino do Chile, onde se estabeleceu durante alguns meses na cidade Santiago, e foi durante este período que conheceu frei José de Iguareta, correligionário que conviveu com Januário durante alguns meses (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fls. 35v-36v).

Em rota para outra região, José de Iguareta acabou por deixar alguns dos seus papéis do seu colega de quarto, dentre estes, sua carta de ordens, a qual Januário tomou para si e fugiu para Tucumán. Com o intuito de conseguir a ordenação de sacerdote, o falso padre seguiu para a Província de Tucumã onde recebeu a notícia de que a falsificação da patente havia sido descoberta, pois o seu antigo padre provincial, frei José Henrique, por meio de cartas já avisava sobre o documento falsificado pedindo assim que não o ordenassem e que o castigassem mercidamente (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 36v). Para se livrar do severo castigo que lhe seria aplicado, Januário escapou para a cidade de Buenos Aires e daí rapidamente se desloca para as terras da Nova Colônia do Sacramento, uma praça militar portuguesa na margem oeste do Rio da Prata. Essa praça de armas no extremo sul da América tinha por finalidade “defender os interesses comerciais e territoriais da Coroa portuguesa no Rio da Prata” (POSSAMAI, 2001, p. 122).

Ao chegar à América portuguesa, Januário muda seu próprio nome, passando assim a intitular-se dali por diante como frei José de Iguareta, valendo-se da carta de ordens do verdadeiro Iguareta que estava em sua posse. Com receio de que viesse à tona qualquer questionamento sobre a sua saída da Província de Lima até à Nova Colônia do Sacramento, apresentou-se então como Procurador Geral da Ordem de São Domingos e que havia sido designado para comparecer à Cúria Romana encarregado de tratar sobre questões pertinentes à ordem religiosa (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 37).

Como referido, a Colônia do Sacramento foi à porta de entrada de Januário na América portuguesa, na qual Januário se instalou. Sabe-se que, segundo a documentação, Januário teria permanecido na mencionada Colônia do Sacramento durante cerca de um mês, e assim que descobriu que um navio navegava para Salvador, Bahia, ele embarcou como capelão. Chegando a Salvador, o falsário apresentou-se a Luís Alves de Figueiredo, Arcebispo da Diocese, que em 13 de abril de 1735, o autorizou a rezar missa e exercer todas as demais funções de um padre



até que a frota que então se encontrava no porto navegasse (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 37v).

Ausentando-se da cidade de Salvador, Januário decide seguir viagem para Pernambuco. Entretanto, durante o trajeto, ocorreu um temporal que fez com que a embarcação se desviasse da rota inicial, acabando por levar Januário até a Capitania de Sergipe D'El Rei partindo desta para os seus sertões. No decorrer do período em que esteve na capitania sergipana, o falsário visitou as freguesias existentes celebrando missas, ouvindo confissões e ainda pedindo esmolas dizendo que serviria para a construção de um hospício na região (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 38).

Seguindo viagem, Januário encaminhou-se para Minas Gerais onde permaneceu por cerca de um mês numa povoação de índios que se localizava em uma missão dos padres capuchinhos italianos conhecida como Missão de Rodelas. Sem demorar-se muito nesta missão religiosa, passou para o sertão de Pajau e deste rumou para Pernambuco. Chegando a seu destino, tratou logo de pedir ao Bispo Dom José Fialho para que instrísse melhor o povo, porém não foi atendido, muito menos recebido porque naquela região já se tinha notícia que ele vinha há alguns anos pregando e celebrando missa sem para isso ter ordem.

Assim que soube da notícia de que seus crimes haviam sido descobertos, Januário tratou de fugir para o sertão pernambucano. Foi durante o trajeto de sua fuga que o charlatão encontrou cartas e um sumário, feitos pelo pároco Antônio Alves de Carvalho, da Freguesia de Cabrobó, e que estavam endereçadas ao bispo de Pernambuco. Após ler todos os documentos que comprovavam suas culpas, largou os papéis e continuou o caminho para o sertão, ficando por lá durante algum tempo escondido até poder seguir caminho para os sertões da Bahia (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 40).

Foi nesse tempo que Januário conheceu João de Aguiar Vilas Boas, que o ajudou dando guarita ao falso frei durante algum tempo em seu engenho. Januário revela em sua confissão, que foi por meio desse dono de engenho que ele obteve a medalha de familiar que as testemunhas arroladas no sumário contra João de Souza Pereira revelam ter visto em seu pescoço. A medalha recebida pertencia ao falecido pai de João de Aguiar que foi Familiar do Santo Ofício e foi entregue a Januário após o dono do engenho, aceitar ser irmão e seguidor da Ordem de Nossa Senhora do Moncarrate (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 40v).

Em posse da medalha do falecido familiar, pai do senhor de engenho João de Aguiar, no pescoço Januário, o mesmo passou a intitular-se algumas vezes como comissário e outras como



familiar da Santa Inquisição (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 40v). Januário continuou suas andanças pelos sertões da Bahia, aproveitando-se do poder conferido pelas falsas insígnias que possuía, para extorquir bens e dinheiro de suas vítimas além de realizar falsas prisões. Em sua passagem pelos sertões das Jacobinas prendeu o fazendeiro João de Souza e o levou em uma falsa comitiva em nome do Santo Ofício para Salvador (AN/TT, TSO, IL, proc. 3693, fl. 46v).

Por volta da meia-noite de domingo, 8 de novembro de 1739, na cidade portuária de Salvador, Bahia, frei Januário de São Pedro, bateu na porta do padre João Rodrigues, comissário do Santo Ofício. Januário entregou ao dito comissário o prisioneiro João de Souza Pereira. O falsário havia encarcerado João de Souza no final de setembro. Claramente exausto demais para lidar com este novo e inesperado caso, o comissário recebeu o prisioneiro e os papéis que o acompanharam e enviaram o prisioneiro para a cadeia do convento franciscano, ordenando a Januário que voltasse no dia seguinte para dar um relato completo. Januário nunca reapareceu porque o Vice-Rei ordenou seu encarceramento no dia seguinte, 9 de novembro. Ele deteve Januário na prisão do Convento dos Carmelitas Descalços de Santa Teresa até ser enviado para Lisboa no navio Nossa Senhora de Penha de França (AN/TT. TSO, IL. proc. 3693. fl. 46v).

Ainda durante sua prisão no Convento dos Carmelitas Descalços de Santa Teresa, Januário na tentativa de livrar-se dos crimes cometidos se lança “(...) de uma janela abaixo a qual por ficar demasiadamente alta de outra, queda tão grande que quebrou uma perna, e um braço (...)” ficando, assim, com a saúde gravemente debilitada, permanecendo durante alguns meses acamado (AN/TT. TSO, IL, proc. 3693, fl. 46v).

Em meados de 1740, aos 35 anos de idade, o falso Iguareta foi conduzido preso até os Estaus em Lisboa para ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício. Num auto-de-fé realizado e celebrado em 18 de junho de 1741, na Igreja de São Domingos em Lisboa, ficou estabelecida a seguinte sentença: abjuração de veemente<sup>6</sup>, degredo por dez anos para as galés<sup>7</sup>, inabilitado para nunca receber ordens, penitências espirituais, pagamento de custas (AN/TT. TSO, IL, proc. 3693, fl. 93.).

---

<sup>6</sup> É o ato de expressão pública e formal do arrependimento do penitente, de recusa das heresias cometidas e de compromisso renovado com a Igreja Católica. Esta abjuração se dava quando havia no réu uma forte presunção de heresia.

<sup>7</sup> A pena das galés era a punição na qual os condenados cumpriam a pena de trabalhos forçados. Informar-se melhor em: PIERONI, Geraldo. **Excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o Degredo para o Brasil Colônia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.



Em 27 de março de 1744, Januário alegando incapacidade em cumprir os sete anos que restavam da pena de galés que lhe foi imposta, consegue através de petições enviadas ao Santo Ofício fazer com que os inquisidores determinem, como alívio da referida pena, sua retirada do Convento de São Domingos na cidade de Elvas para outro convento na cidade de Badajoz, de mesma ordem religiosa (AN/TT. TSO, IL, proc. 3693, fl. 109.). No entanto, em 30 de outubro de 1744, pelas oito horas da manhã, antes de ser cumprida a determinação dos inquisidores, Januário conseguiu não se sabe de que maneira, fugir sem deixar pistas de seu paradeiro (AN/TT. TSO, IL, proc. 3693, fl. 109.). James Wadsworth supõe que ele atravessou a fronteira para a Espanha e continuou sua carreira como impostor, aproveitando-se de novas audiências com novas biografias para assumir e explorar (WADSWORTH, 2012, p. 90).

Outro caso de impostura no Recôncavo baiano que nos chama atenção é o de Severino de Souza Nascimento. Era homem pardo, carpinteiro de embarcações, natural da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus, termo da Vila de Jaguaripe, e morador na de Nossa Senhora da Esperança, Arcebispado da Bahia. Severino era casado com Teresa de Jesus, mulher parda, enjeitada e forra. No dia 8 de maio de 1763, Manoel Barbosa Pereira, Familiar do Santo Ofício, morador na freguesia de São Bartolomeu de Maragogipe e o Comissário do Santo Ofício, Antônio da Costa de Andrada remeteram uma denúncia contra Severino de Souza Nascimento por cometer dois crimes: fazer-se passar por familiar e efetuar prisão sem ordem do Tribunal do Santo Ofício (AN/TT, TSO, IL, proc. 8641, fl. 9).

Em 1765, Severino fingindo-se ser Familiar do Santo Ofício convocou Gabriel da Costa Rocha, José Pereira Soares, Gonçalo Pereira da Silva, Manoel de Jesus, Inácio Pereira das Mercês e Francisco Monteiro dos Santos, todos moradores da Vila de Maragogipe, para que acompanhassem em nome do Santo Ofício em uma falsa comitiva. A falsa comitiva dirigiu-se ao sítio de Araripe, localizado na freguesia de São Domingos de Saubara, Recôncavo baiano e chegando no referido sítio Severino bateu à porta de uma viúva chamada Bernarda para que “lhe desse vinte e cinco mil réis, e mais na casa de um Francisco Monteiro, e a ambos mandou abrir a porta da parte do Santo Ofício, e depois de lhe correr as casas se retirou com as mesmas pessoas, que o tinham acompanhado (AN/TT. TSO, IL, proc. 8641, fls. 12v-19)

No mesmo ano, foi emitido um mandado de prisão à Bahia, ao Comissário Antônio da Costa de Andrada em que consta que “este delito é de consequências graves, para a confirmação de autoridade deste Tribunal, e merece o castigo competente” (AN/TT. TSO, IL, proc. 8641, fl.



20) A sentença que o Tribunal do Santo Ofício lhe dera foi que “será açoitado pelas ruas públicas desta cidade *citra sanguinis effusionem*, e degradado por tempo de dois anos para as galés de sua majestade; tenha penitencias espirituais, e pague a custa” (AN/TT, TSO, IL, proc. 8641, fl. 75). Segundo Geraldo Pieroni, para a Inquisição, “o castigo tinha uma dupla função: por um lado, funcionava como um mecanismo de defesa da ordem religiosa e social; e por outro, configurava-se como um processo de purificação dos pecados cometidos.”

Uma das últimas ocorrências de impostura de que temos notícia até o momento para a região em estudo é do Vigário Luís Delgado, morador na Vila de Caravelas, Bahia. O Vigário Luís Delgado era natural da Capitania do Espírito Santo e foi acusado de fazer-se passar por Familiar do Santo Ofício. No dia 28 de setembro de 1797, Luís José de Araújo Leal emitiu uma denúncia contra Luís Delgado aos comissários Fernandes Félix de Santa Tereza e João António.

Em seu processo de denúncia consta que após um roubo cometido por um “moleque por nome de Cristovam que tirou de dentro de um armário da Igreja Matriz a chave do sacrário aberto e comeu várias formas sagradas das que se achavam dentro da ambula.” (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v), o Vigário Luís Delgado “pondo uma medalha ao peito tomou conta do preso.” Ainda consta que o denunciado além de usurpação de função, convocou várias pessoas a comitivas sem ordem do Tribunal, “que amedrontados todos estes moradores com os poderes que devia ter o denunciado conferido pelo Santo Tribunal não duvidavam obedecer ao ser chamado e notificaram que lhe faria pessoalmente” (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v).

Segundo Olival, não só “o tribunal infundia respeito como retirar um preso das mãos de um elemento do Santo Ofício era igualmente considerado crime.” (OLIVAL, 2013. p. 99) Foi o que ocorreu com oficiais da Câmara da vila de Caravelas na Bahia, que ordenados pelo falso Familiar do Santo Ofício foram em comitiva à casa de José Lopes, que sendo notificado junto com sua mulher para virem à presença do denunciado, “chegados a sua casa de noite, introduzir dentro dela a mulher do dito Lopes, botando para fora dela ao marido, com ela se trancou dentro, e não se sabe a que fim, nem o que lá se passou a portas fechadas” (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v).

Ao ser interrogado pelos oficiais da Câmara da Vila de Caravelas sobre a origem da suposta medalha de familiar, o denunciado disse que sim era Familiar do Santo Ofício, mas que quando o elegeram deram posse logo e lhe puseram o preceito debaixo de várias penas para que



nunca mostrasse a Provisão a pessoa alguma; e que por isso a fixaram e lacraram de sorte, que se não podia ter de modo algum; e por esta causa o dito Capitão dissuadiu aos oficiais da câmara de tudo quando intentavam fazer a este respeito. Ao seguir a investigação, averiguou-se que “é notório ter o denunciado apanhado a tal medalha de uma mulher viúva moradora nos arrabaldes da cidade da Bahia, cujo marido tinha sido Familiar do Santo Ofício” (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v).

No transcorrer das investigações, descobriu-se também um roubo que foi praticado pelo Vigário Luís Delgado, quando era administrador da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Capitania do Espírito Santo. O denunciado furtou “toda prata, que ornavam as Santas imagens, como eram coroas, um espadim que tudo mandou fundir, e desmanchar em copos garfos e colheres a exceção de uma coroa da Igreja da Lapa que consigo trouxe para esta vila e conservava em seu poder” (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v).

Pelo referido roubo, e ainda por outros feitos na mesma Capitania foram tiradas devassas pela justiça nas quais saiu culpado o denunciado; obstando-se para fora daquela comarca veio parar nesta Vila de Caravelas onde se casou “com uma rapariga parda e ativa, e seu senhor lhe passou Carta de liberdade; e não há notícia que o fizesse com licença do Santo Tribunal.” Ainda foi informado que o Vigário Luís Delgado era casado e impedia que a mulher fosse a missa, “despondo de todo o ouro, prata, que ela levou da casa de seu senhor” outrossim, “passando-se a Bahia lá se ajuntou outro casamento; e certamente o furtavam-se alguns moradores.” (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v). Não há qualquer registro da sentença do tribunal do Santo Ofício contra Luís Delgado, apenas a denúncia (AN/TT, TSO, IL, proc. 13546, fls. 1-2v).

As prerrogativas da familiatura do Santo Ofício acabaram também no meio de conflitos, dívidas e amores ilícitos. Vale mencionar o caso do lusitano Dionísio de Almeida Costa, morador das Minas Gerais. O tal lusitano, que se dizia padre, chegou à fazenda de Fernando Dias Paes, um rico senhor de engenho, afirmando ser familiar, e que precisava de ajuda para prender algumas pessoas, sendo prontamente atendido. No meio do caminho para o Rio de Janeiro, surpreendeu um casal, dando ordem para que fosse morto o homem e presa a mulher. Os escravos cedidos por Fernando Dias Paes ao falsário não obedeceram, desconfiando da fúria do suposto padre e o levaram de volta à fazenda. Chegando lá, foram cobrados seus papéis de familiar, que não portava (AN/TT, TSO, IL, proc. 9128, fl. 103)





Foi entregue a um comissário do Santo Ofício e enviado para Lisboa. Em confissão contou que era “sócio” de beberagens e jogatinas e mulheres, do homem encontrado no caminho, e que mantivera um caso com a esposa, fruto de um feitiço. Como era credor do marido, e querendo se livrar da amante, resolveu exigir a quantia emprestada de volta para retornar a Portugal. Tentando fugir da dívida e da vergonha do adultério da mulher, o casal foge e é perseguido por Dionísio. A apuração dos fatos revelou que, na verdade, pretendia raptar a mulher e matar o marido, utilizando-se da falsa prerrogativa de Familiar (AN/TT, TSO, IL, proc. 9128, fl. 103)

Segundo José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci, no Brasil, esses tipos de procedimentos – fazer-se passar por agente inquisitorial, sem o sê-lo, era facilitado por não haver um tribunal inquisitorial (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 244). Importante destacar que o medo que a Inquisição gerava na sociedade era tanto, que mesmo as falsificações mais toscas das medalhas do Santo Ofício eram suficientes para aterrorizar a população. O processo de Francisco Xavier de Moraes é ilustrativo para exemplificar essa assertiva.

O comissário Pedro Lourenço de Vilas Boas em correspondência aos inquisidores de Lisboa, em 8 de maio de 1791, denunciou que Francisco Xavier de Moraes, cirurgião, morador na Vila de São Francisco de Sergipe do Conde, Arcebispado da Bahia, tinha se apresentado a ele com uma Carta de Familiar antiquíssima, pedindo-lhe para tomar juramento para servir aquele cargo, tendo usado já da medalha tempo considerável. Porém, o comissário observou que a carta, além de muito antiga, estava toda viciada<sup>8</sup>: no lugar dos nomes e cognomes raspados o pergaminho naqueles lugares, e com letra bem semelhante posto o dele, e de uma mulher com quem é casado. O comissário então afirmou que estava bem certo ser a carta de Familiar do Santo Ofício falsa (AN/TT, TSO, IL, mç. 10, doc. 108, fl. 606).

Segundo Fernanda Olival, os cargos inquisitoriais geravam poder e honra, razão pela qual muitos se arriscavam e cometer tal crime. No entanto, a autora destaca que eram eventos esparsos de curta duração, exceto em terras vastas como no Brasil, onde era fácil mudar de região para região sem ser facilmente descoberto (OLIVAL, 2013, p. 81-102).

Miriam Eliav-Feldon ao estudar a atuação dos impostores na renascença pontuou que durante a Idade Moderna, “homens e mulheres de todas as esferas da vida estavam inventando,

---

<sup>8</sup> Como nos esclarece Rafael Bluteau em seu dicionário, o verbo viciado significava que: “mal feito, corrupto, falsificar”. BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português, e latino**. 8 v; 2 Suplementos. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, p. 472.



fabricando e se disfarçando, mentindo sobre quem eram ou fingindo ser alguém que não eram”. E isso, segundo a autora, incomodava as autoridades que trabalhavam freneticamente a fim de desenvolver novos meios para auferir a identidade de uma pessoa (ELIAV-FELDON, 2012, p. 10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensa busca pelos cargos inquisitoriais objetivando o capital simbólico e material que eles proporcionam aos seus detentores levaram muitos indivíduos se passarem por funcionários do Santo Ofício, o que era um crime e uma heresia gravíssima aos olhos da Inquisição. O impostor, reconhecido pela sociedade como verdadeiro agente do Tribunal do Santo Ofício, recebia denúncias, confissões de culpa, escrevia depoimentos e chegava a formar verdadeiros processos inquisitoriais, além, claro, de tomar todos os bens do suposto herege. Os falsos agentes também agiam fora dos interesses do Tribunal do Santo Ofício. Não eram raros os casos de determinação de soltura de presos com assinatura daquele que se fazia passar por agente da Inquisição. A venda de favores, que tinha como escudo os brasões da Inquisição se tornava uma atividade lucrativa. Chantagens também estavam no rol dos delitos cometidos falsamente em nome do Santo Ofício.

Em regiões como o Brasil, o Tribunal do Santo Ofício foi até visto, porventura, como um instrumento de promoção e distinção social mais eficaz do que em Portugal. Não estranha, pois, que alguns tenham tentado passar-se por familiares sem o sê-lo. No rol de crimes que impedia o reto ministério do Santo Ofício, fingir ser agente inquisitorial sem possuir de fato a venera, constituía-se como um dos mais graves, pois colocava em risco a imagem de rigor e seriedade da instituição. Logo as punições impostas deveriam ser exemplarmente aplicadas aos que impediram o reto ministério do Santo Ofício, usurpando suas funções. O Tribunal do Santo Ofício não deixava impunes aqueles que se faziam passar por agentes. A perturbação da ordem inquisitorial e sua magnitude acostada à sua moralidade não poderiam ser alvo de polêmicas. Ao prender, julgar e condenar os impostores, a Inquisição promovia um autojulgamento, o que demonstra como o Tribunal do Santo Ofício atuava internamente, no sentido de reprimir os “crimes contra o Santo Ofício”, e assim manter a imagem de rigor e seriedade, pela qual a Inquisição tanto zelava.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AN/TT, TSO, IL, mç. 10, doc. 108. **Correspondência datada de 8 de maio de 179**, fl. 606.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Macabéias da Colônia: Criptojudaísmo feminino na Bahia - Séculos XVI-XVII*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2004.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da Fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial**. Bauru, SP: Edusc, 2006a.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário portuguez, e latino**. 8 v; 2 Suplementos. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

CALAINHO, Daniela Buono. Pelo reto Ministério do Santo Ofício: falsos agentes inquisitoriais no Brasil Colonial. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003b**. p. 1-8.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial no Brasil colônia: Os cristãos-novos**. SP, Brasiliense, 1985.

ELIAV-FELDON, Miriam. **Renaissance Impostors and Proofs of Identity**, Palgrave Macmillan; 2012.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste 1640/1750**. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). In: **Tempo**, v. 30. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2011/04/v15n30a06.pdf>. Acesso em: 25 abril 2021.

GORENSTEIN, Lina. *A terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (século XVII)*. In: FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 25-32.

LOUREIRO, Guilherme Maia de. **Estratificação e mobilidade social no antigo regime em Portugal (1640-1820)**. Lisboa: Guarda-Mor, 2015.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARTINS, João Henrique Costa Furtado. **Corrupção e incúria no Santo Ofício: funcionários e agentes sob suspeita de julgamento**. Dissertação de (Mestrado) em História – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.



OLIVAL, Fernanda. “Ser comissário na Inquisição portuguesa e fingir sê-lo (séculos XVII e XVIII)”. In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia Chaves (orgs). **Travessias Inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI – XVIII)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 81-102.

OLIVEIRA, Ricardo Jorge Carvalho Pessa de. **Sob os auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a prevaricação e o disciplinamento (1564-1822)**. Tese (doutorado). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: 2013. 435 fls.

PEREIRA, Ana Margarida Santos. **A Inquisição no Brasil: aspectos da atuação nas capitanias do sul (de meados do Séc. XVII ao início do Século XVIII)**. Coimbra: Editora Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

PIERONI, Geraldo. A pena do degredo nas Ordenações do Reino. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2125>. Acesso em: 20 abr. 2021

POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Carlos Aldair. **Limpos de sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas Colonial**. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTOS, Joseane da Costa. **Um falso familiar do Santo Ofício nos sertões da América Portuguesa (1735-1744)**. São Cristóvão, SE, 2018. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SIQUEIRA, Sonia A. O Poder da Inquisição e a Inquisição como Poder. **Revista Brasileira de História das Religiões – Dossiê Identidades Religiosas e História**. São Paulo, ano I, n. 1, p. 84-93, 2008.

\_\_\_\_\_ (ed.) **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, Jul/set. 1996.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. **Para Remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia (1692-1804)**. Tese (Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2009.

TORRES, José Veiga Torres. “Da repressão religiosa para a promoção social: a Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº 40, outubro/1994, p. 109-135.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO. **Processo Severino de Sousa do Nascimento: AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 8641**.



TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO. **Processo Frei José de Iguareta**: AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 3693

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO. **Processo Luís Delgado**: AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 13546

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO. **Processo Baltazar Coelho**: AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 9492

VAINFAS, Ronaldo et alii (org.). **A Inquisição em xeque**: temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Excertos de vários condenados pela Inquisição de Lisboa desde o anno de 1711 ao de 1767, compreendendo só brasileiros, ou colonos estabelecidos no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1885, p. 52-85.

WADSWORTH, James. **Agents of orthodoxy**: Honor, status, and the Inquisition in colonial Pernambuco, Brazil. Boulder (CO): Rowman & Littlefield, 2006.

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: maio/2023**



## A VISITA DO SANTO OFÍCIO AO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E SUAS EXCEPCIONALIDADES (1763-1769)

### *THE VISIT OF THE HOLY OFFICE TO GRÃO-PARÁ AND MARANHÃO AND ITS EXCEPTIONALITIES (1763-1769)*

Sezinando Luiz Menezes<sup>1</sup>

Júlia Piovesan Pereira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo procura inicialmente entender o contexto em que a última visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará e Maranhão (1763-1769) estava inserida, possibilitando assim a compreensão de suas motivações. Sendo esta visitação considerada excepcional pela historiografia, buscamos destrinchar tais excepcionalidades, como: seu período de duração; sua localização, foi a primeira e única visitação a região norte; o período em que foi realizada. A partir da fonte, *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*, realizamos uma análise das confissões e denúncias presentes no livro, que nos mostraram o protagonismo das práticas mágico-religiosas. Sendo o Grão-Pará um espaço de convivência de indígenas, mestiços e negros escravizados, formava-se um ambiente fértil para as práticas consideradas sincréticas, a qual iremos aqui nos referir como hibridismo cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inquisição; Grão-Pará; práticas mágico-religiosas.

**ABSTRACT:** This article initially seeks to understand the context in which the last visitation of the Holy Office to the State of Grão-Pará and Maranhão (1763-1769) was inserted, thus enabling the understanding of its motivations. As this visitation is considered exceptional by historiography, we seek to unravel such exceptionalities, such as: its duration; its location, it was the first and only visit to the northern region; the period in which it was carried out. From the source, *Book of the Visitation of the Holy Office of the Inquisition to the State of Grão-Pará 1763-1769*, we carried out an analysis of the confessions and denunciations present in the book, which showed us the protagonism of magical-religious practices. Since Grão-Pará was a space for indigenous peoples, mestizos and enslaved blacks to live together, it formed a fertile environment for practices considered syncretic, which we will refer to here as cultural hybridism.

**KEY-WORDS:** Inquisition; Grão-Pará; magical-religious practices.

<sup>1</sup>Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1999). Mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1992) e graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1986). Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá., E-mail: [slmenezes@uem.br](mailto:slmenezes@uem.br)

<sup>2</sup>Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Licenciatura plena em História (2021) pela Universidade Estadual de Maringá. Residente Técnica no Museu Histórico de Londrina – PR. E-mail: [julia.piovesan@outlook.com](mailto:julia.piovesan@outlook.com)



## INTRODUÇÃO

Buscamos com este artigo, analisar e entender a presença marcante das práticas mágico-religiosas no cotidiano do colono do Grão-Pará a partir das confissões e denúncias realizadas ao Santo Ofício durante a última visitação inquisitorial (1763-1769). Com base em nossa análise das confissões e denúncias, investigamos a ação inquisitorial, entendemos seu procedimento e funcionamento visando uma compreensão de suas motivações e suas excepcionalidades<sup>3</sup>. Para tal, recorreremos a nossa fonte *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*, organizado pelo historiador José Roberto do Amaral Lapa, e a historiografia disponível sobre o tema.

Em um primeiro momento, buscamos realizar uma contextualização histórica e política dos eventos e personagens que precederam a anúncio da visitação ao Grão-Pará. Este procedimento é de suma importância para o entendimento das próximas discussões que serão abordadas neste trabalho, tendo em vista que busca reunir os fatos que fazem com que esta visitação seja considerada, conforme Bethencourt (2000), “excepcional sob todos os pontos de vista”. Um breve histórico da instituição inquisitorial portuguesa é realizado, para demonstrar que durante a visitação realizada ao Grão-Pará no século XVIII, os interesses já não convergiam com os do início, os que levaram a sua fundação. Ao final da retrospectiva da instituição inquisitorial, chegamos ao século XVIII, quando o rei Dom José I era guiado por seu secretário de Estado: Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marques de Pombal.

Buscamos, neste primeiro ensejo, pontuar como a política iluminista pombalina se constituiu e criou força, para pôr fim entender como ela influenciou na instituição inquisitorial, e em outros diversos aspectos políticos de Portugal. Esta análise possibilita a formação de um entendimento do conhecido como *regalismo pombalino*, que se caracterizava por uma submissão da Igreja ao Estado, que possibilitaram Pombal a realizar mudanças no Santo Ofício que serviriam aos seus interesses políticos. Demonstraremos assim como a visitação ao Grão-Pará serviu mais a um plano político do que a necessidade de salvar as almas dos colonos do norte.

---

<sup>3</sup> De acordo com Bethencourt “a única visita fora desse período é realizada no Grão-Pará, Brasil, entre 1763 a 1769 (uma visita excepcional sob todos os pontos de vista)” (BETHENCOURT, 2000, p.215).



Após contextualizados acerca dos eventos que motivaram a visitação, é realizada uma análise quantitativa das confissões e denúncias presentes na fonte. Seguindo a metodologia quantitativa apresentada por Lakatos e Marconi (2011), quantificamos os dados em uma tabela para ao fim apresentarmos os gráficos e resultados. Com isso intencionamos demonstrar a presença marcante das práticas mágico-religiosas no *Livro de Visitações*, asseverando que tal transgressão representava maioria nos casos apresentados à visitação realizada no Grão-Pará.

Foram realizadas discussões sobre os resultados apresentados nos gráficos, abordando o que estes resultados significam para o contexto colonial. Empreendemos um debate sobre a religiosidade popular colonial e suas influências, como a convivência entre brancos mestiços, indígenas e negros escravizados foi responsável pela formação de uma crença híbrida, que resultou no aparecimento das diversas práticas mágico-religiosas relatadas na visitação.

### **A Inquisição pombalina**

A Inquisição Portuguesa foi uma instituição duradoura, que com o caminhar dos séculos passou por diversas alterações em seu funcionamento. O Santo Ofício português reflete os impasses da Coroa desde sua fundação, quando pressionados pelos vizinhos espanhóis. Incentivados por interesses políticos, Portugal instaura seu próprio tribunal em 1536 sob a sombra de um inimigo que seria combatido durante séculos pela instituição, os judeus convertidos e seus descendentes. Com o passar dos anos, os judeus foram se tornando a raiz de todo o mal no reino português, todos os eventos catastróficos eram ligados a eles de alguma forma. A partir da conversão forçada, em 1497, deixam de existir judeus em Portugal e surgem os cristãos-novos. Alguns dos conversos mantiveram sua religião em segredo, com o tempo o Santo Ofício reconheceu os sinais e passou a penalizar a prática do criptojudaísmo (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.51-52).

Porém os interesses da coroa foram se alterando, e durante o século XVIII a instituição inquisitorial portuguesa já não refletia os tempos de sua fundação. Com a entrada do Marques de Pombal como secretário de negócios do reino em 1755, a Inquisição já se encontrava enfraquecida e seria alvo de uma reestruturação que possibilitaria a submissão da instituição aos interesses do reino.





O governo pombalino atuava por meio de reformas e uma das características de Pombal foi a inserção de pessoas do seu meio em lugares-chaves antes de proceder com as reformas, e foi o que aconteceu com a Inquisição. Em 1757, D. Gaspar de Bragança, o filho bastardo de D. João V, ocupou o vazio da cadeira de inquisidor-geral, sem nenhuma experiência de governo em qualquer instituição eclesiástica. No ano de 1758 Gaspar sofreu um atentado e morreu, Pombal usou este evento para condenar a morte alguns dos seus inimigos políticos da fidalguia da corte, como foi o caso dos Távoras<sup>4</sup>. Os condenados pelo crime confessaram que os jesuítas instigaram o atentado (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.335-336).

Para Carvalho e Melo, a citação dos jesuítas neste caso era um excelente alibi para sua expulsão, já que Pombal vinha enfrentando problemas com os jesuítas no campo das reformas do ensino. Além do atentado e problemas com as reformas de ensino, os jesuítas também eram acusados de, no Brasil, desde 1750, terem dificultado a aplicação do Tratado de Madrid<sup>5</sup>, instigando os índios a não o respeitarem (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.337).

Com isso, os planos de Pombal para a Inquisição estavam começando a engrenar. Inicialmente ele tinha de reabilitar o tribunal que estava em declínio e em seguida o submeter à Coroa, depois o Estado estaria livre para dominar e usar o tribunal politicamente. Durante este período a Inquisição estava sem seu inimigo tradicional, os cristãos-novos. Mesmo que o decreto que acabou com a distinção entre cristão-novo e cristão velho tenha sido assinado em 1773, desde 1760 isto já não era mais uma preocupação para a Coroa. A partir deste momento, a Inquisição passou a reprimir o criptojudaísmo menos violência (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.350-359).

A Inquisição portuguesa da segunda metade do século XVIII foi perdendo aos poucos o seu caráter religioso, sem extingui-lo, para adotar uma postura mais política. Aos poucos os interesses do Santo Ofício confluíram com os pombalinos. Após ser subordinado ao Estado, o

---

<sup>4</sup> No ano de 1758 o rei D. José I sofre um atentado, a este atentado são relacionados um grupo de jesuítas e membros da família Távora, uma família da alta nobreza aristocrata portuguesa. Os Távoras e os jesuítas foram acusados de não reconhecer a autoridade régia, conspiração e lesa-majestade, e por este motivo foram condenados à morte. O atentado foi muito bem aproveitado politicamente por Pombal, que condenando à morte dois de seus grandes adversários, os jesuítas e a alta nobreza, demarcou a ordem de funcionamento do seu governo e as mudanças que estavam para acontecer (ALVES, 2011, p.148-159).

<sup>5</sup> O Tratado de Madrid (1750) estabeleceu os limites entre as possessões portuguesas e espanholas. Neste tratado a coroa portuguesa deveria ocupar efetivamente o território definido, porém manter todo aquele território povoado era um desafio, principalmente a porção norte do Brasil (MATTOS, 2012, p.31).



Tribunal poderia operar como um instrumento de controle nas mãos de Pombal e servir aos seus interesses (MATTOS, 2012, p.23).

### **A última visitação ao Estado do Grão-Pará e Maranhão (1763-1769)**

Inicialmente a visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará no século XVIII causa certa inquietação, os motivos para estas inquietações são diversos. Até então, o foco inquisitorial sempre fora os cristãos-novos, mas após a entrada de Pombal este enfoque estava se dissolvendo até não ser mais uma preocupação. O que justificava uma visitação em um período de enfraquecimento da instituição inquisitorial? A resposta para este questionamento envolve uma análise dos eventos prévios a visitação, que nos fornecem um panorama da região norte e os interesses do reino nesta fatia da colônia. A partir daqui nos debruçaremos sobre estes eventos.

A partir dos finais do século XVII, o Brasil passou a ser o foco das elites políticas da corte portuguesa, principalmente devido ao descobrimento do ouro nos territórios de Minas Gerais. Visando a proteção do território colonial, uma possível expansão, o fim das disputas de territórios entre espanhóis e portugueses gerados pela indefinição dos limites no Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madrid é assinado em 1750, definindo os limites das possessões, marcando um aumento substancial da expansão portuguesa. Este tratado impactou particularmente as regiões onde as fronteiras coloniais eram mais indefinidas, como era o caso da Amazônia e Mato Grosso (DOMINGUES, 2019, p.131).

Ocupar a região norte não seria tarefa simples, para isso, Pombal necessitava de alguém de sua confiança para gerir o seu projeto. No ano de 1751, o irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, é nomeado governador-geral do estado do Grão-Pará e Maranhão. O novo governador estabeleceu um processo de revitalização e reordenamento administrativo que visava a viabilização do controle físico da região do Grão-Pará. Até aquele momento, as ações colonizadoras realizadas na região norte poderiam ser consideradas pouco expressivas, a atuação de Mendonça Furtado visava alterar este cenário, firmando um domínio soberano sobre a região, vista como exótica e cheia de potencialidade econômicas (DOMINGUES, 2019, p.132).

O irmão de Pombal chega imbuído de missões difíceis, deveria impor o reconhecimento da autoridade régia sem restrições e fazer valer as leis de liberdade dos índios, que há muito



eram ignoradas na região. De acordo com as instruções régias dadas ao novo governador, os índios eram considerados fatores ímpares para a consolidação do Tratado de Madrid (1750). As aldeias eram a principal fonte de povoação, onde os regulares<sup>6</sup> seriam responsáveis pela catequização dos índios que seriam sedentarizados e educados para o trabalho, de acordo com o projeto pombalino. Porém os jesuítas apresentaram resistência e se recusavam a repartir os indígenas com os demais colonos das aldeias, além de monopolizarem o comércio das drogas do sertão, formando um empecilho para a concretização do projeto pombalino de povoação do norte, conseqüentemente um impedimento para a efetivação do Tratado de Madrid (MATTOS, 2012, p.32-33).

Seguindo as instruções régias para o seu governo, Mendonça Furtado deveria reorganizar as missões a fim de fazer valer a liberdade dos índios, utilizando sua mão de obra livre, incentivando o povoamento do território amazônico e defendendo o domínio das possessões portuguesas. Aos jesuítas foi reservado um espaço, a instalação de missões, realizando o cuidado com as atividades religiosas, reprimindo o poder temporal sobre os índios, o que logo se revelou um problema. Podemos considerar que entre 1751-1759, Mendonça Furtado visou fortificar, delimitar, povoar e desenvolver o estado do Grão-Pará e Maranhão (SANTOS, 2008, p.59-61).

A tutela temporal dos regulares sobre os índios era tida como a principal ruína do Grão-Pará, para isso era necessário pôr um fim a esta dominação e trazer os nativos para o convívio da sociedade e civilizá-los. Os jesuítas não aceitaram serem retirados da tutela indígena, resistindo e amparando a continuidade da exploração do trabalho indígena. Esta resistência dos regulares em realizar os trabalhos de conversão do gentio em português impedia a expansão do cristianismo, impossibilitando tornar o índio um vassalo do rei, o que passou a dificultar o cumprimento do Tratado de Madrid. A situação com os jesuítas passou a incomodar o governador profundamente, que expunha todo o seu descontentamento com os regulares em sua correspondência com Pombal (SANTOS, 2008, p.63-65).

Outro ponto de conflito foi a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará (1755), que proibiu o comércio livre das drogas do sertão e inseriu procuradores para o envio

---

<sup>6</sup> Usaremos o termo regulares para nos referirmos ao clero regular, uma ordem religiosa que segue uma determinada regra. No nosso caso os jesuítas, uma ordem dedicada a divulgação do catolicismo e no ensino da catequese.



de mercadorias até Portugal, impossibilitando o negócio dos regulares. Com vistas grossas sob a escravidão indígena, a Companhia de Comércio objetivava a introdução de escravos africanos visando o desenvolvimento da agricultura e fomento do comércio a partir do monopólio. Os padres regulares não receberam bem as novidades e alegavam que sua ordem respondia ao Papa e não a Coroa (MATTOS, 2012, p.41-42).

Frente aos desmandos dos jesuítas, Mendonça Furtado busca uma solução para frear a dominância dos regulares sobre os indígenas e reafirmar a autoridade régia. Com as intenções de civilizar, educar e obrigar os índios a falarem a língua portuguesa, o governador instaura o Diretório dos Índios em 1757, visando povoar e defender o território da América portuguesa. Seguindo o Diretório, cada aldeia ou vila deveria ter um diretor até que os indígenas fossem capazes de se inserir na sociedade civil, efetivando a liberdade dos índios (FLEXOR, 2010, p.168).

O governador Mendonça Furtado relatava ao seu irmão todos os problemas com os jesuítas, sua resistência as ordens régias, o abandono das missões e o transporte dos bens móveis. Toda esta discordância por parte dos jesuítas fora considerado inaceitável desafio às ordens régias e a soberania portuguesa, levando a reações diversas por parte da Coroa, como reclamações diretas ao papa Bento XIV. Uma relação marcada por um conflito que se arrastou por todo o governo de Mendonça Furtado chega ao fim em 1759 com a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses, quando o governador já havia voltado para o reino (RODRIGUES, 2009, p.234-237).

A secularização operada nas aldeias do Grão-Pará a partir da expulsão dos jesuítas, possibilitou que elas se transformassem em vilas ou lugares. Esta decisão nada teve a ver com uma possível afronta ao catolicismo por parte de Pombal, mas sim uma forma de combater o poder político e econômico das ordens religiosas que, no momento da expulsão, impediam a colônia de expandir. Com o fim do domínio das ordens religiosas na colônia, Pombal contava com o apoio do governador do Estado e principalmente do bispo. O bispo era responsável pelas visitas pastorais, conhecia o território colonial e informava ao Reino, dessa forma, o bispo atuava como um agente eclesiástico e como um agente régio (MATTOS, 2012, p.72-73).

A política de D. José em consonância com Pombal, estabeleceu uma recuperação do ideal de bispo inspirado no cânone tridentino, pois o bispo mantinha uma imagem dominante em relação as ordens religiosas. A organização política portuguesa no século XVIII foi pautada



no Regalismo e em uma dessacralização, que efetivaram a subordinação do poder eclesiástico a coroa, não significando de maneira alguma um anticlericalismo por parte de Pombal e do rei. Para a efetivação do projeto pombalino na colônia, era necessária a colaboração dos prelados, do bispado, uma política pautada neste regime de cooperação não pode ser considerada anticlerical, os objetivos da dessacralização eram retirar o poder temporal das mãos dos religiosos e devolver ao rei (SARANHOLI, 2018, p.106-107).

Para notarmos a importância do bispado para a política pombalina, vale ressaltarmos que Mendonça Furtado contou com a colaboração de um bispo na luta pela efetivação do projeto pombalino no estado do Grão-Pará e Maranhão, foi este o bispo Miguel de Bulhões. O bispo firmou uma aliança com a coroa para o enfrentamento contra os jesuítas e foi autorizado a realizar visitas pastorais pelas aldeias das missões, onde observava as situações e relatava ao poder régio. A relação entre Mendonça Furtado e Miguel de Bulhões era de extrema confiança e colaboração, o que nos demonstra que a administração pombalina não admitiria mais prelados que não estivessem em plena sintonia com o poder régio. O bispo deveria auxiliar na concretização dos planos da Coroa, atuando ao lado do governador e vigiando a colônia a partir das visitas pastorais (SANTOS, 2008, p.325-330).

Entender a necessidade, o funcionamento e a importância das visitas pastorais na colônia nos possibilitam refletir sobre os esquemas de vigilância na América portuguesa para além das visitas do Santo Ofício. As visitas inquisitoriais eram dispendiosas, por este motivo necessitavam de uma forma de vigilância e controle da população colonial que pudesse ser realizada regionalmente e com maior frequência, e que principalmente estivesse centrada nas mãos dos bispos. As visitas pastorais possibilitavam o exercício do governo episcopal e régio nas dioceses ultramarinas com territórios vastos e distantes entre si, onde poderiam conhecer as gentes e riquezas da região.

No ano de 1759 o Grão-Pará recebeu um novo bispo a mando de Pombal, João de São José Queirós. Queirós realizou duas visitas pastorais, uma no ano de 1761 e outra entre 1762 e 1763, nessas visitas demonstrou certa desafeição aos indígenas e a seus costumes, se referindo a eles como feras. As visitas pastorais realizadas por Queirós foram responsáveis por diversas informações sobre o cultivo, o plantio, a economia, a língua e os modos de vida no Grão-Pará, porém o novo bispo foi acusado de não servir aos interesses pombalinos, e por este motivo foi desterrado por Pombal. Queirós falava contra os índios, os considerava incapazes de se



tornarem cristãos e defendia a escravidão indígena, todas essas ideias iam contra os ideais de Pombal, que acreditava que para se tornarem vassallos do rei, os indígenas deveriam ser evangelizados e civilizados (MATTOS, 2012, p.77-78).

Antes contando com um bispo que concordava e cooperava com os planos de Pombal, agora o governo encarava outro horizonte, e tais discordâncias dificultariam a implementação do Tratado de Madrid e o reconhecimento das terras e gentes da colônia. O bispo João de São José Queirós condenava a população indígena em seus escritos, descrevendo longamente a aversão ao trabalho que esses povos demonstravam, se mostrando favorável a escravidão indígena diversas vezes, mesmo sabendo que a coroa recriminava tal pensamento. As atitudes e severas crenças do bispo o levaram a colecionar inimizades na colônia e no reino, até mesmo com o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, Queirós já havia se indisposto. Suas inconsistências e pensamentos eram considerados retrocessos e se afastavam da política pombalina, todas as circunstâncias apontavam para o eminente desterro do bispo Queirós (SARANHOLI, 2018, p.108-109).

A língua afiada de Queirós gerou desafetos na cúpula real, o descontentamento evidente foi responsável pelo desterro do bispo em 1763, ano em que o novo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive chega ao Grão-Pará ao lado do novo visitador, Giraldo José de Abranches. Com a retirada do bispo e a chegada de um visitador do Santo Ofício, Abranches é nomeado também como vigário por D. José, sendo assim, o novo visitador seria também o novo bispo do Grão-Pará. As motivações para o envio de um inquisidor em um período de enfraquecimento da instituição inquisitorial são amplamente questionadas, inicialmente a justificativa utilizada pelo reino para a necessidade de uma visita do Santo Ofício seria a intenção de remediar as falsas doutrinas espalhadas pelos jesuítas, mesmo depois de expulsos em 1759 (SARANHOLI, 2018, p.156-160).

D. José I nomeia Abranches como visitador e o envia, de acordo com suas palavras, para remediar as pessoas instruídas com falsas doutrinas. Porém as motivações desta visita são amplamente questionadas, de acordo com Yllan de Mattos:

Abranches era, nesse sentido, um “privilegiado instrumento de conhecimento” que o governo metropolitano necessitava para aquela região, após o “mau exemplo” dos missionários inacianos e as “indisposições” com frei João de São José Queirós. A continuidade da administração eclesiástica, nos projetos pombalinos, fazia-se, de fato – como percebeu Francisco Xavier de Mendonça Furtado –, pelo agente de letras e também de experiência no ultramar. Giraldo José de Abranches combinava todos esses requisitos: homem de “letras”, “virtudes” e “experiências coloniais” (MATTOS, 2020, p.321).



Terminadas as solenidades, a Visitação já estava em condições de iniciar seus trabalhos, inquirindo os moradores de Belém dentro do Tempo da Graça, onde trinta dias foram concedidos, neste meio tempo a população poderia confessar ou denunciar suas culpas sem temer a tomada de bens. Considerando a instalação da mesa na cidade de Belém, os que moravam em outras regiões do Grão-Pará deveriam ir até o visitador para confessar suas culpas, sendo assim, os cidadãos deveriam aproveitar seus trinta dias de misericórdia. E foi o que fizeram, já no dia 26 de setembro de 1763 houve a primeira apresentação a mesa de visitação, de onde se seguiram várias durante o período da Graça (LAPA, 1978, p.53).

Diversas são as excepcionalidades da última visitação ao Grão-Pará, elencando-as podemos notar: o fato de ter ocorrido no século XVIII, um período de ascensão do iluminismo onde instituições como a inquisição vinham sendo questionadas em toda a Europa, inclusive em Portugal; o seu período de duração em comparação com as outras visitas ocorridas na América portuguesa<sup>7</sup>, a visitação ao Grão-Pará foi de 1763 até 1769, seis anos ao todo; por fim, o fato de que Abranches dispunha de dois cargos, era visitador do Santo Ofício, mas também era o vigário, atuando como bispo da região. Todos estes fatos somados configuravam uma visitação intrigante, que gera questionamentos acerca de suas motivações, destrincharemos aqui algumas ideias que podem formar as justificativas para a realização da última visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará e Maranhão.

O número de confissões e denúncias é pequeno em comparação com sua duração, e com o passar dos anos da visitação vai diminuindo. Considerando que as confissões e denúncias são as armas para o funcionamento da visitação, o baixo interesse em captá-las nos mostra que talvez este não fosse o grande foco desta visitação. Para Yllan de Mattos, o baixo número de confissões e denúncias apresentadas são justificadas pelo foco na administração eclesiástica por parte de Abranches, para o autor “não se esqueceu do Santo Ofício, mas é manifesto que se deteve amplamente dos assuntos d’el-rei. Talvez isso explique o número parco de processos, apresentações e denúncias à mesa” (MATTOS, 2012, p.143).

Em paralelo a esta ideia, Evandro Domingues acredita que Abranches teve dilatada sua competência de despachos, acentuada pelas dificuldades de comunicação com o Conselho

---

<sup>7</sup> A primeira visitação do Santo Ofício foi realizada nas regiões da Bahia e Pernambuco entre 1591-1595; a segunda visitação também realizada na Bahia entre 1618-1620 e a terceira visitação feita as capitanias do sul entre 1627-1628, todas com no máximo três anos de duração.



Geral do Santo Ofício. Para Domingues, Abranches estreitou relações através de suas atribuições no bispado e assim fez funcionar a ação doutrinária e pedagógica da visita, podendo contar com a vigilância e correção das condutas pelo clero e se valendo dos preconceitos e conflitos sociais sustentados pela perseguição inquisitorial para multiplicar o número de delações e testemunhas nos inquiridos. Dessa forma, esta ação doutrinária e pedagógica se liga diretamente com a política *regalista* do período pombalino, tornando a punição inquisitorial uma ameaça latente, mantida e reforçada no contexto social da colônia (DOMINGUES, 2001, p.75-76).

Mesmo tendo explicações diferentes para o baixo número de inquirições feitas na visitação, o que poderia ligá-las é a ideia da sujeição de Abranches e a visitação estarem sujeitas aos mandos e vontades do rei, e principalmente, de Pombal. Durante o século XVIII, a Inquisição portuguesa estava enfraquecida e totalmente submetida aos mandos do Estado, podendo ser utilizada para concretizar o projeto político pombalino, o projeto civilizador pombalino para o Grão-Pará. Já apontamos acima o interesse de Pombal na região norte, quanto a efetivação do Tratado de Madrid, o cumprimento do Regimento dos Índios com objetivo de tornar os indígenas em vassallos do rei e os interesses econômicos com a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará.

Os planos para esta região eram grandiosos e fiscalizar sua efetivação seria tarefa difícil e necessitaria de pessoas de sua confiança, inicialmente o próprio irmão de Pombal como governador ao lado do bispo Bulhões, em seguida o bispo Queirós que não serviu aos interesses e não cooperou com Pombal foi desterrado e substituído. Neste contexto está inserida uma visitação inquisitorial, com um visitador indicado por Mendonça Furtado, um visitador que também era vigário e mantinha contato direto com o reino, podendo atuar como um fiscal da efetivação dos projetos pombalinos na região do Grão-Pará e que por lá esteve durante seis anos.

Outras hipóteses para além dos objetivos políticos pombalinos foram postas como explicação, porém se demonstram frágeis para justificar a presença inquisitorial. Uma das hipóteses envolve a manutenção da fé enquanto verifica os resquícios da presença jesuítica na colônia, o que em si seria de difícil validação, já que havia anos desde a expulsão dos jesuítas e nada apontava a possibilidade de uma presença clandestina que justificasse uma visitação do Santo Ofício. E quando pensamos em uma manutenção da fé e vigilância das práticas religiosas,





por quais motivos uma colônia que realiza visitas pastorais com frequência demonstraria tanta preocupação com a manutenção da fé sem que um problema de ordem religiosa maior tivesse sido demonstrado nas visitas? Ao refletirmos que a instituição inquisitorial se encontrava nas mãos do reino português tais hipóteses se perdem, a maior justificativa para a vinda de uma nova visitação está diretamente relacionada com os interesses políticos pombalinos.

É inegável que esta visitação é dotada de teor político, visitador e bispo estavam sujeitos ao reino e se esforçavam para não o contrariar. Isto não significa que a visitação não cumpriu sua função padrão de vigiar os costumes e punir as heresias, ao mesmo tempo em que sofria influências pombalinas, a visitação vigiou os delitos, neste caso principalmente os ligados a feitiçaria como veremos nos próximos capítulos. A visitação operava nos colonos a partir da desconfiança, atuando como uma pedagogia disciplinadora, sabendo que eram vigiados adotavam as práticas corretas ou aprendiam a escondê-las melhor dos olhos inquisitoriais. A visitação também era uma ferramenta importante para a vigilância das extensões do território colonial, conhecer suas riquezas, suas pessoas, seus pecados.

Dessa forma, não nos cabe analisar esta visitação como uma incoerência do século XVIII ou um rompimento de Pombal com as ideias iluministas, tal ideia nos aprisiona em uma lógica teleológica. Para tal, concordamos com Yllan de Mattos quando afirma que:

Ao pensarem as reformas pombalinas de maneira essencialmente progressistas – quando não iluministas! – e relacioná-las com o fim das visitas inquisitoriais, estes historiadores, além de pensarem a História como evolutiva, encarceram-na teleologicamente. Sua argumentação só ganha relevo, se pensarmos Pombal como um iluminista e, em regra, a reforma pombalina foi menos abstrata e mais pragmática (MATTOS, 2012, p.142).

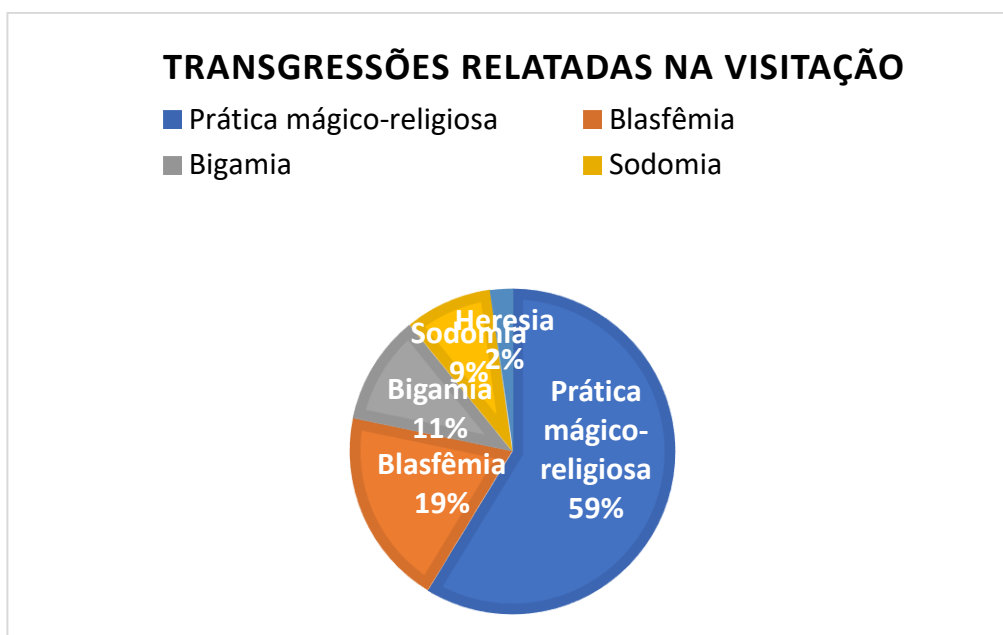
Em vista disso, para se formar uma explicação para a última visitação devemos considerar que:

Uma explicação da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará deve relacionar-se à subserviência do Tribunal (ou pelo menos do visitador) ao projeto civilizador pombalino, pois era a Inquisição, como se sabe, instrumento por excelência de normatização da fé e dos costumes. Ao mesmo tempo, coube-lhe o papel de auxiliar a administração pombalina na tarefa de conhecer as gentes e a terra do Pará (MATTOS, 2012, p.143).

### **A transgressão preponderante em uma colônia híbrida**



A presença das mais variadas práticas mágico-religiosas na colônia reflete a religiosidade popular preponderante na colônia, um espaço marcado pelo convívio de diversas culturas que se mesclaram formando um sincretismo. Uma colônia escravista estaria fadada ao sincretismo religioso, as práticas dos escravizados se fundiu entre o catolicismo e os ritos das religiões africanas. E havia também a presença dominante dos indígenas, que ao serem evangelizados amalgamaram suas tradições ao catolicismo. E assim se encontrava a América portuguesa durante a última visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará, mestiços de branco, índios e negros vivendo em sua própria sociabilidade pautada em uma religiosidade popular, mestiça<sup>8</sup> e sincrética (SOUZA, 2009, p.87-95).



Gráfico 1: Transgressões relatadas na visita o (fonte: autor)

Ao partirmos para aos dados, foram estimadas quarenta e seis confissões e denúncias no *Livro da Visita o do Santo Ofício da Inquisi o ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*. Utilizando os critérios já descritos acima para categorizar as práticas mágico-religiosas, elas

<sup>8</sup> Nosso entendimento de mestiçagem neste artigo segue os pressupostos discutidos por Serge Gruzinski, onde diante de um processo de ocidentaliza o ocorrido nas colônias, no qual os nativos foram diretamente atingidos, se produziu uma mestiçagem não apenas biológica, mas também cultural, depreendida como “um esforço de recomposi o de um universo desagregado e como um arranjo local dos novos quadros impostos pelos conquistadores” (GRUZINSKI, 2001, p.110).



somaram maioria sendo vinte e sete das aparições no livro da visitação, formando 59%. Porém outras transgressões também apareceram, mesmo que em menor número.

Com tal detalhamento pretendemos destacar que a visitação ao Grão-Pará forma um diferencial em relação as outras que ocorreram no Brasil: o aumento nos casos de práticas mágico-religiosas. Uma colônia que antes se interessava em perseguir práticas judaicas e criptojudaísmo passou por uma visitação de seis anos sem registrar nenhuma confissão ou denúncia relacionada a esta temática. A isso, relacionamos o fato de que a segunda metade do século XVIII assistia o auge da política pombalina, a qual descrevemos mais detalhadamente no primeiro capítulo, momento em que a perseguição aos cristãos-novos já havia deixado de ser uma questão para o Santo Ofício português. Para além deste fato, a Inquisição portuguesa passava por uma troca de regimentos, o *Regimento de 1640* estava sendo substituído pelo conhecido como *Regimento Pombalino* de 1774, que apesar de póstumo a visitação ao Grão-Pará, já vinha refletindo as alterações da política pombalina, como por exemplo a clara posição antijesuíta, o tratamento quanto aos judeus deixa de ser enfático e explícito e não há uso da violência como meio de coerção (MENDES, 2011, p.64-66).

Com as políticas de Pombal o judaísmo ficou em segundo plano, com isso um costume já existente e muito comum na colônia pode ganhar protagonismo: as práticas mágico-religiosas. A mestiçagem cultural já era um fato preexistente na colônia, os ritos de curas, as magias, as orações envolvendo santos católicos e danças já formavam parte importante da sociabilidade colonial, que mesmo sendo assunto da Inquisição, não consistiam em um foco persecutório de grande relevância como era o caso das práticas de judaísmo. O desaparecimento das confissões e denúncias de criptojudaísmo na visitação ao Grão-Pará abriram espaço para a face conhecida, mas recôndita, de uma colônia mestiça, sincrética e híbrida, se sobrepujar. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva (2013) afirmam que “as formas heterodoxas de religiosidade popular permaneceram na mira do Santo Ofício, permitindo descobrir situações reveladores da extrema plasticidade e riqueza que o cristianismo podia assumir entre os mais humildes” (MARCOCCHI; PAIVA, 2013, p.369).

### ETNIA DOS CONFITENTES/DENUNCIADOS POR PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS

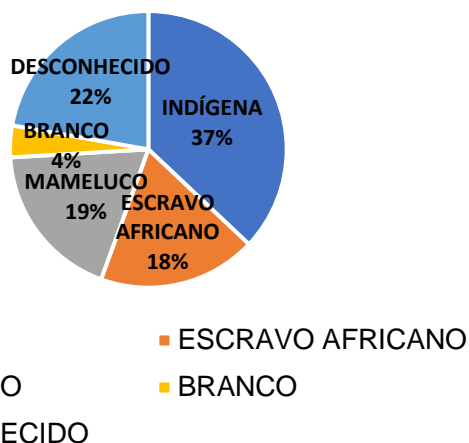


Gráfico 2: Etnia dos confitentes/denunciados por práticas mágico-religiosas (fonte: autor)

O gráfico acima apresenta o grupo étnico dos envolvidos nas confissões e denúncias por práticas mágicas na visitação ao Grão-Pará. O maior grupo envolvido são os indígenas totalizando dez, equivalente a 37% das confissões e denúncias. Seguido pelos escravizados, que somam cinco ou 18%. Já os mamelucos, mistura de brancos com indígenas, somam cinco ou 19%. Os brancos mestiços apresentam uma confissão, sendo 4% e por fim seis das quais desconhecemos a etnia dos envolvidos, formando 22%.

A região do Grão-Pará, assim como toda a colônia, desfrutava do convívio de diversas etnias, como os indígenas, escravizados e brancos mestiços. Tal convívio influenciava diretamente na difusão e existência das diversas práticas mágico-religiosas. As visitas ocorriam nas regiões de maior relevância econômica para a colônia, dessa forma nota-se que as práticas mágicas se intensificam e ganham complexidade em ligação direta com o desenvolvimento do processo de colonização, produção de riquezas e o crescimento no número de escravos africanos. Para Laura de Mello e Souza (2009) “Inquisição e Estado buscavam os elementos da sua seiva no seio da população colonial mestiça, sincreticamente religiosa e indiscutivelmente diferente dos moldes europeus” (SOUZA, 2009, p.290).

Quando nos referimos a um hibridismo cultural, uma mestiçagem, ou a práticas sincréticas, tratamos de um longo processo que envolve muito mais do que a religião. As técnicas do Ocidente também foram reproduzidas, este projeto acompanhou a evangelização, já que a cristianização significava importar um modo de vida Ocidental. Os indígenas se



utilizaram do mimetismo para se inserir no universo econômico colonial e assimilar as técnicas europeias. Serge Gruzinski afirma que o mimetismo também foi utilizado no culto católico, de acordo com o historiador:

A partir do teatro e da ritualização dramática, a reprodução do imaginário ocidental criou uma nova dimensão para o processo mimético. Os missionários utilizaram o teatro para explicar e difundir o conteúdo da fé cristã. Obras edificantes “representaram”, ou seja, mostraram os episódios da história sagrada, das grandes figuras do panteão cristão e da geografia sagrada do Ocidente. Mais uma vez, os índios tiveram nisso uma participação direta. O roteiro do espetáculo era inspirado pelos monges, mas realizado pelos próprios índios (GRUZINSKI, 2001, p.104).

Apesar de a catequização jesuíta ser destinada aos indígenas, a transmissão oral não reconhecia limites na colônia. O pesquisador Benjamin Abdala Junior (2002) ao abordar o hibridismo cultural afirma que “são as culturas populares orais ibéricas que virão a se mesclar com as culturas ameríndias, africanas ou da diáspora africana nas Américas” (ABDALA JUNIOR, 2002, p.17).

Aos negros escravizados não foi reservada um espaço para catequização, sua instrução religiosa ao catolicismo envolveu o ensinamento básico das orações principais e os rudimentos do catecismo. A partir deste convívio, mistura de crenças, culturas e superstições surge uma nova religiosidade (MACEDO, 2008, p.13).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode ser observado ao longo desse artigo, as ambições da instituição inquisitorial portuguesa se alteraram ao passar dos séculos, tais mudanças envolveram inclusive o foco na perseguição aos cristãos novos acusados de práticas judaizantes. Durante o século XVIII, a instituição passou por reformas a mando de Pombal, que permitiram uma sujeição da Inquisição ao Estado, permitindo que os interesses do reino pudessem se refletir na ação do Santo Ofício. O Marquês detinha muitos interesses na colônia, onde deveria fazer valer o Tratado de Madri e ocupar as fronteiras da América portuguesa.

Porém ocupar a região das fronteiras, onde estava o Grão-Pará e Maranhão, não seria tarefa simples, e Pombal precisaria de pessoas de sua confiança para firmar seus mandos. Com isso, no ano de 1751, o irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, é nomeado



governador-geral do estado do Grão-Pará e Maranhão. Entre suas tarefas estava a viabilização do controle físico da região do Grão-Pará, pois até então as ações colonizadoras desta região eram pouco expressivas e dispunha de grande potencialidade econômica.

Enfrentando problemas para a efetivação do projeto pombalino, os jesuítas freavam os mandos do governador, o que foi responsável por potencializar as inimizades. Em 1757 o Diretório dos Índios foi criado com a intenção de e civilizar, educar e obrigar os índios a falarem a língua portuguesa, mas o diretório era reprovado pelos jesuítas. Alimentados por uma rivalidade que obstruía os planos econômicos do reino português, os jesuítas são expulsos em 1759.

Neste contexto de interesses está inserida a última visitação da Inquisição ao Grão-Pará, uma visitação considerada excepcional em diversos pontos de vista. Tais excepcionalidades envolvem o fato de ter ocorrido no século XVIII, um período de ascensão do iluminismo onde instituições como a inquisição vinham sendo questionadas em toda a Europa, inclusive em Portugal; o seu período de duração em comparação com as outras visitações ocorridas na América portuguesa; por fim, o fato de que Abranches dispunha de dois cargos, era visitador do Santo Ofício, mas também era o vigário, atuando como bispo da região. Todos estes fatos somados configuravam uma visitação intrigante, que gera questionamentos acerca de suas motivações.

Motivados por tais excepcionalidades, notamos, ao entrar em contato com nossa fonte, que existia uma transgressão muito recorrente nas denúncias e confissões, as práticas mágico-religiosas. Tais práticas refletem a pluralidade cultural de uma colônia que dispunha da convivência de diversos povos, sendo os indígenas, negros escravizados, mestiços e portugueses. Este cenário permitiu que uma religiosidade popular e plural florescesse na colônia, gerando um hibridismo cultural retratado nas crenças confessadas e denunciadas ao Santo Ofício.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Fronteiras múltiplas, Identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, cota **ANTT/PT/TT/TSO-IL/038/0785**: Visitação ao Grão-Pará (1763-1769).



BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro (Org.). **Os indígenas e as justiças no mundo Ibero-Americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019.

DOMINGUES, Evandro. **A pedagogia da desconfiança: o estigma da heresia sobre as práticas de feitiçaria colonial durante a Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará (1763-1772)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2001.

FLEXOR, M. H. O. **Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano**. Politeia - História e Sociedade, [S. l.], v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3958>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

*Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará – 1763/1769*. Apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis, Vozes, 1978.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LAPA, Roberto do Amaral. **Atribuições de um Servidor do Santo Ofício no Brasil** In: *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará – 1763/1769*. Apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis, Vozes, 1978. P.39-61.

MACEDO, Emiliano Unzer. **Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético**. Revista Ágora, n. 7, 2008.

MAROCCHI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

MATTOS, Yllan de. **A última Inquisição: os meios de funcionamento do Santo Ofício no Grão Pará pombalino (1750-1774)**. Jundiá, Paco Editorial: 2012.

MATTOS, Yllan de. **Um inquisidor na administração do bispado: Giraldo José de Abranches como vigário capitular e visitador da Amazônia colonial (1763-1773)**. Revista Contraponto, v. 9, n. 1, p. 314-349, 2020.

MATTOS, Yllan de. **Um inquisidor na administração do bispado: Giraldo José de Abranches como vigário capitular e visitador da Amazônia colonial (1763-1773)**. Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v.9, n. 1, jan./jun. 2020. P.314-349.



MENDES, Paulo. **O Marquês de Pombal e o perdão aos judeus: Inquisição, legislação e solução final da questão do perdão aos judeus com o novo enquadramento jurídico pombalino.** Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Franco. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência das Religiões, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/4059>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RODRIGUES, L. F. M. **A recuperação econômica da Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 443, p. 193-248, abr./jun. 2009.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780).** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. DOI: 10.11606/T.8.2008.tde-060072008-140850.

SARANHOLI, Hugo Fernando Costa. **Homem de Deus ao Serviço da Coroa: As dimensões Espiritual e Temporal das visitas pastorais de D. Frei João de São José Queirós no bispado do Grão-Pará (1759-1763).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, São Paulo, 2018. Orientador: Yllan de Mattos.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras: 2009.

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: junho/2023**





## **A CULTURA MATERIAL ENQUANTO RESULTANTE E LEGITIMADORA DA ORDEM SOCIAL ESTABELECIDNA NA SOCIEDADE AÇUCAREIRA DA ZONA DA MATA SUL PERNAMBUCANA**

### ***MATERIAL CULTURE AS A RESULT OF AND LEGITIMIZING THE SOCIAL ORDER ESTABLISHED IN THE SUGAR SOCIETY OF THE MATA SUL ZONE OF PERNAMBUCANA***

Eduardo Augusto de Santana<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto busca trazer algumas considerações acerca da cultura material implantada na Mata Sul pernambucana e como a sua arquitetura refletia as relações de poder e dominação estabelecidas pelos grupos sociais dominantes do mundo açucareiro. Propondo-se, desta maneira, a problematizar as representações simbólicas que as imagens daquelas construções endossavam naquela sociedade. Destarte, este trabalho discute a relação simbólica entre a cultura material implantada naquela região, entre os séculos XVI e o XVIII, e as formas pelas quais os grupos dominantes se organizavam, para legitimar o seu poder frente à sociedade da época a partir da manipulação simbólica daquelas construções no passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural; Sociedade colonial açucareira; Representações simbólicas; Relações de poder e dominação.

**ABSTRACT:** This text seeks to bring some considerations about the material culture implanted in the Mata Sul of Pernambuco and how its architecture reflected the relations of power and domination established by the dominant social groups of the sugar world. Proposing, in this way, to problematize the symbolic representations that the images of those constructions endorsed in that society. Thus, this work discuss the symbolic relationship between the material culture implanted in that region, between the 16th and 18th centuries, and the ways in which the dominant groups organized themselves, to legitimize their power in the face of society at the time, from of the symbolic manipulation of those constructions in the past.

**KEYWORDS:** Cultural heritage; Colonial sugar society; Symbolic representations; Relations of power and domination.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo discorre a respeito dos aspectos socioculturais típicos da sociedade colonial açucareira da Zona da Mata Sul pernambucana, a partir de três pontos-chave. O primeiro deles

---

<sup>1</sup>Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco- Bolsista CAPES. Mestrado e graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor visitante do Curso de Licenciatura em História da Universidade Pernambuco, Campus Mata Norte. E-mail [historiador.eduardosantana@gmail.com](mailto:historiador.eduardosantana@gmail.com)



está relacionado à inserção daquela região, por meio da ocupação do seu espaço, no sistema de dominação colonial implantados pelos portugueses. O segundo ponto busca mensurar a dimensão simbólica, sob uma perspectiva sociopolítica, em que as construções implantadas nos sítios urbanos e rurais urbanos coloniais daquela área contribuíam para fomento e validação dos interesses das elites da época. E o terceiro ponto defende a tese de que de que a arquitetura colonial típica do mundo açucareiro – levando em consideração os tipos e materiais construtivos empregados; locais de implantação das construções e seus aspectos arquitetônicos; características e significados simbólicos – favorecia o controle social, a legitimação e a replicação do sistema de dominação perpetrado pelos grupos dominantes nos engenhos e nas vilas açucareiras daquela região.

As discussões ventiladas neste trabalho partem do pressuposto de que as construções feitas para abrigar e representar materialmente as instituições da sociedade colonial açucareira se configuram como símbolos e receptáculos do poder da elite agrária, cuja autoridade buscavam representar através dos tipos construtivos tipos do mundo açucareiro. Assim, essa cultura material tinha função social e simbólica, era legitimar e dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, transfiguravam-se em imagens representativas de um poder que se materializava ante dominados e dominadores (Bourdieu, 2007. p. 1-16). Como exemplo, podemos citar a capela de engenho, representante do poder da religião dominante, que através de suas normas e regras, buscavam ditar a moral da época. Havendo, ainda, a representatividade da casa-grande, que além de referendar o poder econômico e econômica da elite agrária, legitimava o modo de produção implantado. Ambas agiam como representantes visuais do poder de uma minoria que tinha o monopólio da violência e controlava a sociedade da época.

Em relação ao emprego da cultura material e da análise do modo de ocupação dos espaços das vilas e dos engenhos açucareiros da Mata Sul, enquanto fonte documental utilizado nesta pesquisa, podemos dizer que o seu uso se faz em razão do alargamento das fronteiras realizadas pelos historiadores dos *Annales*. A esse respeito, Leandro Karnal e Flávia Toltsch (2015, p. 14) defendem que, “a Escola dos *Annales*, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção de fonte. Ao determinar que a busca do historiador seria guiada por o que fosse humano”, mais adiante, no mesmo trecho, comenta-se que Marc Bloch defendia que, “ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, a tipologia de sua fonte”. Sendo assim, uma vez que a região ainda conta com construções,



vestígios materiais e indícios de alterações da sua geografia espacial decorrentes dessa dinâmica histórica e social, utilizaremos esses indícios documentais para o estudo e a análise propostas neste texto.

A quebra de paradigmas no mundo acadêmico, a partir das novas abordagens trazidas pelos historiadores dos *Annales*, serviu para pudéssemos ter a dimensão de que “um documento é tudo aquilo que em determinado momento histórico decidir que é um documento”. A partir dessa reflexão, entendemos que um documento histórico só é tipo como tal em função de uma determinada visão de uma época sobre ele, considerando-o, assim, como uma fonte histórica. Desta maneira, “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”.

A própria expansão do conceito de documento não se refere apenas à inclusão de novos objetos ou à inclusão de personagens comuns, mas também a própria dimensão holística que este trabalho dimensiona em si mesmo. Assim, não se trata apenas da utilização de novas fontes documentais, mas da utilização dos mais variados tipos de documentos em uma pesquisa e interconexão que eles estabelecem entre si. Portanto, a sociedade colonial açucareira da Mata Sul pernambucana é estudada em suas diversas dimensões a partir das fontes documentais disponíveis.

Entende-se que a cultura material característica do mundo açucareiro deve ser analisada enquanto elemento representativo de valores culturais/civilizatórios cortejados pelos grupos sociais que dominaram aquela sociedade no passado. Assim, essa discussão parte da premissa de que todas as ações do sujeito registradas em uma dada conjuntura histórica são derivadas dos valores culturais que o sujeito carrega consigo. Sobre isso, José de D' Assunção Barros (2019, p. 23-24), sustenta que tudo aquilo que é produzido pelo homem ou traz vestígios de sua interferência pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano.

Em diálogo com a interpretação do autor acima, Sandra Pesavento (2014, p. 69-98) defende que toda sorte de materialidade resultante de um processo de construção e acumulação histórica se torna uma possível fonte. Segundo ela, a cultura é vista como uma forma de expressão e tradução da realidade que, por sua vez, é feita de forma simbólica. Neste sentido, as práticas culturais presentes nas coisas, práticas e objetos podem ser entendidas como maneiras de os humanos buscarem ajustar a realidade do mundo.

A cultura passar a ser interpretada como:



(...) uma expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa.

As discussões ventiladas pela Nova História Cultural, sobretudo no que se refere ao estudo do passado, nos ajuda a analisá-lo como uma espécie de reinvenção que é feita a partir do presente, em que “o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão. Historiadores contemporâneos passam a fazer uso de um arsenal de métodos, fontes, conceitos e problemas, todos de empréstimos dos mais diversos campos do conhecimento humano. Dotando-nos, assim, de um arsenal de conceitos e aportes teórico-metodológicos que nos permitem discutir e desvelar os diversos sentidos conferidos, pelos homens do passado, aos objetos e monumentos que se serviam nos mais diversos contextos e tempos históricos.

A esse respeito, Jacques Le Goff (2012, p. 509-523), por sua vez, sustenta que toda transfiguração do documento em monumento é justamente a sua relação e utilização pelo poder. Essa dita transfiguração em monumento está nos usos que lhes foram conferidos em uma dada conjuntura sociocultural. A cultura material remanescente da Mata Sul pernambucana, além de ser resultante de um modelo de sociedade, caracteriza-se em fonte documental basilar para o desenvolvimento deste trabalho. É importa que se diga que, para além da materialidade histórica que esses tipos construtivos carregam consigo, eles também são espelhamentos de como aquela sociedade se enxergava e como representava a si mesmo. Assumindo, assim, uma dimensão simbólica que contribuía para replicação e legitimação do sistema de dominação ali perpetrado pelos grupos dominantes e instituições que os representavam.

### **O estudo de uma sociedade a partir da ocupação do seu espaço**

Nas áreas de assentamento colonial da Mata Sul, seja nos sítios urbanos ou nas áreas rurais, ainda é possível notar a existência de construções e vestígios materiais que remetem aos primeiros séculos de colonial da região. Quando após as campanhas de extermínio da população nativa e a apropriação de suas terras atingem aos seus objetivos políticos e econômicos. São esses vestígios do passado, é importante que se diga, implantados ao longo dos diversos momentos e conjunturas históricas, que caracterizam a ocupação daquele espaço no passado.



Além disso, por meio do estudo de campo na região, é possível identificar vestígios arqueológicos de tipos construtivos que transitam entre os séculos XVI ao XVIII. Um dos elementos relacionados à disposição espacial dessa arquitetura colonial são as características ocupacionais que a empresa colonial assumiu ao longo dos séculos seguintes à ocupação portuguesa na região. Há, dessa forma, uma concentração, no núcleo da sede, de trabalhadores livres, e, na área rural, da elite canavieira e dos escravizados negros e indígenas.

Sobre isso, Roberto Lobato Corrêa (2002, p. 11) defende que o espaço urbano é definido como sendo um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Demonstra ainda que o espaço urbano, fragmentado e articulado, é reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Por meio dessa análise, compreende-se que a própria sociedade emprestava aqueles espaços sentidos múltiplos que dialogam com o momento histórico em que foram concebidos. Funcionando, de certa maneira, como agentes de legitimação, reprodução ou de contestação da ordem estabelecida pelos grupos dominantes.

Para Milton Santos, “os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a ser a condição do uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza, sem os quais a produção é impossível” (2012, p. 33). Portanto, a sociedade é reorganizada para atender às necessidades e demandas de dado sistema de produção. A partir da colocação feita pelo autor, e trazendo a discussão para o a problemática deste trabalho, os partidos arquitetônicos típicos no contexto dos engenhos e dos povoados açucareiros figuravam como instrumentos de trabalho e de acumulação de capitais imóveis. Segundo essa interpretação, aquelas construções eram concebidas e incorporadas à paisagem do mundo açucareiro com vistas a atender as necessidades de produção. Passando a figurar, também, como uma arquitetura modificadora do espaço através da imposição de sua materialidade ao conjunto daquela paisagem ora alterada.

Ana Fani Carlos (2006, p. 16) defende que o lugar traz em si uma íntima interconexão com os movimentos históricos, haja vista que se configuram em importantes de estudo e interpretação do passado. Levando isso em consideração, observe o trecho, da fala da autora, destacado abaixo:

(...) o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível pressupomos que a memória, enquanto elo de interpretação do passado, deve ser compreendida como voz e a imagem do acontecido.



Notamos que Silva Abud e Alves (2013, p. 111) discorrem sobre o tema na mesma linha de análise dos autores supracitados acima:

Ensino de História em experiências significativas os artefatos concebidos e utilizados pelos seres humanos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a História e proporcionar às gerações que se sucedem a Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia. Vol. 1, 2017. Possibilidade de construir consciência da trajetória histórica de sua sociedade.

Portanto, os lugares desvelam movimentos sociais e históricos que agiram e impuseram modificações em sua geografia e paisagem. Esses fenômenos podem ser decorrentes de ações políticas, econômicas, culturais e sociais que operaram de forma separada ou cumulativamente no tempo e espaço. E trazem em seu âmago toda uma representatividade simbólica que os interliga à cultura material ali implantada ao longo dos mais diversos processos históricos. Por esse motivo, tornam-se peças-chave para o desvelamento e a análise da atmosfera sociocultural em que determinados tipos construtivos foram edificados no passado. Dessa maneira, os espaços, lugares, memórias precisam ser analisados de forma conjunta para que se possa conferir inteligibilidade à função sociocultural dos monumentos e vestígios históricos presentes na Mata Sul pernambucana, que remetem ao seu passado colonial.

Infere-se que o aprofundamento desse estudo pode trazer significativos apontamentos a respeito, não só da tipologia básica das urbes colonial açucareira, como também oferecer pistas a respeito das representatividades simbólicas contidas nos traçados e tipos construtivos da Mata Sul pernambucana. Oferecendo assim, um maior entendimento a respeito das dimensões simbólicas, político-administrativas, culturais, sociais e econômicas das urbes coloniais.

### **A dimensão simbólica da Arquitetura Colonial da Zona da Mata Sul de Pernambuco**

De acordo com Agnes Heller (2008, p. 31), a cultura material ganha relevância na pesquisa histórica, mas também no ensino de História, haja vista que ela vem ganhando cada vez mais espaço nos debates relacionados aos variados campos das ciências humanas. Aliás, o uso da cultura material no ensino de História desnuda a importância dos objetos no cotidiano das pessoas, seus diferentes usos e as mudanças e permanências nas relações sociais e culturais das sociedades. Ajudando, assim, estudantes pesquisadores a refletir acerca da dimensão



histórica, social e cultural dos objetos criados pelos seres humanos na cotidianidade de diferentes temporalidades.

A geração de riqueza decorrente dos acúmulos de capitais fomentados pela indústria açucareira, na Mata Sul pernambucana, permitiu que fossem inseridas na paisagem toda uma materialidade que permite, ao pesquisador dessa temática, discutir e problematizar como se deu o enriquecimento vivenciado pelas vilas, freguesias e povoados açucareiro daquela região. Assim como também permitem discutir as relações sociais que determinavam e eram validadas por meio das representações simbólicas endossadas pelas construções típicas daquele período. Decorre daí a importância da compreensão dos modos pelos quais as relações sociais de poder se organizaram em torno daqueles tipos construtivos erguidos nos latifúndios e povoados no passado.

Gilberto Freyre (1935, p. 82) tece uma observação que nos permite vincular a sua à fala ao tema em discussão. No referido texto, ele diz o seguinte:

Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis.

Pode-se inferir, a partir das colocações do autor acima, que a cultura material de um determinado período histórico pode contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião, poder, negociações, resistências e modos de vida de uma sociedade. Se configurando em vestígios materiais que podem oferecer dados a respeito do contexto histórico e a evolução sociocultural da sociedade a qual estavam vinculados.

Ainda a respeito das fontes utilizadas no trabalho, José d'Assunção Barros (2012, p. 130-131) argumenta que, “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano”. Mais adiante, ele faz referência aos diversos tipos fontes disponíveis que contribuem para legitimar o uso da cultura material enquanto fonte de pesquisa. Sobre isso, ele diz:

Incluem-se como possibilidades documentais desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da cultura oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador).



Os norteadores teóricos da história sociocultural, ao mesmo tempo em que abrem um leque de possibilidades, bastante promissor, quanto ao uso dos mais variados tipos de fontes, também trazem consigo imensa responsabilidade quanto ao uso e correto emprego das metodologias adequadas para a pesquisa exploratória desses recursos. E apesar de parecer algo bastante desafiador, para nós historiadores, o resultado do emprego dessas novas fontes e objetos produz resultados bastante significativos para as novas pesquisas que têm aflorado nesse campo temático.

A respeito dessa discussão, é importante estabelecer, como bem defende Michel Foucault (1999, p. 167-168) que o poder não está constituído apenas de ideologias, mas de um conjunto de técnicas que foram se refinando como uma ciência de forma a alcançar os objetivos do poder que é a dominação. No mundo açucareiro, as técnicas de dominação empregadas podiam ser notadas por meio do modo como as construções eram implantadas, geralmente em uma meia encosta desfrutando de uma posição de destaque ou em terrenos que facilitavam o monitoramento dos trabalhadores escravizados por parte das pessoas de confiança do senhor.

A Mata Sul foi palco, ainda em meados do século XVI, de uma das mais sangrentas guerras de extermínio já perpetradas na então capitania de Pernambuco. Essas batalhas foram ensejadas pelo avanço da empresa colonial sobre as terras dos nativos da região, com finalidade de desalojá-los de sua terra ancestral. Toda aquela região se transformou, após as guerras de conquistas e o estabelecimento das vilas açucareiras, segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 13-77), em um importante ponto de passagem para as terras incultas dos sertões. Desse modo, todo aquele território, configurou-se em uma área de suma importância, tanto no aspecto estratégico militar quanto política e econômica para o avanço da empresa colonial na América portuguesa ao longo dos séculos XVI ao XVIII.

No lastro daquelas conquistas, diversos núcleos urbanos foram sendo implantados com vistas a garantir o suporte administrativo, defensivo e político para viabilizar as atividades produtivas ligadas ao açúcar. Parafraseando Lewis Mumford (2004), a implantação dos núcleos urbanos nas franjas do mundo açucareiro propiciou interações, trocas e transações que de outra forma não seriam possíveis. Assim, uma vez incorporadas à empresa colonial, os núcleos urbanos tinham um importante papel no ordenamento social. Além do mais, aquelas urbes coloniais serviam para dar o suporte institucional à expansão das terras cultivadas e ao





consequente aumento da produção açucareira. Dessa maneira, as vilas açucareiras, conforme defende José Ferreira Filho (2020, p. 90), “compunham a arquitetura espacial da plantation tanto quanto os vales açucareiros, seus rios e sua força de trabalho”.

A importância econômica adquirida pelas vilas açucareiras, ao longo dos primeiros séculos de colonização, pode ser entendida pela fundação, por exemplo, da Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio – cuja pedra fundamental foi lançada em 1606 pelos franciscanos – e da Igreja de Nossa Senhora do Ó do século XVIII, situadas na então Freguesia de São Miguel do Ipojuca; do Convento de Santo Antônio, da mesma ordem religiosa, edificado na Vila de Sirinhaém na segunda metade do século XVII; e do Convento das Carmelitas, localizado na Vila de Santo Antônio do Cabo, e também construído no século XVII.

Imagem 1 - Convento de Santo Antônio em Sirinhaém-PE (século XVII).



Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/sirinhaem-convento-de-santo-antonio#!/map=38329&loc=-8.588653000000017,-35.118873,17>

O convento de Santo Antônio, em Sirinhaém, Pernambuco, remonta à data de 10 de maio de 1630, sendo construído em atenção a pedido de ricos senhores de engenho e outros moradores, não menos abastados, do local e em terras doadas pela viúva Magdalena Pinheyra, em escritura datada de 7 de maio de 1630. No decorrer do tempo, por meio de novas doações da mesma família, outras foram sendo vinculadas ao patrimônio do convento. Uma dessas novas doações é datada em escritura de 17 de julho de 1631 e, mais tarde, em 20 de janeiro de 1633, pela mesma família. Sua construção foi interrompida em razão da invasão holandesa, em 1635, quando já possuía de forma definida o corpo da igreja, mas sem a galilé (hoje inexistente) e elementos decorativos. O convento ficou desabitado até 1649, quando as obras foram



retomadas e os frades retornaram ao convento. Se configurando como dos diversos símbolos da influência da Igreja Católica no mundo açucareiro, bem como do poderio político e econômico das elites locais que doavam terras para as irmandades religiosas e custeavam as construções de conventos e igrejas em toda a região.

A discussão aqui estabelecida, portanto, parte da premissa de que as igrejas, casa de câmara e cadeia, conventos, ermidas, casa-grande, senzalas, capelas e outros tipos construtivos, que foram sendo erguidos ao longo do período analisado e permaneceram até os dias de hoje, a partir do estudo de suas representatividades simbólicas, podem desvelar como eles se relacionavam com a sociedade do período.

No que diz respeito aos conventos, German Bazin (1956, p. 138) argumenta que as primeiras construções religiosas desse tipo na colônia foram feitas de forma precária, usando-se matérias-primas que tinham pouca resistência, como madeira e argila, empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses, como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, à moda indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira. Isso era decorrente, sobretudo, da ausência de pedras adequadas, como as usadas em Portugal para esses tipos de construções.

No que tange à moradia dos senhores de engenho daquela região, o arquiteto Geraldo Gomes (1997, p. 187) nos diz que a documentação mais antiga referente a essas construções do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. Todavia, ele afirma que, no que diz respeito aos seus tipos construtivos, é provável que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos, ocorrendo apenas ligeiras modificações, que certamente visavam atender às necessidades funcionais surgidas no decorrer do tempo. É importante lembrar que as casas-grandes representavam materialmente o poder do senhor de engenho frente à comunidade que vivia em volta do latifúndio, os seus familiares, os agregados e os trabalhadores livres e escravizados, que giravam em sua órbita. Ou seja, era a representação do poder político e econômico da classe senhorial diante de abastados, remediados e grupos subalternos.

As festas regadas a toda sorte de iguarias e requintes que ocorriam no interior das casas-grandes cumpriam a dupla função de atestar o prestígio social e o poderio do senhor da casa. Algo que, naquele período, era bastante apreciado pelas elites locais e inteligível aos grupos sociais subalternos. O império da casa-grande, não raramente, era aferido por meio da



extravagância dessas solenidades, por meio do afluxo de importantes personagens locais que prestigiavam esses eventos no passado. Segundo Gilberto Freyre (2006, p. 99-101), estas extravagâncias buscavam impressionar visitantes, religiosos ou autoridades de passagem pelos engenhos.

O esmero com que aqueles eventos sociais eram preparados, além de promover o estreitamento dos laços de sociabilidade entre os seus “iguais”, tinha a função de reafirmar o caráter simbólico do poder político e econômico que a figura do senhor de engenho detinha ante os seus pares e dos grupos subalternos da sociedade. Garantindo aos integrantes da elite canavieira a posse de um capital social e simbólico que lhes permitiam acessar uma série de vantagens e privilégios em razão dos relacionamentos sociais e contatos firmados entre si através de uniões matrimoniais, sociedades econômicas, interesses sociais e políticos em comum.

O senhor de engenho tinha ao seu redor uma gama de pessoas que dependiam dele e o serviam de várias maneiras, de sorte que sua força emanava não apenas de seu poder econômico, mas também do tratamento dado a todo esse séquito pessoas, segundo foi escrito ainda, no início do século XVIII, pelo jesuíta André João Antonil (1982, p. 75-76):

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho. Servem ao senhor de engenho, em vários ofícios, além dos escravos ...barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão e cada qual destes oficiais tem soldada. (...)

Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita; (...), e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.

Imagem 2 - Casa-Grande – Engenho Gurjaú, em Jaboaão dos Guararapes (século XVI).



Fonte: <http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2011/01/>

Engenho Gurjaú de Baixo, hoje pertencente ao município de Moreno, era um engenho dos mais antigos da região, pois já existia no final do século XVI, sendo movido a água. Ele chegou a ser saqueado pelos holandeses e pertencia à Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. O nome Gurjaú, de origem tupi, significa "Rio dos sapos". Na imagem, os edifícios do antigo engenho: fábrica, casa-grande, casa do administrador entre outros, permitem vislumbrar a maneira como aquelas casas fortalezas se impunham na paisagem

Segundo José Ferreira Filho (2020, p. 120) comenta:

Cada engenho, “pequeno domínio inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora”, era uma entidade completa em si mesma, com seu sobrado, capela, engenho [fábrica], senzalas, escravos, canaviais, pastos, boi e matas. A casa-grande, completada pela senzala, representava não um simples lugar de morar, senão todo um sistema econômico, social e político de exploração.

No modelo de sociedade estabelecida, a casa-grande desempenhou várias funções para as elites do mundo açucareiro, em que até mesmo o casamento entre integrantes de uma mesma família foi por ela estimulado; sob essa ótica, o casamento tinha a função de impedir a dispersão dos bens e conservar a “pureza” do sangue de origem, pretensamente nobre, dos seus habitantes. E com isso, buscava-se evitar a “contaminação” das linhagens senhoriais com sangue de origem negra, moura ou judia. Por outro lado, como bem atesta a historiografia colonial, inúmeros judeus montaram engenhos de açúcar ou instituíram fazendas de cana no período colonial (QUINTAS, 2007, p. 96-101, 103). Buscava-se, de acordo com a Maria Beatriz Nizza Silva,



impedir a dispersão dos bens e conservar a “limpeza” do sangue de origem nobre (2005. p. 8-9 e 19).

De acordo com George Cabral de Souza (2007, p. 617-618), também havia matrimônios entre famílias de senhores rurais e negociantes urbanos, ainda que os de origem portuguesa preferissem a união em matrimônio com filhas de portugueses. Essas estratégias tinham o único propósito de garantir a manutenção e a reprodução de uma casta de senhores essencialmente branca, que fosse capaz de manter as estruturas social, econômica, cultura e étnica que lhes permitiam continuar a figurar no topo da pirâmide social em detrimento do conjunto da população.

Em relação às capelas de engenho, Geraldo Gomes (1997, p. 215-216) diz que são os edifícios que menos sofreram modificações através do tempo. Elas eram construções que, uma vez feitas, raramente sofriam modificações radicais, apesar de, vez por outra, ter havido algumas tentativas de adaptação desses templos ao gosto contemporâneo. Alguns modelos, cuja existência fora documentada pelos holandeses no século XVII, foram reproduzidos, com algumas alterações, até o século XIX. As capelas pelo que se sabe, desde o início da colonização, foram construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram alvenaria, pedra ou tijolo.

Para a Fátima Quintas (2007, p. 89-122), a importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que, na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana – lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito, ou seja, para que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. Ou seja, nada se fazia sem antes se sacralizar o profano. O mundo, acreditava-se, estava cheio de maus-olhados. Segundo acreditavam, com deus como patrono, o trabalho havia garantias do sucesso e da prosperidade da safra e da produção daquele ano.

A capelas eram geralmente instaladas no mesmo nível de local de construção das casas-grandes, sinalizado que esses templos eram também responsáveis pelo ordenamento social, através da legitimação da ordem estabelecida por meio do discurso religioso que agia de acordo os interesses dos grupos dominantes. Portanto, juntamente com a casa-grande, a capela de engenho era crucial para a configuração e o estabelecimento dos poderes políticos e religiosos que se associavam no espaço físico das unidades produtoras. No interior daqueles templos eram



realizados os rituais que abarcavam desde o nascimento até a morte dos membros daquelas comunidades rurais no passado, sendo também de sepultamento dos membros da família do senhor. Os mortos enterrados naquelas capelas – que representavam uma espécie de extensão da casa-grande –, perpetuavam-se na memória familiar, incorrendo em uma presença mais etérea do que materializada. Mortos coabitando o mesmo espaço dos vivos.

Emprende-se, por meio dessa análise, que a dimensão simbólica da capela de engenho, pois se mostravam tão relevante naquele meio que, dentre as pessoas contratadas para o serviço do engenho, o capelão era um dos mais importantes colaboradores livres a serviço do senhor de engenho:

A que se há encomendar o ensino de tudo o que pertence a vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos (...) entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boas mãos. (ANTONIL, 1982, p. 81)

Ainda no que se refere à constituição material das capelas coloniais, José Luiz da Mota Menezes (2007, p. 134-135) afirma que as capelas seguiram, com o decorrer do tempo, modelos que podem se associar do Maneirismo ao Neoclássico, e, inclusive, seus últimos exemplares são vinculados ao Ecletismo. O Brasil, durante o período colonial, tem como representantes do Barroco apenas um pequeno número de capelas, ao gosto artístico que o antecedeu na Europa, chamado de Protobarroco, ou Maneirismo.

Um elemento que desperta interesse em algumas capelas representantes do período é um alpendre à frente da contrafação principal. Esse alpendre, às vezes chamado copiar, configurava-se como um espaço aberto e bem afim com a galilé da igreja cristã. Era reservado para que os escravizados assistissem aos ofícios religiosos sem que fosse necessário circular nos mesmos espaços onde os seus senhores se encontravam. Naquele cenário, a segregação e a busca por inferiorizar os grupos subalternos fazia parte do jogo das elites da época, pois era mais um dos estratagemas que os grupos dominantes utilizavam para manter o seu domínio. A fé cristã, suas liturgias e símbolos materiais representativos eram utilizados e manipulados pelos poderosos para assegurar a manutenção da ordem social estabelecida.



Imagem 3 - Capela de Nossa Senhora da Penha, detalhe do frontal – Engenho Maranhão, município de Ipojuca/PE (século XVIII).



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana

Imagem 4 - Coro da capela, detalhe das duas galerias laterais.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana



Imagem 5 - Câmara onde estão os túmulos parietais; detalhe da seteira ao fundo.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Com relação às senzalas, elas eram um tipo construtivo que se caracterizava por um grande terraço ao longo da fachada, cuja cobertura era sustentada, em geral, por colunas em secção circular ou retas de alvenaria feitas em tijolos maciços ou de rachão de riólitos que, geralmente, corria à frente de dois pequenos cômodos interligados em sequência. Em alguns casos, essas habitações podiam ter, inclusive, divisões internas. Sobre isso, Geraldo Gomes (1997, p. 186) diz que técnica predominantemente empregada na construção daquelas moradias variou da taipa de pau a pique à alvenaria de tijolos, sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. O revestimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro, como pode ser notado na imagem abaixo.

Imagem 6 – Antiga senzala do Engenho Tabatinga (descaracterizada e que hoje serve de moradia para trabalhadores rurais), em Ipojuca/PE (século XVIII).



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana





A análise da imagem anterior nos permite dizer que eram construções estabelecidas simetricamente em frente ao terreiro à frente da casa-grande e da capela. O grande corpo da senzala era coberto com um telhado em duas águas, que vinha do terraço aos fundos da parte mais longa. Havia, segundo José Luiz da Mota Menezes (2007, p. 137), poucas variantes existentes, pois esse foi, até o fim da escravidão, um modelo consagrado. Eram habitações bastante precárias, escuras, úmidas, com pouca ventilação, geralmente tinham um único acesso, onde pessoas escravizadas eram amontoadas em condições insalubres. E acabaram se cristalizando como uma das representações materiais mais representativas do abismo social perpetrado pela escravidão no Brasil.

Assim, no campo sociocultural e da política perpetrada pelos grupos dominantes em relação aos grupos subalternos, as senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas utilizados, já que, simbolicamente, elas demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais na organização social e econômica daqueles do mundo açucareiro. Era no interior dessas construções que os escravizados descansavam após horas exaustivas de trabalho no eito. Assim como era no seu entorno que cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade por meio de seus cânticos religiosos e no repasse de suas tradições, compartilhando, ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciados coletivamente dentro daquele sistema.

Segundo Russel-Wood (1997, p. 85-86), “todo indivíduo de ascendência africana no Brasil estava submisso às normas e regras estabelecidas por uma minoria branca”. No cenário desenhado na América portuguesa açucareira, essa “submissão” era pedagogicamente ensinada e reafirmada cotidianamente aos indivíduos oriundos de um estatuto social “inferior”, como indígenas, negros ou mestiços escravizados. Contudo, mesmo quando se tratava de indivíduos libertos ou nascidos livres, essas regras eram transmitidas por meio de interdições impostas pelos estatutos religiosos, das ordens militares, máscaras de sangue e de cor que favoreciam a instituição de diversos empecilhos destinados a dificultar ou impedir a ascensão social de pessoas dessa origem.

Sabe-se que naquele cenário a ordem social estabelecida deveria ser didaticamente transmitida garantindo-se, dessa forma, a perfeita compreensão dos lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial. Era um dos princípios básicos da sociedade colonial: manter a paz social e o *status quo* que a minoria branca



desfrutava a todo custo. A manutenção da ordem estabelecida garantia os lucros de todos os agentes envolvidos na manutenção da estrutura socioeconômica e cultural perpetrada na colônia. Não havia, naquele cenário histórico, meio didático mais eficiente para um negro, livre ou liberto, ou um desvalido qualquer compreender e assimilar as regras do jogo social do que por meio dos simbolismos cujas imagens da miserável condição de existência lhes eram transmitidas pelas senzalas, pelos adornos presentes nas construções religiosas, casa-grande e demais tipos construtivos mais relacionados à governança e aos grupos da elite local.

As fábricas dos engenhos, por sua vez, eram construções feitas em pilares ou em seu lugar arcos plenos, feitos com o mesmo material, de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e quase nenhuma parede a meia altura ligando-as. Vem daqueles tipos construtivos o seu nome, engenho, dado a todo o conjunto da propriedade agrícola, pois engenho é uma referência ao maquinário utilizado dentro da fábrica para extrair o sumo da cana-de-açúcar. Era dentro daquele edifício onde se fazia todo o processo de fabrico do chamado ouro branco. Essa apropriação feita pelo empresário do açúcar, no início da colonização, foi tão impactante que:

O título realmente espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção. Constituíram, no Brasil, mais que simples categoria de empresários coloniais, cristalizando-se como potentados rurais, cujo domínio ultrapassou, e muito, a esfera econômica. (FERLINI, 2003, p. 288)

De acordo com o Elinildo Lima (2018, p. 81), o senhor de engenho historicamente encarnou o patronato oligárquico, configurando-se como o “símbolo de masculinidade viril e patriarcal cujo *ethos* se mantém de certa maneira, ora perene, ora latente, na sociedade brasileira até os dias de hoje”. Este *ethos* é uma espécie de matriz estrutural do estamento social brasileiro que, de alguma forma, se reproduziu no tempo histórico alcançando aos dias atuais com os contemporâneos “coronéis” ou caciques políticos de inúmeros municípios do Brasil, cujas oligarquias familiares mantêm o controle da política local, perpetuando os seus membros nos poderes administrativo, judiciário e político.

Dentro da unidade produtora do engenho, a moita tinha uma função ímpar, pois era no seu interior onde era feito a maior parte do processo de fabricação do açúcar e onde se designavam as atividades que caberiam a cada trabalhador desempenhar. Essa configuração fazia com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu



pleno funcionamento. Aquela construção era importante para o processo de disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos, pois todas as atenções do senhor e de seus oficiais estavam direcionadas para o processo de produção. Do seu contínuo funcionamento dependia o prestígio político e o estatuto social simbolicamente atribuído ao senhor de engenho e dos lavradores que levavam os seus partidos de cana para serem processadas naquelas fábricas.

Assim, os reflexos das imagens que a grande propriedade açucareira e as urbes açucareiras, com as suas igrejas, arruadas, mosteiros e conventos, foram extremamente significativos para a formação do Brasil. Além do mais, muito dos resquícios daquela atmosfera sociocultural chegaram até os dias de hoje e estão profundamente arraigados em nossa cultura. Logo, o estudo e a compreensão das representações simbólicas que aqueles bens materiais endossavam naquele tipo de sociedade são de suma importância para compreendermos muitas de nossas mazelas sociais e dos aspectos culturais do Brasil contemporâneo.

Ao longo de toda discussão que foi tecida até aqui, este trabalho buscou demonstrar que os partidos arquitetônicos abordados, outrora implantados no mundo açucareiro, tiveram um importante papel para o ordenamento da sociedade colonial, sobretudo pelo fato de refletirem a imagem da sociedade e da cultura de uma época. Eles foram imprescindíveis ao sucesso do projeto de hierarquização, poder e dominação implantados na Mata Sul pernambucana pelos invasores europeus e por seus descendentes ao longo de séculos.

O estudo e articulação entre o estudo da sociedade por meio da cultura material, é discutido por Marcelo Rede (2012, p. 133-137), que diz:

(...) os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento.

A exposição anterior é pertinente na medida em que contribui para discutir a respeito da confrontação entre os estudos a respeito da cultura material, do espaço e do entendimento de suas relações com o contexto social em que se inserem. O texto ajuda a pensar a respeito dos sentidos conferidos a dimensão material, dos vestígios produzidos em outras épocas, pela sociedade que deles se utilizavam no passado. Além do que, demonstra de uma vez por todas que são os agrupamentos sociais que conferem sentidos a essa cultura social, indicando, ainda,



que esses sentidos podem variar de acordo com o espaço e o momento histórico em que esse ou aquele bem se insere.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, capela, a casa senhorial, senzalas, arruados, moitas, igrejas, entre outros, associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Moldaram, por assim dizer, o tipo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar, uma vez que delimitava o espaço em que cada indivíduo deveria transitar naquela sociedade. Essas construções estavam associadas aos interesses das elites e das instituições do mundo do açúcar, buscando, assim, garantir-se a manutenção da ordem e uma pretensa harmonia social.

Os modos de implantação daquelas construções acabaram por se configurar, dentro daquele sistema de produção e dominação, como uma das maneiras utilizadas para representar as hierarquias socioculturais presentes no imaginário do mundo barroco, em parte reproduzido na colônia. Havia, assim, a intencionalidade de se favorecer as instituições coloniais, o modo de produção implantado, os grupos dominantes já delineados, ao longo do processo de conquista, e a reprodução do modelo de sociedade que dialogava com os fenômenos sociais da época. Atendiam-se, desta maneira, aos interesses da metrópole e garantia-se o predomínio político e cultural do substrato populacional branco sobre o conjunto da massa de desvalidos indígenas, negros e miscigenados que formavam o grosso da população residente na América portuguesa.

Dessa forma, fossem construídas nas áreas urbanas ou rurais da Mata Sul pernambucana – ou em qualquer outro espaço do mundo açucareiro –, a materialidade resultante daquela ocupação se configurava como representantes de um poder econômico, político, religioso cujas representações simbólicas tinham a clara função de alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes. Todos eles faziam parte de um jogo simbólico de uma sociedade hierarquizada e ritualizada em que cada um deles representava, reforçava e impunha uma relação de poder e dominação. Naquela atmosfera sociocultural, os grupos e instâncias de poder político, econômico e religioso se associavam, no intuito de garantir o ordenamento daquele espaço colonial e a manutenção dos seus interesses enquanto grupos dominantes.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João, 1649 ou 50-1716. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac-similar.

ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção ideias em ação).

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **A cultura material na obra de Gilberto Freyre**. In: FALCÃO, Joaquim;

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. O imperador das idéias. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobado. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

CARLOS, Ana Fani. **A. O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: editora brasiliense, 2003.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da Plantation no Nordeste do Brasil**. Recife: Ed UFRPE, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935.

\_\_\_\_\_. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

KARNAL, Leandro; TOLSTCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanesi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.



LIMA, Elinildo Marinho de. **Memórias do Engenho São Bartolomeu sob a perspectiva da Ciência da Informação**. 2018. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2018.

MUNFORD, Levis. **A Natureza da Cidade Antiga**. In: MUNFORD, Levis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva*. Martins: São Paulo, 2004.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). *A civilização do açúcar*. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

QUINTAS, Fátima. **Cana, Engenho e Açúcar**. QUINTAS, Fátima (Org.). *A civilização do açúcar*. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano*. In: **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. II, n°4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2005.

REDE, Marcelo. **História e cultura material**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos, em colaboração com Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710 – 1822)**. 2007. 698 p. Tese – Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica. Salamanca, 2007.

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: julho/2023**



**DAS TERRAS DO UNA À CORTE:  
ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS  
UM ANTI-PODER MODERADOR NO SÉCULO XIX**

***FROM THE LAND OF UNA TO THE COURT:  
ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS  
A MODERATING ANTI-POWER IN THE 19TH CENTURY***

Antonio Jorge Souza Amorim<sup>1</sup>

**RESUMO:** Advogado, legislador, ministro e presidente de províncias, Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) teve sua vida e pensamento devassados por variada literatura. Nosso propósito aqui é ter essa literatura como esteio para analisar o papel do notório Conselheiro Zacarias durante o século XIX com o fim de compreender a sua relevância quanto à defesa da limitação da centralidade do Poder Moderador. Além disso, realçar a história local integrada à história estadual, nacional e geral é tarefa deste trabalho científico, que busca ainda trazer à importância a biografia histórica como viés historiográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biografia; História; Local; Política.

**ABSTRACT:** Lawyer, legislator, minister and president of provinces, Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) had his life and thought permeated by varied literature. Our purpose here is to have this literature as a mainstay to analyze the role of the notorious Counselor Zacarias during the 19th century in order to understand its relevance in defending the limitation of the centrality of the Moderating Power. In addition, highlighting local history integrated with state, national and general history is the task of this scientific work, which also seeks to highlight the importance of historical biography as a historiographical bias.

**KEYWORDS:** Biography; History; Location; Policy.

## INTRODUÇÃO

Seja por visão histórica, antropológica e política, ou para ter mais exatidão por determinadas linhas das ciências humanas (história, antropologia e ciência política), a biografia tem se afastado de panegíricas visões para incrementar estudos excluídos de parcialidades totais, tendo afinidade com análises de amostragens humanas gerais.

Não quer isto dizer que ao biografar alguém os julgamentos escapam (LEVILLAIN, 2003, pp. 174-175), o que é legítimo ao pesquisador quando este não tendencia

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa-Portugal. Graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [amorindoporto@hotmail.com](mailto:amorindoporto@hotmail.com)



exageradamente. Ora, dissecar as vísceras humanas, metaforicamente falando, é a tarefa para investigar a grafia da vida tanto de anônimos quanto de personalidades.

Quando se retratam características e ações de um indivíduo, ao julgar ser mais relevante a tentação criadora do que o que pode considerar pouca reunião documental, o risco de construir ficções (LEVILLAIN, p. 155), heroificações, satanizações ou santificações é oceanicamente vasto. Atender ao canto da sereia para a obra ser um efêmero *best seller* traz “só” dinheiro e fama.

Além de citar fatos com profundidades antropológicas, psicológicas e sociológicas, ante um contexto geográfico-histórico, o estudo do *uno* requer compreender o *plural* para deste voltar ao uno, ocorrendo a redescoberta da biografia através das experiências subjetivas (LORIGA, 1998, p. 225). Via de regra, escrever a vida individual é problematizar o factível a partir de base documental variada (iconográfica, escrita e oral).

Recorrer à trajetória individual é cavoucar as entranhas de uma pessoa que viveu e conviveu em um local diante de um contexto específico, único. Influências do *locus* territorial/demográfico, do tempo mutável e protetor de inovações e tradições, dos comportamentos, gestos e falas amalgamados constituem adições para a peculiaridade da biografia que se sobressai.

Isto é propor à biografia historicidade e ser considerada viés historiográfico ao utilizar, de acordo Schmidt (2012, p. 195), procedimentos de pesquisa e narrativas específicas para explicar o passado no qual o/a biografado/a vivem e convivem, assim como o meio. Deste trampolim científico se pulou à escolha da pessoa de Zacarias de Góes e Vasconcelos<sup>2</sup>.

Amplamente, estudos acerca da sua trajetória foram destrinchados, chamando ao destaque o de Tulio Vargas, *O Conselheiro Zacarias* (1977); o prefácio biográfico, incluído no trabalho *Da natureza e limites do Poder Moderador*, feito por Pedro Calmon (1978); e o organizado por Cecília Helena de Salles Oliveira (2002) intitulado *Zacarias de Góis e Vasconcelos*.

Aquele primeiro teve sua publicação no centenário de morte de Zacarias (1877-1977), em que nele loas ascendem mais à figura do conselheiro, destacado como político habilidoso, experiente tanto no legislativo como no executivo. Tulio Vargas publicou *O Conselheiro*

---

<sup>2</sup> Há grafias como Zacharias de Góis e Vasconcellos.





Zacarias na iminência da anistia durante o governo Geisel, a “distensão lenta e gradual” e o crescimento da oposição (MDB) no congresso nacional.

Não à toa a alusão biográfica a Zacarias de Góis e Vasconcelos, opositor ao Poder Moderador durante o Segundo Reinado, mesmo tendo sido escolhido por dom Pedro II para a presidência do gabinete ministerial. Possivelmente, além de seu interesse bairrista em destrinçar a vida do político que instalou a província do Paraná, em 1853, o jurista e político paranaense expôs o papel importante do legislativo como oposição crítico-responsável.

A síntese da grafia da vida de Zacarias descrita por Pedro Calmon, professor, político, escritor e reitor da Universidade do Brasil, encimando a obra do próprio conselheiro reeditada em 1978 pelo senado federal, acompanha a linha de raciocínio do momento político do Brasil no final dos anos 1970. Calmon teve a cautela da escrita em destacar o papel político de Zacarias e, simultaneamente, sua vida pessoal desde Valença, Bahia.

A linguagem que Calmon antecipa *Da natureza e limites do Poder Moderador* é detalhada quanto a Zacarias, colocando-o como minucioso biógrafo. A historiadora Cecilia Helena de Salles Oliveira, mais recentemente, interessou sua obra *Zacarias de Góis e Vasconcelos* para estudar o indivíduo passeando em uma escrita objetiva, profunda e levantando pontos acerca da atuação do conselheiro. Introduzindo a obra *zacariana*, Cecilia Helena extrai a humanização do político baiano, sua busca em equilibrar a política e sua vida particular, esquivando quaisquer exaltações.

Tendo-os como referências neste artigo, fazer um liame analítico do itinerário individual com seu papel político no Segundo Reinado (1840-1889) parte de uma indagação que nos interessa: pesquisando determinado/a personagem se pode conhecer dimensões do passado? (SCHMIDT, 2012, p. 195)

Ousando perguntar isto, não necessariamente nesta ordem, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que tem sua notoriedade como Conselheiro Zacarias tanto em trabalhos científicos<sup>3</sup> como em toponímias<sup>4</sup>, veio ao mundo em 05 de novembro de 1815 na então vila de Valença, na Bahia (VARGAS, 1977; CALMON, 1978; OLIVEIRAA, 2002), filho de família

<sup>3</sup> Cf. VARGAS, Tulio. *Conselheiro Zacarias*. Grafipar. Curitiba. 1977.

<sup>4</sup> Atualmente, em Valença há o colégio da rede pública Conselheiro Zacarias e a instituição privada de ensino superior Faculdade Zacarias de Góes (FAZAG), credenciada pela portaria 190, publicada no Diário Oficial da União, em 25/01/2002 ([www.fazag.du.br](http://www.fazag.du.br)).



detentora de posses e tradição (idem) que pôde edificar um sobrado em 1807 com estrutura interna comum aos abastados<sup>5</sup>.

Se ele era ou não filho legítimo de Antônio Bernardo e Maria Benedita de Assunção Meneses e Vasconcelos (CALMON, p. 10), face insinuações de seus adversários contemporâneos (*Apud OLIVEIRAA*, p. 10), é o que menos importa, nascendo e crescendo numa residência espaçosa construída em terreno elevado localizado na margem direita, em direção ao mar, do rio Una, ou seja, na região onde Valença foi fundada desde o final do século XVIII<sup>6</sup>.

Zacarias viveu e conviveu sua infância em meio a uma sociedade baiana dividida entre senhores e escravos (MATTOSO, 1992, p. 172), arremedando essa base socioeconômica na vila seguindo os padrões locais. A nível da colônia, a efervescência independentista aumentava lentamente após o Brasil ser catapultado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarve, em 1815, coincidentemente mesmo ano de nascimento do rebento dos Góis e Vasconcelos.

Família real e corte portuguesas presentes no Brasil, Europa pós-napoleônica sendo remapeada, Revolução Pernambucana (1817) de caráter separatista e contra impostos, quilombos em quase todas as províncias, sociedade discrepante social e economicamente, culturas se amalgamando, prós e contras independência eram alguns ingredientes externos e internos que, de maneira direta ou indireta, contextualizaram Zacarias na sua formação pessoal e educacional, sendo esta última privilégio da elite bacharelesca que ele viria compor.

Isto se concretizou em 1837 ao obter o bacharelado em direito pela Academia de Olinda, Pernambuco (OLIVEIRAA, p. 10), voltando para ela como lente aprovado em concurso três anos depois. Naquele ano, em 1840, enquanto o lente Zacarias iniciava sua vida entre bancos, lousa negra e cadeiras, o império obtinha seu segundo mandatário pelo Golpe da Maioridade, recurso utilizado para arrefecer os animosos nove anos do Período Regencial (1831-1840) recheado de longas e nem tão longas<sup>7</sup> revoltas pelas províncias.

<sup>5</sup> Vide OLIVEIRAb, Edgard Otacílio da Silva. *Valença: dos primórdios à contemporaneidade*. Editora FACE. Valença-Ba. Impressão e acabamento EGBA. 2009. P. 65.

<sup>6</sup> Elevada à categoria de vila em 1799, Valença foi primeiramente chamada de Povoado Amparo, situado nas terras da capitania de Ilhéus pertencentes à vila de Cairu. Cf. OLIVEIRAc, Waldir Freitas. *A Industrial Cidade de Valença*. P. 5.

<sup>7</sup> Chamemos atenção para revoltas dos kiriri sapuiás da vila de Pedra Branca, na Bahia, ocorridas entre 1833 e 1834, contra os moradores e autoridades daquela localidade por motivos fundiários. Sobre esse conflito *vide* PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca*. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba. 1985. Cf. também AMORIM, Jorge. *Entre a Serra e a Vargem: estudos sobre a história e as culturas de Varzedo nos séculos XIX e XX*. Exemplar gráfica e editora. Santo Antônio de Jesus-Ba.



Diminuídas as sublevações com a ascensão de Pedro II ao trono, mesmo isso não querendo dizer o fim, o professor de direito Zacarias foi seduzido pela política e disputou, em 1843, a eleição para deputado provincial pelo Partido Conservador. Apesar de ter ficado na suplência, a política ficou inoculada desde então no jovem senhor docente sob influxos do experiente Gonçalves Martins, “seu conselheiro e protetor” (VARGAS, p. 27).

Francisco Gonçalves Martins, visconde de São Lourenço, foi presidente da província da Bahia por duas vezes (1848-1852 e 1868-1872) representando o Partido Conservador. Sua relação com Zacarias deixou como fruto a presença do lente no ambiente político imperial por mais de três décadas, fazendo com que esse ultrapassasse seu guru ocupando cargos no legislativo e no executivo, comum a alguém de raízes bacharelescas ou nobiliárquicas.

Começando a ser reconhecido por sua atuação magisterial, a ambição normal à maioria dos bacharéis seria a política ou, conforme diz Schwarcz, constituir a plêiade ao redor das barbas imperiais na burocracia do Estado (1998, p. 119), caracterizando a “ilha de letrados arrodada por um mar de analfabetos” que era o Brasil do século XIX. Zacarias era componente daquela “ilha de letrados”.

### **“Terras do Una”, Valença, ontem e hoje, reminiscências**

Zacarias foi filho de família abastada que morava em terras férteis às margens do rio Una, atualmente fazendo parte do município de Valença que está localizado na mesorregião do sul baiano, território de identidade do Baixo sul apelidado oficial e turisticamente de Costa do Dendê, pertencendo ao Sistema Costeiro-marinho que protege suas cinco praias<sup>8</sup>.

Muitíssimo diferente de outros tempos, a terra-natal de Zacharias de Góis e Vasconcellos<sup>9</sup> acolhe alguns dos seus descendentes. Tem ocorrido, porém, certo dar de ombros tanto de autoridades públicas quando de parte da sociedade valenciana em relação à memória histórica, algo infelizmente recorrente na Bahia e no Brasil onde a desmemorização é contemporizada.

---

2007. Pp. 63-77.

<sup>8</sup> Cf. informações em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>9</sup> Aqui seguimos a grafia original, mas no decorrer do artigo ela se atualiza.



Elevada à condição de cidade pela Lei provincial nº 368, de 10 de novembro de 1849 (OLIVEIRA, 1985, p. 5), auferindo o título de Industrial Cidade de Valença<sup>10</sup> por meio daquele documento, Valença tinha já em 1844 uma das mais reconhecidas fábricas de tecidos da Bahia, a de Todos os Santos, inicialmente propriedade de Antônio Pedroso de Albuquerque, industrial e grande comerciante de escravos (TAVARES, 2001, p. 286)

Literalmente, as ruínas da fábrica estão no bairro do Candengo embrenhadas pela mata às margens do Una, rio assim denominado pelos povos originários e que significa “preto, escuro” no tupi de acordo Theodoro Sampaio no seu *O tupi na geographia nacional* (5ª ed. 1987). Na região mais urbana há o casario resistente edificado na parte antiga valenciana, o qual o descaso está beirando inclusive o sobrado onde Zacarias passou sua infância e adolescência.

Com área territorial de 1.123,975 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021), população estimada em 97.873 (idem), abraçadas pelo bioma da Mata Atlântica, e distribuída em 24 bairros e 05 distritos, Valença tem sua economia baseada no setor de serviços, na CVI (Companhia Valença Industrial), produção agrícola (cravo, cacau, dendê etc.) e maricultura, sendo um polo na região do Baixo sul.

Essas descrições geográficas, históricas, demográficas e socioeconômicas de Valença remetem ao passado ao mesmo tempo que catapultam ao presente. É preciso, todavia, essas apresentações do *corpus* valenciano para se ter, *a posteriori*, noções sobre o esqueleto valenciano em tempos recentes. E faremos essa discussão como se fosse um passeio real pela atual Valença. Ou parte dela....

A rodovia estadual BA-001 direciona o transeunte que vem sentido Bom Despacho-Nazaré ou Santo Antônio de Jesus-Nazaré, cruzando literalmente o perímetro urbano de Valença, direcionando aos outros municípios do Baixo sul baiano. A outra estrada de rodagem, a BA-542, é o tronco asfáltico que desemboca na rodovia Governador Mário Covas, mais conhecida como BR-101. Essas veias rodoviárias mostram o entreposto que aquela cidade é.

Atravessando o bairro Jacaré, passando pelos da Lapa e da Graça, vencendo uma das atuais três pontes – Coronel Inocêncio Galvão, Luís Eduardo Magalhães e a da CVI – chega à parte antiga valenciana. Na margem esquerda, que abrange aqueles e mais outros bairros

---

<sup>10</sup> Vide OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença*. 1985.



pululados do São Félix, está a região mais nova que aproxima – com diferença de 15 quilômetros aproximadamente – das famosas praias do Guaibim<sup>11</sup> e Taquari<sup>12</sup>.

Do casario historicamente rico, que ainda não foi, *ipsis litteris*, tombado pela sanha “modernizante” importada de lugares próximos ditos esteticamente “avançados”, mantêm-se determinados o prédio da câmara municipal, os sobrados e o prédio do antigo teatro municipal localizados na Praça da República, as igrejas de Nossa Senhora do Amparo e do Sagrado Coração de Jesus, ambas do período colonial, a fazenda Estância Azul, o sobrado Zacarias de Góis e Vasconcelos, o prédio da Recreativa e a praça defronte, a Admar Braga Guimarães, ladeados por um casario datado do início do século XX.

Claro, e é preciso destacar, que além dessa riqueza arquitetônica que anda na corda bamba as ruas valencianas trazem um cheiro de cidade parada no tempo, com passeios estreitos, depredados, quando não têm parte dos seus espaços tomados por veículos. Artérias do centro, cognominado Calçadão, onde a economia de parte do setor de serviços é impulsionada, lembram joelhos que travam o trânsito. Em meio a esse cenário está a população de Valença e de locais adjacentes, de maioria afro-indígena.

A impressão que parcela dela tem sobre a cidade seja harmônica com uma fala proverbial: “Valença não é antiga, Valença é uma cidade velha”. Longe de comparar à estrutura físico-mental de alguém considerada acima da chamada melhor idade, o que se traduz daquele adágio genuinamente local é que a cidade parece estar atrofiada, tendo laivos de adequação ao presente, somente laivos.

Embora tenha encravado no bairro da Graça o Centro de Cultura Olívia Barradas, movimentado pelos grupos teatrais locais e do Baixo sul, escritores e poetas que mobilizam a cultura loco-regional, Valença parece fazer o andar do guaiamu, comum nos manguezais e restingas dessa parte da mata Atlântica: andar de lado, olhando para a frente, mas a seguindo sem avanços. Não que este seja um dos caracteres locais, pois sua população demonstra focar o horizonte.

Religiões e doutrinas cristãs (católica, evangélicas, neopentecostais, espíritas), de matriz africana, colégios públicos e privados, faculdades particulares e públicas representam comportamentos “moderno-conservadores”, ou seja, pessoas que têm em si ações

---

<sup>11</sup> Do tupi-guarani e significa “mulher velha ou experiente”.

<sup>12</sup> Do tupi-guarani e significa “cana pequena ou fina”. Conferir este termo e o da nota anterior em SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geographia nacional*. 5ª ed. Editora Nacional. Brasília. INL.1987.



conservadoras de valores humanos mescladas a interesses de evoluírem na sua vida profissional e intelectual.

Falta apoio de autoridades públicas para Valença sobrepujar o marasmo que a impede de desenvolver e, conseqüentemente, crescer?

Se um pesquisador sair pelas ruas realizando uma enquete, cuja pergunta seria: “Para você, o que faz Valença parecer estar ‘andando de lado’ e ‘parada no tempo’?”, certamente que 09 entre 10 diriam, sem pestanejar, ser culpa das autoridades políticas locais, as responsáveis, diriam ainda elas, pela falta de cuidado com as ruas, com o lixo, com a construção de um presídio federal na circunvizinhança, etc... Mas, como grande parte dos brasileiros, muitos valencianos decidem evitar olhar para o espelho para não verem algumas máculas...

Essa tentativa nossa de análise protoantropológica do imaginário comportamental valenciano parte da observação realizada pela *vivência* e *convivência* no local durante anos, iniciando por hipóteses históricas. Entender Valença hoje e o descaso ao passado, valorizado somente em ocasiões das datas festivas, é a forma *pari passu* de analisar seus problemas e tentar atenuá-los com projetos e propostas.

Para a visão científica nas ciências humanas granjear resultados objetivamente reais se fazem necessários a observação, o levantamento de hipóteses, justificativas, sendo lastreados por problemáticas. A empolgação que a temática provoca no início vai sendo arrefecida com as análises isonômicas, científico-rationais, porém sem excluir a abertura para os sentimentos e emoções que podem levar ao alcance de respostas além da cientificidade. O envolvimento literal – *viver* e *conviver* – é a força motriz que faz apreender hipóteses e conclusões pelo olhar, ouvir, cheirar e sentir.

Quando se tem todo esse quadro diante da trajetória de uma figura como Zacarias de Góis e Vasconcelos, isto é, ao habitar por anos no lugar onde a temática de um texto científico é bem anterior em termos cronológicos as indagações surgem aos montes, com o fim de decifrar enigmas. Do geral para o específico, do passado estudado para se compreender o agora, a tarefa científica é elaborada com parcimônia, isenção, ciclos e renitência.

Parando a viagem por aqui, a escolha em discutir o pensamento político *zacariano* e sua biografia – mais que prosopografia – perpassa intenções de trazer à baila questões do século XIX através de personagens como o conselheiro. Acrescente-se a isso, e aqui se traz o



observável, parcial desmemorização local acerca do conselheiro, a não ser como referencial de logradouro ou de instituição educacional.

Um lugar pode guardar mais da sua memória histórica do que outro, dependendo de várias estruturas. A educação é uma das principais. A integração entre história local, nacional e geral, na educação básica, é uma das chaves para adentrar um entendimento mais amplo e mais próximo entre o indivíduo, sua ação e relação com o mundo local, regional, nacional e mundial, primando pela história local quando esta for necessária ser inclusa.

A chamada para tal provocação está longe ser um incentivo de exaltação a Zacarias, ao bairrismo ou a outros nomes, pois é preciso evitar bailar à margem do precipício que vanglorie, satanize ou santifique alguém ou o lugar. A provocação é a de ter a medida do quanto indivíduos e acontecimentos que influenciaram na história local se tornam nuvens tempestuosas que marcam *por um* tempo e são esquecidas *pelo* tempo. Sinais dos tempos de muita informação, *sites*, redes sociais e *apps*? Pode ser. Voltemos a Zacarias e seu pensamento político.

### **Conselheiro anti-poder moderador**

Entre os séculos XVIII e XIX o Brasil era colônia demarcada por capitânicas, economia concentrada nas mãos de senhores de engenho, garimpeiros, algodoeiros, fazendeiros e negociantes de escravos, revoltas escravas e formações de quilombos, sociedade escravocrata e povos indígenas aldeados ou distantes de contatos. Ainda com tudo isso, a colônia portuguesa na América era celeiro de microcosmos.

Afinal, São Vicente foi a responsável por ser a primeira vila fundada em 1532, significando que o Brasil “iniciou” a estrutura administrativa portuguesa a partir do local, de um microcosmo socioeconômico e político aos moldes portugueses. Valença galgou a condição de vila em 1799 e, meio século depois, em 1849, tornou-se referência municipal. Arrodeada pelos indígenas gueréns que estavam assentados e quilombos constituídos por escravos fugidos, a vila e depois Cidade Industrial de Valença era sinônimo de ordem e de sublevações.

Sob esse ambiente a força do catolicismo foi fincada pela presença de padres capelães que contribuíram, juntamente com a população local livre, proprietária e escrava, na construção da capela em honra a Nossa Senhora do Amparo, datada de 1750 (OLIVEIRA<sup>b</sup>, p. 52), e da



igreja matriz ao Santíssimo Coração de Jesus, em 1801 (idem, p. 63) O reflexo dessa organização religiosa foi um dos esteios na formação de Zacarias.

Além de aquela, a entrada na política o conduziu aos cargos de deputado provincial da Bahia (1844, pelo Partido Conservador), presidente da Província do Piauí (1845), da de Sergipe (1848), deputado geral (1848), ministro da Armada (1852) e presidente da Província do Paraná (1853). O ápice do poder político de Zacarias ocorreu ao ocupar, representando o Partido Liberal, a chefia do gabinete de ministros, ou Conselho de Ministros, entre 1866 e 1868, após indicação de dom Pedro II.

Período conturbado devido a presença do Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870), a presidência do Conselho Ministerial por Zacarias era a continuidade da influência liberal no Império, capitaneadora de 21 gabinetes (FAORO, 1998, p. 354). Entretanto, nosso “parlamentarismo às avessas” era impedido de promover maior autonomia do parlamento simplesmente (!) por obediência ao poder Moderador, pessoal e constitucionalmente presente<sup>13</sup>.

O fato, todavia, diante disso conduziu o pensamento de Zacarias – notoriamente conhecido por conselheiro Zacarias por causa do seu cargo à frente do Conselho de Ministros – a ir na contramão da aceitação comum às atribuições do Poder Moderador, na prática o domínio elevado ao dobro pelo imperador. O trânsito por várias regiões do Império, seu proselitismo pessoal, seu catolicismo e sua leitura de autores liberais deram liga ao seu discurso anti-poder Moderador.

Esse discurso, referenciado ideias de François Guizot<sup>14</sup>, William Blackstone<sup>15</sup>, José Antonio Pimenta Bueno<sup>16</sup>, Benjamin Constant<sup>17</sup> e Thomas Bahington Macaulay<sup>18</sup>, formulou sua principal obra *Da natureza e limites do Poder Moderador*, de início publicado anonimamente em 1860 (OLIVEIRAa, 2002). Em linhas gerais, Zacarias propunha menos atribuições – poderes! – ao ocupante dinástico do trono brasileiro, algo corajosamente pioneiro ante a popularidade de Pedro II.

Esse *ethos* do conselheiro era o de um liberal antiabsolutista defensor de um modelo representativo dos conselheiros de Estado capazes de atenuarem o Poder Moderador, poder

<sup>13</sup> Artigos 98 a 101 da Constituição de 1824.

<sup>14</sup> Historiador, professor, deputado, ministro e chefe de governo francês.

<sup>15</sup> Jurista, conselheiro real e membro da Câmara dos Comuns inglesa.

<sup>16</sup> Marquês de São Vicente, político e publicista brasileiro.

<sup>17</sup> Estudioso, político e pensador franco-suíço.

<sup>18</sup> Historiador e político liberal inglês.





superior que delegava “quaisquer que sejam as suas virtudes e talentos” a partir de alguém “colocado no cume do poder” (VASNCONCELOS, p. 44). Zacarias, como bom leitor de autores liberais, preparou um bojo de ideias em defesa de um Poder Moderador menor ou, quem sabe, extirpado a partir de emenda constitucional.

Independente de ele ser filho da elite proprietária de negócios da Industrial Cidade de Valença, interior da província da Bahia, o conselheiro Zacarias quiçá pensasse na possibilidade de trocar no Brasil o “parlamentarismo às avessas” pelo parlamentarismo aos moldes ingleses, dando o primeiro passo publicando sua obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* em 1860, mesmo utilizando o anonimato.

Conforme Tulio Vargas, um dos seus biógrafos que o descreveu como “fleumático e austero, inflexível e determinado” (VARGAS, p. 29), Zacarias sabia o chão onde pisava ao não se expor, de início, como anti-poder Moderador. Tanto que ao ser alçado à presidência do Conselho de Ministros era o ano de 1866, época em que questões externas (Guerra do Paraguai) e internas (divergências políticas entre liberais e conservadores) exigiram alguém sereno à frente da chefia parlamentarista.

Persuadido por dom Pedro II a assumir e “organizar um Ministério” (VARGAS, p. 102), Zacarias pode ter visto ali a oportunidade de colocar em prática o processo lento e gradual de exaurir os poderes quadruplicados do imperador e levá-lo para a regência constitucional ‘à inglesa’ (FAORO, p. 349). A europeização era forte na mentalidade de fatia da elite brasileira no século XIX, auge do cientificismo e do imperialismo europeus.

Lógico que dificilmente iremos ter noção se Zacarias era eurocêntrico, apesar de suas leituras e até a sua lua de mel terem como itinerário o “velho mundo” – epíteto de experiência dado aquele continente como sinônimo de sapiência e domínio. Mas por mais introvertido e fleumático que fosse, o conselheiro, à luz psicanalítica, apoiava-se nos influxos europeus na formulação dos interesses do seu ego (GAY, 1989, p. 96), o que é legitimamente humano.

É ousado, talvez, delinear sob tentativa a mente/psique de alguém que viveu há mais de 140 anos atrás, em outro contexto, mesmo com reminiscências em tempos coetâneos brasileiros. O espelho de Zacarias era a Europa, o “farol” para fatia elitista de países como o Brasil monárquico e escravocrata, regime e estrutura socioeconômica representantes do atraso.

Ainda palmilhando ousadamente pelo ideário de Zacarias, na sua obra ele expressa o catolicismo ao dizer que “um poder sem limites é um poder anticristão” (VASCONCELOS, p.



113), comparando o absolutismo à sua roupagem brasileira, o Poder Moderador. Mais, o conselheiro pró-clero era o mesmo pró-ideias iluministas liberalistas, frisadas em trechos como o “governo parlamentar é o governo do país pelo país” (VASCONCELOS, p. 199) e “poderes políticos são independentes entre si” (Idem, p. 94).

Esse “catolicismo iluminista” resumia a sua personalidade anti-Poder Moderador, algo que não impediu de galgar a chefia do gabinete ministerial pelas mãos majestáticas de Pedro II, a persona-mor do poder que ele, Zacarias, criticava lançando limitações. Com tudo isso, em 1868 o seu gabinete liberal caiu pela desconfiança da coroa (FAORO, p. 354), valendo-se esta ironicamente do Poder Moderador para fulminar gabinetes (idem, p. 358).

E, de novo, ironicamente, esse “quarto e dominante” poder, outorgado constitucionalmente por dom Pedro I em 1824, foi de encontro às ações *zacarianas*, resultando no confronto que levou a presidência liberal do Conselho Ministerial a ser *cambiada* pela presidência conservadora, tendo à frente o gabinete Itaboraí (OLIVEIRA, p. 13). Ainda que fosse tradição política indicar um nome para substituí-lo, Zacarias deixou o cargo com sentimentos amargos (CALMON, p. 13), mas permaneceu na política ocupando o cargo de senador.

A atitude de dom Pedro II sobre Zacarias ao dissolver seu gabinete pode ter sido o primeiro passo da bancarrota do Império duas décadas antes da troca do regime monárquico pelo republicano. Essa fogueira teve lenha adquirida com a discordância dos clérigos dom Macêdo Costa e dom Vital ao padroado, atribuição do imperador. Autuados e presos, ambos foram defendidos por quem?

Claro, Zacarias de Góes e Vasconcelos em parceria com outro jurista, Cândido Mendes de Almeida (MATTOSO, 1992, p. 323). Tempos da questão religiosa, uma das três trombetas da apocalíptica monarquia, em conjunto às questões abolicionista e militar, embora essa tríade litigiosa tenha sido o pretexto para o forçoso golpe liderado por militares na madrugada de 15 de novembro de 1889.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessando o *Google Maps* para sanar curiosidades, o nome *Conselheiro Zacarias* está espalhado em ruas e praças do Estado do Paraná, coincidentemente província instalada pelo



próprio Zacarias de Góis e Vasconcelos 170 anos completados em 2023, em maior número do que na Bahia e, especificamente, no município de Valença, Baixo sul baiano, sua terra natal.

Uma justificativa proverbial é a de que santo de casa não faz milagre, ou seja, a vida política de Zacarias fora expandida de Salvador para o Rio de Janeiro, capital da Corte, deixando em Valença, antiga Terras do Una e vila do Amparo, o que sobrou do sobrado – pedido de desculpas pelo trocadilho – da família, seu nome batizando um colégio e uma faculdade privada<sup>19</sup>.

Ruas, praças, instituições educacionais e residências são toponímias que formam o bojo de uma parte da escrita histórico-memorial (MEDINA, 2004, p. 35), algo relevante à análise historiográfica. Em se tratando de Zacarias, os logradouros e prédios que carregam seu nome – excetuando a FAZAG, instituição privada de ensino superior – ficam circunscritos ao lugar onde ainda está de pé o bissecular sobrado familiar, sabendo que as propriedades ao redor pertenceram aos seus pais.

Saindo desta discussão, direcionemos ao que propomos na titulação desta conclusão: qual a importância de estudarmos no Brasil de hoje o pensamento político do conselheiro Zacarias, sem anacronismos?

A questão primordial foi a inclinação intelectual do conselheiro a colocar fronteiras ao poder imperial, concomitantemente executivo e moderador na época, dando ascensão propositiva ao parlamentarismo. Possivelmente, esse olhar de Zacarias tratava compreender a cultura política de centralização mandonista, ação dispersa pelas províncias, cidades e vilas que possuíam suas extensões próprias de poder.

Não obstante ele evitar o destaque crítico ao poder local o conselheiro Zacarias enfrentava do seu jeito o “atraso do Brasil”, não pelo regime imperial em si, mas como este deveria excluir excessos, a exemplo do Poder Moderador, arremedo do “absolutismo esclarecido” adaptado aos trópicos. A inclinação ao parlamentarismo inglês tinha na sua fisionomia sisuda e casacas pretas um quê de anglofilia.

A era vitoriana influenciava mentes e comportamentos, porém em muitos desses as câmaras dos lordes e a dos comuns deveriam ser o espelho do mundo, e Zacarias estava entre aquelas mentes e comportamentos. Sua visão de totalidade do poder central mostrava seu

---

<sup>19</sup> Sobrado Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, bairro da Triana; rua Conselheiro Zacarias e Colégio Conselheiro Zacarias, Praça 02 de Julho; Faculdade Zacarias de Góis (FAZAG), bairro do Jardim Grimaldi. Todos em Valença (Ba).



contexto, o que com a república mudou tenuemente com a “Era das Espadas” (1889-1894) e a “Política dos Governadores” (1894-1930).

*Mutatis mutandis*, os rótulos do poder central brasileiro mudam conservando determinadas essências de mando. A federalização defendida constitucionalmente no período republicano dá independência aos Estados e, mais recentemente, aos municípios. O problema está na sedutora concentração do poder central, principalmente quando se embasa nas leis para sua cristalização.

Agora, a leitura a qual requer discussões amplas à população se refere ao municipalismo. A definição deste aqui é a que diz respeito ao papel do município a partir das suas esferas locais representativas – executivo e legislativo –, suas atribuições através das Leis Orgânicas, seus comportamentos frente à população local e vinculações aos legislativos e executivos estaduais e nacionais. Sabe-se que o termo municipalismo teve em Lomanto Júnior seu representante na Bahia nos anos 1950 e 1960, como prefeito de Jequié em três gestões e governador da Bahia, além de outros cargos públicos<sup>20</sup>.

O nosso municipalismo adentra pelas entranhas do local, abrangendo suas estruturas distritais, demográficas, econômicas, políticas e culturais, utilizando a leveza do equilíbrio científico acerca dessas análises. Ainda que haja a discordância quanto ao seu uso, este municipalismo trata de conduzir ao debate que o poder local permanece sendo um dos pilares do poder estadual, alargando-se ao poder nacional, em que a questão partidária é sobrepujada pelas coalizões interpartidárias.

No município brasileiro é que a vida em geral ocorre, desde pagamentos de impostos até interações pessoais. Nele, pessoas *vivem* e *convivem*: aprendem, brigam, criam laços, mudam de residência, reproduzem-se, fincam raízes na rua, conhecem o bairro, trabalham, fazem amor. O município é o início e o fim do indivíduo, pois ninguém mora no Estado ou no país, mora dentro dos limites municipais, conhecendo-o como um todo ou somente a sua rua. É no município que o cadinho personalista é praticado pelos indivíduos políticos locais, como vereadores e prefeito. Seus eleitores acompanham-nos por sua pessoa, independente da flâmula partidária.

---

<sup>20</sup> Lomanto Júnior (1924-2015) foi prefeito de Jequié, sua terra natal, por três gestões (1951-1955/ 1959-1963/ 1993-1997), deputado estadual (1955-1959), deputado federal por duas legislaturas (1971-1975/1975-1978), senador federal (1979-1987), depois de ter iniciado como vereador (1947-1951). Sua proeminência municipalista se deu ainda nos anos 1940 quando presidiu a Associação Nacional dos Municípios.



Mais, o último e não menos importante. O personalismo político no Brasil sobrepuja o partido político, indo do plano municipal ao nacional. A maioria da população escolhe a pessoa em primeiro lugar por razões sentimentais, carismáticas, retóricas, gestuais e comportamentais. O partido, segundo lugar. O viés *zacariano*, no âmbito oitocentista, digladiava contra o Poder Moderador; no século XXI, digladiemos contra “mitos” que teimam mais tutelar do que governar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Jorge. **Entre a Serra e a Vargem: estudo da história e das culturas de Varzedo nos séculos XIX e XX**. Exemplar gráfica e editora. Santo Antônio de Jesus-Ba. 2007.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. 2ª ed. Tradução Osmyr Faria Gabbi Junior. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1989.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Revel, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. 1ª ed. Tradução Dora Rocha. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1998. Pp. 225-249.

MEDINA, João. “A toponímia – local de memória”. In: MATOS, Álvaro e RASGA, Raul (coord.). **Primeiras Jornadas de História local e regional**. (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Edições Colibri. 2ª ed. Lisboa. 2004. Pp. 35-44.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. Editora 14. Coleção *Formadores do Brasil*. São Paulo. 2002.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. 2ª ed. Editora FACE. Impressão e acabamento EGBA. Valença-Ba. 2009.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A Industrial Cidade de Valença (um surto de industrialização na Bahia do século XIX)**. Publicação da Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 1985. 22 p.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2003.



SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geographia nacional**. 5ª ed. Editora Nacional. Brasília. INL.1987.

SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2012. Pp. 187-205.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Editora UNESP, São Paulo; EDUFBA, Salvador-Ba. 2001.

VARGAS, Tulio. **O Conselheiro Zacarias**. Edição alusiva ao centenário de sua morte. Grafipar. 1977.

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. **Da natureza e limites do Poder Moderador**. Introdução de Pedro Calmon (Pp. 9-15). Senado Federal. Brasília. 1978.

**Artigo recebido em: fevereiro/2023**

**Artigo aceito em: julho/2023**



## FONTES DA TRADIÇÃO NACIONALISTA SOBRE AS “INVASÕES HOLANDESAS”: O USO DAS NARRATIVAS DA “GUERRA BRASÍLICA” POR FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

### *SOURCES OF THE NATIONALIST TRADITION ON THE “DUTCH INVASIONS”: THE USE OF NARRATIVES OF THE “BRAZILIAN WAR” BY FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN*

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** No século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen participou do projeto de construção nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O objetivo do presente artigo é analisar o uso das crônicas da “guerra brasílica” como fontes históricas por Varnhagen, na obra *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, para construir uma interpretação sobre as “invasões holandesas” que se tornou paradigmática dentro da tradição nacionalista sobre a História do Brasil. O debate parte da identificação desta tradição nacionalista, avança na caracterização do paradigma das “invasões holandesas” e termina com o exame das fontes do historiador oitocentista, particularmente os relatos de Duarte de Albuquerque Coelho, Manoel Calado e Francisco de Brito Freire, mais referenciados por Varnhagen.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia brasileira; Tradição nacionalista; Invasões holandesas; Guerra brasílica; Francisco Adolfo de Varnhagen.

**ABSTRACT:** In the 19th century, Francisco Adolfo de Varnhagen participated in the national construction Project of the Brazilian Historical and Geographical Institute. The purpose of this article is to analyze the use of chronicles of the “Brazilian war” as historical sources by Varnhagen, in his book *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, to build an interpretation about the “Dutch invasions” that has become paradigmatic within the tradition nationalist on the history of Brazil. The debate begins with the identification of this nationalist tradition, it advances in the characterization of the paradigm of the “Dutch invasions” and it ends with an examination of the nineteenth-century historian’s sources, particularly the reports by Duarte de Albuquerque Coelho, Manoel Calado e Francisco de Brito Freire, most referenced by Varnhagen.

**KEYWORDS:** Brazilian historiography; Nationalist tradition; Dutch invasions; Brazilian war; Francisco Adolfo de Varnhagen.

---

<sup>1</sup> Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História Moderna da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [reginhacribeiro@gmail.com](mailto:reginhacribeiro@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Mas pode-se ter fé e patriotismo, e ser justo com os próprios inimigos – ainda quando, como tal, considerássemos os que o eram da Colônia, nossa Pátria há mais de dois séculos e, se, às vezes os designamos com esse nome, fazemo-lo não por falta de indulgência, mas unicamente por imitar os que nos tem precedido, e para maior clareza e facilidade da narração (VARNHAGEN, 2002, p. 25-26).

Conforme confessa Francisco Adolfo de Varnhagen na citação acima, toda a sua produção historiográfica baseia-se nos documentos de época: à “imitação dos nossos” é referência clara dos testemunhos portugueses das guerras pernambucanas do açúcar. Deste modo, é marca da tradição historiográfica varnhageniana o trabalho com as fontes como critério de cientificidade da escrita histórica.

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um dos historiadores oitocentistas que participaram do projeto de construção nacional capitaneado pelo recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A instituição nascida 1838 procurava escrever uma história para o recém-independente Brasil.

Considerado como marco do nascimento da historiografia brasileira, as pesquisas que investigam o papel do IHGB na consolidação do Estado Nacional e, mais precisamente, na criação de Nação brasileira, forjada a partir de um passado comum, vêm despertando os olhares dos historiadores brasileiros desde a década de 1980.

Nesta área, uma alentada bibliografia da qual fazem parte os conhecidos trabalhos dos historiadores Manoel Luís Salgado Guimarães (1988; 2011), Lúcia Maria Pascoal Guimarães (1988; 2011), Lilia Moritz Schwarcz (1995), Arno Wehling (1983; 1999), Armelle Enders (2000), Temístocles Cezar (2004), Hugo Hruby (2009), entre outros, salientou o esforço da monarquia brasileira em escrever um passado nacional singular, tarefa para a qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dedicou no século XIX.

O presente artigo parte da análise da tradição nacionalista presente na historiografia brasileira do Oitocentos e segue no exame da escrita de Varnhagen, no entanto, não verticaliza em sua obra mais clássica, mas nas fontes que embasaram o trabalho publicado em 1871, a *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* (2002), no qual o historiador analisa a chamada “invasão holandesa”, construindo uma interpretação que se tornou paradigmática a respeito desse episódio da história do Brasil.





### **Tradição nacionalista de escrita da História do Brasil**

No século XIX, a existência de um Estado subjazia como um elemento fundamental para forjar a nação. A própria produção de Varnhagen atribuía um papel de destaque ao Estado: o de instância civilizadora, promotora e criadora da nação no Brasil (Guimarães, 2011, p. 252; 246). De maneira recíproca, a História, em consolidação nos idos do século XIX, representava um campo de extremo interesse para o Estado. Nas palavras do ministro do Império do Brasil, Luiz Pedreira do Couto Ferraz:

A História e a Geografia pátria não podem deixar de merecer a mais especial atenção dos poderes do Estado. Cada geração tem para com as seguintes o dever de concorrer para o seu desenvolvimento, e para que não se percam, nem as tradições nacionais, nem a notícia de objetos cujo conhecimento possa interessar o futuro (FERRAZ, 1856).<sup>2</sup>

Na busca do nacional, o destaque da participação luso-brasileira nas guerras pernambucanas do século XVII era dado pelos historiadores, seja em termos de resistência aos neerlandeses, como vimos no caso da produção do século XIX, cujo ícone é o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen; seja em termos da corrente historiográfica mais regionalista, surgida a partir do século XX, que procurou iluminar o elemento colonial como colaborador dos holandeses.

Nesta via, trata-se de uma permanência da tradição nacionalista na historiografia brasileira, a qual é fortemente ancorada na historiografia europeia, também de matriz nacionalista. Na crítica de Manoel Guimarães (2011, p. 100): “a Europa sempre foi uma instância de legitimação da produção cultural e, ainda hoje, podemos nos perguntar se o Brasil conseguiu emancipar-se dessa dependência cultural”. Na verdade, o cânone cultural do século XIX que exerceu maior influência sobre o Brasil antes mesmo da fundação do Império foi a França (Guimarães, 2011, p. 113).

No âmbito da historiografia, um dos modelos para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi L’Institut Historique de Paris (IHP), cuja missão consistia, basicamente, em “encourager, diriger et propager les études historiques en France et à

---

<sup>2</sup> Relatório do ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz do ano de 1856. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.



l'étranger"<sup>3</sup>. A instituição francesa também recorria ao passado motivada por uma questão nacional. Assim, o IHP buscava as raízes nacionais da França para contribuir na construção e na divulgação de uma determinada imagem da nação francesa, missão muito semelhante à do IHGB.

De acordo com Manoel Guimarães (2011, p. 107; 103), no seu ofício historiográfico, o IHP trabalhava com duas concepções determinantes para a imagem da nação francesa: a demarcação de Paris como a capital do mundo intelectual e a transformação da língua francesa na verdadeira língua da civilização moderna. Na sua missão civilizadora, o Institut Historique de Paris construía o relato oficial da história da França dando destaque em particular para duas épocas históricas: a Idade Média e a Época Antiga, avaliando a influência dos gauleses na cultura clássica greco-romana.

Desta forma, a concepção de história do IHP era muito próxima da que foi desenvolvida no IHGB, enquanto uma ciência capaz de explicar o conjunto da sociedade. Nos interstícios do IHP, a disciplina História também possuía uma função pragmática claramente definida, qual seja, a de funcionar como mestra da vida. Havia, no entanto, uma distinção crucial entre os institutos francês e brasileiro, conforme Guimarães:

Enquanto o IHGB praticamente desde o início, colocou-se sob influência do Estado brasileiro, o Institut Historique de Paris refletia outro quadro de relações sociais, eis que o Estado não se imiscuia necessariamente no campo da produção cultural da sociedade. (Guimarães, 2011, p. 109)

De forma significativa, a historiografia francesa era exercida como profissão, o que impactava diretamente na atividade desses historiadores enquanto profissionais remunerados. Por outro lado, a remuneração não era a motivação primordial dos membros do IHGB, mas sim a aquisição de prestígio. Entretanto, se a participação financeira do Estado diferia entre as instituições, a preocupação com a construção da imagem da Nação era muito similar. Havia, pois, uma finalidade nacional no trabalho histórico.

A fundação do instituto parisiense representou, assim como ocorrera pouco tempo depois com o instituto brasileiro, um passo importante para a institucionalização da História como ciência e da pesquisa científica sobre os testemunhos históricos para comprovação da

---

<sup>3</sup> Journal de l'Institut Historique, Paris, 1, ago 1934, p. 1. Apud. Guimarães, 2011, p. 104.



verdade histórica como atividade empírica do campo. Nesse processo, a necessidade de validação e a constituição de um corpo de leis ou regras indicam que as ciências naturais foram mesmo o modelo de cientificidade adotado.

De fato, havia um relacionamento estreito entre o IHP e o IHGB. Entre 1834 e 1850, pesquisas indicam que, dos 46 brasileiros membros do Instituto Histórico de Paris, 26 pertenciam concomitantemente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Faria, 1965, p. 68-148). De modo que o contato entre os membros de ambas instituições era frequente. Ao passo que o IHP propagava a missão civilizadora da nação francesa, o IHGB se esforçava por fazer da nação brasileira recém-criada a guardiã da “civilização europeia no Novo Mundo” (Guimarães, 2011, p. 110), um tipo de porta-voz e representante legítima dos padrões franceses.

Segundo Manoel Guimarães (2011, p. 112), logo o primeiro número do *Journal de l'Institut Historique*, a revista do IHP, contou com a contribuição de artigos de três brasileiros: Domingos José Gonçalves de Magalhães, abordando o início da literatura nacional no Brasil; Francisco Salles Torres Homem, trabalhando com o desenvolvimento das ciências no Brasil; e Manoel de Araújo Porto Alegre, descrevendo o estado das artes no Brasil.

Tais são os intercâmbios entre o IHP e o IHGB que a influência da instituição francesa sobre a brasileira é inegável. Além de modelo para a recuperação do passado, para a constituição do nacional e para o trabalho efetivo da História, L'Institut Historique de Paris constituiu-se mesmo na instância de legitimação social do lugar da História na construção da Nação.

Desta forma, a própria tradição nacionalista, predominante na constituição da historiografia brasileira do século XIX, tem papel preponderante também na historiografia francesa da mesma época, modelo para o estabelecimento do IHGB. Trata-se, sobretudo, de uma tradição que perpetua a memória nacional construída pelo instituto histórico como discurso fidedigno a partir do qual é crível contar a história do país numa narrativa generalizante.

### **O paradigma das “invasões holandesas” consolidado por Varnhagen**

O protagonismo de Francisco Adolfo de Varnhagen, a despeito de suas contendas ideológicas internas com o grupo dirigente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é incontestável. O historiador Arno Wehling (1999, p. 103) explicou que a singularidade de Varnhagen não residia tanto em suas posturas políticas, uma vez que defendia o Antigo Regime



desde os anos de 1840, assim como seus contemporâneos, mas em sua falta de afinidade teórica com os pensadores brasileiros do Oitocentos (WEHLING, 1999, p. 138).

Se nem sempre o historiador oitocentista representou qualquer tipo de pensamento uníssono da instituição, sua produção bibliográfica constituiu, de fato, uma tradição historiográfica, sobretudo pela ressonância de sua mais famosa obra, a *História Geral do Brasil* (1975), escrita entre 1854 e 1857, que impactou os manuais de ensino de História ainda no século XIX e a historiografia brasileira até o século seguinte.

A questão que guia a pesquisa para os trabalhos de Varnhagen certamente não o confere o título de precursor da tradição nacionalista, muito menos entende que tenha sido o primeiro a recuperar a histórica dominação neerlandesa seiscentista nas capitâneas açucareiras coloniais, uma vez que havia uma memória regional que cuidou de modo particular para que o episódio não fosse esquecido (CLEMENTINO, 2018).

Entretanto, a recuperação da obra de Varnhagen desde a virada do século XIX para o XX, bem como sua penetração na historiografia brasileira e a utilização de sua matriz interpretativa quanto às “invasões holandesas” nos manuais de ensino de História do Brasil ainda na época imperial demonstram que, ao menos no que diz respeito àquele episódio, a escrita varnhageniana se tornou paradigmática (COSTA, 2020).

O paradigma da invasão holandesa foi, então, construído em *História Geral do Brasil* tendo por base uma interpretação que exalta, com denotado afincado, a resistência portuguesa ou luso-brasileira, em ambos períodos da chamada Guerra holandesa, isto é, durante o conflito luso-holandês inicial desenvolvido entre 1630 e 1636 e durante a insurreição pernambucana ocorrida entre 1645 e 1654; retrata através de uma perspectiva invasora as forças neerlandesas; recupera a visão libertadora política e religiosamente que a restauração pernambucana foi revestida; e constrói uma narrativa heroica sobre o episódio, contado em meio à edificação de heróis e vilões (COSTA, 2019).

Na obra *História das Lutas*, Varnhagen particulariza o episódio transformando em uma épica narrativa dividida em dez capítulos, afora as notas, o prefácio e um posfácio, estes últimos escritos para a segunda edição do material, concluída em 1874 (WEHLING, 2002, p. 5).

De acordo com Arno Wehling (2002, p. 6), a ideia de um estudo centrado na experiência histórica de dominação holandesa no Brasil teria surgido no início da Guerra do Paraguai, mas só se transformou em livro no ano de 1871, data de conclusão da primeira versão da obra. A



data da conclusão do material coincide, portanto, com o desempenho de Varnhagen em missão diplomática, quando era Encarregado de Negócios em Viena.

Para Kléber Clementino (2018, p. 129), em *História das Lutas*, Varnhagen ambicionava reconstruir uma narrativa da “guerra luso neerlandesa” com exatidão e riqueza de detalhes, dedicando-se à exposição cronológica e detalhada dos fatos, personagens, data e local de cada batalha. Tamanha tarefa historiográfica explica, em parte, o zelo do historiador pelos relatos diários da guerra.

O título de “Heródoto brasileiro”, empregado pela historiografia dos séculos XX e XXI em referência a Varnhagen, diz respeito exatamente ao seu papel precursor na utilização de procedimentos de crítica documental, mormente historicistas, na análise das fontes, se propondo a construir uma História menos literária, menos retórica, mais racionalizada e, significativamente, “científica” (CLEMENTINO, 2018, p. 130).

### **Varnhagen e o uso das crônicas da guerra como fontes históricas**

Para escrever a história do período de dominação holandesa nas capitanias açucareiras seiscentistas, Varnhagen debruçou-se mormente sobre um corpus documental bastante rico: as crônicas da guerra. Tratam-se de relatos diários, geralmente escritos ao calor dos acontecimentos, marcados pela preocupação com a narrativa e com a temporalidade linear na narração dos eventos.

Como um discurso legítimo do passado, esses relatos eram escritos, na maior parte das vezes, com o intuito de informar os superiores sobre o dia-a-dia dos confrontos. Por isso, pode-se deduzir como finalidade principal das crônicas a circulação das informações. Clementino (2018, p. 134) tem razão quando afirma que Varnhagen preserva a cronologia, a periodização, o enredo, os fatos e os heróis das histórias narradas pelos cronistas do século XVII.

No caso de contexto conflitivo, o conteúdo dessas crônicas podia divergir entre si, isso porque a narrativa e as informações trazidas são marcadas pelo lugar de fala de seu autor. Por este motivo, Varnhagen reconhece a importância da leitura das crônicas de ambos os lados da guerra, orientando-se por uma metodologia que preza pela imparcialidade histórica, como descrita em seu prefácio:



A respeito de uns, como de outros, procuraremos, sempre que nos seja possível, não emitir juízos sem ouvir ambas as partes, convencidos de que é nesta pontualidade que essencialmente consiste o preceito da imparcialidade imposto aos que escreveram a História Pátria, e não na de narrar com indiferença, como descritos (VARNHAGEN, 2002, p. 26).

Desta forma, pode-se perceber que ser imparcial, para Varnhagen, não significava necessariamente ser indiferente, de modo que o historiador oitocentista coletou uma grande quantidade de fontes para a produção de sua história, mas posicionou-se claramente ao lado dos cronistas luso-brasileiros, como pode ser verificado na análise de sua interpretação historiográfica sobre o que chama de “invasão holandesa”.

Neste sentido, Varnhagen contava sua história a partir da perspectiva portuguesa ou luso-brasileira, de modo que os “invasores” eram os “inimigos” cujos “nossos” tentavam “resistir” para “libertar” Pernambuco. Os juízos emitidos pelo historiador ficam ainda mais evidente conforme a descrição dos personagens coloniais. Ainda que com pontuais críticas<sup>4</sup> aos cronistas, sobretudo quanto à cautela em sua leitura, Varnhagen atribui a exatidão de seu conteúdo ao uso crítico de suas fontes<sup>5</sup>.

Apesar da pretensão à construção de uma história verdadeira sobre a guerra luso neerlandesa, Clementino (2018, p. 131) defende que Varnhagen não rompe inteiramente com a representação historiográfica das fontes que o embasa, isto é, a reprodução e a crítica destinadas aos documentos acabam por estabelecer um diálogo com seus autores, passando por cima até da historicidade do material, “como se tivessem sido escritas não centúrias atrás, mas em seus próprios dias”.

Dentre os testemunhos portugueses, três crônicas luso-brasileiras destacam-se pelo alentado volume de referências por Varnhagen. Tratam-se dos relatos escritos por Duarte de Albuquerque Coelho (1981), intitulada *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*; Frei Manoel Calado (2004), publicada com o título *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*; e Francisco de Brito Freire (2001), quem escreveu o relato denominado *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*. Por isso, a presente pesquisa se debruçou na análise do material das crônicas que embasaram o discurso varnhageniano.

<sup>4</sup> O cruzamento das fontes do período permitiu ao historiador oitocentista, em algumas passagens de *História das Lutas*, corrigir datas, locais que ocorreram certos episódios e quantitativos de mortos das batalhas.

<sup>5</sup> Sobre o intento de Varnhagen, nas palavras de Clementino (2018, p. 138): “Seu projeto não é apresentar nova história, nem realizar nova análise: é contar melhor a mesma história – em última instância, alcançar a história perfeita, terminante, para além da precariedade das versões que proliferavam.”



### **As Memórias Diárias de Duarte de Albuquerque Coelho**

Na crônica *Memórias Diárias da Guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*, datada de 1644<sup>6</sup>, seu autor, Duarte de Albuquerque Coelho foi o português quarto donatário da Capitania de Pernambuco. Tendo tomado posse de suas terras por ocasião da chegada dos holandeses, em 1631, Coelho escreve um diário<sup>7</sup> com o objetivo de narrar o cotidiano das guerrilhas, em tom militar.

Com esta finalidade, o cronista reúne alguns relatos de confiança sobre a guerra entre os portugueses e os holandeses. Dentre os mais famosos, Duarte Coelho conta com a minuciosa relação escrita pelo seu irmão, Matias de Albuquerque, o próprio comandante da resistência. É desta forma que as *Relações Diárias* do chefe das forças portuguesas integram as *Memórias Diárias*.

O relato de Coelho se estende do período de conquista do território pelos flamengos até a vinda do governador dos neerlandeses, Maurício de Nassau. Neste tempo, os holandeses seriam os “inimigos” que estavam “invadindo” o território. Caberiam aos portugueses, aos luso-brasileiros, aos naturais e a todo morador, defender suas terras.

Na convocação feita por Matias de Albuquerque em 1630, narrada por seu irmão na crônica<sup>8</sup>, dirigida aos habitantes locais para a defesa do território, sobressai o espírito de brava resistência que as forças portuguesas foram revestidas: “não só defendiam daqueles heréticos rebeldes o seu natural rei e senhor, e a pureza com que a fé católica [...]; mas também suas próprias honras, mulheres e filhos, pátria, fazenda e, finalmente, sua antiga reputação” (COELHO, 1981, p. 29).

Neste interim, é enfatizado o trabalho de Matias de Albuquerque no aparato da resistência, narrando que, da convocação supracitada, o comandante arregimentou aproximadamente cem homens entre os locais, número bastante diminuto, se considerado o quantitativo das forças neerlandesas. De todas essas dificuldades enfrentadas pela defesa, sobressai uma narrativa laudatória da resistência, que tende a exaltar cada batalha vencida, cada emboscada armada e cada passo obstruído dos holandeses.

---

<sup>6</sup> A crônica de Coelho (1981) retrata a guerra do ponto de vista das forças portuguesas e sua narrativa se estende até o ano de 1638, quando o autor regressa à Europa.

<sup>7</sup> A narrativa é escrita como um diário, no qual os relatos dos acontecimentos eram registrados quase diariamente com minudência de detalhes.

<sup>8</sup> A organização da defesa portuguesa é saliente na crônica de Duarte de Albuquerque Coelho, até porque seu próprio irmão era o encarregado de comandá-la.



A respeito da mobilização feita por Albuquerque, as *Memórias Diárias* saúdam: “[...] considerável por certo é a quantidade e qualidade da gente com que o general Matias de Albuquerque deu princípio a uma guerra que veio a ser de tanta opinião” (COELHO, 1981, p. 36). Há destaque também para o “Real do Bom Jesus”, principal bastião da resistência, fortificado na casa de um antigo morador chamado Antônio de Abreu.

Sobre a impopularidade de algumas medidas do comandante Albuquerque, narrou Coelho (1981, p. 51) que: “a estas contradições respondia o general, sempre constante, que esperava em Deus que dali faria uma formidável resistência, e que para isso convinha dar-lhe princípio”. O próprio Real ou Arraial do Bom Jesus foi louvado no relato de Coelho como uma grande decisão de seu irmão, sobretudo pela localização, na várzea do Rio Capibaribe, de onde os guerrilheiros poderiam retirar água e alimento; em posição apropriada para ser socorrida; em local estratégico para se partirem para vários caminhos; e próxima o bastante para combater os inimigos.

A narrativa de Duarte de Albuquerque Coelho segue ressaltando o papel da resistência portuguesa, que, apesar do sucesso inicial, não deixava de ser criticada, sobretudo quanto as emboscadas arquitetadas pelo general, que eram condenadas por serem “antes temerárias que importantes” (COELHO, 1981, p. 78). O cronista destaca que o pior era a falta de socorros por parte da metrópole<sup>9</sup>. De modo que as adversidades faceadas na defesa do território serviam também como uma forma de exaltar a capacidade da resistência de aguentar em seus postos até onde fosse possível.

Se a resistência era tão imbatível quanto descreve Duarte Coelho, somente uma força interna poderia derrubá-la. Nesta lógica, conta o cronista sobre a traição de Domingos Fernandes Calabar, considerada a grande causa da perda do território. Assim, lamentou Coelho (1981, p. 128): “como o nosso general lhe conhecia talento, sentiu muito esta fuga, não só pelo mal que daí receava, mas pelo caminho que abria para outros como ele fazerem o mesmo”.

De fato, Calabar aparece como um mulato, natural da vila de Porto Calvo, muito talentoso, segundo as *Memórias Diárias*, pois tinha Calabar “muito valor e astúcia” e era “o mais prático em toda aquela costa e terra que o inimigo podia desejar”. Contudo, era pela infidelidade que Calabar tornara-se mais conhecido. Isto porque sua traição, datada de 20 de

---

<sup>9</sup> Em relação ao Real do Bom Jesus e à ausência dos socorros, Duarte Coelho (1981, p. 102) pontua: “é bem digno de consideração que estando fortificados havia pouco menos de dois anos, em lugares onde tudo era lenha, lhes fosse defendida pelo nosso general com tanto valor, com seus capitães, que padeciam esta tão grave míngua, [...]”.





abril de 1632, foi narrada como a origem dos males de Pernambuco. A partir da mudança de campo de Calabar, a narrativa de Coelho segue atribuindo o paulatino avanço holandês na guerra até a sua vitória final ao protagonismo das ações arquitetadas e executadas sob a liderança do mulato.

Na sequência, Coelho atribuía a culpa da perda de cada posto pelas forças da resistência ao traidor, porque “de quase todas as sortidas que efetuaram, nas quais nos deram gravíssimos prejuízos, foi Calabar o motor principal” (COELHO, 1981, p. 138). O êxito, então, era de Calabar e não dos holandeses, isto porque o traidor ensinara aos “invasores” as artes da guerra naquele terreno, como observou Duarte Coelho. O efeito da ajuda de Calabar aos holandeses foi bastante intensificado na crônica de Coelho.

As forças portuguesas, as quais o próprio cronista compunha, foram exaltadas pela defesa de Pernambuco, como exclamou em dezembro de 1634 o cronista: “faltava-nos tudo, menos o valor e a resolução em que estávamos de morrer sem a desonra de entregarmos ao inimigo a fortaleza” (COELHO, 1981, p. 266). De todo modo, em junho de 1635, o Real foi capitulado pelos holandeses. A queda do Arraial, àquela altura, significava nada menos que o golpe derradeiro nas tropas da resistência e a abertura do caminho a Companhia das Índias Ocidentais para assenhorar-se de todo o território.

Em seu diário, Duarte Coelho (1981, p. 313) lamentou a perda do bastião da defesa em 3 de junho de 1635: “foi finalmente preciso render-se; e com as circunstâncias referidas, de certo que não foi ingloriosamente”. O motivo da perda do posto<sup>10</sup> foi menos pela derrota dos portugueses ou pela superioridade dos holandeses, e sim devido à fadiga, à falta de víveres e munições e, principalmente, à fome que assolava os soldados.

Assim, até na hora da derrota, Duarte Coelho não assumia a incapacidade da resistência, tampouco o triunfo flamengo. Novamente, a causa da perda era interna, proveniente de algo que fugira ao controle do glorioso general Albuquerque, o que, anos antes, se referiu à traição de Calabar, e neste momento, à ausência de condições materiais para a manutenção das tropas.

A crônica termina no ano de 1638 e o autor deixa claro que, até aquele ano, mesmo tendo caído o Arraial, as escaramuças não terminaram. Apesar da conquista holandesa ter se efetivado após a “invasão”, Duarte Coelho explicita que as forças de resistência permaneceram

---

<sup>10</sup> De forma que, para Coelho (1981, p. 313-314): “[...] nem o valor nem a constância dos defensores do Real bastou para que ele não se perdesse; porque afinal faltou tudo o que servia de sustento, consumiram-se cavalos, couros, cães, gatos e ratos, com que se alimentavam”.



ativas, sem jamais desistir do território ou reconhecer a derrota. Desse modo, pode-se afirmar que as *Memórias Diárias*, narradas pelo ponto de vista português, tendem a exaltar a resistência luso-brasileira, a dimensão da luta nas guerras pernambucasas, mas Duarte de Albuquerque Coelho não é o único.

### **O Valeroso Lucideno de Frei Manoel Calado**

Outra testemunha ocular dos fatos foi o Frei Manoel Calado, que registrou os eventos ocorridos em seu relato, intitulado *O Valeroso Lucideno e o triunfo da Liberdade*. O religioso é natural da Vila Viçosa, região portuguesa, eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607, popularizado como Frei Manoel Calado do Salvador. Datada de 1648<sup>11</sup>, a crônica do religioso abrange tanto a fase inicial de guerra que culminou com a conquista holandesa, quanto o período do governo nassoviano e o início da insurreição pernambucana.

A respeito de sua narrativa, é saliente em *Valeroso Lucideno*, à semelhança das *Memórias Diárias*, que o autor escreve pela perspectiva portuguesa, qualificando a ocupação holandesa no Brasil pela ótica da invasão, ao menos durante a época da guerra. Em primeiro lugar, o religioso reclama da falta de resistência dos portugueses no desembarque dos holandeses no Recife. Segundo Calado (2004), os invasores provocaram muita confusão ao chegarem.

O cronista deixa transparecer o clima predominante de desordem e de pavor espalhados com a entrada dos holandeses. O estado em que as coisas ficaram teria, segundo o morador, assustado os moradores. Por isso, Matias de Albuquerque foi enviado com o título de “capitão-mor e superintendente em todas as coisas tocantes à milícia” (CALADO, 2004, v. I, p. 42) e tratou de levantar a defesa em uma fortaleza.

A coragem dos “valentes mancebos” resistentes foi muito elogiada pelo religioso. A exaltação das forças de resistência sobressai na narrativa de Calado ao registrar o desânimo que se abateu sobre os soldados luso-brasileiros devido ao tratamento do Conde de Bagnuolo: [...] e os soldados de Pernambuco, que até então haviam defendido a terra e reprimido o inimigo com tanto esforço e valor, [...]. (CALADO, 2004, v. I, p. 47-48)

---

<sup>11</sup> A primeira edição do livro foi datada de 1648, graças ao trabalho de Paulo Craesbeeck “Impressor & Livreiro das Ordens Militares”.



O cronista defende os luso-brasileiros ao criticar a diferença que o Conde fazia em relação aos soldados provenientes do Reino e aos soldados de Pernambuco. Neste interim, nota-se a admiração do frei pela liderança de Matias de Albuquerque. É possível perceber que o religioso possuía inimizades e nutria certas alianças naquele tempo, relações às quais é possível identificar através de sua crônica.

Ao narrar a formação do Arraial do Bom Jesus, em particular, Calado (2004, v. I, p. 45), mais uma vez, deixou transparecer a fé no trabalho e no êxito dos colonos: “[...] tinham tão encurralado o holandês, que não era senhor nem de sair a buscar água para beber, [...]”. Os soldados luso-brasileiros eram, para Frei Calado (2004, v. I, p. 48), “vassalos leais de sua Majestade em companhia de seu governador Matias de Albuquerque” que lutaram com zelo pela “defesa da Pátria” até que um “mancebo mameluco, mui esforçado e atrevido” traiu a resistência e se meteu entre os holandeses.

O cronista refere-se a Calabar, o traidor que passou a colaborar com os flamengos para, segundo o relato, fugir da punição por crimes que cometera na capitania. Calado (2004) descreve Calabar como precursor do caminho da infidelidade, isto porque o frei explicita que outros traidores seguiram seu exemplo, concedendo passaporte aos moradores e aos naturais que se submetessem ao domínio flamengo. O problema, segundo Calado, residia, principalmente, nos inúmeros casos de deserção que enfraqueciam as forças da defesa.

É notório perceber, no caso do Frei Manoel Calado, que o cronista, além de pregador, ocupava outros papéis naquele contexto bélico, inclusive o de militar, como foi próprio de alguns religiosos do período que chefiavam companhias de índios. Devido a sua grande circularidade, a narrativa de Calado é rica em detalhes sobre a vida cotidiana e sobre as batalhas, fornecendo um testemunho dos eventos que envolveram a ocupação holandesa, exatamente por isso a pesquisa de Varnhagen se apoiou tanto sobre o material.

Não apenas Calado, mas também Calabar desempenhava outros papéis na guerra, além de soldado e capitão entre os holandeses. De modo que como guia, intérprete e mediador, o traidor prestou valiosos serviços ao “inimigo”, golpeando a resistência luso-brasileira. Antes da execução do traidor, foi o religioso confessar as culpas do traidor. Em confissão *in extremis*, o traidor revelou, ainda, coisas pesadas ao religioso, as quais logo chegaram aos ouvidos de Albuquerque (CALADO, 2004, v. I, p. 60). Sobre o conteúdo da revelação de Calabar, o



cronista não deixou conhecer, mas suspeita-se de nomes que traidor conhecera devido ao seu tempo entre os holandeses.

Calado trata da liberdade, que é o próprio objetivo da restauração de Pernambuco, já no final de seu relato. O Frei terminou a redação de sua crônica em 1646 e dedicou sua obra a D. Teodósio, Príncipe do Reino e da Monarquia de Portugal<sup>12</sup>. No entanto, o cronista escreveu mesmo em louvor ao líder da insurreição, João Fernandes Vieira, que viria a libertar o território da tirania holandesa por meio da “heroica empresa de liberdade da Pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 11).

Conforme admite o próprio religioso, seu livro trata da “história da liberdade da pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 42), sendo uma obra que expressa convicção inabalável que os portugueses restaurariam Pernambuco, já que foi escrita e publicada antes da expulsão dos holandeses. Por isso mesmo, os “cabeças” ou os líderes da insurreição formavam a “facção da liberdade da Pátria”, assim chamada por Calado, cujos exemplos podem se referir a João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

Neste ponto, pode-se depreender alguns argumentos que embasaram a tradição historiográfica inaugurada com Varnhagem no século XIX. O historiador interpretava o Brasil como propriedade de Portugal por meio de uma espécie de herança do Tratado de Tordesilhas em conformidade com suas fontes de pesquisa. Neste sentido, a ocupação holandesa era considerada uma invasão e a expulsão dos inimigos era vista como uma libertação, chamada à época de “guerra da liberdade divina”<sup>13</sup> (CALADO, 2004, v. I, p. 96), como tem-se podido observar no exame das crônicas luso-brasileiras, produzidas no século XVII.

### **A Nova Lusitânia de Francisco de Brito Freire**

Outra crônica desse período é a escrita por Francisco de Brito Freire, português oriundo de família abastada no Alentejo e proprietário de terras e engenhos na Bahia, com experiência militar ligada à Restauração Portuguesa e prática administrativa relacionada ao governo de

---

<sup>12</sup> É bom lembrar que a crônica de Calado teve sua venda proibida pela Sagrada Congregação *ad Indicem librorum*, por decreto de Roma de 1655. A proibição foi levantada e o livro só pode voltar a circular em 1667.

<sup>13</sup> De acordo com Calado, o próprio nome da guerra, “liberdade divina” (CALADO, 2004, v. I, p. 96), teria se originado nos próprios encontros entre Vieira e Vidal, ocasiões em que eram avaliadas as fortificações dos holandeses e as possibilidades de rompimento, apelidando o conflito por vir de “liberdade da pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 293).



Jerumenha em 1658, da capitania de Pernambuco entre 1661-1664 e da cidade de Beja em 1665 (GOUVEIA, 2001, p. 238-239).

A obra de Freire publicada em 1675, trata-se da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasília*, escrita durante os seis anos em que esteve em cativeiro entre a Torre de Belém e a Torre de São Julião<sup>14</sup>. Neste sentido, a crônica de Freire não foi contemporânea ao período de ocupação holandesa e, por ter sido escrita alguns anos após a expulsão dos flamengos, o autor baseou-se no testemunho de predecessores, inclusive naqueles escritos pelos holandeses.

É sabido que *Nova Lusitânia* é uma resposta ao livro de Gaspar Barleus, intitulado *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, obra encomendada por Maurício de Nassau em memória ao seu governo no Brasil (BARBOSA; LISBOA, 2001). Em face à crônica de Barleus, publicada em 1647, o objetivo do relato de Freire era contar a “verdadeira” história da guerra enfatizando a árdua resistência portuguesa.

Contudo, tais aspectos formais não devem minorar a importância da crônica como fonte válida sobre as guerras pernambucanas do seiscentos. Neste sentido, pode-se considerar que Freire narrou os acontecimentos pela perspectiva portuguesa, assim como Duarte Coelho e Frei Calado. O relato de Freire (2001), no entanto, contemplou todo o período que considerou como “Guerra Brasília”<sup>15</sup>, caracterizada pelas guerrilhas.

Freire (2001, p. 26) a considera como a “memorável guerra com que foi invadido o Estado do Brasil e ocupadas suas melhores praças e mais ricas províncias das armas holandesas”. A história contada por Freire regressa ao tempo da primeira tentativa de invasão da Bahia, realizada pelos holandeses em 1624<sup>16</sup>. Na Bahia ou em Pernambuco, é latente a “resistência larga e sanguinosa” (FREIRE, 2001, p. 119) feita pelos portugueses como uma resposta à “invasão dos inimigos”.

A respeito da organização da resistência, Freire aprecia a localização e a posição do Arraial (FREIRE, 2001, p. 126) A guarda do território aparecia, na crônica, como uma tarefa tão honrosa quanto arriscada, como ressaltou Freire (2001, p. 128): “não só dificultosa mais

---

<sup>14</sup> A prisão do português deveu-se à sua recusa em conduzir o rei deposto D. Afonso VI à Ilha Terceira, nos Açores, em 1669, e em governar a ilha.

<sup>15</sup> Freire denomina as guerras pernambucanas do século XVII como “guerra brasileira”, referindo-se à peculiaridade das guerrilhas ocorridas entre 1630 e 1636 movidas pelos luso-brasileiros, contando, assim, com grande contingente nativo que lutou enquanto soldados do conflito.

<sup>16</sup> Restaurada a capitania central da Colônia no ano seguinte pelos portugueses, o cronista volta suas atenções para os acontecimentos em Pernambuco.



impossível parecerá aos mais destros capitães da Europa esta nossa defesa [...]”. O cronista destaca a particularidade da ação empreendida pelos portugueses e luso-brasileiros: protegerem o território da invasão inimiga, apesar de todas as adversidades oriundas das peculiaridades do terreno colonial, do fraco quantitativo de soldados e da fome que muitas vezes assolava as tropas.

A organização da crônica de Freire, tal qual a de Coelho, segue a estrutura de um diário, cujos eventos são narrados ano a ano conforme a guerra se desenrolava no equilíbrio entre a pressão para expandir suas fronteiras e o cerco ao invasor: “assim como os nossos atendiam a prevenir a defesa; procuravam os holandeses aumentar a conquista; [...]” (FREIRE, 2001, p. 130). Tensão esta que permaneceu até 1632, de acordo com Freire, caracterizando uma situação de impasse na guerra.

O impasse seria rompido, segundo o cronista, pela atuação de “tão pequeno instrumento” que seria “causa de grandes danos”, em referência a Domingos Fernandes Calabar, descrito como “manhoso, atrevido e tão prático dos lugares e dos portos do mar”, “zeloso e diligente” (FREIRE, 2001, p. 155-156). Calabar teria rompido o equilíbrio da guerra porque, segundo o cronista, guiou, persuadiu, arquitetou, dirigiu, queimou, incitou, instruiu, entre muitas outras ações, isto é, foi a ação do traidor e não a capacidade ou os méritos holandeses que garantiram a conquista do território à Companhia das Índias.

Também na crônica de Freire, Calabar seria o fiel da balança que faria a fortuna da guerra pender para os holandeses. Contudo, a grande diferença da narrativa de Freire para a de Coelho e a de Calado é o motivo atribuído à traição do mulato. Para Francisco de Brito Freire (2001, p. 156), Calabar buscava reconhecimento entre os holandeses, “a esperança que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento” (FREIRE, 2001, p. 244). Assim, a traição era movida por interesses particulares.

O cronista enaltece a resistência, mesmo depois da queda do Arraial do Bom Jesus. Segundo a narrativa do cronista, mesmo estando “os inimigos muito mais estabelecidos e poderosos”, os luso-brasileiros continuaram resistindo, na forma das guerrilhas organizadas para emboscar os holandeses, uma vez que o socorro prometido por parte da metrópole “nunca acabava de chegar, antes para causar mais lástima que para servir de algum remédio” (FREIRE, 2001, p. 216-217).



A crônica de Freire também termina ao final do ano de 1638, quando a resistência começava a enfraquecer em face à consolidação do governo de Nassau. No relato, Freire enumera os nomes dos valentes resistentes que fizeram a Guerra Brasília e aguentaram o cerco até seus momentos derradeiros: “[...] pessoas de valor, posto e qualidade que mereceram pela importância da ocasião mais distinta memória” (FREIRE, 2001, p. 270).

Deste modo, Freire (2001, p. 274) aceitava a derrota exaltando memória dos soldados luso-brasileiros: “porque muitas vezes os indignos venturosos usurpam a satisfação dos merecedores desgraçados”. Naquele momento, não adiantaria mais resistir ao “pernicioso mal que, com ter fácil remédio, é quase irremediável [...]”. A culpa recaía aos descuidos dos governadores ultramarinos, “que tratam mais nos tratos das mercancias que nas prevenções da defesa” (FREIRE, 2001, p. 273) de tão importante capitania.

Entretanto, vale lembrar que a crônica foi escrita *a posteriori* dos eventos, de modo que Freire conhecia o desfecho da dominação holandesa. Ainda que não tenha escrito sobre a insurreição pernambucana, Freire (2001, p. 237) faz menção ao episódio<sup>17</sup> ao considerar que os soldados lutaram com ânimo decidido “assim no trabalho como na glória de quanto se foi obrando na guerra e na restauração do Brasil”.

A afirmação de seu conhecimento sobre o destino do Brasil é confirmada pelo relato da *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil*<sup>18</sup>, realizada no ano de 1655. Tendo sido Pernambuco restaurado, o autor da *História da Guerra Brasília*, foi enviado por Portugal como forma de manter a vigilância em terra e o pronto socorro no mar contra possíveis novas invasões, agora como General da Armada da Companhia Geral, Francisco de Brito Freire.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as crônicas luso-brasileiras produzidas no período da dominação holandesa no Brasil, pode-se perceber que Duarte de Albuquerque Coelho, Frei Manoel Calado e Francisco de Brito Freire narraram os acontecimentos pela ótica portuguesa. Neste sentido, a

<sup>17</sup> Freire considerava a restauração de Pernambuco como a “prodigiosa restauração da América Portuguesa” (FREIRE, 2001, p. 317), percebida como guerra pela liberdade da Pátria. Doravante, a recuperação da posse sobre Pernambuco daria novo estímulo ao domínio português para a conservação daquela praça.

<sup>18</sup> O relato da *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil* consultado trata-se da versão anexa à edição de *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasília* publicada em 2001 pela Beca Produções Culturais.



conquista holandesa foi concebida como uma invasão; houve uma construção enaltecedora da resistência, cujo destaque foi o próprio Arraial do Bom Jesus; o enfoque em Domingos Fernandes Calabar foi feito para justificar a derrota, entendendo-o como traidor; e a insurreição foi pensada como uma libertação.

Foi exatamente a partir desta linha de raciocínio que a tradição historiográfica oitocentista interpretou a história da dominação flamenga, em termos de invasão holandesa. Na prática, isto significa que o olhar dos cronistas seiscentistas se coadunava perfeitamente com a visão lusófila e brigantina da história brasileira construída no século XIX, cujo maior representante foi Francisco Adolfo de Varnhagen, não por acaso as narrativas supracitadas foram suas principais fontes históricas.

Uma guerra recheada de heróis, como Matias de Albuquerque, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias, entre outros, mas também de vilões, sobretudo os traidores como Domingos Fernandes Calabar, é narrada pelas crônicas portuguesas e reproduzidas na narrativa varnhageniana, quase como um “desejado protonacionalismo colonial parido e nutrido na Guerra Holandesa”, como observou Clementino (2018, p. 9).

As crônicas analisadas no presente artigo foram o principal sustentáculo da narrativa de Varnhagen, mas não suas únicas fontes de informação. Na verdade, o escopo de fontes históricas utilizadas pelo historiador oitocentista era enorme, incluindo documentos diversos pesquisados em arquivos como o Arquivo do Conselho Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Além das crônicas já listadas, Varnhagen também citou outras narrativas portuguesas, como a de Frei Rafael de Jesus (1844), e fontes holandesas, como Gaspar Barleus (1974), Ambrósio Richshoffer (1978), Johan Nieuhoff (1981) e Pierre Moreau (1979). Ademais, o historiador dialogou com histórias sobre o período escritas entre os séculos XVIII e XIX, como as de autoria de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1858), de Robert Southey (1981), de Pieter Netscher (1942) e do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1860).

Obviamente, esgotar a análise de todas as fontes utilizadas por Varnhagen seria tarefa exaustiva e que extrapola os limites do presente artigo. Para o propósito da pesquisa, interessamos recordar que as crônicas que embasaram o discurso oitocentista sobre a ocupação neerlandesa das capitanias açucareiras do Norte eram fontes parciais, que exprimiam a versão





portuguesa das guerras pernambucanas do açúcar, com as quais Varnhagen construiu verdadeiro diálogo em sua narrativa escrita mais de dois séculos após os eventos.

Uma narrativa que se tornou paradigmática, não pela ausência de concorrentes, muito menos pela repercussão ao seu tempo, haja vista que a figura de Varnhagen despertava opiniões controversas no interior do IHGB, mas sim pela recuperação histórica que foi feita, não apenas de sua obra, mas, sobretudo, do discurso que foi construído sobre as “invasões holandesas”, lamentando a perda do território devido à traição e exaltando a capacidade de resistência portuguesa na restauração pernambucana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Paula Maciel; LISBOA, Murilo de A. L. (Ed.) “Apresentação”. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasília** (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

BARLEUS, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade** (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004.

CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história. Historiografia e Nação no Brasil do século XIX.” **Diálogos**, Maringá/Paraná, v.8, p.11-29, 2004.

CLEMENTINO, Kléber. Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n.36, p.128-152, jul./dez. 2018.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630** (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. Concepções do Ensino de História no Brasil Republicano: as 'invasões holandesas' nos livros didáticos. In: ROIZ, Diogo da Silva. (Org.). **As Concepções Curriculares no Ensino Fundamental no Brasil Republicano**. 1ed. Jundiaí, SP: Paco, 2020.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro. O paradigma das 'invasões holandesas': a interpretação de Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.480, p.91-120, 2019.



ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro’: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.25, p.41-62, 2000.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica** (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. “Francisco de Brito Freyre.” In: VAINFAS, Ronaldo. (org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.238-239.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” In: Simpósio Nacional DE História, 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. **Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ ANPUH, 1988. v.2, p.471-485.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HRUBY, Hugo. “O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)”, **História da Historiografia**, n.2, p.50-66, mar. 2009.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil**. (Original de 1761) Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 4 vols., 1858.

JESUS, Frei Rafael de. **Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes** (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844.

MOREAU, Pierre. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

NETSCHER, Pieter M. **Os Holandeses no Brasil**. Tradução de Mario Sette. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

NIEUHOFF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil** (original de 1682). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. O Brasil Hollandez, **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo XXIII, primeiro trimestre, p. 67-114, 1860.



RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632**. (original de 1677). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os Institutos Históricos e Geográficos.” In: **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.99-140.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. (Original de 1810-1819) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. (Original de 1854.) 9. ed. 5 vol. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; INL, 1975.

WEHLING, Arno. Apresentação. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**. (original de 1871). 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

**Artigo recebido em: junho/2023**

**Artigo aceito em: julho/2023**



**“NOS PLÁCIDOS CAMPOS DO PAPEL, AOS GOLPES DA PENA”:  
ISABEL GONDIM E A RECEPÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES DE  
HISTÓRIA DO BRASIL (1873-1913)**

***“IN THE PLACID FIELDS OF PAPER, WITH THE STROKES OF THE  
PEN”: ISABEL GONDIM AND THE RECEPTION OF SCHOOLBOOKS  
ON THE HISTORY OF BRAZIL (1873-1913)***

Magno Francisco de Jesus Santos<sup>1</sup>

Ane Luíse Silva Mecenass Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Isabel Gondim (1839-1933) foi uma professora primária, autora de livros escolares sobre a educação da infância feminina e a história pátria, além de ter sido sócia do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Neste artigo temos como escopo a análise da recepção crítica dos livros escolares de História do Brasil escritos pela professora Isabel Gondim no período entre 1873 e 1913. Trata-se de um momento no qual ocorreu o aumento da demanda por livros escolares de história e que resultou na constituição de uma concorrência entre os autores. Por meio do cotejo entre os livros escolares e as resenhas e notícias publicadas na imprensa brasileira, tornou-se possível entender os meandros que avalizaram a produção historiográfica da professora, tanto no âmbito das inovações metodológicas, quanto das fragilidades das narrativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Isabel Gondim, livros escolares, historiografia escolar, História pátria, Rio Grande do Norte.

**ABSTRACT:** Isabel Gondim (1839-1933) was a primary school teacher, author of schoolbooks on female childhood education and national history, in addition to being a member of the Archaeological and Geographical Institute of Pernambuco. In this article, we have as scope the analysis of the critical reception of schoolbooks on History of Brazil written by teacher Isabel Gondim in the period between 1873 and 1913. This was a time when there was an increase in the demand for history textbooks, which resulted in the creation of competition between authors. Through the comparison between the schoolbooks and the reviews and news published in the Brazilian press, it became possible to understand the intricacies that endorsed the teacher's historiographic production, both in the scope of methodological innovations, as well as the weaknesses of the narratives.

**KEYWORDS:** Isabel Gondim, schoolbooks, school historiography, Homeland history, Rio Grande do Norte.

<sup>1</sup> Doutorado em História pela Programa de pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [magnohistoria@gmail.com](mailto:magnohistoria@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba e graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [ane.mecenas@ufrn.br](mailto:ane.mecenas@ufrn.br)



## INTRODUÇÃO

O emergir da Primeira República no Brasil marcou a confluência de novas demandas historiográficas, tanto no âmbito da investigação histórica, quanto do ensino. A ebulição dessas novas ideias atinentes aos fazeres historiográficos também repercutiu no emergir de novos sujeitos, autores de livros escolares, que oriundos de diferentes espaços institucionais do país, passaram a pensar a escrita da história para públicos totalmente diversos. A história tornava-se um elemento central para amalgamar a forja de uma nação republicana.

Neste sentido, a produção de narrativas históricas ao longo dos primeiros decênios republicanos foi marcada por uma dimensão polimórfica e polissêmica, na qual foram atribuídas diferentes funções para o conhecimento histórico, como a legitimação do novo regime político a partir da elaboração de biografias de heróis,<sup>3</sup> a invenção de um passado perpassado por experiências republicanas,<sup>4</sup> a proliferação de narrativas históricas com perspectivas federalistas e uma acentuada preocupação com a questão do ensino de história.<sup>5</sup> Como código disciplinar na cultura escolar,<sup>6</sup> a História foi pensada por um vasto grupo de intelectuais responsáveis pela construção de propostas sobre o papel da componente curricular no processo de formação do cidadão republicano e sobre as estratégias de produção de narrativas escolares que tornassem o passado da nação inteligível para crianças e jovens.

Nesse contexto marcado por questionamentos e renovação das práticas de ensino da História, uma professora primária do Rio Grande do Norte notabilizou-se como uma das mais profícuas escritoras de livros escolares nos últimos decênios do Império e da Primeira República. Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim, nascida na vila de Papari,<sup>7</sup> nos

---

<sup>3</sup> Dois exemplos dessa preocupação em construir esse modelo de narrativa escolar são os livros de “A história do Brasil ensinada a partir das biografias de seus heróis”, de Sílvio Romero (1890) e a Biografia de Brasileiros Ilustres, escrita pelo jesuíta italiano Raphael Galante (SANTOS, 2020).

<sup>4</sup> Sobre o processo de reescrita da história do Brasil, em âmbito escolar, no período republicano, é possível identificar uma série de pensadores da história, como Esmeralda Masson de Azevedo, João Ribeiro, Laudelino Freire, Felisbela Freire e José Scaramelli.

<sup>5</sup> A questão do ensino da história, já mobilizada por intelectuais como Rui Barbosa desde a década de 80 do oitocentos (SANTOS, 2019), foi enfrentada ao longo do período da Primeira República, por meio de pensadores da educação e da história como Manoel Bonfim, Balthazar Góis, Nestor Lima e Helvécio de Andrade (SANTOS, 2021).

<sup>6</sup> Neste artigo a cultura escolar foi acionada a partir da perspectiva defendida por Dominique Julia, ou seja, “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001, p. 10).

<sup>7</sup> Atualmente é a cidade de Nísia Floresta.



idos de 1833, atuou na docência nas escolas primárias de Natal, ao longo de grande parte da segunda metade do oitocentos, levando-se em consideração que ela foi concursada para a cadeira de ensino primário em 1866 e aposentou-se apenas em 1891 (MORAIS, 2003). Além disso, a partir do último quartel do oitocentos, a docente passou a escrever livros escolares, destinados à formação de suas alunas e, notadamente, ao ensino de história pátria. No campo da história, ela escreveu sobre temas relevantes da experiência histórica do século XIX, como a sedição de 1817, a Guerra do Paraguai e a história pátria. Trata-se, portanto, de uma intelectual que pensou o passado da nação.

Dessa forma, esse artigo tem como escopo problematizar a recepção<sup>8</sup> dos livros escolares escritos pela autora no período entre 1873 e 1913. Por meio do cotejo entre os livros escolares e as resenhas publicadas em periódicos brasileiros, torna-se possível entender a avaliação dos escritos de Gondim no tocante às inovações metodológicas, a construção da concepção de história e a mobilização da narrativa para a produção de leituras atinentes ao passado da nação. Além disso, permite vislumbrar as críticas que foram tecidas à narrativa construída pela autoria e as evidências da constituição de uma concorrência entre autores no mercado editorial didático nacional.

Neste sentido, acionamos como fontes para esta análise a produção historiográfica didática da aludida docente, com ênfase para os livros “Sedição de 1817 na capitania do Rio Grande do Norte”, “O Sacrifício do amor” e “O Brasil, poema histórico do país”.<sup>9</sup> Essas obras foram mobilizadas em cotejo com outras fontes, como notícias publicadas em jornais do período, informes do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGPE) e resenhas críticas, ou seja, um conjunto de escritos que sinaliza sobre a recepção da produção da pensadora da história.

Os meandros da inserção de Isabel Gondim no campo intelectual brasileiro foram marcados por antagonismos. Por um lado, em diferentes momentos entre o final do século XIX e início do XX, ela proferiu conferências no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, sodalício do qual ela era sócia-correspondente. Essa inserção em instituições acadêmicas constitui um forte indício de seu diálogo no campo intelectual e da constituição de

<sup>8</sup> A recepção neste artigo foi pensada a partir da leitura de Roger Chartier acerca da história da leitura (1994).

<sup>9</sup> Esses livros foram digitalizados pelo Laboratório da Imagem (LABIM) do Departamento de História da UFRN, em um valioso processo de salvaguarda da memória historiográfica do Rio Grande do Norte. Agradeço à Íris Álvares Dantas pela disponibilização das fontes.



redes de sociabilidades. Por outro lado, em terras potiguaras, a sua inserção foi muito mais lenta. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902, no mesmo contexto das publicações de Isabel Gondim, não a incluiu no grupo de seus sócios. Ela iria integrá-lo somente nos idos de 1929, poucos anos antes do falecimento. Câmara Cascudo, uma das principais vozes da historiografia norte-rio-grandense, a descrevia como uma mulher isolada e que escreveu até morrer.

São frestas que revelam uma mulher letrada ambivalente na escrita e no fazer da história. Revela também um cenário intelectual em disputa, tingido pela demanda por história e, concomitantemente, por tensões no embate acerca do pioneirismo nos fazeres historiográficos. Com isso, torna-se possível entender os usos de narrativas sobre o passado no processo de reinvenção de uma identidade nacional, possibilitando a elucidação da assertiva de Rémond na qual a “história política articula o contínuo e descontínuo, registros desiguais” (RÉMOND, 2007, p. 35).

Deste modo, torna-se salutar pensar esses escritos educacionais não circunscritos na figura de um sujeito individual e desprovido de contato com seus pares. Pelo contrário, Isabel Gondim sinaliza a mediação de uma cultura educacional por confronto de ideias, de seu diálogo com outros intérpretes coetâneos, entre os quais Affonso Celso. Neste sentido, ela se tornou uma difusora de uma cultura política republicana e, como intelectual, construiu uma rede de sociabilidades com alguns dos mais proeminentes intelectuais da Primeira República.

Ao vasculhar sobre a trajetória de Isabel Gondim em seus fazeres historiográficos, corroboramos com o processo de renovação dos estudos acerca do papel exercido pelos intelectuais brasileiros acerca das questões políticas. Ao escrever sobre episódios históricos que tinham como atores seus familiares, ela buscou reivindicar o protagonismo de seus antepassados e fazer da história “um altar de culto à justiça”, espaço privilegiado para revelar “as injustiças da humanidade”, ou seja, edificava a visibilidade dos familiares que protagonizaram episódios do passado. Neste sentido, pensar a personagem por meio de sua escrita, na mobilização do conhecimento histórico, perpassa por “uma abordagem da história dos intelectuais, que exige reflexão sobre a própria categoria em sua historicidade e complexidade” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 11).

A atuação de Isabel Gondim ao longo dos primeiros decênios republicanos elucida para a adoção de uma postura intelectual. Contudo, a compreensão dessa postura exige uma



articulação com a dimensão política. Neste sentido, discordamos da perspectiva restrita proposta por Thomas Sowell, de situar que o “trabalho de um intelectual começa e termina com ideias, sem levar em conta a influência que essas ideias possam ou não exercer sobre a vida concreta - nas mãos de terceiros” (SOWEL, 2001, p. 18). Aqui, acionamos a concepção de intelectual defendida por Sirinelli, a partir de “duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 1998, p. 242). Neste caso, torna-se salutar pensar acerca de seus posicionamentos políticos, os seus enfrentamentos e as estratégias mobilizadas na produção de narrativas históricas voltadas para o ensino, fossem por meio de poesias ou por textos para serem dramatizados.

O texto encontra-se estruturado em dois momentos. Para empreender essa proposta, primeiramente discorreremos sobre os fundamentos metodológicos em escritos históricos a partir das memórias familiares e da recepção no âmbito do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Por fim, nos debruçamos sobre a questão do modelo narrativo mobilizado pela pensadora da história, por meio de “O sacrifício do amor” e “O Brasil, um poema histórico do país”, coadunada com a recepção da obra.

### **“Antepassados meus com os acontecimentos revolucionários de 1817”**

Em tempos republicanos, Isabel Gondim, já como professora primária aposentada, transmutou-se em pensadora da história, por meio da produção de livros voltados ao público mais amplo, utilizando-se de linguagens até então pouco usuais na escrita na história. Com isso, ela escreveu livros como “Sedição de 1817 na capitania ora estado do Rio Grande do Norte”, escrito em 1892 e somente publicado em 1908 e “O sacrifício do amor”, um drama sobre a Guerra do Paraguai escrito em 1870 e publicado apenas no século XX. Neste sentido, é possível afirmar que Isabel Gondim integra o grupo dos pioneiros nos fazeres historiográficos no Rio Grande do Norte, ao empreender ainda no oitocentos o seu processo de construção de leituras atinentes ao passado local, juntamente com Manoel Ferreira Nobre (1877) e Manoel Antônio de Oliveira Coriolano (1881). O seu livro teve uma recepção elogiosa pela imprensa potiguar:

A nossa talentosa e ilustrada conterrânea, professora D. Isabel Gondim, acaba de dar à luz da publicidade *um bom trabalho histórico* sobre a revolução de 1817 neste Estado, então Capitania do Rio Grande do Norte (DIÁRIO DE NATAL, 1908, p. 1).





O livro de Isabel Gondim foi qualificado como “bom trabalho histórico” e enfatizou o fato de ter por escopo a revolução de 1817, a partir das experiências tecidas em solo norte-riograndense. Essa assertiva, de alguma forma, denota alguns aspectos que circundavam os fazeres historiográficos no estado ao longo dos primeiros decênios do século XX, como a demanda por narrativas históricas sobre o Rio Grande do Norte e de letrados que pensassem a história. Tratava-se de um contexto no qual os homens de letras da localidade encontravam-se envolvidos na querela historiográfica e diplomática em relação à questão dos limites. Dessa querela resultou a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para mobilizar pessoas que pensassem a história e para angariar fontes em acervos que versassem acerca da localidade e estivessem custodiados em outros estados (SANTOS, 2020b). Um caso exemplar disso foi a comissão integrada por Tavares de Lyra e Vicente de Lemos. Ambos foram à Recife para realizar o levantamento documental (COSTA, 2017). Com o sodalício potiguar, abria-se espaço para a constituição de acervos (SANTOS, 2020c).

Contudo, apesar de haver o texto elogioso acerca do livro e de elucidar as qualidades da professora primária nos fazeres historiográficos, em um contexto marcado pela demanda por narrativas do passado potiguar, no qual o estado arregimentava pensadores da história para angariar fontes no enfrentamento da “Questão de Grossos” (FERNANDES, 2016), Isabel Gondim não foi recrutada e incluída no seleto grupo de sócios fundadores do sodalício potiguar. Essa ausência é emblemática. Teria sido por uma distinção de gênero nos fazeres historiográficos? Em decorrência de seu estilo de escrita, afeiçoada ao mundo escolar? Ou, ainda, em decorrência de possíveis querelas no âmbito da historiografia norte-riograndense?

Esse é um problema que não apresenta simples solução. Possivelmente, a resposta perpassa por todas as hipóteses aqui aludidas, pois a professora Isabel Gondim teve dificuldades em ser incluída no grupo dos “homens” que pensavam a história na casa da memória potiguar. Luís da Câmara Cascudo, outro letrado que demorou a se tornar sócio do IHGRN, ao escrever sobre a história de Natal, apresentou alguns indícios sobre a dificuldade enfrentada por Isabel Gondim no processo de diálogo com os pares. Em seu entendimento se tratava de uma professora “isolada, sisuda, sem repercussão, escrevendo até morrer” (CASCUDO, 1980, p. 376). De alguma forma, a assertiva defendida por Cascudo corresponde ao modelo de conduta feminina preconizado pela professora primária, no qual, a “senhora que atrai sobre si as vistas dos que a rodeiam pela exagerada animação de suas palavras, ou pela estudada maneira de seu



porte, não compreende o modesto papel que tem a representar na sociedade” (GONDIM, 1879, p. 53).

Trata-se, certamente, de uma assertiva que necessita ser matizada. Primeiramente, no tocante ao fato de ser isolada. Afinal, isolada em relação a quem? É plausível afirmar que se tratava de um isolamento no tocante ao grupo de letrados que se dedicaram aos fazeres historiográficos na cidade de Natal. Apesar de suas inúmeras publicações e, principalmente, da prolífica escrita de manuscritos históricos, somente nos idos de 1929 a pensadora da história se tornaria sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Aliás, ela se tornou a mulher pioneira a adentrar os salões do sodalício na condição de sócia, aos noventa anos.

Contudo, isso não comprova um isolamento. Nem tampouco evidencia a possibilidade de inserção das mulheres em associações de produção historiográfica. E a comprovação dessa variante é a própria Isabel Gondim, que desde 1883 era sócia correspondente do prestigiado Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, instituição congênere ao potiguar e onde ela teve ampla inserção, com a realização de conferências e apreciação elogiosa de seus escritos, além de sua retribuição, por vezes com a entrega de documentos e quadros de seus ancestrais. Certamente, esse diálogo com sócios do sodalício pernambucano já corrobora para invalidar a hipótese de se tratar de uma pensadora da história isolada e sem repercussão. Talvez a descrição de sisuda para a professora possa ser entendida como uma reação às ações que a impediram de integrar às agremiações historiográficas do Rio Grande do Norte.

Pelo visto, ocorreu um amplo esforço no âmbito do IHGRN e dos homens que pensavam a história no Rio Grande do Norte para silenciar sobre os escritos de Gondim. Mesmo havendo uma demanda por história e contando com uma mulher que produziu um livro que foi apreciado como “um bom trabalho histórico”, ela não foi elencada para somar esforços na construção de uma historiografia de trincheira na questão dos limites. Mesmo tendo ampla inserção no Instituto de Pernambuco, ela não foi mobilizada para efetivar a heurística acerca de vestígios históricos que comprovassem o direito potiguar de posse ao território. A batalha dos limites ficou a cargo exclusivo dos homens. Daí partia o esforço de Cascudo em apresentá-la como professora primária e não como historiadora. Certamente, não se trata de uma mulher silenciada, sucumbida pela névoa do tempo.

Além disso, Isabel Gondim tem sido consideravelmente evocada como a voz de mulher do final do século XIX, que expressava a visibilidade de intelectuais no Brasil do final do



Império, em pesquisas que vislumbram os diálogos com outras mulheres de seu tempo, como Francisca Izidora (REVORÊDO, 2002) e Anna Ribeiro (MORAIS, 2008). Contudo, apesar das contribuições sobre a atuação docente de Isabel Gondim, a sua produção historiográfica ainda permanece como uma lacuna. Neste artigo, ambicionamos contribuir com o debate acerca do pensamento historiográfico de Gondim, inserindo-a no seleto grupo de mulheres que pensaram a história no alvorecer do século XX e de como essa produção foi recebida pelos pares.

Em seu tempo, dialogou com importantes nomes da *intelligentzia* nacional, participou de algumas agremiações culturais e intelectuais, publicou livros e artigos em jornais. Seus livros foram doados para instituições acadêmicas, que por sua vez divulgavam a recepção em jornais: “registrando a oferta de um volume do poema Brasil, por sua autora, d. Isabel Gondim, sócia correspondente do Instituto” (A PROVÍNCIA, 1913, p. 1). Tratava-se de um livro de história pátria, no qual o passado nacional foi evocado na estrutura de poemas, como mais um indício que corrobora para os experimentos da autora na estruturação das narrativas históricas voltadas para o ensino.

Por meio do livro “Sedição de 1817”, Isabel Gondim buscou sistematizar um escrito acerca da História do Rio Grande do Norte atrelada aos anseios familiares. Identificou seus antepassados envoltos no véu dos acontecimentos de 1817. Reiterou que com base nas narrativas transmitidas por meio da oralidade e fundantes da tradição familiar, buscou “expurgar dos domínios da incerteza factos históricos que provam, a evidência, o amor que esta pequena terra, em que vi a luz, sempre consagrou a independência da pátria” (GONDIM, 1908, p. 7). Em suas palavras, a independência do país tinha iniciado com a sedição de 1817 e parte dos episódios tinham ocorrido em solo potiguar, envolvendo alguns dos seus familiares.

Essa assertiva da professora primária em seus fazeres historiográficos escolares explicitam a pulverização dos sentidos na mobilização do conhecimento histórico ao longo dos primeiros decênios republicanos e relativizam a premissa defendida por Raquel Glazer, no qual as condicionantes no tocante ao social teriam “reiterando, sob a ótica republicana, a tradição vinda do Império, de formulação de um passado homogeneizante, ao apagar as diferenças, ao criar um passado uniforme e semelhante para todos os brasileiros” (GLAZER, 1990, p. 9-10). Pelo contrário, a demanda federalista republicana propiciou a abertura de um amplo campo de disputas pelas narrativas que reafirmavam diferentes protagonismos espaciais atinentes ao passado da nação. Se o problema de fomentar uma história da nação continuava válido, é



importante reconhecer que essa história deveria ser pensada a partir um chão, das unidades da federação, da pátria (na ambivalência de referendar o estado e o país).

Imbuída deste sentido, Isabel Gondim produziu uma narrativa que reafirmava o protagonismo do solo norte-rio-grandense na história pátria. Afilhada de André d'Albuquerque Maranhão, líder potiguar, e para a autora, personagem “heroico da história pátria”, ela elaborou um o texto que buscou “restabelecer a verdade” dos factos, no qual o método para o ofício estaria embasado nas “palestras familiares”. Memórias às quais Gondim entrou em contato durante à adolescência e que constituíam “testemunhos insuspeitos de contemporâneos da época”. O universo privado foi rompido, tornando-se público nos escritos da professora, transpondo a condição de fonte privilegiada para a história. As narrativas femininas repetidas no universo privado lar, galgavam novo espaço, como prova de verdade histórica das testemunhas femininas que tinham passado pela experiência da perda de familiares.

As narrativas do lar foram transmutadas em registros da verdade, alimento para a história. A história do Brasil, passava a ser revista, com deslocamentos dos palcos dos seus episódios, aproximando-se de um passado idílico, tecido nos engenhos do sul da província do Rio Grande do Norte. Tratava-se, em sua acepção, de uma história provida de documentos: “apoiando com provas authenticas um esboço d’esta parte de nossa vida histórica, n’uma de suas mais importantes phases, aos que não desdenham do estudo de um episódio heroico da história pátria” (GONDIM, 1908, p. 8).

Além de envolver-se em disputas no concorrido mercado de livros escolares no Brasil republicano, Isabel Gondim também contribuiu para a construção de um espaço destinado às mulheres em espaços institucionais amplamente marcados pela presença masculina. Certamente, o principal espaço conquistado pela professora primária foi no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, instituição na qual ela já era sócia no início da década de 1880. Ela não apenas se tornou sócia, mas atuou de forma incisiva com a realização de preleções, envio de suas publicações e doações de objetos para compor o acervo museológico. Em 1884, foi publicada a notícia na qual “Um dito da Consocia Isabel Gondim, do 15 do corrente, ofertando um retrato do Reverendo João Xavier Damaso, um dos martyres da sedição de 1817, nesta província” (JORNAL DO RECIFE, 1884, p. 1). Outro exemplo disso foi a sua participação como conferencista no prestigiado Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.



D. Isabel Gondim – Regressa hoje no seio de sua respeitável família no Rio Grande do Norte a distinta escriptora D. Isabel Gondim, professora aposentada na capital d'aquelle Estado, (...)leu perante o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano *um bem elaborado trabalho histórico*, sobre a sedição de 1817 em sua terra natal, o qual fez *honra aos créditos literários* da illustrada consocia d'aquelle Instituto, onde consta aos pretendia igualmente, exhibir outros productos de sua dedicação as letras pátrias (JORNAL DO RECIFE, 1892, p. 3).

Esse conhecimento histórico do qual Isabel Gondim se dizia detentora e constituído por meio da oralidade, foi ao longo do livro cotejado com outras fontes, como os denominados “documentos oficiais”. Assim, ela ressaltou que muitos dos indícios acerca da produção elaborada pelos insurgentes foram destruídos após retorno da administração provincial. Tal tema foi apresentado quando a autora se debruçou acerca do papel do reverendo João Damasceno Xavier Carneiro (ator social do qual ela havia doado o retrato para o IAGPE). Em uma viagem à Acari, ele havia deixado na localidade alfaias e alguns “papeis reservados sobre o movimento revolucionário” (GONDIM, 1908, p. 173). Esses papeis serviram como prova apresentada pelo seu amanuense na denúncia de envolvimento do clérigo com os insurgentes, feita às autoridades monarquistas durante a restauração.

A autora aproveitou essa passagem para evidenciar uma questão conceitual no tocante à história. Ao produzir uma cartografia afetiva das memórias familiares e dos documentos espalhados nos arquivos paroquiais do estado, ela buscou definir o seu entendimento sobre a concepção de “verdade” dos fatos. Com isso, afirmou que houve um engano e mesmo com tal prova documental, buscou uma ratificação a qualquer discrepância dos episódios.

A narrativa descreve as paisagens da capitania e as mudanças pelas quais passaram por conta da dinâmica dos acontecimentos. Os espaços passaram a constituir também um espaço de memória para a autora e remontavam às tradições incutidas aos familiares dos envolvidos na insurreição, durante a “desastrosa época de 1817 a 1820”. É o caso da região da cruz do Ribeiro, um ponto de parada, localizado na estrada real pública que interligava o Rio Grande do Norte a Pernambuco. A cruz situava-se na margem esquerda, na confluência dos rios “Ararahy e Trahiry”. Nas narrativas tecidas pela professora:

Nas proximidades d'essa cruz, sob alguma das copas das árvores que marginavam aquella parte da estrada descansavam os insurgentes, e depois os prisioneiros, remetidos do Natal para o Recife, assim como os enviados de



localidades do sul da capitania para a referida capital; ali abriam-se correspondências, cujos destinatários eram por vezes encontrados, faziam-se votos, convenções (GONDIM, 1908, p. 115).

Em várias passagens, a autora se dedica a relatar a situação dos familiares dos envolvidos, principalmente, as mulheres. É uma história da sedição que, de alguma forma, mobilizava o protagonismo feminino no enredo. As mulheres tornaram-se guardiãs das memórias, ritualizavam os espaços e, no seu caso, escrevia a história. Essas mulheres emergiam tanto no que diz respeito à condição de tristeza em decorrência de um impositivo afastamento social, como na angústia das visitas aos prisioneiros, invasões aos imóveis de familiares, perseguições e, também, no confisco dos bens.

O tema do livro inaugural da autora no campo da história é caro principalmente à historiografia pernambucana. Isso é possível mensurar por meio da circulação de comentários acerca do impresso nos periódicos daquele estado no período republicano. Neles eram acusados recebimentos de exemplares, como também notas que versavam sobre o conteúdo apresentado. A recepção ao trabalho da pesquisadora foi referenciada por meio de uma nova palestra realizada no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, que também repercutiu nos impressos locais:

Accusamos, penhorados, o oferecimento de um exemplar do opúsculo intitulado *Sedição de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte*, da lavra da escriptora rio-grandense d. Isabel Gondim.

Trata elle, como o indica o seu título, dos acontecimentos que se desenrolaram naquelle Estado do Norte, em consequência da revolução que rompeu em Pernambuco a 6 de março de 1817.

*A bem da crítica histórica e de acordo com as informações que colheu e as tradições de família, outr'ora teve como verdade tudo quanto conseguiu apurar* d. Isabel Gondim adiciona ao seu trabalho alguns esclarecimentos acerca da malograda revolução de 6 de março naquela Capitania (JORNAL DE RECIFE, 1908, p. 1).

Desta forma, mesmo não estando no grupo de pesquisadores que vasculhavam os acervos documentais oficiais do país e de sua não participação efetiva nos círculos historiográficos, Isabel Gondim pode ser vista como uma pensadora da história que propôs alguns caminhos para a amplificação do processo de difusão do conhecimento histórico, como a exposição das narrativas do passado em dramas a serem encenados, em poemas ou por meio de memórias familiares. Foi uma intelectual que realizou a heurística nos colóquios familiares,



ao ouvir mulheres que transcreveram cartas dos homens revolucionários, que narraram os episódios nos campos onde ocorreram as batalhas.

Os seus escritos denotavam uma preocupação em ver a história da esfera pública a partir da proximidade e intimidade das memórias privadas, do seio familiar. O seu enredo é enfeitado a partir dos bastidores aparentados que testemunharam as angústias dos protagonistas da história. Uma história pensada a partir da intimidade, de porta adentro. Uma história que tinha como protagonistas do enredo mulheres e homens de sua convivência. Um caso elucidativo dessa operação ocorreu com a descrição dos episódios relativos à fidedignidade da fonte no tocante ao seu tio-avô, o padre João Damasceno que:

(...) e receiando às vezes confiar taes missivas de seu annanuese Manoel Caetano, para esse trabalho de escriptorio por elle assalariado, mandava escrevel-as por sua filha D. Anna Joana Xavier Carneiro, virtuosa e respeitável senhora que em avançada idade morreu donzela, trinta e tantos anos depois de 1817, e com quem vivi, juntamente com meus pais até pouco antes da adolescência, mesmo no sitio Ribeiro, sempre ouvindo aquella senhora referir-se aos acontecimentos revolucionários da mencionada época de 1817, o que constituía quase o assumpto favorito de seu fluente colloquio familiar (GONDIM, 1908, p. 11).

Por essa perspectiva íntima e voraz, a narrativa histórica pensada por Isabel Gondim era um caminho para evocar o sentimento patriótico e coadunava com as prerrogativas cívico-patrióticas pensadas para o ensino de História nas escolas primárias. A complexidade de um passado temporalmente distante partira de uma realidade próxima, no espaço e no sujeito, respectivamente com o cenário do Rio Grande do Norte e das memórias familiares da própria autora. Se, metodologicamente, no âmbito da pedagogia moderna, o ensino deveria partir do simples para o complexo, do próximo para o distante e do concreto para o abstrato, Isabel Gondim passava uma dimensão complementar desta prerrogativa, partindo do emotivo para o racional. A sedição de 1817 passou a ser lida a partir das experiências tecidas no Rio Grande do Norte. Um chão que fez história e que passava a adentrar as páginas dos livros de história.

Além disso, os escritos de Isabel Gondim também possibilitavam a compreensão de seu esforço de mobilização de diferentes estruturas narrativas para a configuração de sua trama histórica. O passado evocado pela emoção e confirmado pelas memórias de entes familiares “insuspeitos” ou até mesmo pela autora transmutada em testemunha ocular, revelava uma perspectiva de escrita da história muito destoante da premissa na qual o historiador deveria



afastar-se do seu objeto, temporal e emocionalmente. Isabel Gondim trilhou um caminho oposto, ao apinhar-se nas veredas familiares para entender a história de sua pátria, enveredando de seus próprios testemunhos. Apesar de seguir caminho oposto da neutralidade, a pensadora da História galgava o mesmo fim de outros profissionais da história de seu tempo: chegar à verdade.

### **“Algumas cenas na desastrosa Guerra do Paraguai”: a história em drama**

Após a escrita sobre a sedição de 1817, Isabel Gondim emergiu no cenário intelectual norte-rio-grandense como uma das mais profícuas pensadoras da história estadual. Em 1900, ela publicou a primeira edição de “Brasil, um poema histórico do país”, um livro que cantava o patriotismo do país em poesia. Em 1909 publicou “O sacrifício do amor: drama em cinco atos”. Além disso, deixou o manuscrito “Rio Grande do Norte: noções históricas” e “Resumo da História do Brasil”. Assim, no período posterior à aposentadoria, ocorrida nos idos de 1891, a professora primária escreveu cinco livros de história.

Se trata, de um conjunto de textos escolares de história que denotava a preocupação da professora aposentada com o fomento aos princípios cívico-patrióticos. O que esses escritos historiográficos podem suscitar? Certamente, evidenciavam uma mulher letrada em deslocamentos. No cambiar entre a monarquia e a república, a professora habilmente identificou o emergir de uma nova demanda na produção de livros escolares e passou a dedicar-se quase que exclusivamente aos fazeres historiográficos. Neste sentido, além de sua inserção em um contexto marcado pela efusão de sentimentos patrióticos e da tentativa de reafirmar o compromisso com a justiça histórica de antepassados, a questão do mercado editorial não pode ser negligenciada. A docente preocupou-se em publicar os seus escritos, adaptando-se às demandas políticas emergidas com a república.

Diante dessa produção historiográfica, é possível evocar alguns problemas. A professora primária Isabel Gondim era uma letrada que havia se notabilizado pelo exercício do magistério e pela produção bibliográfica, notadamente, peças de teatro, livros de poesias e textos de história. Desse modo, a construção da concepção de história gestada pela professora reverbera alguns elementos que necessitam ser observados. Entre os quais, a sua mobilização da narrativa para a produção de leituras atinentes ao passado da nação de forma que se tornasse inteligível





e sensível para os alunos. Uma narrativa histórica que fosse capaz de mobilizar a afetividade, de fomentar o patriotismo. Essa leitura corrobora com o argumento acerca das práticas educativas ao longo da Primeira República, no qual “a história do Brasil tem sido apresentada para forjar uma nação coesa, detentora de um único passado” (BITTENCOURT, 1990, p. 13). Contudo, essa nação partia do chão potiguar.

Foi por meio da produção livros escolares como “Sedição de 1817” e “O sacrifício do amor” que a narrativa da história evocou outras dimensões. Foram livros que mobilizaram uma reconfiguração da metodologia da história, na qual as memórias familiares foram elencadas como recurso para a construção da “verdade histórica”. De igual modo, os seus trabalhos se utilizavam de novas linguagens para a construção da trama histórica, transitando entre uma história pública tingida pela esfera privada e na construção da história por meio de uma trama teatral.

As cenas evocadas em sua peça de teatral possibilitavam levar os acontecimentos de uma guerra brutal para o campo da interpretação nos palcos escolares. Crianças e adultos reproduziriam as falas, evocariam o passado como uma lição democrática no presente. O caráter cívico-patriótico do livro foi ressaltado pelo prefaciador, Affonso Celso, presidente do prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas palavras do prefaciador:

Basta a recomendar o trabalho de V. Ex. o sopro de patriotismo que o anima e faz reviver aos olhos da fria geração contemporânea a quadra de zelo cívico e heroísmo que foi a da campanha do Paraguai. Permita-me V. Ex. a honra de subscrever-me (CELSONO, 1909, p. 2).

A história evocada pela professora Isabel Gondim apresentava uma narrativa que transmutava a questão do tempo. A metodologia da história, aludida na escrita da narrativa sobre os acontecimentos da Guerra do Paraguai tornava possível reconstituir as cenas dramáticas do passado. Como uma epopeia, os fatos animariam as novas gerações, ao fazer “reviver aos olhos da fria geração contemporânea”.

A narrativa resultante da lavra de Isabel Gondim enfrentava problemas centrais no tocante ao ofício do historiador, como o equilíbrio entre “a animação” dos jovens pelo fervor patriótico e o compromisso inalienável com a verdade. Ou seja, ao mesmo tempo, ela buscou atender às prerrogativas de um debate acadêmico de compromisso com a revelação da verdade histórica e foi além, ao investir em modelos narrativos que eram alternativos aos fazeres



historiográficos acadêmicos, por meio do uso de poemas e dramas. A experiência docente redimensionou os seus fazeres historiográficos. A sua escrita buscava tonar visível e audível os exemplos do passado, com uma reestruturação da ideia de história como mestra da vida. No entender da pensadora da história, quando,

a um vexatorio recrutamento succedêra o alistamento de Voluntários da Patria, esbocei o seguinte Drama, sem dúvida imperfeito, cujo principal assumpto fôra esse alistamento, e especialmente apresentar ao público exemplos das virtudes que mais convém moldar nas famílias, encarecer-lhes o valor, e por ellas attrahir os corações (GONDIM, 1909, p. 3).

Os escritos de Isabel Gondim ao longo dos primeiros decênios republicanos denotam para uma atuação da docente como uma pensadora da história, ou seja, ela integrou um grupo de intelectuais que repensou a história pátria em seu processo de escrita e de ensino. Neste sentido, vasculhar a produção historiográfica da referida professora é um passo relevante no processo de compreensão da historiografia brasileira e dos fazeres historiográficos no contexto da virada republicana, pois elucida como uma mulher, atuante no magistério primário de uma província do antigo norte do país pensava a história na questão da escrita e da difusão das narrativas históricas para públicos mais amplos, pois, como a própria autora explicitou, buscava “apresentar ao público exemplos de virtudes”.

O ato historiográfico de chegar à verdade dos fatos por meio de uma escrita que expressava sensibilidade, poesia e intimidade, expressava um recurso operacional pouco mobilizado por pensadores da história do período entre o final do século XIX e o emergir do XX. Neste sentido, também é relevante pensar como as obras da professora foram recebidas no meio intelectual. “O sacrifício do amor”, que tem como escopo a história da Guerra do Paraguai, por exemplo, foi prefaciado pelo prestigiado intelectual Affonso Celso, autor de um dos maiores sucessos editoriais entre os livros escolares brasileiros, “Por que me ufano de meu país”, o que denota uma preocupação da autora em buscar a interlocução com autores de livros escolares patrióticos. O prestigiado autor do livro cívico ressaltou as virtudes patrióticas na escrita de Isabel Gondim, capazes de contribuir para a formação de um nobre sentimento de amor à pátria. Em suas palavras, “Denota meritório esforço literário o drama de V. Exc. ‘O Sacrifício do Amor’. Os caracteres estão bem delineados, o trecho é interessante, e, si a acção se mostra, talvez, um pouco lenta, salvam-na os diálogos, cheios de ardor patriótico” (CELSONO, 1909, p.



2). Diálogos cheios de ardor patrióticos que tornavam a professora do antigo norte do Brasil em uma relevante voz no processo de fomento ao sentimento cívico.

Essa apreciação elaborada por Affonso Celso foi compartilhada por setores da imprensa na capital nacional. Em 1909, a “Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro publicou uma notícia elogiosa acerca de seu drama histórico:

**O sacrifício do amor**

É este o título de um drama em cinco atos, de que é auctora D. Isabel Gondim, professora aposentada na Capital do Rio Grande do Sul (sic).

Lemos com prazer a peça, um de cujos exemplares nos foi gentilmente oferecido pela ilustre dramaturga. A concepção é vasta e obedece aos largos intuitos patrióticos de fazer reviver scenas e episódios de um tempo em que o Brasil se cobriu de glórias na campanha do Paraguai.

A auctora era ainda muito criança, quando se deu o conflito com a nação vizinha, mas percebe-se, pela leitura da sua obra, que ella ainda tem bem vivos na memória episódios de um trágico intenso.

Todos os finais de actos são altamente dramáticos... As scenas se desenrolam num crescendo de interesse que prende o leitor, tirando-lhe qualquer pretexto de aborrecimento.

Creemos que, representado, com as modificações que forem precisas, o drama agradará, mesmo porque nunca recordamos, com um vivo interesse, factos que foram de tanto alcance para a vida nacional.

A impressão é boa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1909, p. 3).

A recepção da dramaturgia em enredo histórico foi elogioso e expressava a pertinência de pensar o passado pátrio a partir de suas memórias familiares. Ressalta-se que um dos termos mais acionados para avalizar o drama histórico foi “vivo”: tem-se na autora “bem vivos” na memória os episódios trágicos. O livro tenderia a agradar por manter “um vivo interesse” para a “vida nacional”, afinal, os intuitos patrióticos levavam a “reviver as scenas”. A história, habituada a enredos protagonizados por mortos, faraós aprisionados em seus sarcófagos, passava a ter uma trama atinente a um sangrento episódio da história nacional pensada a partir da intimidade familiar e apta para ser encenada por crianças e jovens. Essa dimensão que atribuía uma camada de intimidade aos textos históricos coadunava com o método intuitivo no âmbito do ensino de história, que tinha como prerrogativa partir do simples para o complexo, do próximo para o distante, do conhecido para o desconhecido (SANTOS, 2013). Contudo, existem ressalvas à recepção de seus livros. A principal crítica ocorreu também em relação ao “O sacrifício do amor”, com a áspera resenha publicada por Osório Duque Estrada, autor do Hino Nacional Brasileiro.



A peça é um verdadeiro desastre, ou antes, uma semsaboria, que não merece a pena de uma analyse literária. O leitor poderá fazer ideia do merecimento artístico de tal trabalho por uma simples observação a que limitaremos a critica de tão monumental produção.

A autora é professora aposentada na capital do Rio Grande do Norte. Pois bem: na impossibilidade de transcrever todos os erros crassos de portuguez que se encontram no seu trabalho, vamos citar apenas os principais(...) (ESTRADA, 1909, p. 1).

Em um texto mal-humorado, o intelectual fluminense elenca os erros de concordância do livro e o descreve como inútil. Contudo, o fato de o livro ter sido alvo de uma resenha já expressa a inserção da autora no círculo intelectual de seu tempo. Além disso, Osório Duque Estrada era um resenhista que costumeiramente tecia críticas à produção de livros escolares destinados ao ensino primário, principalmente, os que foram elaborados por professoras, como Esmeralda Masson de Azevedo e Isabel Gondim (SANTOS, 2018).

Em parte, essas críticas ácidas eram oriundas de uma apreciação resultante de um olhar interessado, tendo em vista que o próprio Duque Estrada era autor de livros escolares. Livros que, ao contrário das obras das mestras primárias, não foram aprovados pelas diretorias da instrução pública. Esse certamente constituía um componente que tornava a crítica mais áspera. A rejeição aos escritos de mulheres professoras que escreviam livros escolares revelava muito mais do que uma pretensa inaptidão dessas mulheres para a escrita, mas sim, os interesses ocultos de intelectuais que tentavam galgar maior espaço no mercado editorial didático no Brasil do emergir do século XX. Neste sentido, não estavam em jogo apenas projetos políticos atinentes ao futuro da república brasileira, mas também, os elementos que norteariam a constituição de uma rede de sociabilidades entre autores e autoras de livros escolares de História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isabel Gondim foi uma professora primária emblemática nos fazeres historiográficos escolares do Brasil nos primeiros decênios do século XX, notadamente, por enfrentar a escrita em modelos narrativos até então pouco usuais na historiografia. A partir de sua experiência tecida no chão da escola, a docente produziu livros de história que se destacaram pelas inovações na estrutura das narrativas ao acionar a dramaturgia e a poesia como forma de aproximar os enredos históricos da realidade infantil.



A atuação da docente nos fazeres historiográficos possibilitaram a compreensão dos embates intelectuais envolvendo o exercício do protagonismo no mercado editorial didático no Brasil no emergir do século XX, por meio das estratégias de divulgação, como a doação de livros para instituições culturais e jornais de diferentes estados, bem como, por meio da publicação de críticas que desqualificavam obras de possíveis concorrentes.

O vasculhar dos meandros da trajetória de Isabel Gondim revela as ambivalências do cenário intelectual no antigo norte do Brasil. Por um lado, era recorrentemente acionada por instituições como o IAGPE para falar sobre eventos históricos, como a revolução de 1817. Em Pernambuco, Isabel Gondim se tornou uma voz ativa, uma pensadora da história que era ouvida pelos sócios do sodalício. Por outro lado, entre seus conterrâneos, o processo de construção das redes de sociabilidades tornou-se mais árido.

Com isso, é possível afirmar que os impactos historiográficos de Isabel Gondim foram bifurcados. Ressoou no âmbito dos eruditos acadêmicos, com a recepção de seus textos e conferências no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. No processo de arregimentação de intelectuais pelo Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, acabou por ser ignorada. Contudo, seu maior eco ocorreu no espaço escolar. Isabel Gondim tornou-se pioneira na produção de livros escolares de história no Rio Grande do Norte.

Partindo dessa acepção, é possível vislumbrar a possibilidade de entender os embates políticos em escritos escolares. Torna-se plausível perceber que nos traços tingidos pela pena de uma mestra primária, em papéis amarelados, constituíam-se enredos dramáticos e poéticos. A história era diluída em narrativas épicas e íntimas. Um ato historiográfico que ia além de uma pretensa infantilização da história. No “ardor patriótico” e de justiça histórica, “nos plácidos campos do papel e aos golpes da pena”, Isabel Gondim produziu narrativas escolares que possibilitavam a compreensão de atores que viviam nas zonas de fronteiras, nas margens sociais, nas sombras da história. Rompeu com a penumbra da injustiça. Alçou as cortinas do tempo e lançou seus familiares no palco da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A PROVÍNCIA. Instituto Archeológico. In: **A Província**. Recife, Nº 328, 29 de novembro de 1913, p. 1. 1913.



BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CELSONO, Affonso. Excelentíssima Senhora Dona Isabel Gondim. In: GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor: drama em cinco atos**. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary del Priore. Brasília: UNB, 1994.

COSTA, Bruno. *A “casa da memória norte-rio-grandense”: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)*. 2017, 340f. **Tese (Doutorado em História)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIÁRIO DE NATAL. Sedição de 1817. In: **Diário de Natal**. Natal, nº 3414, 21 de março de 1908, p. 1.

ESTRADA, Osódio Duque. Registro literário (O sacrifício do amor, de d. Isabel Gondim). **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, Nº 2910, 5 de julho de 1909, p. 1.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-riograndense (1894-1920)**. Natal: IFRN, 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O sacrifício do amor. In: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Nº 193, 12 de julho de 1909, p. 3. 1909.

GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor: drama em cinco atos**. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

GONDIM, Isabel. **Sedição de 1817 na província ora estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa, 1908.

GONDIM, Isabel. **O preceptor**. Recife: Imprensa Industrial, 1923.

GONDIM, Isabel. **Reflexões às minhas alumnas: para leitura nas escolas primárias do sexo feminino**. Rio de Janeiro: Typographia Popular, 1879.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. “Apresentação: intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo”. GOMES, Â.; HANSEN, P. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



JORNAL DO RECIFE. Concelho Superior de Instrução Pública. In: **Jornal do Recife**, Recife, nº 98, 2 de maio de 1897, p. 3. 1897.

JORNAL DO RECIFE. Instituto Archeologico. In: **Jornal do Recife**. Recife, Nº 27, 28 de novembro de 1892, p. 1.

JORNAL DO RECIFE. Sedição de 1817. In: **Jornal do Recife**. Recife, Nº 171, 26 de julho de 1884, p. 3.

JORNAL DO RECIFE. Sedição de 1817. In: **Jornal do Recife**. Recife, Nº241, 23 de outubro de 1908, p. 1.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. No. 1, 2001, p. 9-44.

MORAIS, Maria Arisnete C. Escritoras oitocentistas: Isabel Gondim e Anna Ribeiro. **Educação e Linguagens**. Campo Mourão, Ano 11, nº 18, 2008, p. 84-106. 2008.

MORAIS, Maria Arisnete C. **Isabel Gondim**: uma nobre figura de mulher. Natal: Terceirize, 2003.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

REWORÊDO, Jacqueline. *Isabel Gondim x Francisca Izidora*: duas visões do amor no teatro no limiar no século XX. 2002, 193 f. **Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2002.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas; FERRONATO, Cristiano. “Afortunados os povos que não têm História”: Ruy Barbosa, os pareceres da instrução pública e o ensino de História no Império do Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, J. P. G.; MANKE, L. S; SANTOS, M. F. J. (Orgs). **Histórias do Ensino de História**: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes. Recife: EDUPE, 2020, p. 19-44.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. Sob o falso prestígio do maravilhoso: o ensino de História nos pareceres de 1883. **História & Ensino**. Londrina, Nº 25, vol. 2, 2019, p. 115-137.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Cheios de ardor patriótico”: Isabel Gondim e a escrita de livros escolares de História do Brasil (1892-1909). OLIVEIRA, Wesley; KETLE, Ana Vieira de Oliveira (Orgs). **Usos políticos e a História ensinada**. Ananindeua: Cordovil, 2022, p. 205-216.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Aos que tivessem avidez de saber das cousas pátrias”: Américo Braziliense, a escrita da história escolar e a invenção do espaço paulista (1873-1879). In: OLIVEIRA, J. P. G.; MANKE, L. S; SANTOS, M. F. J. (Orgs). **Histórias do Ensino de História**: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes. Recife: EDUPE, 2020, p. 45-72.



SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: EDUFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brasil: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares para crianças. **História Hoje**. Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 12, 2017, p. 204-230.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. **Revista História, Histórias**, v. 5, n. 9, 2017, p. 104-126.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Maior somma de factos históricos, elucidados com mais método”: Américo Braziliense e a invenção do espaço paulista na escrita da história escolar (1873-1879). **Almanack**. N. 29, 2021, p. 1-51.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”: Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS: Antiguos jesuítas em Iberoamérica**. Buenos Aires, Vol. 7, ° 2, 2020, 42-62.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil**. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

SILVA, Maiara. Literatura na Província: reflexões sobre o movimento literário natalense em tempos pré-republicano (1861 – 1889). COSTA, B.; FERNANDES, S. **Capítulos de História intelectual no Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2018.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: Realizações, 2001.

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: julho/2023**





## A HISTÓRIA DO BRASIL EM MANUEL AIRES DE CASAL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA CULTURA HISTÓRICA RÜSENIANA<sup>1</sup>

### *THE HISTORY OF BRAZIL IN THE WORK MANUEL AIRES DE CASAL: AN ANALYSIS FROM THE RÜSENIAN HISTORICAL CULTURE PERSPECTIVE*

Larissa Klosowski de Paula<sup>2</sup>

**RESUMO:** Impressa no ano de 1817 no Brasil, a *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, escrita pelo padre Manuel Aires de Casal, foi, de acordo com Prado Júnior (1955), referenciada no Brasil e no exterior, além de utilizada no ensino de história mesmo depois da virada republicana. Neste sentido, a proposta que segue visa apresentar, sob a ótica da cultura histórica em Jörn Rüsen (2001, 2007a, 2007b, 2011) a escrita da história do Brasil presente nessa fonte. Para tanto, partiu-se de uma análise bibliográfica sobre o sujeito que a escreveu e do período da escrita para, posteriormente, se identificar, à guisa da metateoria rüseniana, os aspectos da cultura histórica presentes na fonte em estudo. Concluiu-se que obra foi precursora de uma visão de história que se perpetuou.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Brasil; Cultura Histórica; Jörn Rüsen.

**ABSTRACT:** Printed in 1817, Brazil, "Corografia brasílica" or the historical-geographical relation of the Kingdom of Brazil, written by Father Manuel Aires de Casal. Was, according to Prado Júnior (1955), referenced in Brazil and abroad, in addition to being used in history teaching even after the republican turn. In this sense, the proposal that follows aims to present from the perspective of historical culture in Jörn Rüsen's work, (2001, 2007a, 2007b, 2011) the writing of the history of Brazil, present in this source. To do so, we started with a bibliographical analysis of the subject who wrote it and the period of writing in order to subsequently identify, in the guise of the Rüsenian metatheory, the aspects of the historical culture present in the source under this study. It was concluded that the work was the precursor of a vision of history that was perpetuated.

**KEYWORDS:** History of Brazil; Historical Culture; Jörn Rüsen

<sup>1</sup>Este artigo é um recorte da tese de doutoramento da autora, que pode ser acessada em <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5033/1/LarissaKlosowskidePaula.pdf>

<sup>2</sup> Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná. Graduação em História pela Universidade Estadual do Paraná. Professora da Rede Básica de Ensino do Estado do Mato Grosso. E-mail: [larissa\\_klosowski@hotmail.com](mailto:larissa_klosowski@hotmail.com)



## INTRODUÇÃO

Entre as primeiras obras de História do Brasil aqui impressas, escrita por um naturalizado e disseminada por anos, pode-se encontrar a *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, escrita pelo padre Manuel Aires de Casal e publicada no ano de 1817 pela Imprensa Régia. Segundo Prado Júnior (1955), tal obra, que buscava fazer uma adensada representação das condições geográficas e históricas, bem como das potencialidades e condições das províncias brasileiras até 1817. A obra foi disseminada até meados dos anos de 1870, além de ser citada por outros autores que tinham como temática a história do Brasil, seja em seu aspecto historiográfico, seja naquelas ligadas ao ensino de história. Ente esses autores, pode-se citar Joaquim Manoel de Macedo, Francisco Pizarro e Araújo, Abreu e Lima, Capistrano de Abreu, entre outros. Além disso, a obra do padre também fora citada por Januário da Cunha Barbosa em alguns discursos proferidos em reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como será possível observar adiante.

Embora mais associada à geografia, a *Corografia* influenciou os escritos utilizados para o ensino de história no Colégio Pedro II. Justamente por isso, tornou-se objeto deste e de outros estudos que visam destacar suas características enquanto fonte histórica de primeira mão. Aqui, dado o recorte, que consiste em identificar os aspectos da cultura histórica de acordo com a perspectiva detalhada por Jörn Rüsen na matriz que leva em consideração os campos dos *interesses, ideias, métodos, formas e funções*, primeiramente se partiu de uma breve explanação acerca do contexto histórico e do sujeito autor da obra, para, em um segundo momento, identificar os campos acima mencionados e que foram observados na triagem da *Corografia*.

A metodologia para se esmiuçar a pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica para mapear as características do tempo da escrita, bem como do sujeito escritor, e na leitura e catalogação da *Corografia* de “capa a capa”, tal como expresso por Luca (2011) quando se refere a leitura completa das obras analisadas nos estudos da imprensa.

### **O sujeito e a obra: algumas considerações**

A vida do padre Manuel Aires de Casal não é muito conhecida na historiografia brasileira. De acordo com Prado Júnior (1955), o clérigo era natural de Portugal e teria vindo para o Brasil em 1796 como capelão, e se estabelecido no Rio de Janeiro. Fernandes, Farias e



Antunes (2013) mencionam que ele era formado em Teologia e Filosofia e, enquanto permaneceu no Brasil, teria destinado tempo para o estudo da geografia e história locais. Afirma Prado Júnior (1955) que o padre teria permanecido no Brasil até 1821, quando daqui partiu junto à corte portuguesa, vindo a falecer em Portugal. Além da *Corografia*, Aires de Casal publicou também *Notícia sobre as capitanias do Pará e Solimões* e a *Introdução da Geografia Brasileira*, uma espécie de releitura da *Corografia*, segundo Prado Júnior (1955).

Quanto ao período de publicação da *Corografia*, Neves e Machado (1999) mencionam que havia no Brasil pelo menos duas correntes de escritas advindas dos intelectuais brasileiros ou naturalizados, onde a primeira correspondia ao registro em forma de anais ou crônicas; e a segunda, que buscava alcançar um caráter edificante para a história do Brasil. De acordo com os/as autores/as, o escritor da *Corografia* teria seguido a primeira corrente de escrita, da qual também faziam parte Pizarro e Araújo, e Balthazar da Silva Lisboa.

A visão de história dos sujeitos que faziam parte dos círculos onde tais narrativas circulavam prevaleceu, de acordo com os/as autores/as supramencionados/as, até meados dos anos de 1850. Em relação a esses espaços de circularidade e propagação, destaca Carvalho (2020) que havia certa homogeneidade ideológica na elite do Primeiro Reinado, haja vista que fora oriunda de uma formação em comum, muitas vezes ou realizada em Coimbra, ou por intermédio de instituições que tinham em seus âmagos formativos sujeitos herdeiros da formação coimbrense. Assim sendo, “A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, [...] e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público [...]” (CARVALHO, 2020, p. 37).

Além disso, essa mesma elite perpetuou suas visões do que era considerado enquanto história e o que não o era, e, por fim, perpetuou a si própria na conjuntura dos escritos disseminados durante esse período e para além dele, dentre os quais a *Corografia* se apresentou, e, de acordo com Guimarães (1988, p. 5), seguirá ocupando lugar privilegiado, “[...] avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.”

Em termos de organização, a *Corografia* foi resultado, segundo Prado Júnior (1955), do trabalho de um erudito e rebuscador arquivos e bibliotecas que catalogou em seu trabalho a densa descrição das províncias, trabalho este permeado por uma perspectiva clássica que se preocupava com a nomeação de acidentes geográficos, delimitação territorial precisa e com a



listagem das potencialidades vegetais, minerais e humanas de cada uma das regiões descritas na obra. No caso da *Corografia*, que foi dividida em dois tomos que, juntos, possuem mais de trezentas páginas, o autor contou ainda, de acordo com Fernandes, Farias e Antunes (2013), com Licença e Privilégio Real.

Contando com 22 subdivisões, excetuando-se a introdução, a obra segue uma espécie de estrutura de organização textual. Para começar, o autor titula a província a ser descrita; menciona sua localidade, ora utilizando-se referenciais de latitude e longitude, ora se utilizando de acidentes geográficos com referenciais; aborda o percurso histórico da província; descreve o clima, a vegetação, bem como os recursos minerais, a fitologia e zoologia locais; e finaliza com caracterização dos aldeamentos, vilas e demais marcadores populacionais existentes na província.

Embora, à primeira vista, essa metodologia aparente ser apenas uma mera descrição sem sentido de cultura histórica em si, catalogando a obra e analisando as premissas da matriz histórica de Rüsen, as características de cultura histórica presentes puderam ser observadas, como será possível esclarecer nas seções que seguem.

### **A matriz rüseniana, cultura histórica e a *Corografia***

Para esmiuçar a fonte acima descrita, a abordagem teórica utilizada compreendeu a matriz metateórica detalhada por Jörn Rüsen, haja vista que a singularidade do seu método, assentada na perspectiva da razão histórica, pode ser aplicada e respondeu à hipótese norteadora da pesquisa – que consistiu em se havia um preâmbulo de determinada cultura histórica na obra de Aires de Casal. Para compreender a matriz, deve-se, inicialmente, considerar que ela é composta por algumas dimensões específicas e interligadas entre si, a saber: os *interesses*, as *ideias*, os *métodos*, as *formas* e as *funções*.

Quais teriam sido os *interesses* de Casal quando na confecção da *Corografia*? Como o autor teria composto suas hipóteses, levando esses interesses às *ideias*? Quais teriam sido os seus *métodos*? E as *formas de apresentação*? A *Corografia* cumpriu as suas *funções*? Ela pode ser considerada um elemento da cultura histórica de seu período?

Para se conseguir responder esses questionamentos, primeiramente a obra fora lida de “capa a capa”; seus subtítulos foram divididos de acordo com a divisão originalmente realizada pelo autor em quadros orientativos de pesquisa; delimitou-se as categorias de análise de acordo



com as premissas da matriz rüseniana; e, por fim, contou-se com auxílio da plataforma *Iramuteq* para contabilizar os dados que eram quantitativos narrativos. Realizado esse traquejo de fonte, os dados da cultura histórica puderam ser observados, conforme disposto a seguir.

### Os Interesses

Começando pelos *interesses*, Rüsen (2001) os identifica nas carências de orientação do e no tempo, que precisam de suporte histórico para chegarem a uma resolução. Nessa dimensão, há a necessidade do passado para o assenhorar-se dele, através do conhecimento e da representação do passado significado. O passado seria, nesta perspectiva, necessário e imprescindível não somente para se compreender o presente, mas para a projeção de perspectivas de um determinado futuro e para validação de uma narrativa que o explica de acordo com os interesses de quem a produz.

No que se refere ao campo dos *interesses*, inicialmente Casal destaca que o grande objetivo da *Corografia* é catalogar a história do reino, demonstrando o estágio de colonização de cada província até o momento da escrita da obra, destacando as povoações, as produções, os gêneros agrícolas produzidos em cada uma delas, bem como a existência ou não de alguns focos de pequenas indústrias. Sobre essa intencionalidade, de acordo com Correia Filho (1949), Casal não foi um precursor, haja vista que outros escritos já haviam sido publicados fora do Brasil trazendo a mesma intencionalidade como propulsor.

No entanto, é importante destacar que a *Corografia* adensa essa intencionalidade, deixando a descrição das províncias o mais precisa o possível, de modo a atender às carências de orientação de seu período de escrita, que estava, justamente, em compreender o território para potencializar a exploração e, ao mesmo tempo, transpô-lo, haja vista que outras informações puderam ser colhidas dessa fonte. Assim sendo, de acordo com Prado Júnior (1955, p. 60), “A Corografia representa assim, sob este aspecto, valiosa contribuição para uma das mais importantes questões do seu tempo.”. Porém, para que possa melhor compreender a entrelinhas permissíveis de pesquisa por intermédio da *Corografia*, analisou-se, levando em consideração as premissas de Rüsen (2001) sobre esse campo de investigação, quais eram os sujeitos mencionados na obra e, nas 51 subdivisões da *Corografia*, foram citadas pelo autor cerca de 38 etnias indígenas diferentes, bem como a ocupação territorial de cada uma delas.



Além disso, o vocábulo “índio” ocupou 20 dos 51 capítulos da obra; e “indígena” esteve na proporção de 11 dos 51 capítulos.

Assim sendo, mesmo que o interesse da obra fosse catalogar, sob o ponto de vista do colonizador, as províncias brasileiras, Casal registrou, mesmo que sem intenção, as etnias indígenas presentes em cada uma delas, o que dá suporte para o/a historiador/a da atualidade compreender em quais localidades as etnias citadas pelo autor se alojavam quando na escrita da obra. Além disso, o autor ainda cita alguns detalhes de práticas culturais de algumas das etnias encontradas nas províncias de Distrito do Rio das Velhas (povos Bororo), na Província do Rio de Janeiro (Goitacás); na Província do Espírito Santo (Puris); na Província de Porto Seguro (Manchacari); na Comarca de Ilhéus (Mongoiós); na Comarca da Bahia (Tapinás e Tupinambás); na Província do Maranhão (Manajó e dos Timbira); entre outras.

Os demais sujeitos mencionados pelo autor foram os “negros”, na proporção de 13 dos 51 capítulos; “portugueses”, ocupando 12 dos 51 capítulos; e “holandeses” e “franceses” com menos de 11 menções nos 51 capítulos. Assim sendo, o que se pode concluir com a análise dos sujeitos, parte do que se pode destacar do campo dos *interesses*, foi que embora a *Corografia* fosse escrita por um clérigo que também compactuava com os ideais de exploração do território e não abordasse a discussão sobre os povos indígenas fora do ponto de vista do colonizador, esses povos ocupavam espaço nas províncias, merecendo, também, amplo espaço de menção na obra do escritor. Isso também vale para os negros.

Outro ponto de destaque no campo dos *interesses* se refere às produções agrícolas destacadas pelo escritor em cada uma das províncias, haja vista que, durante o período de escrita da obra, valia-se da necessidade de se expandir o cultivo de gêneros de interesse ao mercado externo e, ao mesmo tempo, consolidar uma estrutura produtiva e administrava para essa porção territorial. Isso porque, de acordo com Carvalho (2020, p. 38), “No Brasil, a terra voltou a ser a principal fonte de riqueza e poder e, conseqüentemente, os proprietários, às vezes nobres portugueses empobrecidos, recuperaram o antigo prestígio”.

E a necessidade em mapear esse território através do assenhoreamento do passado sobre ele também se fazia pujante para que se pudesse projetar um futuro. O autor afirma ainda que tais produções nem sempre visavam atender o mercado externo, mas, ao mesmo tempo, o destaque à atividade de exportação é realizado, assim como também ocorre quanto às indicações de melhoria do cultivo e do trato de tais gêneros, dando a ideia de uma expectativa



de futuro em que essa tipologia de produção em grande escala pudesse ser mais promissora. Sobre essa expectativa, Casal (1817, p. 142) destaca que:

Espera-se, que estes povos, em começando a experimentar as vantagens dos instrumentos de ferro, e do vestuário, e que só os podem haver dos navegantes deste rio, aquietando-se, e comunicando de boa-fé com eles, não só lhes facilitem a nova navegação; mas concorram para o seu florescimento; até mesmo abrindo comércio com algumas produções do país em câmbio daqueloutros objetos (CASAL, 1817, p. 142).

Quando se trata dos *interesses*, nas premissas de Rüsen (2001), a forma como estes fazem vir à tona as carências de orientação permite que sejam identificadas as formas pelas quais o assenhoreamento do passado será encaminhado ao campo das *ideias*. No caso de Casal, a carência de orientação era a condição das províncias no momento da escrita da obra e que, ao serem fundamentadas no passado, desnudou uma série de povos que, ao mesmo tempo, se buscava apagar, bem como também se demonstrou as potencialidades agrícolas de terra que se catalogava.

### As Ideias

Ainda assim, tais *interesses* necessitam de critérios de sentido para que, então, haja um fio condutor entre a representação desse passado, as carências de orientação do presente, de modo que os pontos de vistas sobre esse passado possam ser ordenados e reconhecidos enquanto “história” (RÜSEN, 2001). Deste modo, o campo que procede os *interesses* é o das *ideias*, aqui compreendidas como formas fundamentadas de se recorrer ao passado, através de hipóteses que serão esclarecidas, na perspectiva histórica, por intermédio dos *métodos*.

Neste sentido, quando se prosseguiu a análise para compreender as *ideias* que figuraram na obra de Casal, fora identificado que para fundamentar suas ideias, Casal faz uso de autores que o antecederam, tais como João de Barros, Willian Mavor e Antônio Herrera, entre outros; bem como de cartas, atas e demais documentos escritos. No entanto, o autor não deixa evidente a localização das fontes consultadas, característica que outro autor que o utiliza de referência e escreveu anos depois de Casal o faz (Monsenhor Pizarro e Araújo).

Em sua forma de detalhar as *ideias*, Casal as delimita utilizando como padrão a ser seguido o modo de vida europeu, de forma que quanto mais próxima a colônia se apresentasse desse tipo de modo operante, mais ela seria bem vista pelo autor. Assim sendo, o agir humano,



uma das características do campo das *ideias* e a lapidação desse agir na busca de assenhoreamento do passado pontua-se nesse padrão e dele não se dissipa.

As *ideias*, quando constituídas historicamente, abrem o caminho para se interpretar a experiência no tempo, significá-la e representá-la, e estas só se demonstrarão enquanto, de fato históricas, se perpassadas pelos *métodos*.

## Os Métodos

Estes, por sua vez, caracterizam o que distingue o pensamento histórico, no sentido científico, dos demais, haja vista que nesta dimensão se alocam as especificidades da ciência histórica e seus desdobramentos. Eles atuam enquanto reguladores, critérios e direcionadores do pensamento para o caminho da História. Atuam, assim, enquanto fundamentadores da razão histórica. Para Rüsen (2007a, p. 101), os métodos indicam “[...], as operações específicas de conhecimento conhecidas como ‘pesquisa histórica’ e abrange suas regras básicas.”.

No percalço dessa dimensão estão os “comos” e os “modos” pelos quais o/a historiador/a realiza a análise de suas fontes, fundamenta seus estudos e os transforma em *formas de apresentação* viáveis. No quadro abaixo pode-se resumir os critérios utilizados por Rüsen quando se trata dos *métodos*:

**Quadro 1:** Os métodos da ciência histórica

<b>DIMENSÕES DO MÉTODO HISTÓRICO</b>			
<b>UNIVERSAIS HISTÓRICOS</b>	Recursos que permitem caracterizar as conjunturas, constatar a natureza do processo temporal e sua relação com os demais processos, identificar os fatores decisivos que desencadearam as mudanças ou permanências		
<b>DIMENSÕES TEMPORAIS</b>	<i>Hermenêutica</i> Orientada pela intenção do autor	<i>Analítica</i> Resultado do atrito entre as intenções e a orientação sistêmica	<i>Dialética</i> Resultado da relação mútua entre “[...] intensões e condições estruturais do agir humano” (RÜSEN, 2007a, p 117)
<b>OPERAÇÕES PROCESSUAIS</b>	<i>Heurística</i> “[...] operação metódica da pesquisa” (RÜSEN, 2007a, p. 118); “ses” e “comos” do fazer do historiador em relação à fonte	<i>Crítica</i> Delimitação do espaço/tempo em que o fato aconteceu, utilizando-se das “ciências auxiliares”	<i>Interpretação</i> Trabalho de síntese entre o fazer historiográfico e a “plausibilidade explicativa” (RÜSEN, 2007a, p. 130)
<b>OPERAÇÕES SUBSTANCIAIS</b>	<i>Hermenêutica</i> Dimensão do presente que possui resquícios do passado,	<i>Analítica</i> Orientação do sentido da história através da <i>práxis</i>	<i>Dialética</i> Forma de apresentação, embasada nas duas





	de onde se parte para compreender o passado	e do questionamento do fato	dimensões anteriores, análise das estruturas da “mentalidade”
--	---	-----------------------------	---

**Fonte:** Paula (2022), com base em: RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília; Ed. UnB, 2007a

Cada uma dessas dimensões é amplamente discutida por Rüsen na obra *Reconstrução do Passado*. Para o momento, o que se pode destacar, inicialmente, é que a dimensão dos *universais históricos* é composta pelos campos das dimensões *temporais* e as *operações processuais* e *substanciais* que envolvem a pesquisa histórica. Neste sentido, essa dimensão compreenderia o “todo” da história, quanto as três outras possuem suas particularidades e subdivisões analíticas próprias.

No que se refere aos *métodos*, campo mais específico da matriz histórica delimitada por Rüsen, a obra de Casal apresentou características particularmente interligadas à temporalidade da escrita, ao local de sociabilidade do autor, bem como dos *interesses* que o provável público leitor teria sobre a obra. Isso porque no período de escrita da obra, a visão de escrita de história que se possuía no Brasil não seguia uma clivagem específica; seu autor, um clérigo, que não era historiador de ofício, não estava completamente comprometido com as evidenciações históricas que ainda eram inóspitas no momento; e o público leitor, restrito aos círculos da corte já que a obra era destinada à “vossa majestade” e foi impressa com a Licença Régia, estava em acordo com os *interesses* do autor.

Assim sendo, o *universal histórico*, ponto inicial dos *métodos* delimitados por Rüsen, utilizado por Casal foi a “descoberta” das Américas pelos povos de origem europeia e como a incursão desse elemento, principalmente, no Brasil teria rendido bons frutos. Nesta dimensão, são analisadas ainda as formas pelas quais o autor caracteriza as conjunturas, qual o processo temporal que alinha a obra, a relação entre esse processo temporal com as estruturas sociais que permeiam a escrita da obra, e o que fora destacado de mudança e permanência no decorrer do processo catalogado como história. E sobre essas temáticas, já que caracterização da conjuntura compreendia a chegada dos europeus às Américas e os benefícios dessa incursão, o processo temporal que alinha a obra também se caracteriza em ascensão, à medida que se aproxima do padrão europeu de produção, ou seja: o *tempo humano* seria uma seta para o futuro, rumo à uma sociedade parecida com a europeia.

No que se refere à relação desse processo temporal com as estruturas sociais presentes, a força da palavra escrita em se catalogar os recursos disponíveis nessa sociedade e qual a



condição das províncias até o momento da escrita reforça o interesse em se assenhorar do passado dessas localidades para, através dele, ressaltar o quanto seria benéfico se alinhar com o padrão defendido na obra como melhor para aquela territorialidade. Além disso, quando se trata do último ponto dos *universais históricos*, o autor novamente evidencia essa característica ao afirmar que as mudanças ocorridas após a incursão do elemento europeu nas províncias as faziam “evoluir”, enquanto aqueles que continuavam preservando padrões de vida distintos desse deveriam modificar-se.

Em relação às *dimensões temporais*, há uma mediação entre o ponto fulcral de onde parte a análise (presente do/a historiador/a) em relação ao objeto analisado; o contexto que o/a cerca e o contexto que cerceou o objeto; e a dinâmica relação entre essas premissas e o que se perpetuou ou se rompeu em relação ao objeto estudado. Ou seja: é através do desnudar das dimensões temporais que se compreendem as intencionalidades por trás da fonte e do/a pesquisador/a.

Em relação às *dimensões temporais*, compostas pela *hermenêutica, analítica e dialética*, a obra conta, na primeira destas dimensões, com a interferência do autor quando se trata em demonstrar seu posicionamento quanto ao processo histórico em análise. Casal não se preocupa, e nem deveria, haja vista a temporalidade em que escreve, em dissociar seu ponto de vista pessoal da escrita de sua obra. Ele está em voz ativa e posicionada a todo momento, destila opiniões e reforça posicionamentos. No entanto, é importante destacar que a história “[...] reconstrói processos temporais do passado de acordo com perspectivas de sentidos coerentes com as intenções dos atores (agentes ou pacientes) desses processos.” (RÜSEN, 2007a, p. 116), de modo que não haveria, no período do qual parte o sujeito escritor da *Corografia*, como ser diferente. Casal era um homem de seu tempo e escrevia para o seu tempo.

Quando se trata da dimensão da *analítica*, que aborda as imposições sistêmicas relacionadas ao objeto, vale destacar que a obra não passaria por um núcleo clivador dos critérios de escrita, haja vista que o órgão que inicialmente faria isso surgiria em 1838 – o IHGB, que também referenciaria Casal como um dos escritores de história do Brasil de renome. Assim sendo, o autor se movimenta mais livremente quanto a isso, como pode ser observado quando o mesmo destaca que “Antônio Herrera diz, que João Dias Solis costeara o Brasil até o Rio da Prata em 1509; Gomara diz que fora em 1512; Antônio Galvão que fora em 1513: nenhuma destas autoridades parece segura.” (CASAL, 1817, p. 32). Nesta passagem, nota-se que o autor



admite que há imprecisão quanto ao fato, mas ele apenas o menciona e dá continuidade ao seu escrito, sem elucidar a imprecisão.

Por fim, quando se trata da *dialética*, a obra do autor atingiu seus interesses sem maiores problemáticas: a obra chegou à “vossa majestade” que permitiu a sua impressão e circulação, o que, mais adiante, fez com que ela fosse referenciada por mais de cinquenta anos, chegando, inclusive, a permear como referencial a feitura de livros utilizados para o ensino de história. (PRADO JÚNIOR, 1955).

No que se refere às *operações processuais*, regimentadas pela *heurística*, pela *crítica* e pela *interpretação*, pode-se afirmar que este campo compreende as “regras” que garantem, ao mesmo tempo, rigor científico e forma dinâmica da representação do passado. Isso porque a “Heurística é a operação metódica da pesquisa [...]”; a *crítica*, “[...] contribui indiscutivelmente para o enriquecimento do saber histórico com o conteúdo de fatos do passado até então desconhecidos”, sendo considerada pelo autor como ponto fulcral para se chegar à objetividade histórica; e a *interpretação*, “[...] organiza as informações das fontes em história. Ela as insere no contexto narrativo em que os fatores do passado aparecem e podem ser compreendidos como história”, sendo esta a operação mais específica da ciência histórica, haja vista que é através dela se pode organizar o pensamento científico no sentido histórico que conduz as formas de apresentação desse procedimento, encaminhando-se para as *operações substanciais*. (RÜSEN, 2007a, p. 118-130).

Em relação às *operações processuais*, que se solidificam nas instâncias da *heurística*, da *crítica* e da *interpretação*, a obra de Casal possui suas abordagens metodológicas particulares, que estão interligadas com a ausência de um recurso clivador para tais aspectos. No entanto, mesmo quando o autor realiza uma descrição simples sobre determinado fato, ele, por vezes, o complementa em notas adensando alguns aspectos, como pode ser observado no trecho abaixo:

Havendo relatado o descobrimento do Brasil com Barros, Góis, e Osório à vista, comunicando-se-me depois no Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro a cópia duma carta escrita em Porto Seguro pelo mencionado Pero Vaz de Caminha, companheiro de Pedro Alvares, que refere o caso em contrário daqueles outros, não só com miudeza, mas até com veracidade palpável, me vi obrigado a dar-lhe preferência: e estimei tanto este encontro, que escrupullzo faria injustiça aos meus leitores não lhes dando aqui dela a cópia seguinte (CASAL, 1817, p. 21 – [nota de rodapé]).



E a carta é inserida em nota de rodapé, como mencionado no trecho pelo autor, bem como outros recursos, tais como atas de assembleias, trechos de livros de outros autores, cartas, testemunhos orais (mesmo que generalistas), entre outros. Em relação a este último, não há, por parte do autor, preocupação em situar o leitor quem seria a fonte oral consultada, de modo que Casal cita apenas que consultou uma fonte oral, como pode ser observado no trecho onde se lê que: “Um sertanista, que desceu por este rio, diz que ele é navegável sem embaraço desde Ciacanga até o salto da Vitória; mas não declara a extensão deste intervalo, [...]” (CASAL, 1817, p. 99).

No que se refere à *crítica*, embora o foco, a estrutura de narrativa e a temporalidade de escrita da obra não colaborasse para que essa dimensão fosse identificada, por vezes Casal apresenta algumas considerações que colocam tal dimensão à baila, tensionando escritos que o antecederam em relação ao esclarecimento de alguns fatos, como pode ser observado nos trechos onde se lê que: “Nada há tão provável como ter sido esta enseada descoberta por Gaspar de Lemos, quando voltava de Porto Seguro com a notícia do Descobrimento; porém ainda não apareceu documento, que nê-lo certifique.” (CASAL, 1817, p. 234 [notas de rodapé]); “Sendo Diogo Alves Correia da equipagem de Gaspar de Lemos, engana-se Herrera a seu respeito em dez anos. Este escritor sem dúvida equivocou-se, atribuindo a Caramuru a época da ficada dos oito.” (CASAL, 1817, p. 245).

A tradição, e a história mencionam quatro notáveis sucessos anteriores à fundação da capital, por onde começou a colonização da província: o naufrágio de Diogo Alves Correia, outro duma nau castelhana, o desembarque do único donatário Francisco Pereira Coutinho, e o seu desgraçado fim. Nenhum dos nossos escritores datou as épocas destes sucessos; e a discordância, que no respectivo se nota entre eles, faz duvidosa uma grande parte do que nos referem (CASAL, 1817, p. 223).

Neste sentido, pode-se inferir que o autor teve o cuidado de consultar outras fontes, relata os possíveis equívocos ou inconstâncias, de modo a realizar uma espécie de crítica, de maneira quase que precursora, mas ainda restrita pela condição do sujeito. Justamente por isso, na última das dimensões das *operações processuais*, a *interpretação*, a obra apresenta uma relação monocausal e unilateral da história nela catalogada, como era esperado de um escrito desse período.

As *operações substanciais*, para Rüsen (2007a, p. 133) “[...] trata-se do que foi levantado das fontes e interpretado como ‘história’”. Composta por três categorias, sendo a



primeira delas denominada pelo autor de *hermenêutica*, é nesta etapa dos métodos, de acordo com Rüsen, que a inércia do passado é balanceada pelas carências de orientação do presente de maneira fundamentada e os agentes dessas transformações são postos em evidência. No que tangencia a categoria da *analítica*, segunda dimensão das *operações substanciais*, os aspectos gerais da vida dos agentes são relevados para que, então, se possa desnudar os reflexos dessa conjuntura na produção e interpretação da fonte histórica. Já na *dialética*, última das categorias que compõe as *operações substanciais*, há uma articulação entre a *hermenêutica* e a *analítica* para que não se recaia em relativismos e nem em determinismos.

Por fim, na primeira dessas dimensões, que atua como fonte de desnaturalização de determinadas visões da história já construídas e consolidadas, a obra de Casal tenta destacar a cultura cristã como ponto de importância em detrimento da indígena e, para ele, pagã, bem como construções históricas que não tenham o elemento português como de importância para as províncias localizadas no Brasil. Em relação à *analítica* das *operações substanciais*, Casal realiza o movimento, mesmo que, talvez, inconsciente, de subjugar os povos indígenas como inferiores e construir uma narrativa que, embora os mencione, considera essa população como “selvagem”, que precisa ser aculturada. Assim sendo, Casal segue a *analítica* de seu tempo, realizando a *práxis* escrita que se espera de um sujeito de 1817. No relato abaixo, essa característica fica evidente:

Eis aqui como um viajante os retrata moralmente: "Os americanos são glutões em extremo, quando têm com que se saciar; sóbrios em a necessidade, até nem ainda desejar o necessário; pusilânimes e poltrões, enquanto a bebida os não faz enfurecer; inimigos do trabalho; indiferentes a qualquer motivo de honra, glória ou reconhecimento; unicamente ocupados do presente; sem cuidado do futuro; incapazes de reflexão; passam a vida, e envelhecem, sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos. É para admirar que com tais qualidades seja preciso tanto trabalho para fazê-los bons cristãos." (CASAL, 1817, p. 19).

Logo, tanto a *hermenêutica* quanto a *analítica* de Casal partem do mesmo ponto fulcral, que coincide com o próprio sujeito e sua rede de sociabilidade: ele é um membro da igreja, logo, sua escrita seria voltada para a defesa de um tipo de aculturação por intermédio, também, da religião; e ele afirma, no início da obra, estar escrevendo para informar “vossa majestade” sobre o andamento das províncias, logo, o posicionamento do ponto de vista do observador também está definido. Então, entre a *hermenêutica* e a *analítica* de Casal não há tensões, de modo que, justamente por isso, quanto se trata da *dialética* das *operações substanciais*, não



teve motivos para submeter a obra do autor a esse crivo de análise, posto que, nesta dimensão, o objetivo seria justamente identificar as tensões existentes entre as duas primeiras instâncias.

Assim sendo, a obra de Casal possuía um percalço histórico que lhe é particular, mas que surgiu de determinados *interesses*, que foram lapidados nas *ideias*, perpassaram os *métodos*, de acordo com o que era esperado para a época e, como todo resultante de escritos históricos, se apresentou por intermédio de uma narrativa. Esta, de acordo com Rüsen (2007b), faz parte da dimensão das *formas de apresentação* da matriz histórica.

### As formas de apresentação e as funções

Encaminhando-se para a penúltima instância da matriz metateórica criada por Rüsen, a das *formas de apresentação*, vale destacar que esta se articula com os *métodos* ao passo que finaliza o processo iniciado, literalmente dando “forma” ao que fora levantado no campo dos *interesses*, lapidado em termos de *ideias* e levado aos *métodos* para se obter respostas fundamentadas. Isso porque, na maioria das vezes, se não em todas, a história é apresentada por intermédio de uma narrativa. E essa narrativa seria justamente as *formas de apresentação* da história, para a qual se leva em consideração o público que será atingido, a sua *relevância comunicativa* e se ela ativa ou não a *consciência histórica* do/a leitor/a. Esta última, de acordo com Rüsen (2007b, p. 34) “[...] tem por objetivo, pois, extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir, nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmos e com seu mundo.”

Segundo Rüsen (2007b), as *formas de apresentação*, por possuírem em suas especificidades interligação com os/as produtores/as da narrativa e com a temporalidade em que cada um/a deles/as escreve, podem ser categorizadas em quatro *topoi* diferentes, a saber: *tradicional*, *exemplar*, *crítica* e *genética*; e, embora nenhuma se apresente de forma completamente híbrida, é possível se observar a prevalência de um *topos* narrativo quando se analisam as narrativas históricas.

De acordo com Rüsen as *formas de apresentação* e as *funções* se articulam entre si pelo fato de a última orientar a escrita da primeira, pois “Afinal, a história continua precisando ser ‘escrita’, ou seja, apresentada de alguma maneira, e toda historiografia – em que forma seja – está inserida em um contexto prático de funções”. (RÜSEN, 2007b, p. 11). Neste sentido, as



*funções*, fecham a matriz histórica ao passo em que cumprem o papel de prestar uma devolutiva às carências de orientação levantadas na dimensão dos *interesses*.

Nas *formas de apresentação*, destaca o autor, pode-se identificar até quatro *topoi* distintos de narrativas, como mencionado acima. Na obra de Casal, apenas as duas primeiras tipologias foram identificadas, haja vista que ela possuía um público-alvo bem delimitado: as redes de sociabilidade da corte, que se interessavam por conhecer a história das províncias. Além disso, Casal se alicerçava sua narrativa com um início pontuado pela “descoberta” de um território, de modo que, neste sentido, o assenhoreamento do passado se dá de forma absoluta, posto que a história dessa porção do reino só se inicia com a chegada do elemento europeu ou com a vinda desses povos para cá em tempos remotos.

Essa perspectiva pode ser observada quando o autor cita que “O certo é que os Sibérios orientais, chamados Choukchis, costumam passar o Estreito de Behring para a América no verão desde tempos imemorráveis” (CASAL, 1817, p. 19). A *continuidade*, na perspectiva de Rüsen (2007b) sobre as narrativas ocorre quando o autor solidifica o padrão europeu como modelo a ser seguido, como *tradição*, norteador para a *identidade*.

Em relação à tipologia *exemplar* da narrativa, destaca-se a forma como o autor intenciona tornar a narrativa que escreveu na *Corografia* um exemplo a ser seguido, principalmente quando se trava dos exemplos, nos dizeres de Casal, dos “bravios” exploradores que descobriram as potencialidades dessa terra, dos pioneiros sesmeiros e donatários que a fizeram prosperar, que enfrentaram os indóceis indígenas em busca de salvaguardar a posse do território, em nome de “vossa majestade”. Eles marcariam as *identidades* ideais a serem almeçadas.

Assim sendo, a obra de Casal, quando submetida à matriz rüseniana, demonstra a tipologia de cultura histórica que se canonizou por quase cinquenta anos após a publicação da *Corografia*. Isso porque tal obra foi utilizada como suporte de cânones do ensino de história, tais como Capistrano de Abreu e Joaquim Manuel de Macedo, no Colégio Pedro II, bem como também fora resgatada como precursora dos escritos de história do Brasil quando nos discursos de fundação do IHGB, como pode ser observado na passagem onde Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto, afirma que:

Desse cabedal, difficilmente reunido nas provincias pelos incansaveis e distinctos litteratos Barredo, Rocha Pitta, Bispo Azeredo, Monsenhor Pizarro, Frei Gaspar



Durão, Visconde de Cayurú e de S. Leopoldo, Conselheiro Balthazar Lisboa, Rebello, *Ayres de Casal*, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da história geral brasileira, encendrado pela philosophia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente comprehendidos (BARBOSA, 1839, p. 16 [grifos meus]).

Logo, essa *forma de apresentação*, disposta na narrativa de Casal se perpetuou tanto no IHGB, quanto no Colégio Pedro II, quando figurou enquanto norteadora para outras obras que foram utilizadas enquanto didáticas. Sendo assim, Casal não só cumpriu com as suas *funções* quando na elaboração da *Corografia*, como as transpôs.

No que se refere à cultura histórica, pode-se afirmar que, diante das considerações de Rüsen (2016), esta se compreende enquanto uma categoria que engloba aquilo que, de alguma forma, aproxima o passado do presente trazendo à tona vestígios significados do passado. O alicerce da cultura histórica seria, então, aquele recurso que permite aos sujeitos ressignificar o passado de maneira fundamentada através da memória histórica: a consciência histórica. Sobre isso, o autor destaca que:

Da consciência histórica há somente um pequeno passo para a cultura histórica. Se se examina o papel que exerce a consciência histórica na vida de uma sociedade, ela aparece como uma contribuição cultural fundamentalmente específica, que afeta e influi em quase todas as áreas da práxis da vida humana (RÜSEN, 2016, p. 57).

A cultura história seria, neste sentido, a “ação” concreta da consciência história, podendo ser identificada nos vestígios, dentre os quais, os escritos de história. Tais escritos poderiam revelar as entrelinhas da cultura histórica de seu tempo de produção, haja vista que carregam essas peculiaridades em suas narrativas e, neste caso, poderiam figurar dentre os chamados por Salles (2014) de disseminadores da cultura histórica.

Assim sendo, a matriz rüseniana forneceu os recursos necessários para se pesquisar os elementos da cultura histórica não só da *Corografia*, mas de outros vestígios históricos que podem ser esmiuçados por intermédio das análises das dimensões dos *interesses, ideias, métodos, formas e funções*, como demonstrado.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Casal serviu ao seu propósito e para além dele. Os *interesses* do autor foram atingidos: os potenciais e a situação das províncias foram catalogados, bem como as características da fauna e flora locais, os recursos hídricos e minerais, bem como o desenvolvimento de algumas produções. Além disso, Casal ainda relegou para a posteridade a menção à uma diversidade de povos indígenas que ocuparam essas províncias, bem como alguns de seus modos de vida, ainda que tenha feito isso sob o ponto de vista do observador. As *ideias* clivadas pelo autor puderam ser investigadas à luz dos *métodos* que tinha à disposição no período de escrita da obra.

No diz respeito aos *métodos*, vale ressaltar que o autor possui seus *universais históricos*, realiza as *operações temporais*, bem como, em suas particularidades, perpassa as *operações processuais* e *substanciais*, de acordo com a temporalidade e as carências de orientação que demandavam. Ele, assim, permeou alguns pontos de uma espécie de historiografia, se relevadas as particularidades do período no qual escreveu.

A *Corografia* fora, ainda, composta por *formas de apresentação* condizentes com as suas *funções* de escrita: ela seria um modelo a ser seguido, uma narrativa que salvaguardava a tradicionalidade de uma cultura que deveria ser utilizada enquanto exemplo para outras. Neste sentido, ela perpetuou uma versão de história que se solidificava no padrão europeu.

Por fim, por intermédio da pesquisa realizada para compreender a cultura histórica perpetuada com a obra de Casal, pode-se, ao mesmo tempo, comprovar que o uso da metateoria delimitada por Rüsen (2001, 2007a, 2007b) pode ser aplicada à pesquisa histórica e permite que as considerações expostas neste texto sejam consolidadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso inaugural no ato de estatuir-se o IHGB. **RIHGB**, Tomo 1, 1839, p. 09-17.

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: a elite imperial. **Teatro de sombras: a política imperial**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.



CORREA FILHO, Virgílio. Desenvolvimento dos Estudos Históricos no Brasil. **Revista de História de América**, 1949, 27: 45-58.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brazilica**: ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil. Impressão regia, 1817.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; FARIA, Felipe; ANTUNES, Miguel Telles. Manuel Aires de Casal, o beemote de Jó e o registro das ocorrências fossilíferas brasileiras no início do século XIX. **Filosofia e História da Biologia**, 2013, 8.2: 133-150

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY; Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

PRADRO JÚNIOR, Caio. A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 19, p. 52-66, 1955

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história. Brasília; Ed. UnB, 2001

\_\_\_\_\_. **Reconstrução do Passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília; Ed. UnB, 2007a.

\_\_\_\_\_. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília; Ed. UnB, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Contribuições para uma teoria da didática da história**. Curitiba: W. A. Editores, 2016.

SALLES, André Mendes. Ensino de História, Livros Didáticos e Cultura Histórica. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa, Editora da UFBP, p. 39-64, 2014

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: julho/2023**



## IMAGENS DE MULHERES INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL

### *IMAGES OF INDIGENOUS WOMEN IN THE TEXTBOOK: A DECOLONIAL APPROACH*

Vera Lúcia Caixeta<sup>1</sup>

Daniel Leda de Arruda<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar as imagens das mulheres indígenas presentes na Coleção didática de História “Geração Alpha” do 7º ano do Ensino Fundamental (2020-22). Partindo da perspectiva da Decolonialidade foi mobilizado os conceitos de “colonialidade do gênero” e de “colonialidade do poder/ser/saber” a fim de analisar duas imagens para entender os discursos, as representações, as simbologias e significados presentes no processo de (in)visibilidade dos povos indígenas, e em específico, das mulheres indígenas, nos textos visuais. As análises foram realizadas a partir da metodologia de autores da Semiótica, levantando pontos em relação à figuratividade e quadrado semiótico. Como resultado, identificamos, a partir da análise realizada, que mesmo numa coleção atual, ainda se faz presente uma invalidação da existência das mulheres indígenas, comprometendo o protagonismo desses povos no ensino de História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático; Povos Indígenas; Ensino de História; Mulheres.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the images of indigenous women present in the didactic History Collection “Geração Alpha” of the 7th year of Elementary School (2020-22). From the perspective of Decoloniality was mobilized the concepts of “coloniality of gender” and “coloniality of power/being/knowledge” to analyze two images to understand the discourses, representations, symbologies and meanings present in the process of (in) visibility of indigenous peoples, and specifically indigenous women, in visual texts. The analyzes were performed using the methodology of authors from Semiotics, raising points about figurativity and semiotic square. As a result, we identified, based on the analysis carried out, that even in a current collection, there is still an invalidation of the existence of indigenous women, compromising the role of these peoples in the teaching of History.

**KEYWORDS:** Textbook; Indian people; History teaching; Women.

---

<sup>1</sup>Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em História pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PROFHISTORIA/UFNT). E-mail: [caixeta@uft.edu.br](mailto:caixeta@uft.edu.br)

<sup>2</sup> Mestrando em Ensino de História pelo Programa Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PROFHISTORIA/UFNT). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Professor das redes municipal e estadual de Formosa da Serra Negra – MA. E-mail: [danielledadearruda@gmail.com](mailto:danielledadearruda@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as imagens passaram a estar abundantemente presentes nos livros didáticos. Quadros, pinturas, gravuras e fotografias resumem bem essa ampla gama de imagens selecionadas e espalhadas entre as páginas de um livro. Porém, o que chama atenção é que na maioria das vezes elas são utilizadas apenas como decoração, ilustração e confirmação do texto escrito. Na prática docente, a utilização de textos visuais vem sendo comum no cotidiano da sala de aula, tendo em vista que desperta a curiosidade dos/as alunos/as, principalmente quando se trata do Ensino Fundamental.

A partir disso, na tentativa de tornar a disciplina de História mais atrativa, o Ensino de Imagens abarca também outras preocupações. Superando a ideia rasa de que as imagens são apenas ilustrações lançadas em um livro, deve-se levantar alguns questionamentos. Analisar uma imagem é muito mais que apenas distinguir cores, personagens e objetos. Estes, são minimamente selecionados em um quadro, antecipadamente intencionados e recheados de intersubjetividade, antes mesmo de molhar os pincéis de tinta. A iconografia abarca elementos que representam um contexto, uma intenção e deixa sinais vitais de uma fonte que pode significar muito mais que uma simples imagem.

As representações dos povos indígenas na historiografia e no ensino de História ganharam espaço de discussão a partir de novas propostas metodológicas e teóricas<sup>3</sup>. O presente artigo propõe analisar pinturas e gravuras presentes nos livros didáticos de História, mais especificamente o livro do 7º ano da Coleção Geração Alpha. A escolha pela turma se deveu por conta do conteúdo previsto a ser trabalhado levando em consideração a BNCC, que no caso são os temas de Brasil Colonial e Brasil Império, abrangendo gravuras que representaram não somente os períodos históricos num sentido geral, mas principalmente os sujeitos colonizados pelo olhar dos colonizadores.

Foram selecionadas, portanto, duas gravuras presentes na Unidade 7, “Portugueses e Holandeses na América”. A primeira é uma representação do naufrago português Diogo Álvares Correia, o “Caramuru”, e da tupinambá Paraguaçu, por isso a obra foi intitulada *Caramuru e sua consorte Paraguaçu*, tendo em vista que se trata de uma representação

---

<sup>3</sup> Por novas metodologias e abordagens teóricas nos referimos aos debates na área da Historiografia e, mais recentemente, na preocupação pós-moderna em trazer narrativas dos sujeitos colonizados, latino-americanos. No que compete ao ensino de História, a proposta de analisar imagens de um determinado contexto acaba contribuindo para a proposta crítica dos estudantes, os quais acabam se aproximando de sua realidade.



imagética dos dois sujeitos que se envolveram nos primeiros anos do contato entre nativos e europeus na Bahia do século XVI. Vale ressaltar que tanto o autor quanto a data são desconhecidos, o que não impede de realizar uma análise levando em consideração seus elementos gráficos para entender que ela se remete à um momento vivido no Brasil Colônia. Já a segunda gravura, *A Aldeia dos Tapuia*, é de autoria de Johann Moritz Rugendas e criada no ano de 1835. Rugendas (1802-1858) foi um artista alemão e ficou conhecido no Brasil quando nos anos de 1822-1825 esteve no Rio de Janeiro e Minas Gerais em uma missão pitoresca com o objetivo de retratar os nativos e a natureza brasileira. A obra só foi feita nos anos posteriores em solo europeu e buscou retratar o cotidiano de uma Aldeia Tapuia na época do Brasil Império.

Para realizar a análise das duas gravuras ao longo deste artigo iremos contar com as metodologias da área da Semiótica pensadas por Eric Landowski (1982) e Greimas (1992). O primeiro elaborou o método do “quadrado semiótico” que parte das observações das posições dos sujeitos inseridos na imagem; já o segundo problematiza imagens através da técnica da “figuratividade” que sugere análises de imagens como textos visuais que contém concepções de verdade, mentira ou segredo. Ainda, para enriquecer o debate sobre a representação feminina indígena, apoiamo-nos às teorias decoloniais de María Lugones e sua colonialidade do gênero, além dos pensamentos de Aníbal Quijano para pensar a construção da raça no Ocidente e seu impacto nas representações imagéticas de povos originários. Para discutir o âmbito imagético na História e nos materiais didáticos dialogamos com Ana Maria Mauad (2016), Circe Bittencourt e Aparecida Bergamaschi (2012), Alain Choppin (2004), entre outros.

Pensando num recorte mais específico de raça e gênero, marcadores essenciais para identificar os sujeitos subalternizados, as mulheres indígenas estão aqui representadas a partir do termo criado pela socióloga argentina María Lugones: “mulheres de cor”.<sup>4</sup> No livro didático utilizado como fonte, torna-se possível ter mais chances de aparecerem imagens que representem essas mulheres, afinal, o material faz parte da grade curricular do 7º ano do Ensino Fundamental, na qual incorpora a gama de conteúdos relacionados aos povos indígenas e o processo de colonização das Américas.

De uma forma geral, por mais que se tenha uma boa quantidade de ilustrações presentes na Coleção, é notório que a maioria desses tipos de textos visuais acabam reduzindo a

---

<sup>4</sup> María Lugones utiliza o termo para se referir às mulheres decoloniais, ou seja, uma coalisão de mulheres fora do padrão colonial: negras, pretas, indígenas, amarelas, latinas, mestiças.



importância dos sujeitos representados, ao mesmo tempo em que incorporam uma visão eurocêntrica permeada pela autoria dessas ilustrações, já que são imagens construídas pelo sujeito hegemônico: o homem europeu e branco.

Para facilitar a compreensão do/a leitor/a, elaboramos a estrutura básica do texto da seguinte maneira: na primeira seção *O imagético em livros didáticos: um debate histórico*, levantamos uma discussão bibliográfica em relação aos elementos visuais presentes nos materiais didáticos, bem como suas possibilidades e limites de uso em sala de aula, além de seus significados enquanto fonte de estudo para a História. Em seguida, na seção *Representações dos povos indígenas na História e propostas anticoloniais*, trouxemos uma breve reflexão sobre estereótipos e representações dos indígenas na História em meio aos discursos coloniais enviesados em representações visuais. Por fim, na terceira e última seção *Análise das mulheres indígenas representadas nas gravuras Caramuru e sua consorte Paraguaçu e Aldeia dos Tapuia, presentes na Coleção Geração Alpha*, fizemos o levantamento de alguns dados da nossa principal fonte, sua estrutura e aspectos figurativos em relação às populações indígenas (conteúdos) e, sobretudo, realizamos a análise das duas gravuras através da abordagem metodológica do campo da semiótica em diálogo com as teorias decoloniais de gênero e de raça.

### **O imagético em livros didáticos: um debate**

Ao fazer um balanço sobre o uso das imagens na história, Ana Maria Mauad (2016) recupera as influências francesas e inglesas que, desde a década de 1970 ressaltaram a importância de um tratamento mais completo da imagem. No contexto dos anos 1980, com a ampliação do uso da interdisciplinaridade, a semiótica tenderia a possibilitar maior capacidade crítica e explicativa dos fenômenos por parte do historiador. Com a denominada “virada pictórica” dos anos 90 proposta por Willian Mitchell, impõe-se pensar o desconforto provocado pelas imagens. O fundamental seria a identificação do papel da historicidade tanto na construção da noção de sujeito-espectador, quanto da existência cultural da imagem (MAUAD, 2016). Ao que parece, a tarefa do historiador passa pela explicação da existência da imagem por meio da sociedade que a produziu, consumiu e preservou, além de abordar o modo de ver e de pensar a imagem. Nesse sentido, a caberia ao Historiador problematizar o estatuto epistemológico do visual:



Os estudos históricos, ao tomarem a imagem visual como fonte, devem discutir seu estatuto epistemológico. Logo, a noção de fonte histórica há de ser problematizada à luz de uma crítica que a considere como suporte de práticas sociais [...]. Toda fonte histórica é resultado de uma operação histórica, ela não fala por si só, é necessário que perguntas lhes sejam feitas. Esses questionamentos devem levar em conta a sua natureza de artefato e de objeto da cultura material, associados a uma função social e à sua trajetória pelos tempos sociais. Nesse sentido, toda fonte é também objeto de estudo na problematização do passado, definindo-se também pela questão proposta para a análise (MAUAD, 2016, p. 15).

Tal perspectiva visa a urdidura da trama da experiência passada, elucidando, no presente, sua alteridade: “As imagens visuais [...] permitem-nos conhecer, por ângulos pouco habituais, a urdidura das relações sociais. No entanto, não basta olhar, é fundamental estranhar” (MAUAD, 2016, p. 15). Ainda nos nossos dias faz-se necessário uma sensibilização dos professores/pesquisadores para o fenômeno visual e seu potencial informativo presente nos livros didáticos de História. De fato, os primeiros estudos sobre os livros didáticos estiveram mais concentrados sobre o texto, revisão, preparação e edição, negligenciando o aspecto da sua configuração material e visual. Nesse sentido, Choppin (2002) ressalta o próprio *status* dos livros escolares como mercadoria, banalizado e com produção editorial massiva. A renovação historiográfica dos anos 1970-80 contribuiu para a entrada da imagem nos domínios da História, mas a chamada “virada pictórica” só ocorreu a partir dos anos de 1990.

Didier Moraes (2017) no seu livro “Design de Capas de Livro Didático” reflete sobre os limites e as possibilidades das imagens, focalizada em um dos seus aspectos, as capas, entre as décadas de 1970 e 1980.<sup>5</sup> Ela classifica as capas produzidas pelas editoras didáticas em três grupos: as capas tradicionais, as capas “sem projeto” e as capas inovadoras. É dentro dessa tendência inovadora que ela apresenta a trajetória dos designers estudados, especialmente, aqueles ligados a editora Ática, já que foi a editora que conseguiu estabelecer a identidade da coleção através do estilo visual inconfundível de suas capas. Didier estabelece um rico diálogo entre o design dos anos 1970 e o atual e registra um momento de intensa transformação.

Ainda hoje, parece que a materialidade e a visualidade do livro didático de História não são devidamente estudadas, o que sinaliza para a não valorização do livro didático, como objeto material portador de informação visual que deveria estar presente nas práticas de ensino e aprendizagem. Assim, o papel educativo das imagens ainda é negligenciado. A configuração

---

<sup>5</sup> Segundo Didier Moraes “As capas dos livros, além da função de proteção e identificação de uma obra, precisam cada vez mais assumir a função de persuadir seu público, num momento de aumento da competição e de transformação nas referências visuais e no gosto”. (2017, p. 19).



visual do livro didático revela seu caráter de uso específico voltado para a escola ou para o estudo determinado pela instituição. Historicamente, os livros didáticos “se diferenciam visualmente das obras típicas que caracterizam a cultura letrada” (DIDIER, 2017, p. 24). Mesmo as coletâneas já apresentavam “introduções, comentários e equações que evoluem graficamente para sua finalidade didática” (DIDIER, 2017, p. 24).<sup>6</sup>

Com relação a visualidade do livro didático brasileiro, na primeira metade do século XX, mantinha-se “uma visualidade e materialidade própria da cultura escolar, pouco permeável ao apelo visual e às manifestações de gosto presentes em outros impressos” (DIDIER, 2017, p. 49). Somos herdeiros de uma incompreensão do fenômeno visual: “O desconhecimento dos elementos visuais como matéria compositiva e construtora de sentidos levava, e ainda hoje levaria, ao não reconhecimento da autonomia e da validade de outra linguagem que não a verbal como produtora de significado e conhecimento” (DIDIER, 2017, p. 52). Assim, o sistema educacional ao desconsiderar os métodos de aprendizagem visual resulta no que Denis A. Dondis denominou de *visual literacy* (analfabetismo visual). “Essa incapacidade da escola de dar conta do fenômeno visual acentua seu distanciamento em relação à presença crescente das imagens na sociedade como um todo” (DIDIER, 2017, p. 57). Como consequência temos o livro didático “como portador de conteúdos disciplinares, e não como um objeto que veicula outras informações, valores e experiências”. Decerto, o livro didático contribui para o alijamento da experiência visual na escola.

Não é por acaso que os livros didáticos são objetos de disputas, o que e como ensinar. De acordo com Chervel (1990) as disciplinas escolares preparam a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades estabelecidas previamente. Um marco importante sobre a pesquisa sobre livro didático de História no Brasil foi a defesa da tese da Circe Bittencout (1993). Seu trabalho marca o início de uma vasta produção historiográfica sobre ensino de História e disciplina escolar porque ela tratou de um “conjunto de temas e abordagens que o objeto comportava para além da denúncia da ideologia” (MUNAKATA, 2012, p. 182).

Choppin (2004, p. 552) ao fazer o estado da arte dos livros didáticos e das edições didáticas, ressalta a complexidade do objeto “livro didático” e ressalta suas múltiplas funções

---

<sup>6</sup> Essa característica está presente nas primeiras coletâneas de textos para leituras e estudo produzidas no Brasil no século XIX, bem como nas cartilhas “em que a apresentação das unidades silábicas, indo das mais simples às mais complexas, com seus respectivos exemplos na fórmula de vocábulos e frases, referenciados a uma ilustração”. (DIDIER, 2017, p. 24).





(2004, p. 553), salienta: 1) sua função referencial, curricular ou programática; 2) sua função instrumental, com seus métodos de aprendizagem, exercícios ou atividades; 3) sua função ideológica e cultural, a exemplo da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes; 4) sua função documental, sujeito a análise crítica pelos alunos.<sup>7</sup> Como manual, ele está marcado por esquematizações, simplificações, omissões e reduções, etc. Para o referido autor, o que é fundamental no livro didático “não é somente a escolha dos textos e das ilustrações, mas os procedimentos retóricos, os questionamentos, as definições, a paginação ou a tipografia” (CHOPIN, 2002, p. 22).

### **Representações dos povos indígenas na História e propostas anticoloniais**

Em 2008 foi aprovada a Lei 11.645, na qual torna obrigatório o ensino de História e da cultura indígena nas instituições de ensino básico do Brasil. Porém, como afirmam Circe Bittencourt e Maria Aparecida Bergamaschi:

Se por um lado, a obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena na escola, forjada por uma lei, pode produzir certo desconforto, por outro oferece a possibilidade alentadora de que um tema tão importante e necessário se faça presente no curso básico e nos currículos de formação docente, favorecendo o diálogo étnico-cultural respeitoso, embasado no reconhecimento dos saberes, histórias e modos de vida próprios dos povos indígenas originários e, contribuindo assim, para superar o silêncio e os estereótipos que, em geral, acompanham a temática indígena nos espaços escolares (BITTENCOURT; BERGAMASCHI, 2012, p. 14).

O debate que Bittencourt e Bergamaschi levanta aponta para a importância do protagonismo dos povos originários do Brasil. Partimos da compreensão de que a epistemologia que funda o conhecimento histórico é *logos*/eurocêntrico, apesar de pretender construir um *logos* universal teoricamente “neutro”, na verdade, é branco, masculino e europeu. A epistemologia eurocêntrica hierarquiza os saberes a partir de uma posição central, daí ela ser

---

<sup>7</sup> Diante da dificuldade de uma definição do livro didático, Choppin especificou suas principais funções, a saber: 1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações. 2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades [...] 3. Função ideológica e cultural [...] Instrumento privilegiado de construção de identidade [...] 4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal (CHOPPIN, 2004, p. 553).



etnocêntrica. A partir dessa posição central ela cria binarismos que estabelece diferenças hierárquicas entre povos, culturas e sociedades, especialmente entre os europeus e os ameríndios. Nessa relação hierárquica cria-se o outro, desumanizado, subalternizado e selvagem. Não por acaso, o líder indígena Daniel Cabixi, na década de 1980 denuncia os epítetos que os brancos atribuíram aos indígenas: “No primeiro plano, cria-se a imagem do índio como ser inferior, sem cultura, de estranhos costumes. No segundo plano, criam-se atitudes de repulsa, desconfiança e desprezo do índio” (apud ORLANDI, 1990, p. 213). Cabaxi faz duras críticas a essa violência epistêmica que reproduz o exotismo do “lugar do selvagem”:

Se formos analisar os fatos históricos, desde o descobrimento do Brasil, constatamos que a imagem criada sobre o índio, como também o desprezo pelo índio, obedeceram e ainda obedecem a uma Ideologia colonialista e de dominação que joga com a narração dos fatos históricos segundo seus interesses e para perpetuar circunstâncias tais como eles apresentam deturpando a autenticidade histórica (apud ORLANDI, 1990, p. 214).

Compreende-se que a visão negativa e estereotipada dos indígenas como parte da ideologia da colonização, ou seja, ela é utilizada para legitimar as guerras, os genocídios e todas as violências praticadas contra os povos originários. Gersem Baniwa (2019, p. 26) ressalta a necessidade de superação da epistemologia colonial, para romper com “a organização do pensamento, do conhecimento e das crenças [que] está posta sobre a compreensão da natural e divina inferioridade de outros povos, culturas e civilizações não europeias”. Em seguida, complementa:

Percebo que o racismo é de ordem civilizatória, cosmológica e teológica na medida em que está referenciada nas interpretações cosmológicas das sociedades europeias, representadas pelas culturas gregas, judaico-cristãs e romanas. São culturas e civilizações que sempre se autoproclamaram únicas, verdadeiras, privilegiadas e superiores ou até mesmo escolhidas por Deus, em detrimento de todas as outras culturas e civilizações [...] Por conta desse autoproclamamento etnocêntrico, os outros povos e culturas foram denominados pagãos, bárbaros ou silvícolas, como no caso dos povos autóctones das Américas. Tais denominações significam que outros povos estariam providos de civilizações, culturas e almas humanas. Isso pode explicar porque é tão difícil para o branco compreender e aceitar que os povos indígenas formam povos com suas organizações e sistemas sociais, culturais, políticos, econômicos, religiosos milenares e não subculturas da cultura nacional como são compreendidas e tratadas (BANIWA, 2019, p. 26).

Baniwa denuncia a epistemologia etnocêntrica fundamentada na filosofia iluminista – evolutiva, com sua marcha do progresso e como modelo civilizacional herdeiras das culturas gregas, judaico-cristãs e romanas que, do alto da sua prepotência e privilégio desqualificaram outros povos e culturas.



Sendo assim, quais as intenções estratégicas na tentativa de compreender como as imagens dos povos indígenas, em específico das mulheres indígenas, estão ali colocadas e representadas? O que elas podem revelar e o que podem esconder? Quais as intenções dos sujeitos que procuraram inserir uma imagem em um determinado contexto histórico no livro didático? São muitos os questionamentos que perpassam por uma História hegemônica pertencente a um “sistema mundo capitalista/patriarcal/ocidental-cêntrico/cristão-cêntrico/moderno/colonial” (GROSGOUEL, 2019, p. 68). Portanto, lidar com imagens significa entender como elas deixam visíveis ou invisíveis sujeitos que historicamente foram alvo das colonialidades.

As pesquisas realizadas nas últimas décadas, têm procurado superar a epistemologia colonial e denunciar as abordagens reducionistas sobre os indígenas adotadas nos livros didáticos. Caminha-se para a construção de novas epistemologias a partir de “outros” lugares de enunciação – para a inclusão da perspectiva dos/as subalternizados/as – e “no abandono de uma postura que assume, de forma unívoca, a Europa e os processos que lá se constituíram como as matrizes da História do Brasil” (COELHO; ROCHA, 2018). Percebe-se, ainda de acordo com os autores, que a temática indígena tem sido impactada pelas demandas legais “que envolvem a gestão dos direitos e deveres de memória”. As próprias editoras de livros didáticos também são desafiadas a contar a história a partir da inclusão desses sujeitos. Significativamente, a Lei 11.645/2008 redimensiona a memória construída acerca da formação do país porque compreende que a História da África, a cultura Afro-Brasileira e a História Indígena fazem parte da História do Brasil.<sup>8</sup>

Freire (2002) elenca cinco ideias equivocadas sobre o indígena, a saber : 1) *índio genérico* a ideia de que os indígenas constituem um bloco único, com a mesma cultura do passado e sem diferenças entre eles; 2) *culturas atrasadas* são classificados como primitivos, selvagens; 3) *culturas congeladas* o indígena ainda está relacionado ao nu, de tanga, no meio da floresta, de arco e de flecha, ignorando-se, portanto a troca entre culturas; 4) *os índios pertencem ao passado* são considerados “primitivos” e como obstáculo à modernidade e ao progresso, por fim, 5) *brasileiro não é índio* não se considera o indígena como formador da

---

<sup>8</sup> Foi no século XXI, em 2003 que se efetivou a Lei 10.639, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Em 2008 contempla-se também a história e cultura indígena, por meio da Lei 11.645 de 2008, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no sentido de reformulação curricular da educação básica, envolvendo todas as disciplinas do ensino fundamental e médio, sob a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.



nossa identidade (FREIRE, 2002). Talvez, mais do que ideias fora do lugar ou equivocadas esses epítetos façam parte de uma epistemologia colonial que precisa ser combatida e desconstruída.

No artigo intitulado “Quem é esse povo?”, Lúcia Teixeira analisa os discursos construídos acerca dos povos originários no decorrer dos 500 anos do “descobrimento”, enfatizando as percepções linguísticas de pinturas e documentos muito utilizados na historiografia eurocêntrica. Para isso, mobiliza conceitos que a ajudarão na análise imagética, como “figuratividade fundadora”, retirada da semiótica e discurso figurativo a partir de Orlandi. Em relação ao quadro Primeira Missa no Brasi, Teixeira analisa, a partir dos estudos semióticos, os sujeitos brancos e não-brancos:

No quadro de Victor Meireles, o momento fixado é o da elevação do cálice diante da luz, ponto de elevada concentração no ato litúrgico [...] no segmento áureo da tela, a cruz e os sacerdotes recebem o foco de iluminação, que confere destaque às duas figuras, elevadas também acima dos corpos dos demais participantes. No entorno, portugueses e índios formam aglomerados distintos. Os primeiros mais próximos do altar, ajoelhados, ocupam o plano central, considerada a horizontalidade dos planos, que tem, abaixo dos portugueses, os índios no plano mais inferior e a natureza, em dois planos superiores. Se acompanharmos a distribuição dos índios, começando por aquele que está sobre o galho da árvore, desenharemos uma faixa englobante da cena principal [...] o espaço dos índios apresenta uma certa dispersão que se contrapõe e do afastamento, ainda mais se confrontando com o ajuntamento dos portugueses em frente ao altar (TEIXEIRA, 2000, p. 95-96).

Partindo dessas percepções, pode-se notar que o processo da construção semiótica do discurso dessa imagem em específico vai muito mais além de reconhecer os sujeitos presentes nela. Em uma outra imagem, representando não a temática indígena, mas acentuando a posição dos privilegiados no quadro “Batalha do Avaí”, Teixeira destaca que:

[...] Encontraremos em destaque e em posição verticalizada os heróis, os capitães, os mandantes. Em volta deles, a massa confusa de cabeças e corpos, em que nem mesmo se identifica quem é brasileiro, quem é paraguaio. Mas sabe-se que a figura ereta, montada em cavalo branco, na elevação reproduzida no canto esquerdo da cena, é Caxias comandando a tropa (TEIXEIRA, 2000, p. 99).

Nesse sentido, Teixeira buscou tratar dos discursos presentes nas pinturas a partir das posições, do sombreamento e da circuncisão ou não dos sujeitos representados na tela a óleo. Já no fim do artigo, ela complementa que essas “imagens de massa circundante [...] que se fixam na memória perpetuadas nos livros didáticos [...] reconstituídas por leituras que sobrepõem a cena pintada à glória e o heroísmo desejáveis” (TEIXEIRA, 2000, p. 99).



As colonialidades continuam presentes em qualquer tipo de imagem, e nos materiais didáticos isso não é diferente. O que é ainda mais ignorado na elaboração desses materiais e na prática docente, é que nem mesmo as mulheres indígenas são mencionadas. Para entendermos essa lógica de opressão é necessário citar o que María Lugones chama de “Neologismo Categorical”, um processo não de “categorizar”, mas de relacionar todas as formas de opressão das “mulheres de cor”. Nesse sentido, em escala, e de acordo com a dinâmica binária “homem/mulher”, deve haver uma intersecção gênero, raça e classe: homem branco – mulher branca – homens de cor – mulheres de cor.

Na Dissertação “O indígena no livro didático: possibilidades e desafios no uso da linguagem imagética no ensino de história”, o autor Jorge Ferreira Lima, dividindo sua obra em três capítulos, faz uma análise dos indígenas como sujeitos do livro didático, pós-lei 11.645, através das teorias da imagem; continua discutindo a percepção dos alunos e professores sobre os indígenas do livro didático; encerrando com propostas para docentes trabalharem a temática em sala de aula. Em relação ao pós-lei 11.645, o autor entende que:

Percebe-se que há um descompasso entre a historiografia indígena e os termos da lei. Ora, a inserção real dos indígenas na escola se dá pelo direito à voz, à visibilidade dos homens e mulheres do passado e do presente, nos livros didáticos. Uma leitura superficial da Lei, aliada ao que expressam alguns livros didáticos de História, deixa a impressão de que as populações indígenas são exclusivamente do passado, não instigando a problematização histórica. Assim, essa obrigatoriedade deixa lacunas tanto para que os alunos indígenas não se sintam contemplados quanto para que os alunos não indígenas acabem reforçando imagens estereotipadas em relação ao “outro” (LIMA, 2016, p. 23).

Dessa forma, as primeiras impressões imagéticas de indígenas no livro didático enfatizam os pensamentos simplórios do que se tem deles, acarretando numa formação acrítica dos alunos. Nesse sentido, Lima traz as primeiras análises das imagens, peças-chave de sua dissertação. As 20 figuras são do livro do 7º ano de História da Coleção “Para Viver Juntos”, duas delas são de Théodore Bry, um dos dois artistas escolhidos por Lima:

A figura de Bry apresenta uma imagem muito negativa do Brasil e dos indígenas que habitavam essas terras. Na verdade, a visão da América era, segundo a gravura, comparada ao inferno. Os europeus tinham valores e costumes diferentes dos costumes indígenas e, por não compreenderem, julgavam-nos de acordo com seus próprios referenciais. Assim, dentro da visão cristã de mundo, os índios eram vistos como pecadores, como seres entregues a práticas que consideravam próximas ao inferno (LIMA, 2016, p. 23).



Diante disso, percebe-se que os estereótipos sobre os indígenas vão sendo historicamente construídos e reproduzidos. Lima segue analisando as imagens, agora o quadro de Jean-Baptiste Debret, no qual retrata o processo de “aculturação”, ou seja, indígenas aliados dos brancos, mas nunca destacados nas imagens. Por fim, ressalta a invisibilidade dos povos originários na narrativa histórica, pois “[...] a maioria das imagens indígenas apresentadas pelos autores são gravuras produzidas e utilizadas para ilustrar o período colonial.” (LIMA, 2016, p. 43).

Portanto, nota-se que as imagens nos livros didáticos da Coleção Projeto Araribá História (2014-2016) analisada por Jorge Ferreira Lima remete o indígena ao passado, portanto, “selvagem”. Ela não consegue construir uma historicidade para os indígenas, eles aparecem e desaparecem ao sabor dos interesses coloniais. A coleção utiliza as imagens para subsidiar os textos e reforçar os estereótipos associados aos povos originários. Esses estereótipos são frutos de uma Matriz Colonial de Poder e que, tanto alunos, como professores, estão incluídos nela. Dessa forma, é notório que a noção que os/as estudantes tem dos povos originários são rasas, estereotipadas e violentas, simbolicamente falando. Portanto, essa intermediação do professor-aluno é necessária para que os questionamentos acerca o protagonismo feminino indígena seja identificado nos textos visuais presentes no livro didático.

Não por acaso, os estereótipos sobre os povos indígenas presentes nos livros didáticos de História cumprem uma função estratégica, ou seja, alimentam, fortalecem e informam sobre uma dada representação, uma maneira de ver os sujeitos sociais, desclassificatória. Peter Burke afirma que os mitos são histórias com funções sociais, eles dão um “alvará” para o presente: “Ou seja, a história fictícia desempenha a função de justificar alguma instituição no presente e, desse modo, manter sua existência”. (BURKE, 2002, 141-142).

### **Análise das mulheres indígenas representadas nas gravuras *Caramuru e sua Consorte Paraguacu e Aldeia dos Tapuia* presentes na Coleção Geração Alpha**

As imagens recortadas, às quais serão brevemente analisadas fazem parte do livro didático de História do 7º ano do Ensino Fundamental, pertencente à Coleção Geração Alpha, aprovada pelo PNLD para o triênio 2020-2022. O livro foi produzido pela editora SM Educação, sendo de autoria da historiadora Valéria Vaz<sup>9</sup>. Através do Guia PNLD, a referida

---

<sup>9</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); especialista em



coleção foi avaliada positivamente nos aspectos gráficos, imagéticos e temáticos, em especial, “inserindo os conteúdos referentes à presença e ao protagonismo desses grupos [indígenas e afro-brasileiros] na história, tanto de uma perspectiva mais geral, como da sua presença na História nacional.” (BRASIL, 2020).

Os conteúdos relacionados à temática indígena estão na Unidade 4, intitulada “Povos do Continente Americano”, na Unidade 6, “Espanhóis e Ingleses na América”, na Unidade 7, “Portugueses e Holandeses na América”, e, por último, na Unidade 9, com o título “Expansão da América Portuguesa”. A Coleção é organizada em quatro volumes, cada um desses volumes conta com nove capítulos e na abertura de cada um dos capítulos propõe uma “Leitura de Imagem”, com perguntas que busquem “analisar” essas fontes visuais. Além disso, na coleção encontra-se a seção das “Atividades”, e “História Dinâmica”, esta última visa contribuir com conteúdo “extra” da temática do capítulo específico.

No geral, há no livro um total de 41 imagens relacionadas aos povos indígenas, sendo distribuídas da seguinte forma: 18 imagens presentes na Unidade 4; 11 imagens na Unidade 6; apenas 05 na Unidade 7; e, por último, 07 imagens presentes na Unidade 9. É importante destacar que dentre essas imagens são representados, em sua maioria, objetos dos/as indígenas, os próprios povos indígenas e suas diferentes etnias, gravuras, pinturas e mapas referentes à temática em si.

Sendo assim, o recorte para as imagens das mulheres indígenas se tornou muito mais limitado, tendo vista que as imagens que contam com a presença/representação da mulher indígena são em um total de apenas 12 imagens. A escolha das duas pinturas para realizarmos a análise – *Caramuru e sua consorte Paraguaçu* e *Aldeia dos Tapuia* – se deu principalmente por conta da autoria, com dois artistas europeus que buscaram representar, a partir de suas ideias, seus contextos, o indígena estereotipado, a mulher indígena como um objeto, questões estas que podem potencialmente ser trabalhadas na sala de aula, chamando atenção dos estudantes para a origem da imagem – “De onde é esta gravura? Por que o indígena foi representado dessa forma nessa época?”. Portanto, problematizamos a (in)visibilidade do protagonismo das mulheres indígenas, sobretudo propagação de imagens estereotipadas nos



recursos imagéticos que foram analisados a partir da mobilização da perspectiva da epistemologia decolonial do gênero.<sup>10</sup>

Nossas reflexões sobre a decolonialidade estão fundamentadas nos teóricos latinos do grupo Modernidade/Colonialidade<sup>11</sup>. Em “*Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*”, o semiólogo argentino Walter Mignolo faz uma reflexão de como a modernidade se legitima como epistemologia verdadeira através da colonialidade e vice-versa. Segundo ele, a “modernidade é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar suas conquistas [...]” (MIGNOLO, 2017, p.02). Para o autor, a “Matriz Colonial do Poder” (MCP), gera as diversas colonialidades globais:

A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade– não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados (MIGNOLO, 2017, p. 02-03).

Mignolo traz, a partir de Quijano, o conceito de colonialidade do poder, fundamentado na ideia de “raça”. Como reforça Quijano, “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados.” (QUIJANO, 2000). Sendo assim, a colonialidade do saber surge como uma proposta intrínseca à do poder, mas dessa vez, ela é identificada pela tentativa de dominação dos conhecimentos, amplamente cortados pela epistemologia eurocêntrica. A colonialidade do saber “se refiere al efecto de subalternización, folclorización o invisibilización de una multiplicidad de conocimientos que no responden a las modalidades de producción de conocimiento occidental.” (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 138).

<sup>10</sup> A teoria da Decolonialidade surgiu com o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade (1994) que conta com autores/as que questionam a epistemologia colonial-moderna europeia e busca descolonizar esse conhecimento tido como “verdadeiro” e focar em conhecimentos outros, ou seja, daqueles que historicamente foram subjugados.

<sup>11</sup> O grupo foi formado em 1993, e por meio de discussões, publicação de artigos científicos, diálogos e seminários, proporcionou, em 2005, a criação de sua marca: o termo decolonialidade.





É certo que, com os processos da colonialidade do poder e, conseqüentemente do saber, a matriz colonial procurou estereotipar os papéis dos povos não-europeus. María Lugones traz à tona seu conceito de colonialidade do gênero.

Dada la colonialidad del poder, creo que también podemos afirmar que contar con un lado oculto/oscuero y con un lado visible/claro es característico de la co-construcción entre la colonialidad del poder y el sistema de género colonial/moderno. Problematizar el dimorfismo biológico y considerar la relación entre el dimorfismo biológico y la construcción dicotómica de género es central para entender el alcance, la profundidad, y las características del sistema de género colonial/moderno. La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión ideológica presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad (LUGONES, 2008, p. 93).

Colonialidades: poder, saber, ser e gênero. Os estudos decoloniais tornaram, ao longo do tempo indispensáveis para deixar de pensar e agir baseando-se em padrões e estereótipos eurocêntricos. Em relação ao “agir decolonialmente”, Walter Mignolo ressalta que:

Para seguir nessa direção, precisamos mudar os termos da conversa. Mudando os termos da conversa, e não apenas o conteúdo, significa pensar e agir decolonialmente. Muito precisa ser feito, mas a crescente sociedade política global indica que as opções decoloniais aumentarão exponencialmente, e assim contribuirão para remapear o fim da estrada para a qual a civilização ocidental e a matriz colonial de poder nos levaram. Mais uma vez, a meta das opções decoloniais não é dominar, mas esclarecer, ao pensar e agir, que os futuros globais não poderão mais ser pensados como um futuro global em que uma única opção é disponível; afinal, quando apenas uma opção é disponível, “opção” perde inteiramente o seu sentido. (MIGNOLO, 2017, p. 14).

As colonialidades estão presentes em todo lugar. Os primeiros passos a serem dados é, inclusive, fazendo análises a partir da epistemologia decolonial e desconstruindo as verdades estabelecidas a partir da perspectiva eurocêntrica e etnocêntrica.

Walter Mignolo (2017) explica que a colonialidade é constitutiva da modernidade: “não há modernidade sem colonialidade”. Em contraponto, “o pensamento e a ação decoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu.” (MIGNOLO, 2017, p. 02). Não há opressão sem resistência.

Para as análises das duas figuras selecionadas para este trabalho, optou-se por mobilizar alguns autores da Semiótica, ou seja, do método do “quadrado semiótico”, de Eric Landowski (1982) que parte das observações das posições dos sujeitos inseridos na imagem, ao mesmo



tempo em que interagem entre si. É a partir dessa interação (ou não) de sujeitos que o discurso semiótico é percebido, destacando o grau de visibilidade dos elementos incluídos na tela. Já no campo da semiótica plástica, Greimas (1992) utiliza as técnicas da figuratividade<sup>12</sup>, ou seja, uma análise das imagens enquanto textos visuais a partir de concepções de verdade, mentira ou segredo, importantes elementos do discurso figurativo do conteúdo. Circe Bittencourt (1997) também ressalta a necessidade de se separar a imagem do texto e da legenda e propõe caminhos metodológicos importantes para a análise da imagem, tais como “quem produziu essa imagem?”, “qual o seu contexto histórico?” (BITTENCOURT, 1997, p 37). Portanto, a partir dessas metodologias se tornou possível enriquecer o momento de investigação dessas imagens, não somente visando conhecer o seu contexto, mas também analisar até mesmo os mais “simples” elementos presentes nas telas, que neste caso são considerados como os mais importantes para a reflexão e a problematização das imagens femininas dos povos originários.

Figura 1 – AUTOR DESCONHECIDO. *Caramuru e sua consorte Paraguaçu*. Gravura, s. d.



<sup>12</sup> A figuratividade é uma ideia desenvolvida pelo semiólogo Algirdas Greimas, na qual analisa elementos imagéticos nos sentidos vertical e horizontal, juntamente com luzes, cores, sombras, entre outros aspectos.



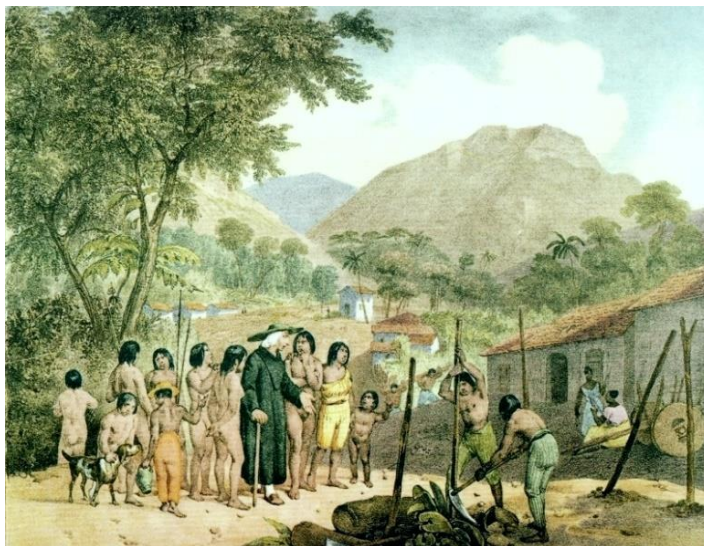
A figura 1 é uma gravura de um autor desconhecido que foi colocada no Capítulo 1 “Indígenas no Brasil e estrangeiros europeus” da Unidade 7 da edição, na página 169. Sendo mais uma pintura representativa do século XVI encontrada dentre várias ilustrações presentes em livros didáticos de História, esta apresenta o colonizador português Diogo Álvares Correia, e “ao seu lado” a indígena tupinambá nomeada “Paraguaçu”. Com cores fracas e quase sem detalhes, a paisagem é representada com algumas árvores e vales ao fundo, enquanto as duas personagens estão sentadas num tronco de madeira.

Partindo de uma concepção representativa da imagem, pode-se analisar, primeiramente, que mesmo as duas pessoas estando lado a lado, o que determina o sentido horizontal deste quadrado semiótico é justamente o colonizador. Os olhares, tanto o da própria “Paraguaçu”, representada na imagem, quanto daqueles que veem a gravura, se direcionam precisamente ao português, enquanto a mulher indígena é percebida como aquela que está “ao lado” dele. A posição central de Diogo Álvares diz muito. No decorrer do processo de colonização, as colonialidades do poder, do saber, do ser já eram determinantes. Neste caso, na gravura, provavelmente feita por um europeu, é possível perceber uma “hierarquia dicotômica entre humano e não-humano como a dicotomia central da modernidade colonial [...] veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens-mulheres.” (LUGONES, p. 936).

Sendo assim, o sentido que essa imagem passa não é o de companheirismo (comumente interpretada dessa forma), mas sim de aproximação de interesses ao “exótico”. A dominação do colonizador sobre a “mulher indígena” já começa pela sua nomeação, tendo em vista que “fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como ‘mulheres’ [...] desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas.” (LUGONES, 2010, p. 937). O ser colonizado à moda europeia dominante ficou à mercê de uma lógica que criou uma forma de dominação partindo de termos como “homem” e “mulher”, e paralelamente a isso sua hierarquização. Portanto, Paraguaçu, aos olhos da colonialidade de gênero é: “não-civilizada, não-humana, não-civilizada-humana-mulher”. Numa linha abissal, o colonizador português, homem, branco, europeu, civilizado, hétero, está no ápice do espectro da luz, enquanto Paraguaçu, “mulher” indígena, latina, “não-civilizada” se encontra na escuridão desse mesmo espectro.



Figura 2 – RUGENDAS, Johann Moritz. *Aldeia dos Tapuia*. Gravura, 1835.



A figura 2 é uma gravura de Johann Moritz Rugendas, pintor alemão que chegou ao Brasil no século XIX. A ilustração está presente no capítulo 1 intitulado “O processo de interiorização”, da Unidade 9, página 223. Diferentemente da primeira gravura analisada, “Aldeia dos Tapuia” é uma obra feita por um artista europeu, logo carrega suas verdades, sua moral, seu poder de dominação e suas colonialidades. Mesmo sendo uma coleção de livros didáticos de 2020, ou seja, recente, permanecem presentes gravuras que inconscientemente vangloriam a dinâmica europeizada e, conseqüentemente, mantêm seu grau de dominação, haja vista que nenhuma forma de problematização é levantada.

Partindo para uma breve descrição, podemos perceber, pelo próprio nome da obra, que se trata de um vilarejo, ou “aldeia”. Ao fundo, nota-se algumas poucas casas e uma mais à frente em destaque, envoltas num espaço de natureza, com muitas árvores, vales e serras. Além disso, vemos muitos/as indígenas que provavelmente habitam aquele lugar, juntamente com um missionário religioso. Estão presentes também, algumas escravizadas conversando enquanto dois indígenas trabalham com enxadas.

É importante destacar que esta gravura tem bem mais planos e detalhes para se analisar, comparando com a figura 1, já analisada. Enquanto cito o plano horizontal do quadrado semiótico na primeira imagem, neste caso a pintura de Rugendas pode ser analisada nos dois sentidos: tanto horizontalmente, quanto verticalmente. É a partir dessa expansão do quadro, que



é possível entender quais sentidos essa imagem tem e quais foram as intenções de quem a fez e o porquê de ter produzido dessa forma.

Para fugir do sentido lógico europeizado de Rugendas, vamos analisar não pelo foco da obra, mas sim pelas extremidades. No plano maior, ou seja, horizontal, a quase que inexistente presença das mulheres indígenas, nitidamente desfocadas, dão apenas o sentido quantitativo de colonizados/as, tendo em vista que as missões feitas pelos padres tinham como objetivo converter o máximo de não-humanos possível. Sendo assim, o desfoque das indígenas, principalmente em relação a seus rostos é perceptível, e no geral, é algo comum dentre as gravuras presentes na Coleção Geração Alpha, já que se trata de mais uma imagem que apresenta mulheres indígenas ao redor do colonizador.

O plano vertical da gravura diz respeito às escravas que estão na outra extremidade da obra. Também no sentido de um recorte racial, mulheres negras, assim como as indígenas sempre foram anônimas, e num quadro europeu não seria diferente. A colonialidade do gênero, imbricada à colonialidade do ser, fez com que a existência dessas não-humanas-mulheres fossem automaticamente ignoradas, isso porque o colonizado é o “elemento corrosivo de tudo o que o cerca, elemento deformador, capaz de desfigurar tudo que se refere à estética e à moral, depositário de forças maléficas.” (FANON, 2003, p. 35-36). Dessa forma, a verticalização do quadro, ora desfocada, ora sem luzes e sem destaque algum nos remete ao sentido literal do vertical: hierarquização, e neste caso, de raça e gênero.

O eixo central e com mais luz é claramente o missionário religioso. Com a tarefa de catequizar os povos originários da região, estes tinham o papel de salvar as vidas perdidas dos não-humanos. O missionário, ao contrário das demais personagens, é o foco, não só pelo simples fato de estar com roupas, mas pela circuncisão que este foi representado. Mais uma vez, mulheres indígenas são caracterizadas pela “passividade”, são sempre aquelas que não se negam a qualquer violência epistêmica ditada pelo europeu colonizador, pois estão sempre ao redor deles, servindo-os, como se fossem objetos descartáveis. A passividade das “anônimas” do quadro, sua homogeneidade enquanto grupo racial são pontos representados na obra que se voltam a “um sistema de gênero que “é não só hierárquica, mas racialmente diferenciado, e a diferença racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (LUGONES, 2010, p. 942).



“Gênero às colonizadas” resume bem o modo de exclusão das mulheres indígenas ao longo da História. O sentido que a obra de Rugendas apresenta é cheio de colonialidades, seja num sentido horizontal, quanto vertical, a necessidade de criar um eixo de destaque (o missionário) é o ponto crucial para o intuito da continuidade do colonialismo, e como apresenta Maldonado Torres (2007) “O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo [...] a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno.”

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático, sem dúvidas, ainda permanece como o principal meio didático para a maioria dos/as estudantes no Brasil. Ao mesmo tempo em que fornece um amplo auxílio no processo de ensino-aprendizagem, ainda mantém elementos gentrificados, principalmente quando se trata do livro didático de História, o qual aborda e enfatiza direta e indiretamente, uma História europeizada, branca e única, excluindo quaisquer epistemologias dos povos originários do nosso país e de outras minorias.

O colonialismo deixou de existir, mas as colonialidades permaneceram. As imagens escolhidas e analisadas da Coleção Geração Alpha, são exemplos da performatividade das colonialidades de gênero, poder, do saber e do ser. Nesse sentido, a partir dos recortes de gênero e raça, podemos notar que a maioria do conteúdo imagético da Coleção são imagens produzidas por europeus, que exaltam o processo de colonização e exprime as demais culturas.

Além disso, na gama de recursos visuais, os povos indígenas aparecem sempre à sombra dos títulos dignos da História Única, a qual diminui a quantidade de imagens que representam indígenas ou aspectos de sua cultura, e principalmente, de mulheres indígenas. As duas pinturas analisadas nessa pesquisa nos dizem muito. Retratam as mulheres indígenas como esboços, sem importância, como se fossem mais um rabisco acidental do pintor. “Gênero às colonizadas” é, antes de tudo, distinguir o que é ser humano e o que não é, afirmar que “Paraguáçus” são nomeadas para servirem ao interesse do “exótico”.

Ao entrar em contato com essas gravuras os estudantes e/ou professores muitas vezes podem ignorar a potencialidade representativa do imagético dessas mulheres. Portanto, é a partir de metodologias da imagem que torna viável a oportunidade de levantar questionamentos no ambiente escolar a partir do material que se é acessível. Dessa forma, ao discutir os sujeitos centrais da obra, bem como suas particularidades tais como o jogo de luzes e sombras, enfim,



elementos presentes nesse tipo de arte, as habilidades desejadas para se trabalhar a temática – mulheres indígenas – não se limitará somente a menções ou uma simples leitura de legendas, uma vez que através da análise semiótica é possível contribuir para a prática de uma educação anticolonial ativa.

María Lugones, ao discutir sobre a necessidade da categoria “mulheres de cor”, discordou de seu colega de grupo Aníbal Quijano, no qual não incluía as vozes femininas no processo de descolonização, o que nos mostra que para descolonizar, tanto num sentido mais geral, quanto no ensino de História, é preciso dar vozes às mulheres indígenas e todos/as aqueles/as que representaram o/a “outro/a” por séculos. Com a latinidade presente no Ensino de História, será possível promover a resistência de toda a *Abya Yala*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem. Educação para o manejo do mundo. **Articulando e Construindo saberes**, v. 4, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/59074>. Acesso em: 12/09/2020.

BRASIL. **Guia do livro didático**. PNLD 2020: História. Brasília: Ministério da Educação Básica. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/13410-guia-pnld-2020>>. Acesso em 19/01/2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_ (org.). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Apresentação da Revista História Hoje**. Vol. 1 nº 2. ANPUH – Brasil, 2012.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. n2, 1990, p.177-229.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, 2004, p.549-566.

COELHO, Marcos Cezar; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.10, n.25, p.464-488, jul./set. 2018.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.



FREIRE, Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano**, n.1, 2000, p.17-33

GERAÇÃO Alpha **História**: Ensino Fundamental: Anos Finais: 7º ano. Organizadora SM Educação, Valéria Vaz, 2ª ed. São Paulo: Edições SM, 2018.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. Tradução de M. J. Coracini, São Paulo: Ática, 1992.

GROSGOUEL, RAMÓN. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: **Decolonialidade e Pensamento afrodiáspórico**. Org. Joaze Bernadino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. Ensaios de sociosemiótica I. Tradução de E. Brandão, São Paulo-Campinas: Educ-Pontes, 1992.

LIMA, Jorge Ferreira. **O indígena no livro didático**: possibilidades e desafios no uso da linguagem imagética no ensino de história. 2016, 118f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, 2016.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Bogotá: Tabula Rosa, n. 9, junio, 2008, p. 75-101.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Originalmente Revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010.

MAUAD, Ana Maria, Sobre as imagens na história, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, vol. 12, n.14, jun/jul 2016, p. 33-48.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 94, jun, 2017, p. 01-18.

MORAES, Didier Dias de. **Design de Capas do Livro Didático**: a editora Ática nos anos 1970-1980. São Paulo: Edusp, 2017.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v.23, n.3 (69), set./dez. 2012. p. 51-66.

\_\_\_\_\_. O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de história**: sujeitos, saberes, práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 137-147.

ORLANDI, Eni Pulcinelli, **Terra à Vista**: discurso do confronto velho e novo mundo. Campinas: Unicamp, 1990.





QUIJANO, Aníbal. Capítulo de Aníbal Quijano. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, 2000.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. 1ª Ed. Popayán. Editorial Universidad del Cauca, 2010.

TEIXEIRA, Lúcia. **Quem é esse povo?** In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. Os Discursos do Descobrimento (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

**Artigo recebido em: janeiro/2023**

**Artigo aceito em: maio/2023**



## TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “TOCANTINS RIO AFOGADO” (2005).

### *TERRITORIES OF RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY “TOCANTINS RIO AFOGADO” (2005).*

Plábio Marcos Martins Desidério<sup>1</sup>

Diogo Pereira da Silva<sup>2</sup>

Gabriel Queiroz dos Santos<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar as narrativas de povos ribeirinhos presentes no documentário “Tocantins, Rio Afogado”, de Hélio Brito e José Luiz Neiva Brito. Foi destacado a fala de alguns ribeirinhos, afim de criar as categorias de análises: a) angústia: a palavra da gente não vale coisa nenhuma; b) os impactos nas duas terras: a boa e a ruim; c) sentimentos e descrenças. Assim, a partir da teorização de Rogério Haesbaert (2005) sobre território e territorialidade, buscou-se investigar, por meio das vozes dos atingidos, os sentimentos de pertencimento, de formação identitária com os locais (cidades) atingidos pela construção das Usinas Hidrelétricas ao longo do rio Tocantins. Nesse sentido, sob ótica do teórico Bill Nichols (2007) o documentário é analisado a partir da representação social, conceito utilizado pelo autor para imprimir uma categoria fílmica à produção, sendo a representação de experiências vividas pelos personagens. Com isso, vislumbrou-se sentimento de perda, negação do direito de escolher viver nos locais de origem e a pergunta que ecoa no consciente e inconsciente dos ribeirinhos: *Progresso para quem?*

**PALAVRAS-CHAVE:** Territórios; Cultura; Memórias; Documentário.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the narratives of riverside peoples present in the documentary “Tocantins, Rio Afogado”, by Hélio Brito and José Luiz Neiva Brito. The speech of some riverside people was highlighted, in order to create the analysis categories: a) anguish: people's words are worthless; b) the impacts on both lands: the good and the bad; c) feelings and disbelief. Thus, based on Rogério Haesbaert's (2005) theorization on territory and territoriality, an attempt was made to investigate, through the voices of those affected, the feelings of belonging, of identity formation with the places (cities) affected by the construction of the Hydroelectric Power Plants around along the Tocantins River. In this sense, from the perspective of theorist Bill Nichols (2007), the documentary is analyzed from the point of view of social representation, a concept used by the author to imprint a filmic category on the production, being the representation of experiences lived by the characters. With that, a sense

<sup>1</sup> Doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: [plabio@uft.edu.br](mailto:plabio@uft.edu.br)

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Território (PPGCULT/UFNT). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Professor da rede estadual de educação básica do Tocantins. E-mail: [diogopregador777@gmail.com](mailto:diogopregador777@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFNT). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Professor na rede de educação básica na cidade de Araguaína -TO. E-mail: [gqscpp@gmail.com](mailto:gqscpp@gmail.com)



of loss was glimpsed, denial of the right to choose to live in the places of origin and the question that echoes in the conscious and unconscious of the riverside people: Progress for whom?

**KEYWORDS:** Territories; Culture; Memoirs; Documentary.

## INTRODUÇÃO

As narrativas de povos ribeirinhos às margens do rio Tocantins, evocam as territorialidades que resistem aos inúmeros empreendimentos capitalistas que por muito e por tanto, tentam silenciar a história de vida desses povos, negando a eles o básico: o direito de existir – apesar dos empreendimentos, os moradores reexistem à destruição – em locais que nasceram, cresceram e construíram laços afetivos e emotivos, tudo sob a justificativa do progresso regional. No entanto, a pergunta que ecoa das vozes dos atingidos é: *Progresso para quem?*

O rio Tocantins banha os estados do Goiás, Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. Ao longo do curso de suas águas existem usinas hidrelétricas dos tipos montante, jusante<sup>4</sup>, como a Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado, Estreito e Tucuruí. Foram construídos vários complexos hidrelétricos, transformando o rio numa sucessão de represas. A primeira usina hidrelétrica do rio Tocantins foi a de Tucuruí, concluída em 1984 e causadora de inúmeros problemas ambientais e sociais, como os riscos de desabamento, contaminação dos rios da região, entre outros. Em 1998, foi concluída a Usina Hidrelétrica de Serra Mesa, que formou um dos maiores espelhos d'água do Brasil; em 2002 foram finalizadas as Usinas de Cana Brava e Luís Eduardo de Magalhães; em 2006 foi a vez da Usina de Peixe Angical e em 2009 as Usinas de Estreito e São Salvador.

Cada uma dessas barragens têm uma história significativa de interferência na vida social dos sujeitos, que são diretamente atingidos. Por exemplo, a usina de Lajeado que foi construída em 2002 e desde então os povos indígenas Akwê-Xerente vem tendo suas vozes silenciadas. De acordo com Venâncio e Chelotti (2021), a construção dessa barragem em jusante interferiu diretamente na produção, na pesca e nas formas de subsistência que os indígenas praticavam. Os Akwê-Xerente lutaram para que fossem reconhecidos diante deste impacto ambiental, neste

---

<sup>4</sup> Jusante é o nome que se dá a formação da fase que se dá após a barragem onde o rio volta a ser rio após a saída da água pela turbina e Montante a área onde se forma o reservatório, estes termos são muito utilizados no Meio Ambiente, pois existem impactos a Jusante e a Montante da Barragem. <https://mundogeo.com/2009/09/23/jusante-ou-montante/>



caso as roças das vazantes. Obteve sucesso, mas novamente, tiveram suas vozes silenciadas por técnicos do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix)<sup>5</sup>.

Os povos que residem nos municípios que foram ou serão afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, são: Carolina e Estreito no Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeiras, Palmeirante, e Tupiratins ambos do Estado do Tocantins. As narrativas dos povos atingidos, citados pelo documentário em análise nos permitirá entender os significados de memória, territórios, cultura e as representações da paisagem do rio Tocantins para estas comunidades de ribeirinhos.

A partir desses relatos, neste artigo analisaremos o documentário “Tocantins Rio Afogado”, que traduz em imagens, vozes e memórias a trajetória de vidas de muitos ribeirinhos que são/foram atingidos diretamente pela construção de barragens ao longo do rio Tocantins. Assim, metodologicamente, a delimitação se dá a partir das narrativas produzidas pelos povos ribeirinhos que foram impactados pela usina hidrelétrica do Estreito (MA). Em geral, casas que foram inundadas, pessoas que tiveram que abandonar suas moradias, culturas que foram imersas, além, claro, da degradação ambiental e social que, ao longo do curso do rio, foram sendo atingidas.

Assim, abordar as memórias, as territorialidades dos sujeitos diretamente atingidos pelas barragens e representadas no recurso midiático “documentário” são objetivos centrais deste artigo. O método se aproxima de uma análise semiológica procurando compreender os sentidos presentes nas narrativas inseridas pelo cineasta Hélio Brito na produção do documentário. Foram, portanto, selecionadas algumas das falas dos entrevistados para procurar compreender como os sujeitos impactados relataram as experiências no processo para a construção da barragem no Rio Tocantins.

### **Documentário: uma visão geral**

A definição de documentário, neste artigo, se dará a partir da visão de Bill Nichols (2007). O autor convida-nos a pensar o documentário a partir de duas classificações: 1) o

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre o Procambix em: <https://www.investco.com.br/pt-br/programa-para-comunidade-indigena-xerente>. acesso em 17/01/2023.



documentário de satisfação de desejos e 2) o documentário de representação social. O primeiro, está associado à ficção, pois expressam desejos, sonhos, pesadelos e terrores. “Tornam concretos - visíveis e audíveis - os frutos da imaginação” (p. 26). Por outro lado, os de representação social têm a capacidade de representar aspectos do mundo que compartilhamos, ou seja, das experiências vivenciadas pelos sujeitos.

Destacamos com mais ênfase o segundo, tendo em vista que o documentário “Tocantins, Rio Afogado” está a representar as experiências de vidas de ribeirinhos impactados pelas construções de usinas hidrelétricas no curso do rio Tocantins. Para isso, Nichols (2007) aponta que há três maneiras de compreender o documentário de representação social. Primeiro, como “análise ou representação reconhecível do mundo” (p. 28). Nesta é possível observar o que é registrado pelo vídeo e pelo áudio, e por isso acreditar ser a “verdade”, já que se ver tanto o que está reproduzindo no documentário, como fora do documentário. Segundo o autor,

a capacidade da imagem fotográfica de reproduzir a aparência do que está diante da câmera compele-nos a acreditar que a imagem seja a própria realidade reapresentada diante de nós, ao mesmo tempo que a história, ou argumento, apresenta uma maneira distinta de observar essa realidade. (NICHOLLS, 2007, p. 28).

Porém, a segunda maneira evoca as disputas de sentidos. Nichols (2007) sublinha que a produção dos documentários representa interesses dos outros, ou seja, como deve e querem que sejam vistos. Neste caso, os documentaristas assumem o papel de porta-voz do povo que ambienta o filme (história narrada), “eles falam em favor dos interesses dos outros, tanto dos sujeitos temas de seus filmes quanto da instituição ou agência que patrocina sua atividade cinematográfica” (NICHOLS, 2007, p. 28).

Na terceira maneira, o autor faz uma comparação do documentário com um advogado. Isso porque, segundo o autor, o advogado representa os interesses de um cliente, que “colocam diante de nós a defesa de um determinado ponto de vista ou uma determinada interpretação de provas” (p. 30). Diante dessas três maneiras, é pertinente destacar a ética por trás da produção de um documentário. Há uma diferença na forma como são tratados os personagens nos filmes de ficção e nos de não ficção. Vejamos sob a ótica de Nichols (2007), que destaca que no de ficção a regra não é regra. Ou seja, há um contrato e é feito o que é pedido. A performance do ator e atriz deve ser segmentada de acordo com os mandos dos diretores, bem como seu próprio prestígio socialmente, já que é levado em conta sua atuação.



Por outro lado, o de não ficção exige a regra da ética. Os personagens do documentário são tratados como atores sociais, isso implica, portanto, “(...) *continuar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera*” (ibidem, p. 31). Esses são atores culturais e não teatrais. Essa premissa determina que “(...) o valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora” (p. 31). Levando em consideração a noção de documentário como representação social, valemo-nos do documentário “*Tocantins, Rio Afogado*”, de Hélio Brito e José Luiz Neiva Brito, para observarmos como as memórias e, assim, as territorialidades dos sujeitos são representadas. Desse modo, impossível não comentar o título do documentário. Hall (2016) sobre representação diz que:

ela é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem. É a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo “real” dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário dos objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios. (HALL, 2016, p. 34).

O documentário foi produzido em 2005, sendo gravado em alguns municípios dos estados de Goiás, Tocantins e Maranhão, com uma duração de 55 minutos, com uma transmissão regular no que tange o áudio e vídeo do mesmo. Esta obra audiovisual, não é uma reprodução da realidade, no entanto a mesma foi construída e idealizada, pelos seus produtores como proposta de ser uma representação da realidade. O título “*Tocantins, Rio Afogado*” provoca o pensamento de que as barragens ao longo do curso do rio Tocantins estão afogando tanto as vidas humanas em seus aspectos culturais e sociais, como também a biodiversidade, nas questões de fauna e flora. Territórios que anteriormente produziam, exalavam vida, histórias de resistências, de riqueza simbólicas, são aprisionadas pela construção de barragens que, nas vozes de todos os entrevistados, não traria desenvolvimento para os ribeirinhos, mas, sim, pobreza, tristeza e falência. O que afinal os empreendedores compreendiam como território? Que tipo de territorialidades esses ribeirinhos evocam em suas falas? Que tipo de resistência esses sujeitos constroem?

As construções e implantações de hidrelétricas já tem demonstrado que além dos inúmeros impactos socioambientais, altera as territorialidades, modos de viver, praticas culturais e acentua os processos de desterritorialização e reterritorialização a esses povos atingidos que não conseguem de fato ser beneficiados por esse desenvolvimento capitalista.



A construção de hidrelétricas na Amazônia é a materialização da certeza que, o Estado e o capital privado nacional e internacional não respeitam as populações tradicionais e seu modo de vida, ao passo que desejam implantar um modelo de desenvolvimento unilateral. (ARAUJO, 2017, p. 72).

A ideia nesse modelo de desenvolvimento a partir do olhar do empreendedor, vem descaracterizar modos de vida dos povos tradicionais e ribeirinhos, uma vez que seus territórios e suas práticas culturais destes, em sua maioria, tendem a não serem consideradas de maneira justa e transparente, nos processos de negociação entre atingidos e órgão empreendedor em questões de: indenizações, desapropriações, reterritorialização e outras de impacto sócio ambiental. A topofilia dos impactados com seus territórios de origem vem apontar elucidar aspecto relevante para estes povos, e até insignificante para o empreendimento capitalista.

Porto-Gonçalves (2009) aponta que:

O território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é constituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim há sempre território e territorialidades, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tendo a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. (PORTO-GONÇALVES, 2019, p.42).

Os sentimentos evocados nas falas e ações dos ribeirinhos denunciam a desterritorialização que são submetidos quando um empreendimento deste nível os atinge. Não há diálogo quando as relações de poder já são cristalizadas e o “mais forte” sempre vence. É nessa perspectiva de análise que discutiremos, então, os seguintes pontos a) Angústia: a palavra da gente não vale coisa nenhuma; b) Os impactos nas duas terras: a boa e a ruim; c) sentimentos e descrenças.

### **Angústia: a palavra da gente não vale coisa nenhuma.**

Os conflitos existentes entre os povos ribeirinhos impactados pela construção das barragens, difundem uma ideia de que haverá nas comunidades atingidas pelos impactos sócio ambientais um progresso, desenvolvimento nestas localidades, no entanto o que vem sendo observado e constatado por esses grandes empreendimentos ao longo dos anos, negligência aos direitos destas comunidades e aumento de insatisfações, desemprego, mudanças não só relacionadas aos impactos ambientais mas principalmente a um novo modo de viver de povos tradicionais e comunidades ribeirinhas. Um problema crasso e explícito nesta situação, é



evidência provocada pelos estudos isolados, governamentais e do empreendedor, ou seja, que não têm, com efetividade, a participação dos que realmente serão impactados, e de outro lado, a forma transparente de como é desenvolvida as negociações.

No campo das negociações, sabe-se que as indenizações sempre é assunto chave, no entanto, como bem lembra a autora, é sempre o último, quando, de fato, acontece. Em virtude desses pontos, faz-se necessário salientar que este artigo versará sobre os impactos da UHE de Estreito (MA).

O documentário deixa registrado que os povos ribeirinhos impactados pela UHE de Estreito são, verdadeiramente, contra sua construção. A insatisfação é resultado dos impactos desastrosos sob dois aspectos: a) ambiental e b) social. Maria Barros, uma das atingidas pela usina em questão, destaca que “(...) a vinda dela [UHE] só vem trazer tristeza, misérias e sofrimento para alguns que não têm condição de sair das suas casas”. Dona Maria destaca em suas palavras as incertezas e, ao mesmo tempo, as obviedades do que seria/será/é a construção das barragens quando não se há perspectiva de reverter a situação. Outro atingido diz: “(...) coisa boa não vem. Vai acabar com a terra, que planta, colhe de primeira qualidade” (Carlos Alberto – UHE Estreito).

Para Antunes 2019, “o território é, em sua essência conceitual, uma construção humana, e não parte integrante de uma análise de elementos naturais” (ANTUNES, 2019, p.18). Enquanto para Souza 2012 “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2012, p.78).

Haesbaert (2007), conceitua “Território” dentro de uma perspectiva mais ampla, destacando que tem a ver com “poder político”, no entanto, há também a visão simbólica de território, de apropriação e a de território concreto. Como aponta,

[...]o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo -especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007, pp. 20-21).





Partindo da análise de um território simbólico, em que as afetividades, os sentimentos de identificação e a sobrevivência são eixos centrais na disputa entre o capitalismo e o progresso, os personagens que narram as lutas, apontam que não há alternativas em meio aos mandos e desmandos dos que detêm o poder. Na visão de Moraes (2004, p. 1) citando Haesbaert, percebe que este autor associa o termo território como sinônimo de poder e dominação no sentido simbólico.

Um diferencial na definição de território em Haesbaert é a ressalva que faz quanto às relações de poder. Para ele, o território em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (apud, SOUSA, 2019, p. 06).

Haesbaert (2008, p. 404) entende que uma das características da existência do território é a territorialidade. E que esta envolve a dimensão simbólico-identitária e a multiterritorialidade no sentido epistemológico.

Retomando uma argumentação que enfatiza, ao mesmo tempo, a imbricação e a diferenciação entre território e territorialidade, cabe aqui uma distinção muito importante –enquanto o território inclui sempre a territorialidade, esta não envolve, obrigatoriamente, a existência concreta de um território. Territorialidade, além de condição genérica para a existência de um território, enfatiza a sua dimensão simbólico-identitária e, assim, depreendemos que a multiterritorialidade também pode ser, a nível epistemológico, dissociada – uma multiterritorialidade mais funcional, no sentido da mobilidade concreta através de diversos territórios, e uma multiterritorialidade no sentido mais simbólico, não obrigatoriamente coincidentes (HAESBAERT apud SOUSA, 2019, pp. 6-7)

Sob a ótica de Saquet e Silva (2008), são apontadas um conjunto de relações de poder na categoria território e acrescenta que:

[...] o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo. (SAQUET e SILVA, 2008, pp. 8-9).

Nesse sentido, trataremos também do território como disputa de poder e não apenas como a percepção de poder político, como bem lembra Haesbaert (2004), mas de caráter dominador e simbólico, ou seja, de apropriação.

(...) às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico. Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. (HAESBAERT, 2004, p. 3).



E continuando a sequência com a análise do documentário, vemos que os questionamentos, bem como o salientado por dona Maria Barros, deveriam também ser pautados sob a ótica do desenvolvimento real, ou seja, a partir da agricultura familiar que é produzida pelos ribeirinhos e indígenas que residem nas regiões que são impactadas pela UHE. Se esta possibilidade não é levada como alternativa, a realidade é outra: a de não desenvolvimento pós-construção das barragens.

Dona Maria Barros descreve com olhar vagante, sombreado de tristeza e nublado por perdas, que “[...] a palavra da gente não vale coisa nenhuma a não ser o que eles querem fazer. O que adianta a gente dizer que não quer e eles passarem por cima do dito?”. Diz ainda:

[...] na minha mente não acontecia, pois vai ser um deus nos acuda na vida de pobre que vivendo da beira do rio, dos seus terrenos, não pode rebolar... já está localizado, vai desmantelar tudo na vida das pessoas depois de ‘veio’ (sic). É muita dureza. A bondade é só para os lados deles. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Figura 01- Depoimento de possível atingida pela Usina Hidrelétrica de Estreito.



Fonte: Documentário Tocantins rio afogado.

Em sua fala, Maria Barros de forma simples, evidencia as incertezas para as populações tradicionais e ribeirinhas a serem atingidas com o empreendimento da barragem e formação de imenso lago no rio Tocantins, além de explicitar e denunciar de forma veemente que a bondade (desenvolvimento) será de maneira unilateral para eles, neste caso o CESTE- (Consórcio Estreito Energia). Haesbaert (2007) salienta que o processo de desterritorialização deve ser



diferenciado a partir dos papéis reais que os sujeitos têm dentro dos espaços que vivem e que os fazem existir.

(...) O ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o ‘anti-poder’ da violência até as formas mais sutis do poder simbólico. (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Desse modo, Haesbaert (2007), ainda destaca que “territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (idem).

### **Os impactos nas duas terras: a boa e a ruim.**

Uma das denúncias feitas, por meio do documentário é do impacto diretamente nas terras que são utilizadas pelos ribeirinhos para sobrevivência. Dalcivan Rocha, da cidade de Filadélfia (TO) destaca em sua fala que o primeiro impacto é o de “inundar as terras que nós temos”. Ele afirma que há duas terras: a boa e a ruim. “A boa são as terras dos ribeirinhos de primeira qualidade e está ligada diretamente na sobrevivência das pessoas”. Já o segundo impacto é o social.

[...] o afastamento dessas pessoas de seu cotidiano que vem de longas datas. Pessoas que não tem hábitos e nem vontade de morar fora de seus redutos das suas regiões, que produzem ali há muitos anos, nunca enricaram, mas também passaram fome ou ficaram pobres. São pessoas e família que estão vivendo ali há mais de 100 anos, que vem sobrevivendo do que realmente é o rio. Eles sabem produzir as cheias do rio, aproveitando suas vazantes. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Quando Dalcivan Rocha fala do segundo impacto, ele recorre, de algum modo, a territorialidade e o processo de desterritorialização. Sack (1986, p. 219) destaca que territorialidade além de se referir a poder político, relaciona-se com ações e costumes dos sujeitos com a terra (território) que comungam laços.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (apud HASBAERT, 2007, p. 22).



Figura 02- Quebradeira de coco.



Fonte: Documentário Tocantins rio afogado.

A territorialidade é, em tese, a experiência de vida dos sujeitos com os territórios que produzem laços afetivos. Uma das falas que norteiam essa visão é feita por Maria dos Anjos, quebradeira de Coco da cidade de Babaçulândia (TO).

A nossa vida aqui é muito tranquila a gente sobrevive do nosso trabalho. Nós trabalhamos e todos têm sua própria vida. Vivemos do babaçu e a da vazante do rio. Teve pessoas que melhoraram de vida através da venda e negociação do coco. Hoje são fazendeiros e produtores rurais. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Figura 03- Vazanteiro<sup>6</sup> do rio Tocantins.



Fonte: Documentário Tocantins rio afogado.

---

<sup>6</sup> Trabalhador rural que vive em função de plantar e colher frutas em vazantes de frutas e legumes as margens dos rios.



Um outro relato impactante é narrado pelo pescador Seu Limoeiro, que mostra sua insatisfação pela construção da Hidrelétrica de Estreito- MA e acrescenta:

Não quero que faça barragem. Vão fazer porque não é do meu acordo. Eu estou vivendo da beira do rio, vai acabar o rio e vai ficar só a água que não podemos nem tomar dessa água parada e poluída. Vão ficar todo mundo perdido com a cabeça doída. De quando começou esta barragem localizou o juízo no lugar certo, preocupado para onde é que vai. Já tivemos outros exemplos de barragens por aí, só a desgraça, a fome e as coisas ruins. Eu não posso ser a favor da barragem, porque na barragem não encontro nenhuma utilidade de bem aqui para nossa região. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Dona Maria dos Anjos, quebradeira de coco, e seu Limoeiro, vazanteiro e pescador, evocam suas relações com a terra, com a água e com as vivências produzidas com e para a terra, que os fazem viver, pois o Estado, enquanto instituição que poderia dar vida, nega e ainda tenta (e consegue) silenciar, não só as vozes, mas também o ser e estar presente em seus espaços territoriais.

Os territórios existem, porque existem as territorialidades, que são afirmadas e reafirmadas continuamente pelas suas relações. No entanto, quando há uma construção de uma usina hidrelétrica, há tristeza, sofrimento, inquietude e, sobretudo, insegurança. Um relato dramático é dado por Maria Barros, impactada pela usina de Estreito.

A história da barragem estou enxergando de maneira muito dolorosa. Não sei se é do jeito que penso, mas para mim ela só vem trazer miséria, tristeza, sofrimento, para alguém que não tem nem condição de sair mesmo das suas casas para andar perambulando mais ali a fora. E com isso com tudo que está surgindo, eu não sei o que pode vim de bom ou ruim para a gente e o que acho é que não vem nada de bom não. Na minha visão só vem o que é ruim. Mas a palavra da gente não vale coisa nenhuma, se é isso que eles querem fazer. O que que adianta dizer a gente dizer que não quer e eles passar por cima de todos os ditos. Só que na minha mente mesmo ela não acontecia era nunca. Que vai ser um deus nos acuda na vida de muito pobre coitado que tem por aí, vivendo da beira do rio, dos seus terrenos que não pode mais nem se rebolar para muitas coisas. Já está localizado em seus lugares, para ir desmantelar tudo na vida das pessoas depois de velho. É muito dureza. A bondade é só mesmo para o lado deles porque acho que para gente não vai ter bondade nenhuma. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

As palavras de dona Maria Barros permitem destacar que a cultura é também um dos fatores determinantes para a constituição das territorialidades. Os empreendimentos capitalistas que sugerem a construção das barragens e que as concretizam, sem que os principais sujeitos sejam os principais ouvidos e os principais no processo de pensamento e realização das obras. Há, nesse sentido, um choque cultural não só por quem se apresenta como instrumento do capitalismo, frente às populações ribeirinhas, mas ao mesmo tempo, à cultura comungada pelos sujeitos que são diretamente impactados pelas usinas e seus feitos ambientais.



## Sentimentos e descrenças

Os povos indígenas também foram impactados pela ascensão das usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins. O desenvolvimento, que, neste caso, é de teor capitalista, nega não somente a existência da cultura local, mas também da população indígena. Os povos Xerente foram um dos impactados pela usina hidrelétrica de Estreito, dentre os problemas causados elenca-se, segundo Venâncio e Chelotti (2017), a insegurança alimentar, perda de território e aumento dos conflitos de terra. Além dos povos Xerentes, o documentário visibiliza as vozes de indígenas da Comunidade Krahô, que faz parte do Município de Goiatins - TO.

A indígena Gercila Krytwsy da comunidade Krahô de Goiatins pondera que:

Eu não estou querendo que apareça esta barragem. A água daqui (rio Tocantins) vai subindo e vai pegar o rio Vermelho (pois moramos ali as suas margens) e o de lá vem o veneno da soja vai encontrar um ao outro. Como que nós vamos usar mais o rio Vermelho? Como que nós vamos querer (usar) a nossa cultura e as nossas comidas? Porque os que estamos tendo a beira do rio Vermelho é nossas vazantes é nossas rocinhas. É disso que estou preocupada. E se eu pudesse que não aparecesse essa barragem, pra mim era muito bom. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

As vazantes do rio (local onde indígenas realizam suas roças tradicionais) é que fazem esses povos ribeirinhos sobreviverem, sobretudo os povos indígenas que, há séculos, sobrevivem de suas experiências com a mata, pesca e alimentação orgânica. Além de Gercila Krytwsy, o indígena Alberto Harpyhy manifesta preocupação com a construção da barragem e comenta que:

Essa é uma preocupação que estamos tendo nós indígenas. Eles querem trazer desenvolvimento para o nosso país, mas fico pensando se não tem um outro jeito de trazer desenvolvimento para o nosso país sem estas tantas “mil” barragens”. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Essas falas evidenciam as memórias coletivas que são destacadas pelos sujeitos, quanto a sua história de vida, de luta, de como seus familiares foram importantes para construir os espaços que hoje estão tomados pelas usinas hidrelétricas. Maurice Halbwachs aponta que memórias coletivas,

[...] nossas lembranças permanecem coletivas e não nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que os outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).



Halbwachs (2006) adverte que a memória coletiva, nestas circunstâncias, é permeada de reconstruções de grupos sociais inseridos em determinado contexto sócio espacial, territorial e temporal. Há nas vozes desses sujeitos, cujo documentário viera ressaltar como personagens centrais, sentimento de perda e desorientação. Não há diálogo humanizador e solucionador; não há perspectivas de melhorias com a chegada das usinas e, tampouco, desenvolvimento. Há, sem sombra de dúvidas, o questionamento que volta, constantemente, a se repetir: Progresso para quem? E neste caso aponta para o lado do empreendedor e construtor da hidrelétrica de Estreito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documentário “Tocantins, Rio Afogado” busca denunciar, por meio das vozes de sujeitos que sentem os resultados das construções de usinas hidrelétrica ao longo do rio Tocantins, o (des)pertencimento das populações ribeirinhas que foram diretamente atingidas. Territórios abalados, territorialidades esquecidas. Os espaços e sentimentos identitários não despertaram nos desenvolvedores das usinas o sentimento de respeito, o apreço à cultura e as regionalidades. O capitalismo, revertido de ideais de progresso, articularam com os poderes públicos e privados a “invasão”, impondo o “desenvolvimento” como única forma de sobrevivência de todos.

Nichols salienta que o documentário é a voz do orador, isto é, “(..) consegue abarcar razão e narrativa, evocação e poesia, mas faz isso com o objetivo de inspirar confiança ou instilar convicção no mérito de um determinado ponto de vista sobre uma questão controversa.” (NICHOLS, 2005, p. 80). Dentro dessa perspectiva, o documentário reforça a constituição desses sujeitos como atores principais e busca evidenciar a representação social, que para o autor, é o compartilhamento de experiências sociais pelos sujeitos que compõe a narrativa fílmica.

Dessa forma, um dos grandes desafios em estabelecer conexão com as realidades transmitidas pelo documentário “Tocantins, Rio afogado” é de que esses sujeitos continuaram a reivindicar seus direitos, sendo o principal: o de (re)existir em suas terras de origens.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. G. **Espaço, Poder e Nação: Bases para a Constituição de um Estado-Nação**. In: Revista Geografia em Atos (Geoatos online), v. 3, n. 10, p.5-31, jan-abr/2019.

ARAÚJO, Amarildo Silva. **Desterritorialização da comunidade de Apinajés em São João do Araguaia (PA) na perspectiva da construção da Usina Hidrelétrica de Marabá**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Curso de Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

BRITO, Hélio; BRITO, João Luiz Neiva. **DOCUMENTÁRIO TOCANTINS RIO AFOGADO**. Palmas/TO: 2005, Rede Sat Tocantins- TV Palmas.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. UFF, GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. De Saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. Polis, **Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 8, N° 22, 2009, p. 121-136.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. In: ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. pp. 24-42 [www.geouerj.uerj.br/ojs](http://www.geouerj.uerj.br/ojs).

SOUSA, Adicleia Nascimento. **Os territórios simbólicos no processo de territorialização e desterritorialização cultural, na perspectiva de Rogério Haesbaert**. Jamaxi, UFAC, ISSN 2594-5173, v. 3, n. 2, 2019.





SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I.E., de.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** 15ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VENÂNCIO, M.; CHELOTTI, M. C. A construção da barragem de Lajeado no rio Tocantins e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 40 Abr., p. 409-438, 29 jun. 2021.

**Artigo recebido em: março/2023**

**Artigo aceito em: maio/2023**



**A LINGUAGEM TEATRAL DE ABDIAS NASCIMENTO:  
“SORTILÉGIO” E A FORÇA DO DISCURSO FICCIONAL PARA  
AÇÃO POLÍTICA NEGRA.**

***THE THEATRICAL LANGUAGE OF ABDIAS NASCIMENTO:  
“SORTILÉGIO” AND THE STRENGTH OF FICTIONAL DISCOURSE  
FOR BLACK POLITICAL ACTION***

Rodrigo Freitas Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Buscando valorizar as interações entre arte e sociedade, mais especificamente as que envolvem História e Teatro, este texto recupera a trajetória teatral de Abdias Nascimento com o objetivo de analisar o texto dramático *Sortilégio*, escrito em 1951 e encenado pela primeira vez pelo Teatro Experimental do Negro, em 1957. A importância da peça se dá por vários aspectos, com destaque para a inserção de temas que envolvem a população negra nas páginas da dramaturgia nacional brasileira e em nossos palcos. Tomando o texto dramático e as condições de sua escrita como referência, exploramos duas discussões ao longo do artigo: a importância da elaboração ficcional para o discurso político e as relações que envolvem a modernidade teatral brasileira por meio da noção de negritude de Nascimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abdias Nascimento – *Sortilégio* – História e Ficção

**ABSTRACT:** Seeking to value the interactions between art and society, especially those History and Theater, this paper recovers the theatrical trajectory of Abdias Nascimento with the purpose to analyzing the dramatic text *Sortilégio*, written in 1951 and staged for the first time by Black Experimental Theater, in 1957. The importance of this piece is due to several aspects, with emphasis by the insertion of themes that involve the black population in the pages of brazilian national dramaturgy and stages. Taking the dramaic text and the conditions of its writing as a reference, we explore two discussions in this article: the importance of fictional elaboration for political discourse and the relationships that involve brazilian theatrical modernity throught Nascimento’s notion of blackness.

**KEYWORDS:** Abdias Nascimento – *Sortilégio* – History and fiction

---

<sup>1</sup>Doutorado e Mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [rodrigo.costa@uftm.edu.br](mailto:rodrigo.costa@uftm.edu.br)



## INTRODUÇÃO

Com *Sortilégio* que preenche um dos espaços mais fortes do moderno teatro brasileiro, Abdias do Nascimento já não permite dúvidas quanto à sua vocação de autor teatral. Ator e poeta, retirando de si mesmo esse conteúdo temático que será mais vivo à proporção que escorre do nosso próprio sangue, sua estreia em livro como dramaturgo é tão decisiva que sua peça já se incorpora, desde agora, à mais autêntica ficção brasileira.

Adonias Filho, Diário de Notícias, 10/10/1958

Duas efemérides marcam este ano em que reeditamos *Sortilégio*, o mistério negro de Abdias Nascimento: os duzentos anos da independência brasileira e os Cem Anos da Semana de Arte Moderna. Ambas permanecem como referências basilares da identidade nacional, registradas na memória convencional como fenômenos nitidamente brancos e paulistas. Assim contribuem para um imaginário branco e paulista dessa própria identidade. A pela *Sortilégio* e o contexto de sua gênese, o Teatro Experimental do Negro (TEN), pertencem ao campo da contestação dessa memória vigente.

Elisa Larkin Nascimento, apresentação da edição do texto dramático *Sortilégio* em 2022.

Entre os diversos textos teatrais brasileiros, *Sortilégio*, de Abdias Nascimento, chama a atenção por colocar em cena a dificuldade de sobrevivência da população negra no Brasil, principalmente porque essa problemática é tratada por meio da perspectiva cultural e religiosa de origem africana, tornando, assim, a linguagem teatral e o recurso ficcional uma forma de afirmação política e expressão da coletividade africana em terras brasileiras. Esse é um projeto corajoso, para um país conservador, que invisibilizou historicamente as práticas culturais negras e onde ainda existem, infelizmente, setores sociais que nutrem profundo preconceito pela cultura e as religiões de matriz africana.

No que diz respeito especificamente ao Teatro Negro, muito ainda precisa ser explorado pelo grande público, pela crítica teatral e também no campo acadêmico com o objetivo de dar voz às diversas práticas cênicas produzidas em nosso território, pois como ressalta Leda Maria Martins, “esses grupos e movimentos configuram todo um viés da tradição teatral brasileira,



como uma linguagem estética que se instaura como rasura da doxa, como uma coreografia da diferença que realça os mais polifônicos matizes de nossas alteridades constitutivas, nos palcos e nas ruas” (2006). Nesse ambiente, a produção ligada ao Teatro Experimental do Negro (TEN) ganha destaque por seu pioneirismo e força em termos de divulgação e reconhecimento artístico e acadêmico. Por isso, este artigo tem por objetivo ressaltar os valores da população negra para o Brasil, reforçar a luta contra o racismo e reafirmar a importância cultural e política de Abdias Nascimento levando em conta os encontros entre História, Teatro e Ficção. Para tanto, lançaremos mão do texto dramático *Sortilégio*, compreendendo-o como elaboração estética destinada a pensar e redimensionar os eventos que envolvem as experiências de resistência dos povos negros em nosso país.

### **O drama de Emanuel e a luta pela sobrevivência dos povos negros**

Escrita em 1951, encenada pelo Teatro Experimental do Negro em 1957 e reescrita em 1977, *Sortilégio* coloca no centro da arena teatral alguns meandros que envolvem a vivência e a luta pela sobrevivência de pessoas negras em solo brasileiro. A religiosidade africana, com seus ritmos e movimentos, é a base de onde os personagens estabelecem suas ações.

O texto dramático se estrutura em torno do personagem Doutor Emanuel, homem negro, recém formado em Direito e que atua como advogado. Em sua volta estão duas mulheres: Ifigênia, mulher negra, ex-namorada de Emanuel e que no momento em que se passa o enredo é prostituta, e Margarida, mulher branca e jovem, casada com o advogado. A ação da peça ocorre no alto de um morro em meio a um ritual religioso de origem africana. A vida privada e as escolhas de Emanuel – ligadas à sua condição de homem negro - são reveladas ao leitor-espectador em meio ao ritual religioso, que é composto obviamente por outros personagens articulados àquele espaço: três Filhas de Santo, a Ialorixá (ou Babalorixá), Orixás, Iaôs, Omulus, etc.

O ritual domina todo enredo da peça, aliás ele é preparado para receber Emanuel que naquele momento foge da polícia. Além de organizar o ambiente, as Filhas de Santo apresentam ao leitor-espectador os três personagens da trama:

FILHA I: O despacho está feito.

FILHA II: Despacho forte.

FILHA III: Pronto! Obrigação cumprida!



TODAS (*juntas, devagar*): Serviço bem-feito.  
FILHA II: Emanuel não demora...  
FILHA I (*corrigindo*): Dobre a língua. É doutor Emanuel.  
FILHA III (*irônica*): Doutor lá para a branca dele. Comigo não!  
FILHA II (*conciliadora*): Há uma preta também na história: Ifigênia. Não se esqueçam.  
FILHA III (*polêmica*): Tinha horror de ser negra.  
FILHA II: Mas botaram nela nome de santa – Ifigênia. Uma santa trigueira.  
FILHA III (*veemente*): Negra. Santa negra. Ninguém escapa da sua cor.  
FILHA I (*lírica*): Queria ser branca... branca por dentro... ao menos por dentro...  
FILHA III (*violenta*): Ninguém escolhe a cor que tem. Cor da pele não é camisa que se troca quando quer. (*exaltada*) Raça é fado... é destino!  
(...)  
FILHA II: Será que cor é mesmo destino?  
FILHA III (*convicta*): O destino está na cor. Ninguém foge impune do seu próprio destino.  
FILHA I: Parece que está certo. Veja o exemplo de Margarida. Desde pequenina tinha uma fixação no sexo negro. Mamou no seio da ama preta... Cumpria até preceito para Iemanjá...  
FILHA III: Mas no final das contas humilhou o negro seu marido. Largou na miséria a ama de leite que ela chamava de mãe.  
FILHA II: Preto quando renega a Exu...  
FILHA I: ...esquece os orixás...  
FILHA II: ...desonra a Obatalá... (NASCIMENTO, 2022, p. 34-36)

A problemática da peça se expressa de maneira imediata: ser negro em uma sociedade branca. Emanuel renega sua origem buscando alcançar a ascensão social. É um homem negro que diz não acreditar, e até zomba, da religião de seu povo. Lembra dos ensinamentos cristãos de sua mãe, quando está diante dos elementos religiosos africanos, estuda Direito, torna-se advogado e tenta, a todo custo, ser incluso entre os brancos. Mesmo gostando de Ifigênia, sua primeira namorada, prefere se casar com Margarida, uma mulher branca que sente atração por homens negros desde o tempo em que via os trabalhadores rurais negros sem camisa na fazenda do avô. Por sua vez, Ifigênia é enganada por Emanuel e torna-se prostituta.

No Brasil, os espaços sociais e de trabalho estão demarcados, obviamente, pela perspectiva de classe, mas também pela questão racial. Aliás as práticas de exploração no mundo do capital estão bem articuladas às questões de classe, gênero e raça. Historicamente, os negros ocupam posições de trabalho inferiores e o fato de muitos conseguirem estudar e entrar no mercado de trabalho formal, não exclui o preconceito e a marginalização. Na peça, escrita na década de 1950, a narrativa do dramaturgo está voltada para a ótica individual, porém o sentido social e histórico da individualidade negra é que precisa ser percebido. Emanuel fez



de tudo para se integrar ao mundo à sua volta, abriu mão de suas práticas identitárias e do amor pela namorada, casou-se com uma branca e tornou-se “doutor”. Mas isso não fez dele uma pessoa integrada, ao contrário.

Em uma das cenas, Emanuel relata o momento em que está numa delegacia para defender um cliente e recebe voz de prisão do delegado, pois não é reconhecido como advogado pelo fato de ser negro. Ele sofre com a sua condição de pária, no mundo do trabalho não é bem recebido pelos brancos, além disso, é mal visto entre os negros e jamais será parte da família de Margarida. O drama pessoal de Emanuel, construído por Abdias, tem uma perspectiva social. Apesar da peça girar em torno de uma personagem bem definida, com todas as suas contradições pessoais, o que interessa é a construção social que gera o imbróglio pessoal.

Nesse contexto, o papel da ficção, por meio dos personagens é central, pois o discurso ficcional possibilita ao leitor-espectador se colocar diante de situações complexas e tomadas de decisões difíceis que precisam ser compreendidas a partir das condições que as geraram.

Anatol Rosenfeld, ao discutir o papel da personagem de ficção apresenta considerações importantes que nos ajudam a refletir sobre os personagens criados por Abdias Nascimento:

[...] a grande obra de arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com seres humanos de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar (exemplar também no sentido negativo). Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores. Muitas vezes debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos ou luminosos. Estes aspectos profundos, muitas vezes de ordem metafísica, incomunicáveis em toda a sua plenitude através do conceito, revelam-se, como num momento de iluminação, na plena concreção do ser humano individual. São momentos supremos, à sua maneira perfeitos, que a vida empírica, no seu fluir cinzento e cotidiano, geralmente não apresenta de um modo tão nítido e coerente, nem de forma tão transparente e seletiva que possamos perceber as motivações mais íntimas, os conflitos e crises mais recônditos na sua concatenação e no seu desenvolvimento. O próprio cotidiano, quando se torna tema da ficção adquire outra relevância e condensa-se na situação-limite do tédio, da angústia e da náusea. (ROSENFELD, 2004, p. 45-46)

Um dos elementos que importam no caso da personagem ficcional, segundo Rosenfeld, é exatamente o confronto de pessoas com “seres humanos de contornos definidos e definitivos”



oferecidos pela ficção. Emanuel e os demais personagens da peça são desses seres humanos de “contornos definidos e definitivos”, porém, os que leem o texto dramático ou assistem ao espetáculo teatral são pessoas que vivem situações sociais concretas que precisam ser pensadas e refletidas criticamente. São as vivências do leitor e do espectador que importam, e elas podem e devem ser repensadas.

Ao longo da peça, as Filhas de Santo, cada uma a seu modo, atuam como o contraponto ao fato que se desenrola em cena e, com isso, faz o leitor-espectador compreender o ponto de vista da população negra diante da realidade expressa pelas escolhas de Emanuel. Narradoras, elas trazem a consciência externa da ação e essa, por sua vez, é a percepção dos povos negros. Ou seja, daqueles que sempre foram explorados e que, a partir da experiência do personagem central, precisam compreender que entre a luta e a integração, só existe um caminho possível. Além daqueles que historicamente são explorados, a “concreção do ser humano individual” é também importante como denúncia contra a “democracia racial”, importante bandeira de luta de Abdias Nascimento e das diversas ações do movimento negro espalhado pelo Brasil.

A peça não é dividida em atos, o espaço da ação ocorre inteiramente no morro e em meio ao ritual religioso, porém o tempo da narrativa muda por meio das lembranças de Emanuel materializadas em cena. Recorreremos aqui a algumas dessas lembranças, todas elas ajudam o leitor-espectador a compreender o espaço e as transações que Emanuel vai construindo ao longo de sua vida.

A situação do advogado com Ifigênia e Margarida são fundamentais para as cenas. Emanuel chega ao morro fugindo da polícia, pois há indícios que ele tenha matado sua esposa. O espectro das duas mulheres aparece nas suas lembranças e vão compondo as memórias daquele que lutou para ser inserido na sociedade branca. Estabelece-se, assim, um forte conflito pessoal. Ifigênia cobra de Emanuel o fato de ter sido desprezada e, por isso, ter se tornado prostituta, ao passo que Margarida surge como uma branca que sente atração por negros ao mesmo tempo que nutre desprezo pela população de origem africana, inclusive ela aborta um bebê que esperava de Emanuel pois não quer ser mãe de filhos negros.

*[...] Emanuel desce para o primeiro plano. Tira a gravata, enxuga o suor. Ifigênia desaparece. Mais calmo, Emanuel se aproxima da ribanceira.*

EMANUEL: Ainda não vejo ninguém. Mas tenho certeza de que eles virão. Nem aqui no alto do morro nos dão sossego. Negro desce toda manhã... Faz força de sol a sol, quebrando pedra, tirando lixo das ruas, carregando peso no



cais do porto... É só o que lhe permitem fazer. Ou do contrário o negro está curvado à porta dos gabinetes (*imita grotescamente*) “Sim senhor... não senhor... Sim senhor...” O negro desce o morro, mas... sabe lá se volta! Quando não é preso lá embaixo como marginal, perseguem o desgraçado até cá em cima. Quem não vira valente? Branco ou preto? E se defende? A pau... a bala... ou a faca? (NASCIMENTO, 2022, p. 55-56)

A fuga, o peso da morte de Margarida e a responsabilidade por ter deixado Ifigênia, vai fazendo de Emanuel um personagem que se situa entre a consciência social de sua negritude e a necessidade que cria para si mesmo de se inserir no mundo dos brancos. Sendo alguém que força para ser o que não é, num espaço em que é rejeitado e atacado, Emanuel apresenta momentos de compreensão da condição sobre ser negro no Brasil ao longo do tempo. A forma como o dramaturgo constrói a cena, favorece o olhar crítico do leitor-espectador, pois coloca na boca daquele que renega a sua origem, o reconhecimento de marginalidade que os negros vivem em nosso país. A culpa, a responsabilidade ou a carga que Emanuel carrega, e que é o tempo todo reforçada pelas Filhas de Santo, por Ifigênia e por Margarida, deixa de ser apenas uma questão individual, ou de foro íntimo, quando o próprio Emanuel retoma, no seu ato de rememoração, as questões sociais que dão forma e sentido à exclusão do negro ao longo de nossa história.

O drama pessoal, composto por Abdias Nascimento, não é explicado apenas pela escolha de interesses privados do personagem, mas como parte de uma coletividade. Nesse sentido, a localização geográfica da cena, no alto de um morro e em meio ao ritual, é fundamental para que a consciência do personagem surja a partir de sua condição histórica e social. A falta de acolhimento entre os brancos, aliada ao crime que ele comete, o faz buscar refúgio nas suas origens, onde consegue pouco a pouco enxergar os limites do tipo de inclusão que ele buscou entre os brancos.

O enredo continua a se desenvolver com momentos em que Emanuel renega com mais ou menos veemência as suas origens. Os diálogos com os espectros de Ifigênia e Margarida vão se intensificando e o leitor-espectador conhece as vontades e as intenções dos personagens. Mas ao final, fica claro que o ritual preparado no alto do morro pela Babalorixá e pelas Filhas de Santo é uma cerimônia que visa a volta de Emanuel para suas origens. Sendo assim, os momentos de consciência da condição de negro vão aflorando com mais intensidade e, talvez o mais importante, o personagem novamente releva ao leitor-espectador a condição social da exclusão.





FILHA I: Ancestrais... nossos mortos queridos, sejam bem-vindos!

FILHA II: Oh, vós, que nos precederam, vinde!

FILHA I: Oh, vós, continuadores da nossa família no mundo dos invisíveis, aparecei!

FILHA III: Surgi do coração da terra, oh, Eguns! Vinde e iluminai o difícil mistério da transição de Emanuel!

*Toque característico de Omulu-Obaluaiê: saúdam “Atotô! Atotô!” Surge a Teoria dos Omulus, o rosto coberto de fibras longas ou tiras de pano, em cores escuras: é o presságio da morte. Emanuel estremece, fala com profunda angústia, após a dança e a saída de cena dos Omulus.*

Emanuel: Vida, morte, tudo é o mesmo, é tudo igual. Acho que não vou durar muito. Sinto meu fim próximo. Acabo como um estranho, estrangeiro que fui no mundo que brilha lá embaixo. Será mesmo uma cidade feliz? Não sei... Quem o saberá? Ninguém sabe de paz, de liberdade. Somente sei que naquele mundo não houve lugar para mim. Um canto onde pudesse viver sem humilhações. Um país que não fosse hostil. Em todas as partes é o mesmo: eles, os brancos, de um lado. De um lado, não. Por cima. E o negro surrado, roubado, oprimido, assassinado. Até mesmo na África! Mesmo nas terras de Lumumba ou Henri-Christophe, não estamos seguros em nossa liberdade. Oh! estou sozinho... e vencido! (NASCIMENTO, 2022, p. 82)

“Lá embaixo” o negro não sabe o que é liberdade, se sente como um estrangeiro no mundo construído para os brancos. No processo de transição de Emanuel, o que está em jogo é o reconhecimento que existem mundos distintos, diferentes, estabelecidos e passíveis de serem sentidos conforme a origem das pessoas. No início da peça, a Filha de Santo III lembra que “raça é fado” e que “cor de pele não é camisa que se troca quando quer”. O problema, evidentemente, é a maneira como a sociedade brasileira foi construída. Há um processo histórico que exclui e aparta nos morros, nas periferias, nas favelas e em diversos outros espaços aqueles que são indesejados pelos que se enxergam como donos da terra, do poder e da ação política. A referência ao morro, acima, e à “cidade feliz, lá embaixo”, é uma forma de aludir à nossa construção histórico-social, que foi realizada por grupos sociais diferentes e em oposição aos que estão “destinados” às periferias. Nesse caso, é importante ressaltar que Abdias Nascimento potencializa no personagem o retorno às suas origens, por mais que isso seja penoso e carregado de consequências para toda a comunidade negra. É em seu meio social que Emanuel deixa de ser estrangeiro, o sentimento de exclusão pode ser superado pelo reconhecimento dos seus. Porém, esse reconhecimento carece de conversão.



O retorno de Emanuel aos seus ocorre ao final do texto dramático, que é construído para esse momento, ocasião em que as forças da ancestralidade negra se fazem presentes e dominam a ação cênica. O que o leitor-espectador tem acesso é à força do reencontro do personagem com o que ele sempre foi, por mais que desejou esquecer para ser aceito na excludente sociedade construída para os brancos.

EMANUEL: Em meu peito, oh, Oxumaré, cintila o reflexo do teu brilho... Serpente que acoirisa este céu de meia-noite, gerador de maravilhas minhas, que na minha noite busquei e me foram doadas... Neste silêncio absoluto que somente eu percebo... às presenças fundamentais que apenas meus olhos distinguem... Proclamo... Celebro...

*Os tambores ruflam vibrantes, as Filhas I, II e III dançam com Emanuel por uns instantes. Depois ele avança para o centro da cena, bem à frente, e confessa com voz firme, calma e pausada.*

EMANNUEL: Eu matei Margarida. Sou um negro livre!

*Novamente alto o ponto de Ogum; calmo e decidido. Emanuel sobre até a pedra de Ogum, onde se coloca de frente para o público, de joelhos. O Orixá fica atrás dele, com a espada suspensa sobre sua cabeça. As Filhas estão a seu lado.*

IALORIXÁ (*dirigindo-se ao pessoal da macumba*): Nossa obrigação quase cumprida está. A dele vai começar, na continuidade dinâmica do axé, na jornada mítica à outra face da existência. Emanuel se acabou, se tornou essência, força vital. (*Os atabaques vibram.*)

CORO: Axé! (NASCIMENTO, 2022, p. 97-100)

Esse retorno não significa a resolução dos problemas sociais levantados no texto dramático. Afinal, problemas históricos que adquirem características estruturais não são superados de maneira rápida e a comunidade negra, da qual Abdias é um grande expoente, sabe bem disso. No entanto, o contato com a problemática que envolve Emanuel apresenta questões profundas para a ação da população negra no Brasil. *Sortilégio* é um texto dramático que visa dialogar com negros que vivem, lutam e tentam sobreviver numa sociedade branca. É impossível dizer, do ponto de vista da recepção, que o texto dramático é voltado apenas para os negros brasileiros, mas é possível afirmar que ele coloca no palco situações que são sentidas, e por isso devem ser enfrentadas de forma diferente, pela população negra. Os brancos, que têm acesso ao texto, podem e devem reconhecer no enredo os sinais profundos de exclusão que existem no país, mas aos negros que muitas vezes precisam se esconder para se sentir aceitos



socialmente, a ação dos personagens surge como uma forma possível de expressão e de luta. Nascimento aponta o espaço ideal dessa luta: é na coletividade, na singularidade religiosa e cultural do povo negro que a ação pode render frutos. Por isso, a conversão de Emanuel ocorre no centro do palco de forma a chamar os leitores-espectadores para a luta contra as naturalizações que a construção histórica estabelece.

Qual espaço a ficção pode ocupar diante de uma situação tão complexa? Para Rosenfeld,

A ficção é um lugar ontológico privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude da sua condição, e em que se torna transparente a si mesmo; lugar em que, transformando-se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando-se de si mesmo, verifica, realiza e vive a sua condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz de desdobra-se, distanciar-se de si mesmo e de objetivar a sua própria situação. (ROSENFELD, 2004, p. 48)

Retomando essas considerações, podemos perceber que o uso do discurso ficcional por Abdias é uma estratégia que visa a atingir e estimular o debate de um problema histórico e social altamente complexo entre os brasileiros. Consideramos, portanto, que o trabalho de Nascimento é composto ao longo de sua vida pelo manuseio de diferentes formas de linguagem e de comunicação que procuram atingir um público amplo e de diferentes formas. A luta contra o preconceito, a discriminação e, principalmente, o reposicionamento histórico, social e político dos negros requer o reconhecimento da amplitude da ação política e, nesse caso, recorrer à elaboração ficcional e aos palcos é um passo central para quem compreende o ambiente social como um todo incapaz de ser alterado exclusivamente pelos discursos acadêmicos ou político partidários, por exemplo.

### **Condições de elaboração do texto dramático**

*Sortilégio* pode ser compreendida como referência da luta dos negros para a história do teatro brasileiro, para a nossa dramaturgia e a cena teatral que, durante anos, renegou as influências culturais e artísticas de origem africanas nos palcos. Além das duras condições políticas e sociais que os negros enfrentaram, e ainda enfrentam, pouco se fala de suas influências culturais para o teatro. Leda Maria Martins ressalta que até o início do século XX a população negra sofreu fortes situações de invisibilidade nos nossos palcos. Se, desde o século XIX os negros eram estereotipados em cena, com teor preconceituoso e grosseiro, sendo



inclusive apresentados como o avesso dos personagens brancos, algo fortemente marcado pela visão eurocêntrica de mundo, no século seguinte a ausência da cultura negra dos palcos foi tida como natural. O que pode ser sentido em termos cênicos – ausência de atores negros em cena ou atores brancos com rosto pintado de negro representando personagens estereotipados – e também em termos dramaturgicos, com a inexistência quase completa de textos dramáticos que tratassem das questões negras, escritos por dramaturgos negros. Isso sem mencionar a performatividade de origem africana que, durante anos, foi sequer reconhecida. (MARTINS, 1995). Frente a isso, é importante tratar das condições em que *Sortilégio* foi elaborada com o objetivo de compreender as articulações entre a condição social e histórica do negro brasileiro e o discurso ficcional.

Não se pode negligenciar que a peça de Abdias é fruto de um contexto de luta política vinculada às ações do Movimento Negro brasileiro e do Teatro Experimental do Negro, criado no Rio de Janeiro em 1944 e formalmente em atuação até 1968, quando seu criador se exilou nos Estados Unidos devido à ditadura militar brasileira. Além do objetivo de inserir os negros na cena teatral por meio da dramaturgia e dos palcos, o TEN atuou como importante instituição de formação política. Ao congrega negros e negras em torno das artes cênicas, o grupo realizou inúmeras atividades de formação e debates, como concursos de beleza das mulheres negras e ações para estimular a presença afro nas artes em geral.

Além disso, promoveu em 1945 e 1946, a Convenção Nacional do Negro, em 1950, o I Congresso do Negro Brasileiro, Seminários de Grupoterapia e, por fim, criou o Instituto Nacional do Negro. Atualmente, o trabalho de anos desenvolvido pelas múltiplas facetas do intelectual, artista e político Abdias do Nascimento é preservado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO), com amplo acervo na internet e a realização de atividades em várias frentes para a promoção e ação dos povos de origem africana no Brasil.

O Teatro Experimental do Negro funcionou como um espaço de congregação, formação e engajamento político em torno de um tema fundamental para a nossa concepção histórica ao estimular e redimensionar o sentido da ação política dos negros no Brasil<sup>2</sup>. Utilizar o teatro como espaço de atuação significou dar visibilidade a uma forma de ação amplamente renegada,

---

<sup>2</sup> Além de Abdias Nascimento, participaram dos projetos do Teatro Experimental do negro Aguinaldo de Oliveira Camargo, Lea Garcia, Ruth de Souza, Arinda Serafim, Claudiano Filho, Tibério Wilson, Ironildes Rodrigues, Teodorico dos Santos, José Herbal, Marina Gonçalves, Mercedes Batista, Haroldo Costa, Enrico Bianco, Solano Trindade. Brutus Pedreira, Augusto Boal e Santa Rosa, além de apoiadores de peso na cena teatral, como Bibi Ferreira.



como bem pontua a pesquisadora Leda Maria Martins, e chamou a atenção para um tipo de linguagem artística que geralmente se reconhece exclusivamente como europeia. Geralmente os sentidos e as formas da representação nos palcos e da literatura dramática são compreendidos a partir da formação eurocêntrica que se sobrepôs, durante anos, a outros tipos de experiências cênicas e rituais. Portanto, as artes cênicas e os vários debates que envolvem os palcos e a criação ficcional foi um espaço privilegiado utilizado por Abdias para a afirmação da presença negra no Brasil, como já exposto anteriormente.

O trabalho desenvolvido por Nascimento se colocou na esteira de ações importantes realizadas desde os anos 1920, como o jornalismo militante negro e a Frente Negra Brasileira, criada por José Correia Leite, e em atuação de 1931 a 1937.

A Frente Negra procurava um novo lugar para o negro na sociedade brasileira, e seu caráter era integracionista, como a maioria das manifestações afro-brasileiras da época. O TEN, da mesma forma que a Frente Negra, não defendia o retorno à África, nem o separatismo étnico divulgado nos Estados Unidos: seguia mais a linha da negritude dos poetas franceses que celebravam a volta à Mãe África. O conceito de negritude, recriado e repensado no Brasil por Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, procurava as origens africanas do negro dentro da sociedade brasileira, e não propriamente na África. A ideia de negritude adaptou-se ao contexto brasileiro e tornou-se integracionista. Uma ilustração desta visão é a encenação pelo TEN da peça *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, em dezembro de 1948, que buscava no candomblé da Bahia as raízes do negro brasileiro, fazendo da Bahia uma nova África mítica. (DOUXAMI, 2001, p. 322)

Em contato com o senegalês residente em Paris, Alioune Diop, militante da negritude e fundador de um teatro negro na capital francesa nos anos 1940 e do jornal *Présence Africaine*, Abdias fez parte de um espaço de atuação política que envolvia a noção de “intelectual público”. Ou seja, no ambiente francês de meados do século XX, a militância intelectual expressava suas considerações sobre os diversos temas que marcavam o debate da época e se fazia ouvir por diferentes meios, inclusive os artísticos culturais.

Após estudar na Argélia e na Sorbonne, Alioune Diop se tornou professor de literatura clássica em Paris, sendo inclusive eleito representante de Senegal no Senado Francês, em 1946. Já em 1956, fundou a *Société Africaine de Culture* e organizou o primeiro Congresso Internacional de Artistas e Escritores Negros realizado em Paris com a participação de autores de todo mundo. Além disso, trabalhou ativamente com escritores, poetas e dramaturgos como



Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor, importantes intelectuais da negritude e figuras importantes para a formação de Abdias Nascimento.

Fora essas questões, cabe lembrar que o colonialismo francês, em especial no norte da África com as lutas de independência dos povos africanos, foi fortemente criticado e rediscutido nesse momento e nos anos seguintes à ocupação nazista da França por nomes de peso da intelectualidade francesa, com Jean-Paul Sartre. É indiscutível a importância e o impacto das publicações de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961) para a luta de libertação dos negros contra as diversas fases do colonialismo europeu.

Ao mesmo tempo em que Abdias deu continuidade à tradição de luta dos negros brasileiros organizados, por exemplo, desde a Frente Negra Brasileira, ele se integrou às formas de luta de sua época, inclusive aquelas que se estabeleciam em outras partes do mundo, especialmente na França. Tudo isso, aliado ao comprometimento com a noção de negritude, permitiu que o militante brasileiro compreendesse, ao modo de Diop e outros, que as linguagens artísticas são importantes formas de atuação quando se busca uma ação política que aprofunde o debate da integração e do redimensionamento identitário. Desse ponto de vista, Abdias soube articular a excludente realidade nacional brasileira ao debate artístico e procurou dar forma à presença negra em espaços que, até então, eram predominantemente brancos. O teatro negro brasileiro, finalmente, entra para a cena artística e política do país pelas mãos de Abdias do Nascimento, que soube dialogar com o momento da militância negra internacional e reconheceu os aspectos formais então existentes nos centros de produção teatral no Brasil.

O TEN, usando formas do teatro convencional europeu, procurava características estéticas próprias que, sob influência da cultura africana, juntava dança, teatro, música e poesia. Eles podem ser considerados os primeiros *performers* do palco nacional, visto que juntaram as artes cênicas em geral. Roger Bastide analisou o teatro negro como sendo uma simples repetição do teatro dos brancos, e o estudava somente em função do seu aspecto militante e não artístico. Porém, os jornais da época reconheceram a “ousadia artística” do TEN, e isso confere um outro valor ao trabalho da Companhia. Nessa estética, eram utilizados recursos novos e pouco correntes no teatro brasileiro, como as técnicas de iluminação no palco, que Zibgniew Ziembinski iniciou com o seu Teatro dos Comediantes. O desaparecimento do “ponto” (pessoa escondida do público, que ajuda o ator a lembrar o texto) também contribuiu para dar a esse teatro uma nova vida, sem a expressão mecânica característica dos atores da época. O cenário também teve inovações com a colaboração de Enrico Bianco e Tomás Santa Rosa, que, como pioneiros da cenografia teatral no Brasil, começaram a criar cenários



em três dimensões e vários níveis, com materiais diferentes etc. (DOUXAMI, 2001, p. 321)

A noção de negritude permitiu ao dramaturgo Abdias Nascimento a construção de *Sortilégio*, que colocou no centro do palco o ritual do candomblé servindo de base para a discussão racial no Brasil. É fato que o processo de integração identitária dos negros no mundo dos brancos já havia sido discutido sob diferentes aspectos, inclusive pela literatura internacional, mas ao fazer isso com o recurso ficcional e a linguagem cênica, o dramaturgo não apenas colocou a população negra em um espaço que a ela foi negado. Ele integrou criticamente essa população nos espaços de modernidade artística que eram reconhecidamente brancos. A personagem de Emanuel, os espectros de Ifigênia e Margarida, bem como os elementos narrativos que surgem das falas das três Filhas de Santo, cumprem também o papel de inserir na chave da modernidade teatral da época o elemento negro. Os diferentes planos narrativos que a peça apresenta bem servem a esse papel.

A maior parte da literatura que trata da cena teatral brasileira moderna está pautada em marcos e atuações de grupos teatrais que, predominantemente, estavam em diálogo com noções e com os debates formais europeus (MAGALDI, 2004). A atuação de Abdias Nascimento como dramaturgo ao escrever *Sortilégio* está ligada à noção de negritude, o que permitiu ao autor um processo de integração entre o tema e o contexto da peça com os aspectos formais do drama.

A estrutura do texto dramático, como apresentamos acima, cumpre a estrutura do que pode ser reconhecido como uma tragédia no sentido clássico do termo. Emanuel de forma parecida com os heróis gregos enfrenta situações difíceis, desafia o seu próprio destino, renega suas origens, provoca os orixás e cai. Depois disso, sofre no terreiro do candomblé a purgação e retorna às suas origens. Para o público a catarse cumpre o papel da tragédia.

O efeito trágico deve deixar no espectador uma impressão de elevação da alma, um enriquecimento psicológico e moral: eis porque a ação só é verdadeiramente trágica quando o herói oferece ao público, em sacrifício, esse sentimento de transfiguração (terrore piedade). (PAVIS, 1999, p. 418)

A ação trágica de Emanuel inscreve *Sortilégio* no ambiente da cena brasileira dos anos 1950, a mesma que buscava índices de modernidade não apenas no campo dramaturgicamente, mas também na composição cênica. Sobre esse assunto, o TEN também não estava isolado. A primeira encenação do texto de Abdias ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1957, momento reconhecidamente de busca da modernidade dos palcos por meio de



construções cênicas que se tornaram marcos definidores de nossa trajetória teatral. Em 1943, também no Rio de Janeiro, houve a encenação de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, sob a direção de Ziembinski, com o grupo Os Comediantes e cenografia e figurino de Santa Rosa. Já em São Paulo, é preciso lembrar a encenação, em 1951, de *Seis Personagens à Procura de um autor*, sob a direção de Adolfo Celi, cenografia de Bassano Vaccarini e figurino de Aldo Calvo, como abertura dos trabalhos do Teatro Brasileiro de Comédia.

Destaca-se sobretudo no ambiente carioca a figura do cenógrafo e ilustrador Tomás Santa Rosa, profissional fundamental da encenação de 1943 de *Vestido de Noiva* e, a partir de então, reconhecido pela crítica teatral como o “primeiro cenógrafo moderno brasileiro”. Rosa atuou efetivamente junto ao TEN, além de ter sido o cenógrafo da primeira encenação de *Sortilégio*. As articulações que Abdias Nascimento promoveu em torno do seu grupo teatral incidem na composição do texto dramático e na encenação de 1957 com o objetivo de repensar a integração dos negros brasileiros a partir da pluralidade da noção de modernidade. *Sortilégio* representa, portanto, um meio para alcançar a negritude por meio dos palcos não apenas do ponto de vista temático, mas também formal. O que pode ser observado pelas próprias palavras de Santa Rosa que, em 1947, já apontava para os valores dos aspectos formais presentes no recém fundado grupo:

Acredito que o aparecimento do TEN venha ajudar à criação artística dos que, pretendendo tentar o relato da vida do negro, nos seus temas mais variados, sempre intenso de emoção, não o tenham feito pela ausência de um instrumento tão capacitado como essa modesta e corajosa organização que é o Teatro do Negro. Dirigido por Abdias do Nascimento e Aguinaldo Camargo, o Teatro Experimental do Negro coloca acima de sua característica principal a questão da Arte. Isso significa que, uma produção deve possuir valor artístico real; mesmo que o seu tema gire em torno do problema negro, para ser acatada e considerada merecedora de atenção e trabalho. (ROSA, 1966, p. 42)

Para efeito de conclusão precisamos lembrar que data de 1961 a publicação do livro *Drama para negros e prólogo para brancos*, organizado por Abdias Nascimento. Nessa obra, que tem como subtítulo “antologia de teatro negro brasileiro”, constam nove textos dramáticos escritos em colaboração com o TEN. Além de *Sortilégio*, único texto dramático escrito por Nascimento, o leitor tem acesso aos seguintes textos: *O Filho Pródigo*, de Lúcio Cardoso, *O Castigo de Oxalá*, de Romeu Crusoé, *Auto da Noiva*, de Rosário Fusco, *Além do Rio (Medéia)*,





de Agostinho Olavo, *Filhos de Santo*, de José de Moraes Pinho, *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues e *O Emparedado*, de Tasso da Silveira.

Além dos textos dramáticos, há um importante prefácio, “Prólogo para brancos”, escrito por Nascimento que remonta para a importância da influência africana para o processo teatral e aponta para a maneira como o teatro ocidental foi apagando ao longo do tempo as marcas, a gestualidade e a cultura da origem africana nos palcos.

As grandes festas religiosas – forma da vitalidade negra – com sua liturgia consubstanciada à dança, canto e pantomima, são as primeiras e autênticas cenas teatrais africanas. Farta é a documentação, no passado e no presente, revelando as bem desenvolvidas formas de teatro africano, negadas pelos incapazes de compreender o drama que não apresente o cânon tradicional do Ocidente. (NASCIMENTO, 1961, p. 10-11)

Após essas constatações Abdias deixa claro o lugar de onde fala e de onde estimula a produção teatral negra, seja no TEN ou na literatura dramática que o livro de 1961 apresenta para o público leitor brasileiro: “O Teatro Experimental do Negro é isto: um instrumento e um elemento da Negritude. Seu único valor absoluto é a sua generosidade” (NASCIMENTO, 1961: 25).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra negritude e todo significado que ela carrega para a militância de Abdias e das pessoas que estão em sua volta são fundamentais para entender o texto dramático *Sortilégio*. Ele representa a experiência cênica de Nascimento que faz do texto ficcional uma forma de ser, estar e influir sobre o mundo em que vive e que busca ardentemente transformar. Esse é um trabalho que lida com as relações entre forma e conteúdo no campo da ficção com o objetivo de questionar, redimensionar e pluralizar a identidade nacional brasileira pela ótica de muitos que historicamente foram calados e, portanto, excluídos do processo histórico. Com isso, Abdias Nascimento não nega os elementos da modernidade teatral brasileira e muito menos deixa de considerar os aspectos formais clássicos que envolvem a produção teatral e, com isso, consegue ir além, inserindo no debate o conteúdo e a forma daquilo que envolve a população que ele busca o tempo todo representar e fazer ser ouvida. Enfim, a negritude como elemento



de luta e ação política está presente na concepção do TEN, e principalmente na maneira como o dramaturgo lida com as questões formais da linguagem teatral.

Por sua força política, Abdias Nascimento é um imenso intelectual brasileiro, com capacidade de reflexão e competência de aglutinar elementos que parecem distantes, mas que juntos são capazes de colocar em outro patamar aspectos complexos como a luta da população negra brasileira, a importância do discurso ficcional para o processo de transformação social e a complexidade sobre a modernidade teatral brasileira, seja por meio da cena ou do texto dramático. Não por acaso, merece destaque no ambiente de comemoração do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 a publicação, pela Editora Perspectiva, do texto teatral *Sortilégio*. Ele é, sem dúvidas, um índice de modernidade negra que não pode ser negligenciado quando tratamos de nossa realidade nacional, aliás esse aspecto é lembrado por Elisa Larkin Nascimento na apresentação que faz do texto dramático na edição de 2022: “Qual é o sortilégio que lança o moderno para o contemporâneo, senão a magia que emana do emergir de culturas há séculos suprimidas sob o jugo do colonialismo?” (2022).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOUXAMI, Christine. Teatro Negro: a realidade de um sonho sem sono. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 25-26, 2001. DOI: 10.9771/aa.v0i25-26.21016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21016>. Acesso 12 fev. 2023.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do Teatro Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MARTINS, Leda Maria. Negro (Teatro do). In: GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto;

LIMA, Mariangela Alves de. **Dicionário do Teatro Brasileiro: Temas, Formas e Conceitos**. São Paulo: Perspectiva – SESC/SP, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **Dramas para negros e prólogo para brancos**. Rio de Janeiro: Edição do Teatro Experimental do Negro, 1961.

NASCIMENTO, Abdias. **Sortilégio**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: testemunhos**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.



PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. Tradução sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A personagem de ficção**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

**Artigo recebido em: abril/2023**

**Artigo aceito em: maio/2023**



## RESENHA

### “TRABALHADORES”, DE JOSÉ CARLOS DE FREITAS

FREITAS, José Carlos de. **Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Telha, 2022.

Walace Rodrigues<sup>1</sup>

*Operoso, vendo meu saber  
a alunos mais ricos que eu.  
Ocasionais, alguns são mais pobres.  
(FREITAS, 2022, p. 104)*

O livro de poemas escritos e visuais de que trata esta resenha chama-se "Trabalhadores" e é de autoria de José Carlos de Freitas, conhecido professor no Estado do Tocantins, onde trabalha com temas da Filosofia e da Literatura. Freitas é operário da palavra e professor na cidade de Gurupi/TO, trabalhando na UNIRG. Ele é graduado em Filosofia, mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense - UFF e doutorando em Letras no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLit) da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. O referido professor publicou os livros "Pequeno tratado de ateologia" (2018), "Eitos e leitos" (2018) e "Os dançarinos do arame: lirismo e resistência em Mário Quintana" (2019). Ainda, Freitas é membro correspondente da Academia de Letras de Araguaína e Norte do Tocantins - ACALANTO.

No livro "Trabalhadores", Freitas constrói poemas por meio de uma linguagem relacional entre poemas e fotografias em preto e branco. As fotografias são de autoria de Gabriel Henrique Dietrich, Pedro Fonteles de Lima e do próprio escritor. Há, também, uma foto de Lewis Hine, intitulada "Engraxate", de 1911, mostrando um menino engraxando um sapato de um senhor.

As imagens fotográficas e os poemas dão movimento a um jogo discursivo de múltiplos sentidos, inovando na construção da obra. A própria imagem da capa (intitulada "Luz, sombra

---

<sup>1</sup> Doutorado em Humanidades pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Mestrado em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Professor Adjunto da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFNT) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLit/UFNT). E-mail: [walace@uft.edu.br](mailto:walace@uft.edu.br)



e trabalho", ver Figura 1), de autoria de Pedro Fonteles de Lima, mostrando-nos um trabalhador negro limpando um peixe, revela a natureza principal da obra: as circunstâncias de vida dos trabalhadores e de todos os seres humanos que dependem do trabalho para sobreviver. No entanto, as imagens focam nos trabalhadores mais pobres, mais marginalizados socialmente, mais vulneráveis às intempéries da vida laboral para sustentar suas famílias.

O livro, composto por 76 poemas e 28 imagens em seu corpo, demonstra a brilhante habilidade de Freitas em lidar com formas poéticas variadas. Há um jogo multimodal entre imagens e poemas que revela uma rica criação de sentidos oferecida aos leitores. Temas como trabalhos, ofícios, sentires, crenças, raça, decolonialidade, literatura, pobreza (de pão ou de alma), ternuras, afetos, desejos, crítica social, denúncias etc. inundam o livro "Trabalhadores".

Vale destacar não somente o brilhantismo no uso das palavras e em seus agrupamentos, mas também a visão de mundo de Freitas, sempre coerente com o seu entendimento como trabalhador e intelectual. Seus experimentos com as palavras nos revelam uma clara busca pela compreensão de um mundo que ajudamos a construir, mas que não compreendemos com clareza. Freitas nos auxilia no entendimento das coisas da vida diária e da alma por meio da afetação poética que nos causa e nos faz pensar. Ele não nos oferece somente um livro com poemas e imagens, mas uma obra com um sabor filosófico existencialista, tentando fazer-nos pensar sobre nós (interior) e o mundo (exterior a nós, mas onde agimos).

Ainda, a professora Luiza Helena Oliveira de Silva, da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, ao prefaciar a obra, diz-nos que: "Em Trabalhadores, José Carlos remete explicitamente aos pais e seus ensinamentos para a vida. Ser trabalhador é destino de classe, herança primeira aos filhos" (in FREITAS, 2022. p. 12). Tal assertiva revela uma vertente social brasileira de quase perpetuação familiar e social por meio do trabalho. Também, o trabalho como peso social, necessidade para conseguir recursos, obrigação árdua e sem glórias, pois são poucas as pessoas que, na atualidade, podem escolher os ofícios a que dedicam. Compreendemos que, na sociedade brasileira, o trabalho é tido como algo a se orgulhar e ensinado pela família: ter um trabalho decente, ser trabalhador, dar valor ao trabalho digno. Isso escutamos em nossas casas.

Também, personagens variados povoam o livro poético de Freitas: da ex-presa política Maria Pilla, da escritora negra e favelada Carolina Maria de Jesus, da política Marielle Franco, do presidente Lula e de vários outros trabalhadores que compreendem suas missões de vida e



de trabalho como algo maior do que meramente atividades funcionais.

Os múltiplos papéis sociais apresentados pelos trabalhadores que Freitas nos traz revelam a amplitude de pensamento em relação aos ofícios, às críticas sociais e às denúncias relacionadas a alguns ofícios. Deixamos aqui, como exemplo da ternura poética e empatia humana de Freitas, o poema "Sábado":

Chuva na manhã de sábado.  
No abrigo de carro, vejo  
a beleza do temporal.  
O caminho dos funcionários ao trabalho é drástico.  
Eles não têm direito à beleza,  
embora dela façam parte.

No carro, Bilora canta "Trucundu-tun-dá",  
Espelho da manhã  
que despeja água no mundo.

Meus alunos comparecem à sabatina.  
Ninguém sai ileso da chuva.  
Ninguém sai ileso da vida.

Olho para o semblante belo de alunas e alunos.  
Sei que o instante é de despedida.  
Olho cada um de dentro do meu silêncio  
e outro temporal matutino está prestes a cair.  
E eu celebro os temporais  
que dão verde às paisagens  
e dignidade aos ofícios.

Marcamos tal poema porque ele remete a temas recorrentes na obra de Freitas, como a natureza, a beleza, o trabalho, os ofícios, aos jovens, entre outros. No entanto, o poeta nos brinda com um refrão marcadamente existencialista, quando nos diz: "Meus alunos comparecem à sabatina. / Ninguém sai ileso da chuva. / Ninguém sai ileso da vida." Freitas mostra-nos, claramente, que não há como sair ilesos de nossas experiências existenciais, sejam elas as mais simples ou as mais complexas. Somos obrigados, como classe operária, a comparecer à sabatina laboral, mas o que passa por nós (pessoas, temporais, paisagens etc.) transpassa-nos e nos marca para sempre, mesmo que imperceptivelmente.

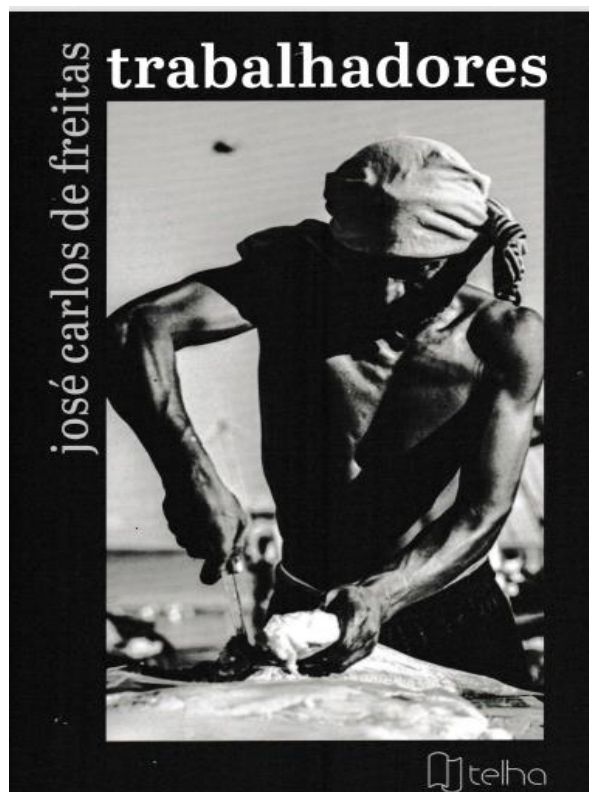
Outra questão que nos chamou a atenção neste livro de José Carlos de Freitas é como ele é empático em relação ao povo preto brasileiro. Em seu poema "Nossa Senhora Preta" ele nos traz: "Minha Preta! / Faz de mim um teu filho, / pretinho, pretinho, / limpa de mim tudo o



que carregue de branco! / Mereça eu tua pretura!" Aqui ele faz valorizar-nos a negritude dos brasileiros como algo que nos pode "santificar", aproximando-nos da Santa (Nossa Senhora Aparecida?). Também, Freitas revela, em "Trabalhadores", sua criação católica, suas duras lembranças do seminário menor e suas angústias em relação à fé católica.

Os poemas e as fotografias do livro "Trabalhadores" historicizam poeticamente as formas de labuta e os trabalhadores mais vulneráveis da atualidade pós-industrial do século XXI, reafirmando que a informatização social e a uberização das economias, como benefícios sociais e monetários advindos do trabalho, não chegaram a certas camadas da população trabalhadora e de baixa renda. Por fim, os poemas de Freitas revelam as angústias dos mais diferentes laboradores (professores, pescadores, vendedores etc.) e as paixões humanas que afetam as vidas das pessoas trabalhadoras (também as nossas vidas), numa busca constante para desvendar experiências historicamente existenciais por meio de relatos poéticos.

Figura 1 – Imagem da capa do livro "Trabalhadores", de 2022.



**Artigo recebido em: janeiro/2023**

**Artigo aceito em: março/2023**